INÊS 249

FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

ANO 104 ★ Nº 34.859 TERÇA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 2024 R$ 6,90

Falta de articulação nacional trava combate às queimadas por Lula

Especialistas dizem que incremento estrutural e orçamentário não é suficiente e resposta à crise do fogo precisa de gestão centralizada; tramitação de propostas é lenta no Congresso

O combate às queimadas no Brasil precisa de mais organização e priorização por parte do governo Lula (PT), assim como articulação com estados, municípios e Congresso, afirmam especialistas. O país enfrenta situação crítica em relação aos incêndios, somados à seca histórica.

Em relação à gestão Jair Bolsonaro (PL), houve incremento orçamentário e estrutural, medidas insuficientes diante da atual crise do fogo. "Precisamos de coordenação nacional, e os estados têm de entender o tamanho da urgência", afirma Cristiane Mazzetti, do Greenpeace.

No Congresso, onde a atuação da bancada ruralista é forte, verba do Ibama para combate às queimadas em 2024 foi reduzida, e em julho, após seis anos, foi aprovado o projeto de manejo do fogo. Proposta de criação de órgão para centralizar a gestão ambiental também foi barrada.

A Casa Civil afirmou que o governo Lula atua, em salas de situação, na integração entre os ministérios na resposta às queimadas e à seca. **Ambiente A41**

São Paulo registra a pior qualidade do ar entre grandes cidades do mundo A43

ilustrada



Earl Jones em 1991
Mircovich/File Photo/Reuters

A VOZ DE DARTH VADER E MUFASA SE CALA

James Earl Jones, marcante como o vilão de 'Star Wars', morre aos 93 anos. Pioneiro entre atores negros, se destacou em frente às câmeras A61

esporte

Fim dos Jogos deixa Paris com otimismo e incertezas A51

veículos

IA NOS AUTOMÓVEIS DEMANDA ANTIVÍRUS

Inteligência artificial reduz risco de acidente automotivo, mas exposição a ataque hacker preocupa, diz especialista A34



Danilo Verpa/Folhapress

Em meio a estiagem, concentração de algas muda a cor do rio Pinheiros

Proliferação dos organismos se dá por combinação de volume de água menor e de nutrientes de esgoto que chegam ao rio paulistano Cotidiano A43



Lula com a ministra
Ricardo Stuckert/PR

Macaé Evaristo substituirá Almeida no Ministério dos Direitos Humanos

Lula (PT) anunciou a deputada estadual Macaé Evaristo (PT-MG) como nova ministra, no lugar de Silvio Almeida, demitido após acusações de assédio sexual.

Macaé tem histórico de atuação voltada para educação e combate ao racismo. Com ela, Lula soma dez mulheres em ministérios, ante 28 homens. Política A6

Vera Iaconelli

A cartilha da violência contra as mulheres

A defesa calcada na desqualificação das supostas vítimas é roteiro conhecido. Promovida pelo acusado em canal oficial, revela forma preocupante com que tentou se justificar. A47

Apostamos em um levante na Venezuela, afirma opositor

Para Juan Pablo Guanipa, opositor de Nicolás Maduro, é preciso convencer as bases para que Edmundo González tome posse. Crise inflou fluxo migrante para o Brasil, e venezuelanos são maioria em escola de Pacaraima (RR). A38 e A39

SABATINA FOLHA/UOL

Boulos descarta reduzir velocidade no trânsito de SP

Guilherme Boulos (PSOL), candidato à prefeitura paulistana, disse na sabatina **Folha**/UOL que a redução de velocidade foi rejeitada pela sociedade. Afirmou que os cidadãos não podem ser ignorados e defendeu "um equilíbrio". Política A8

política

Vistoria da CGU em emendas aponta obras atrasadas e falta de prioridade de projetos A14

TCU prepara alerta sobre situação fiscal do governo

O Tribunal de Contas da União prepara nota alertando o governo Lula (PT) para o risco de estourar a meta de déficit zero neste ano, devido a incertezas na arrecadação oriunda de negociações no Carf. A15

EDITORIAIS A2

Bolsonarismo dá sinal de descompasso com a base Sobre evento do 7 de Setembro e disputas nas principais cidades.

Energia cara é um gargalo da economia brasileira Acerca de estudo que estimou custos com ineficiência no setor.

ISSN 1414-5723
9 771414 572032 34859

opinião

EDITORIAIS

folha.com/editoriais
editoriais@grupofolha.com.br

Bolsonarismo dá sinal de descompasso com a base

Movimento em torno do ex-presidente reuniu multidão menor no 7 de Setembro em meio a disputas internas e ameaça de surgimento de novas lideranças; correntes populistas tendem ao desgaste na democracia

O bolsonarismo, ao menos observado a olho nu, não parece o mesmo movimento que eletrizou parcelas volumosas da sociedade brasileira nos últimos anos.

O ato do Dia da Independência na Paulista foi menor e menos impactante que os dos anos anteriores —embora tenha reunido muito mais gente que o desfile em Brasília com Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Perdeu largamente da mobilização de fevereiro, quando investigações sobre conspirações subversivas apertavam o cerco a Jair Bolsonaro (PL).

Teria sido ainda mais discreto o evento de sábado (7), pode-se cogitar, sem a proibição do X decretada pelo ministro Alexandre de Moraes, decisão que deu impulso de última hora ao comparecimento no ato direitista.

É cedo para diagnosticar uma tendência minguante na força centrípeta da corrente que, no Brasil, encarna o populismo conservador em voga nos países de tradição política ocidental.

Um teste mais objetivo a respeito ocorrerá nas eleições municipais de outubro. Bolsonaro tem percorrido o país ungindo candidatos de sua preferência, e as urnas, demagogicamente atacadas pelo movimento, darão uma medida da influência do seu líder.

Ao menos no Rio de Janeiro, o candidato apoiado por Bolsonaro, Alexandre Ramagem (PL), caminha para levar uma surra do atual prefeito, Eduardo Paes (PSD), a julgar pelo Datafolha.

Na disputa pela prefeitura paulistana, o poder do ex-presidente foi colocado em dúvida no recente entrevero entre o círculo de Bolsonaro, de um lado, e Pablo Marçal (PRTB), do outro.

Diante da adesão inicial da base mais radical e barulhenta da direita ao assim chamado ex-coach, Bolsonaro viu-se obrigado a recuar na ofensiva que ensaiou contra o outsider da autoajuda.

Até agora o ex-mandatário evita atirar-se explicitamente no barco do candidato que formalmente apoia —Ricardo Nunes (MDB)— e cujo vice designou. Sua posição em cima do muro contrasta com a militância ostensiva do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) pela reeleição do prefeito de São Paulo.

O episódio mostra uma base indisposta a seguir cegamente a orientação do líder e aberta à apresentação de novatos que não estejam vinculados à tutela bolsonarista, embora adiram ao mesmo torneio de boçalidades.

Um teste mais objetivo a respeito da influência de Bolsonaro ocorrerá nas eleições municipais de outubro. O ex-presidente tem percorrido o país ungindo candidatos, e as urnas darão uma medida da força de seu líder

Hipótese ainda a confirmar-se, o declínio do bolsonarismo não seria nenhuma surpresa. O maior desafio dos agrupamentos populistas em ambientes democráticos é mesmo o de sustentar-se por longos períodos, em especial quando são chamados a governar e a demonstrar na prática a inviabilidade das suas bravatas.

O próprio funcionamento do regime dos freios e contrapesos, da livre competição partidária e da alternância no poder acaba por minimizar as ameaças às bases da democracia que possam advir desses movimentos políticos. Eles tendem, inexoravelmente, ao desgaste.

Energia cara é um gargalo da economia brasileira

Estudo calcula custos de R$ 100 bi anuais com regras mal desenhadas, como subsídios em excesso, e desperdício; é preciso resgatar o foco na eficiência do modelo que modernizou o setor nos anos 1990

Quando se trata do custo da energia, insumo essencial para a produção em geral e a competitividade da industria em particular, o Brasil está longe das melhores práticas globais e erodindo sua posição como potencial destino de investimentos.

Empresas brasileiras pagam muito mais que seus concorrentes nas modalidades principais, da energia elétrica ao gás natural.

As famílias arcam com uma conta de luz que é uma das maiores do mundo —ainda mais quando se considera o nível médio de renda da população brasileira.

A causa é o acúmulo de políticas mal desenhadas e a submissão a interesses particulares que encontram guarida no governo e no Congresso Nacional.

Pesquisa da Abrace, associação que representa mais de 40% do consumo industrial de energia do país, mostra que há cerca de R$ 100 bilhões anuais em ineficiências e subsídios, 20% acima do que se verificaria na projeção de uma regulação mais eficiente.

Desse total, mais de R$ 30 bilhões decorrem de ações mal desenhadas, que vão do excesso de subsídios às fontes renováveis até valores para favorecer fontes poluentes, como o carvão.

Ainda no mandato de Jair Bolsonaro (PL), incentivos foram prolongados sem necessidade. Boa parte da geração distribuída ainda não paga pelo uso da rede de transmissão, conta que é repassada aos consumidores.

Do mesmo modo, a meritória privatização da Eletrobras não veio sem encargos, caso da obrigatoriedade de contratação de usinas termelétricas a gás em locais de viabilidade duvidosa.

No caso do gás, o quase monopólio da Petrobras e interesses estaduais na distribuição levam os custos a patamares muito superiores aos de outros países.

Outros R$ 63 bilhões anuais se referem a custos como a aquisição de energia mais cara contratada no mercado regulado das distribuidoras e taxas para a iluminação pública, entre outros.

Empresas do país pagam muito mais que seus concorrentes nas modalidades principais. As famílias arcam com uma conta de luz que é uma das maiores do mundo

A má gestão estatal também se dá na usina de Itaipu —que deveria gerar energia barata, já que os investimentos foram totalmente amortizados. Mas o governo usa a empresa para outras ações, como aportes em infraestrutura para servir a interesses paroquiais.

A agência regulatória Aneel sofre com indicações politicas e carência de recursos para que possa cumprir seu papel.

É preciso resgatar a visão que norteou o processo de modernização do setor nos anos 1990. Gestão profissional, foco na eficiência do sistema e barateamento do insumo essencial. O que se vê até agora, porém, é a continuidade de práticas perniciosas.

FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito

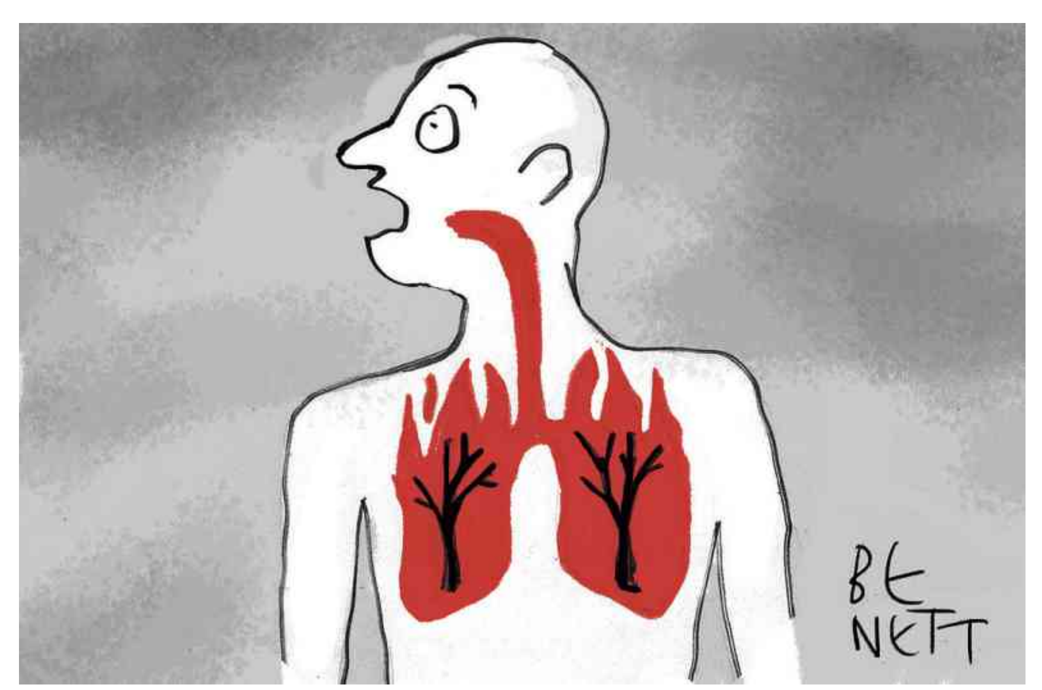
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (*secretário*)

DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu

DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio (*financeiro, planejamento e novos negócios*), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais), João Cestari (tecnologia) e Marcelo Benez (*comercial*)

CIRCULAÇÃO FOLHA (VERIFICADO POR PWC)
834.898 - Fechamento 2º Semestre de 2023
Assinantes Folha + Venda Avulsa Impressa.
Veja os critérios em folha.com.br/circulacao-verificada/

Benett



COLUNISTAS

folha.com/editoriais
editoriais@grupofolha.com.br

Capitalismo canibal: como se opor?

Rosane Borges

SÃO PAULO "Capitalismo Canibal" (ed. Autonomia Literária), de Nancy Fraser, é daquelas obras que chegam em hora oportuna com um título que consegue expressar a máxima "o conceito alcançou a realidade". A filósofa e feminista recoloca o capitalismo em cena, uma vez que, segundo ela, o termo esteve fora dos escritos dos pensadores marxistas nas últimas décadas.

O livro defende que "o capital está destruindo todas as esferas da vida, consumindo a riqueza da natureza, aprofundando o racismo, sugando a nossa capacidade de cuidar uns dos outros e destruindo a prática política". Todos esses tópicos compõem o cartão postal do nosso tempo e configuram o capitalismo do século 21.

Frente a um cenário tão infausto, que exige a ampliação da ideia de capitalismo, quais propostas se mostram à altura do nosso cotidiano? Como já disse em outros momentos, na escuta de cada época, mulheres negras e todos os habitantes das bordas do sistema vêm propondo outras formas de reconfiguração dos modos de produção, antevendo as catástrofes que começam arruinando as beiradas: "Da beirada se pode ver todo tipo de coisa que não se pode ver do centro. Grandes coisas, inimagináveis, as pessoas na borda veem primeiro" (Vonnegut).

A 2ª Marcha das Mulheres Negras, que será realizada em Brasília em 2025, dez anos depois da primeira, tem como tema "Por reparação e bem viver" e aponta, tal como o título do livro de Fraser, para uma designação que alcança a realidade. Ela insiste que o fim do capitalismo canibal exige, entre outras coisas, a superação do reducionismo econômico.

Em sua carta de princípios, a marcha traz como postulado a ideia de que a plataforma do bem viver, inspirada nos povos andinos, manufatura uma filosofia, um sistema de vida, uma proposta política que recusa, radicalmente, os princípios do capitalismo, da violação da vida e dos direitos. Eis aí uma forma de oposição a um capitalismo que canibaliza tudo e que insiste em não deixar nada de fora do seu apetite voraz e predador.

Jornalista, escritora e professora da PUC-SP e da USP

Hélio Schwartsman

O colunista está em férias

Do medo nada se leva

Dora Kramer

BRASÍLIA O que se ouviu na avenida Paulista no último sábado, 7 de Setembro, algum efeito terá sobre deputados e senadores. O Senado, no entanto, não atenderá aos pedidos de impeachment do ministro Alexandre de Moraes nem a Câmara aos de anistia para condenados pelos atos golpistas que culminaram no 8 de janeiro de 2023.

Ao menos não na atual composição do Congresso. Disso sabem as lideranças, cujo estrato mais identificado com aquelas propostas aposta na pressão permanente na expectativa de que o ambiente lhe seja mais favorável depois da eleição de 2026.

A ineficácia imediata dos rugidos não significa que o Supremo Tribunal Federal não precise modular seu respaldo (ativo e passivo) a Moraes, adaptando-se às mudanças do cenário desde o basta dado na Justiça e nas urnas ao processo de desfalque institucional deflagrado por Jair Bolsonaro e companhia.

Não que o STF vá, ou deva, baixar a guarda na defesa da prática democrática. Mas seria de bom alvitre dar atenção à evidência de que há, para além das fronteiras das militâncias de direita e esquerda, uma inquietação na sociedade com os métodos adotados nas decisões judiciais.

Isso se estende aos modos incontidos de alguns ministros, embaça a lente pela qual a população enxerga o Judiciário e presta serviço ao acirramento político, pois alimenta a desconfiança de que o tribunal atende a interesses extraconstitucionais. Para os extremistas, quanto mais tensão, melhor.

Ficam à vontade para atacar quando para isso podem usar a justificativa de que só defendem o equilíbrio. Inoculam o vírus da desorientação e dificultam o entendimento de que os desequilibrados são eles. Lula e Bolsonaro impulsionam essa confusão, e quem paga o preço é o Supremo.

Guardiões do Estado de Direito não devem ser temidos nem precisam ser estimados, mas a observância da legalidade requer que sejam respeitados. Para isso é imprescindível que se atenham a certos ritos, por mais que para combater infratores mais ousados nem sempre seja possível seguir os manuais. Já disse assim a Operação Lava Jato antes de perder apoio, lustro e reputação.

A gente de cima e a canalha

Alvaro Costa e Silva

RIO DE JANEIRO Por nunca ter trabalhado no serviço público, ao contrário da esmagadora maioria dos literatos de seu tempo (e dos que surgiram depois também), João do Rio teve de ganhar a vida com o jornalismo. Ao longo de uma carreira que durou 22 anos, publicou milhares de textos em jornais e revistas, quase diariamente: reportagens, contos, crônicas, romances em folhetim, conferências, colunismo social, crítica de teatro e artes plásticas, usando um chorrilho de pseudônimos e heterônimos para retratar e satirizar o país que se modernizava no início do século 20.

João do Rio é o homenageado da Flip e de um ciclo de palestras que começa nesta quarta-feira (11) no Centro de Pesquisa e Formação do Sesc, em São Paulo. Recém-lançado pela editora Chão, com organização de Juliana Bulgarelli, "O Fim do Maxixe" reúne 31 crônicas que saíram entre 1903 e 1918 e permaneciam inéditas em livro, confirmando o pioneirismo do autor no gênero. Indo além de José de Alencar e Machado de Assis, que comentavam as atualidades olhando de seus gabinetes, meteu-se nas ruas para conversar com as pessoas. E que pessoas! Que ruas!

Homem de personalidade complexa, cheio de máscaras e disfarces, parecia encontrar-se sempre numa encruzilhada. Gordo, vestia-se como um dândi: chapéu coco, fraques extravagantes, coletes coloridos, camisas de seda de 200 mil réis (uma fortuna na época), calças de caxemira, diamante espetado na gravata plastrom, botas de pelica, charuto à boca, banhado em água de colônia.

Enroupado e perfumado, penetrava nos becos e ladeiras do Castelo e da Saúde, na praia do Peixe, nos terreiros de candomblé, nos cortiços, nos hotéis suspeitos, nas favelas nascentes, nos presídios, nos covis de ópio. Estava em busca de seus personagens: mendigos, drogados, tatuadores, estivadores, macumbeiros, foliões, pintores de rua, caçadores de ratos, papa-defuntos, videntes.

Com a mesma desenvoltura, frequentava os salões de milionários, os "five o'clock teas" e as altas rodas da política, observando-os de maneira crítica e irônica. João do Rio dizia que lhe interessava investigar apenas "a gente de cima e a canalha". Neste aspecto, foi um escritor único no Brasil.

O Evangelho entendido segundo Pablo Marçal

Ex-coach usa a mensagem pentecostal antissistema de ser alguém perseguido por seguir o chamado de Deus

Juliano Spyer

Antropólogo, autor de "Povo de Deus", criador do Observatório Evangélico e sócio da consultoria Nosotros

O ex-coach Pablo Marçal afirma que não é evangélico e já comparou igrejas a facções, gangues e times de futebol. Apesar disso, ele é o preferido entre esses cristãos na corrida eleitoral pela Prefeitura de São Paulo. Isso nos convida a perguntar: com quais evangélicos ele dialoga e o que esses cristãos veem nele?

Um ponto de partida para responder a essas perguntas é a Videira, igreja fundada em Goiânia que celebrou 25 anos no último sábado (7) com um evento transmitido ao vivo pela Globo, com a presença do ex-coach. Marçal mantém uma relação próxima com o pastor Aluízio Silva, fundador da Videira, e diz: "Por 20 anos, fui treinado por um homem de Deus."

Três ideias são centrais para entender o que ele absorveu dessa experiência: pentecostalismo, prosperidade e igreja em células.

Quando se fala de pentecostalismo, as imagens mais comuns envolvem fiéis ajoelhados, de olhos fechados, com os braços erguidos, proclamando louvores. Mas para decodificar a conexão de Marçal com evangélicos é relevante pensar no aspecto de insubordinação desses religiosos, que desafiam hierarquias e convenções reafirmando sua obediência exclusiva a Deus. Marçal ilustrou essa ideia quando foi impedido de concorrer à Presidência em 2022.

Ele disse em uma igreja: "Uma senadora me ligou e disse 'desista de ser presidente e seja vice do meu partido'. Mas eu só tenho uma coisa a fazer: obedecer ao meu chamado. A perseguição me deu mais vontade de fazer a coisa certa".

> **O objetivo de Marçal, assim como o das igrejas da prosperidade, é que seus mentorados renasçam descobrindo sua missão, ou, como ele chama, sua "essência" para atuar no mundo**

Outro conceito importante é a prosperidade, que encontra eco em muitas denominações, como a Igreja Universal e a Videira. A noção é que Deus abençoa aqueles que são fiéis, melhorando sua qualidade de vida. Marçal incorpora essa ideia ao seu discurso: "Quanto mais Deus te abençoa, mais você é perseguido. E o nível da perseguição corresponde à prosperidade que você vai alcançar", afirmou no mesmo culto em Goiás.

Marçal adapta para sua atuação como coach o uso de técnicas de programação neurolinguística para "destravar" bloqueios pessoais. Seu objetivo, assim como o das igrejas da prosperidade, é que seus mentorados renasçam descobrindo sua missão, ou, como ele chama, sua "essência", para atuar no mundo.

O último conceito é o de célula. Na Videira, é um ponto tão importante que sob sua logomarca se lê: "igreja em célula". Trata-se de um modelo de gestão no qual o fiel é visto como um empreendedor da fé, encarregado de estabelecer células de louvor em casas. Nesse trabalho, o hoje candidato aprendeu a evangelizar, a liderar e a fazer sua rede crescer.

Marçal é um candidato duro de ser combatido por representar um pacote que reúne defesa da família e combate ao comunismo, visto como doutrina que escraviza o pobre a sua condição de dependência. Ele encarna a ideia de que "aprender a pescar" é melhor do que depender do governo. E se apropriou da mensagem pentecostal antissistema, de quem é perseguido por seguir o chamado de Deus.

Isso deixa adversários de Marçal em uma posição incômoda. Ao atacá-lo, atacam também o sonho —muitas vezes desesperado— de quem se sente perseguido e busca, pelo cristianismo, um caminho para prosperar.

spyer@uol.com.br

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias
debates@grupofolha.com.br

Uma agenda positiva para o agro no clima

Para fugir do estigma de 'ogronegócio', setor deve cobrar fim do 'pacote da destruição' no Congresso e endurecimento de penas para crimes ambientais

Na semana na passada, 13 membros daquilo que se convencionou chamar "agro moderno" nacional enviaram uma carta ao Ministério do Meio Ambiente com uma proposta ousada: o Brasil, anfitrião da COP30, deveria simplesmente abrir mão de metas mais estritas de redução de emissões de carbono.

Tendo contribuído quase nada —segundo eles— para a crise climática ora instalada, o país em geral e o setor agro em particular deveriam investir em adaptação, já que hoje a sustentabilíssima produção rural brasileira é prejudicada por eventos extremos encomendados pelas emissões fósseis das nações ricas.

A carta tem timing estratégico: neste momento, o governo elabora o Plano Clima, de onde sairá a nova NDC ("Contribuição Nacionalmente Determinada"), a meta de corte de emissões para o período 2030-35 que o Brasil precisa entregar às Nações Unidas no fim deste ano. Embora o Acordo de Paris seja explícito em determinar que cada NDC precise ser mais ambiciosa que a anterior, e embora o mundo inteiro esteja olhando para o Brasil em busca de liderança nessa agenda, nosso agronegócio acha melhor darmos um passinho atrás.

Repitamos: este é o raciocínio do dito agro moderno, aquele que frequenta conferências do clima e encontros de ESG e que dialoga em fóruns como a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura. Porque o outro, o "ogronegócio", do qual essa turma diz querer se diferenciar, simplesmente nega o aquecimento global.

Longe de ser uma pobre vítima da crise do clima, o agronegócio brasileiro é responsável por 75% das emissões de gases de efeito estufa do sexto maior emissor de carbono do mundo. Só por desmatamento emitimos em 2022 1,1 bilhão de toneladas brutas de CO_2 equivalente, fora as 600 milhões de toneladas de emissões diretas da agropecuária. Se fosse um país, nosso agro seria o sétimo maior poluidor climático do planeta, à frente do Japão.

E, embora a fatia do leão do aquecimento caiba aos combustíveis fósseis, o Brasil, que destruiu a mata atlântica a partir do século 19 e a Amazônia e o cerrado na segunda metade do 20, é um dos dez maiores responsáveis históricos pela mudança do clima.

Precisamos, portanto, fazer mais em corte de emissões. No último dia 26 de agosto, a sociedade civil brasileira mostrou quanto e como: o Observatório do Clima (OC) publicou uma proposta de NDC para o Brasil, com uma meta de corte de 92% das emissões líquidas do país até 2035, limitando-as a 200 milhões de toneladas (em 2022 emitimos 1,7 bilhão). A proposta do OC inclui entre suas principais medidas algo que o agro também reivindica: computar as remoções de carbono nos solos agrícolas para fins de cumprimento de meta. O setor faria melhor se gastasse seu poder de lobby para incluir essas remoções no inventário nacional, em vez de brigar por menos ambição no clima.

A proposta do Observatório do Clima inclui algo que o agro também reivindica: computar as remoções de carbono nos solos agrícolas para fins de cumprimento de meta. O setor faria melhor se gastasse seu poder de lobby para incluir essas remoções no inventário nacional, em vez de brigar por menos ambição no clima

Conscientes da importância da agropecuária para o país, resolvemos propor uma agenda positiva mínima para o agro para este ano e o próximo. Ele deveria:

1 - Propor a retirada de pauta de todos os 25 projetos de lei e três PECs do "pacote da destruição". Já que se dizem tão preocupados com adaptação, os missivistas deveriam denunciar as propostas da bancada ruralista que flexibilizam a legislação ambiental e reduzem a resiliência do país;

2 - Aprovar no Congresso o endurecimento de penas para crimes ambientais. Num ano em que o Brasil inteiro está pegando fogo, com prejuízos inclusive para o agro, botar na cadeia quem faz queimada e desmatamento ilegal deveria ser prioridade máxima do setor. E, olha que legal, é uma medida de adaptação e mitigação ao mesmo tempo.

3. Eliminar o financiamento a áreas embargadas, por bancos públicos ou privados (estamos falando com vocês, Banco do Brasil, ItaúBBA e Rabobank!);

4. Demandar do governo uma NDC compatível com 1,5°C, com desmatamento zero, recuperação total do passivo do Código Florestal e inclusão das remoções pelos solos agrícolas bem manejados.

Essas propostas posicionam o agro brasileiro na liderança da sustentabilidade global às vésperas da COP30. De quebra, ajudam a desembaçar a visão de quem lê a carta para o ministério e confunde seus 13 signatários com o mais arcaico "ogronegócio".

Adriana Ramos, **secretária-executiva do Instituto Socioambiental;** Caetano Scannavino, **coordenador-geral do Projeto Saúde e Alegria;** Carolina Pasquali, **diretora-executiva do Greenpeace Brasil;** Délcio Rodrigues, **diretor-executivo do Instituto ClimaInfo;** e Marcio Astrini, **secretário-executivo do Observatório do Clima**

Sobre bolsas de estudos e declarações segregacionistas

Bolsistas não devem ser usados como produtos de marketing em colégios de elite, mas acolhidos com solidariedade, inclusive com atenção à saúde mental

Celso Napolitano
Professor, é presidente do Sindicato dos Professores de São Paulo (SinproSP) e da Federação dos Professores do Estado de São Paulo (Fepesp)

Reportagem desta **Folha** ("Alunos bolsistas de escolas de elite de SP relatam discriminação e segregação", 1º/9) joga luz forte sobre declarações segregacionistas proferidas em sessão do Conselho Estadual de Educação (CEE) no dia 14 de agosto, referindo-se inclusive às bolsas de estudos para professores e funcionários não docentes.

"Há que considerar o impacto negativo [desse benefício] na vida social. Sustento isso há anos, desde que meu filho, numa escola particular, tinha como coleguinha o filho do porteiro (...). É óbvio que aquele menino, socialmente, não tinha condições de acompanhar a vida que todos os demais tinham (...). Estamos causando um mal no aspecto social, que traz flutuações no aspecto emocional, que acabam acarretando esse tipo de problema".

O "problema" a que Cláudio Mansur Salomão, mantenedor de escolas de educação básica da região de Avaré (SP), estava se referindo era a tragédia acontecida com um menino de 14 anos, aluno bolsista do Colégio Bandeirantes (na reunião, outro conselheiro, ligado ao colégio paulistano, também se manifestou de forma deplorável). As declarações estão no YouTube, do 18º ao 24º minuto da sessão do CEE.

São falas repugnantes e preconceituosas, que negam a diversidade e a democracia. Se não bastasse, são palavras ditas por conselheiro do CEE —órgão que tem como uma de suas funções "fixar posições que expressam diretrizes fundamentais de uma política educacional para o Estado".

De forma mesquinha (ou oportunista, pois tem interesse na eleição do sindicato das escolas), o empresário-conselheiro se aproveitou não só para investir contra conquista histórica de professores e funcionários não docentes, consagrada em convenções coletivas de trabalho, mas também para perpetrar mais uma violência contra bolsistas de baixa renda que participam de projetos sociais em colégios de elite na capital. Eles não podem ser usados como produtos de marketing pelas escolas.

De forma mesquinha (ou oportunista, pois tem interesse na eleição do sindicato das escolas), o empresário-conselheiro se aproveitou para perpetrar mais uma violência contra bolsistas de baixa renda

Precisam, todos, ser acolhidos por redes pedagógicas e de solidariedade, inclusive com atenção à saúde mental.

Também preocupante: naquela audiência, nenhuma voz se levantou para condenar a fala. Afinal, os membros do CEE são educadores. Ou não? Por ironia, a conselheira Maria Eduarda Sawaya, em nome da Abepar (Associação Brasileira de Escolas Particulares), ofereceu convites para (pasmem) o congresso "Convivência pacífica e inclusiva nas escolas: pelo fim da intolerância, do racismo e da discriminação no ambiente escolar".

A divulgação da reunião sugere ainda necessária reflexão sobre a composição do CEE, que funciona como monopólio dos interesses dos empresários do ensino. É preciso democratizar o conselho, conforme preconiza projeto de lei 178, do deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL-SP) e que "dormita" nas gavetas da Assembleia Legislativa de São Paulo desde 2019. É fundamental que governantes e sociedade se comprometam com o direito à educação inclusiva, democrática, de qualidade, para todos e todos, sem exceções ou privilégios.

Por fim, nossa solidariedade aos familiares e amigos do adolescente.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor
leitor@grupofolha.com.br



O cineasta Woody Allen no tapete vermelho da estreia de 'Golpe de Sorte', no Festival de Veneza Tiziana Fabi/AFP

Woody Allen

"Quando eu morrer, podem jogar meus filmes no mar, diz Woody Allen, aos 88" (Ilustrada, 9/9). Não creio que seja inteligente condenar uma obra pelas falhas humanas do seu criador, pois todos perderíamos com isto.
Sandra Regina Vidal (Goiânia, GO)

*

O cineasta mais genial de sua geração, manifestando todo o seu pessimismo e desencanto com nossa era. Grande entrevista!
Marcelo Dawalibi
(São José dos Campos, SP)

*

Mesmo não querendo, seu legado vai ser perpétuo, um exemplo para novos cineastas.
Vitor Gomes de Almeida
(Londrina, PR)

Instituto Embraer

"Embraer mantém colégios de tempo integral e oferece bolsas" (Educação, 7/9). Orgulho para o Brasil. Após cumprir seu ciclo sob a tutela federal até 1994, soube andar, ou melhor, voar sozinha num mercado muito disputado. Exemplo para outras estatais brasileiras.
Roberto Rangel (Juiz de Fora, MG)

Endorfina

"Transgrido a minha natureza, por isso corro" (Becky S. Korich, 8/9). Me identifiquei com o texto! Na corrida, travo o embate mais difícil: eu comigo mesma.
Valeria Moraes Lopes
(Fortaleza, CE)

*

Me sinto assim com a musculação. A academia é um local de viagem interna que faço.
Bruna Schlatter Zapparoli
(São Paulo, SP)

Nova ministra

"Lula anuncia Macaé Evaristo nos Direitos Humanos após saída de Silvio Almeida" (Política, 9/9). Macaé é uma ótima escolha! É dedicada, forte e gentil, defensora das boas causas.
Gabriela Sales de Oliveira
(Belo Horizonte, MG)

Convívio social

"Despolitização contra polarização" (Luiz Felipe Pondé, 8/9). Se Aristóteles estiver certo, somos todos "animais políticos", seres sociais na polis. Querendo ou não, em sociedade, o existir é política. Não se supera a politização da vida com o absentismo político. Este último impossibilita a consciência cidadã e o equilibrado engajamento tão característicos de um Estado Democrático de Direito.
Luís Fabiano dos Santos Barbosa
(Bauru, SP)

*

Não fosse a despolitização dos militares, obtida a duras penas em longo e doloroso processo, ainda estaríamos na era dos golpes. Infelizmente, a institucionalização, a solução seguinte do problema, não avançou, e ficamos com excesso de politização em locais que deveriam ser de mediação, como no Judiciário, para citar um exemplo.
José C. R. Pinto (Joinville, SC)

Direito de sumir

"Venho, por meio desta" (Antonio Prata, 7/9). Em tempos de redes "anti-sociais", institui-se "quem não aparece é esquecido". Esqueçam-me mesmo, autonomia, crivo pessoal e discernimento são minhas palavras de ordem e não de engajamento.
Cleide Santaella
(São José dos Campos, SP)

Conteúdo adulto

"Pornografia de IA esbarra em ética e pode ser caminho sem volta para 'sexo solitário'" (Tec, 5/9). Excelente reportagem. A solidão sexual já é uma realidade. Com pornografia feita por IA, as vidas deixarão de ser vividas.
Christian Feitosa (Vila Velha, ES)

*

Pornografia e ética nunca estiveram de braços dados e no caso da IA não seria diferente.
Benedito Claudio Pacifico
(Duque de Caxias, RJ)

Irregularidades

"Justiça de SP determina bloqueio de 15 sites de jogos de azar; veja lista" (Cotidiano, 9/9). Jamais deveriam ser liberados. Milhares de brasileiros irão à ruína devido a esse vício, que beneficiará apenas o crime organizado e a corrupção.
Eliseu Rosendo Viciana
(São Paulo, SP)

Trabalho infantil

"No Brasil, 4 entre 10 crianças e adolescentes na escola dizem também trabalhar" (Mercado, 8/9). É a falta de políticas públicas para combater a pobreza, com emprego, mas também combater a desestruturação familiar causada pelo vício em drogas e álcool, além da violência doméstica. Não basta somente investir em educação. É preciso fazer mais.
Roberta Melissa Oliveira Sales
(Diadema, SP)

*

Muito triste constatar como Brasil condena as suas crianças à miséria.
Gilvan Cavalcanti de Melo
(Rio de Janeiro, RJ)

Novo formato do jornal

O hábito de ler o jornal físico foi passado pelo meu pai! Sentia a necessidade de um novo formato, pois vejo uma grande perda de leitores do "físico" (no meu prédio, somente eu sou assinante). Adorei esse formato, que se tornou muito mais acessível e de fácil leitura, sobretudo por não sujar as mãos.
Carlos Eduardo Ferreira Pinto
(Nova Lima, MG)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

MERCADO (9.SET., PÁG. A18) O sobrenome de Bruno Mérola, analista de fundos da Empiricus Research, foi incorretamente grafado no texto "Eu não pretendo morrer, mas...".

FOLHA DE S.PAULO UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

EDIÇÃO DIGITAL ILIMITADA R$ 29,90 (plano mensal)
EDIÇÃO DIGITAL PREMIUM R$ 44,90 (plano mensal)

EDIÇÃO IMPRESSA	VENDA AVULSA seg. a sáb.	dom.	ASSINATURA SEMESTRAL* Todos os dias
MG, PR, RJ e SP	R$ 6,90	R$ 9,90	R$ 1.085,90
DF e SC	R$ 8	R$ 11	R$ 1.374,90
ES, GO, MT, MS e RS	R$ 8,50	R$ 12	R$ 1.729,90
AL, BA, PE, SE e TO	R$ 13	R$ 15,50	R$ 1.868,90
Outros estados	R$ 13,50	R$ 16,50	R$ 2.315,90

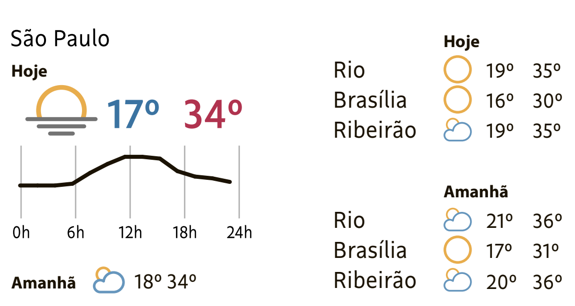
* À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

REDAÇÃO SÃO PAULO
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222

OMBDUSMAN
ombudsman@grupofolha.com.br
0800-015-9000

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
(11) 3224-3090 | 0800-015-8080

ATMOSFERA

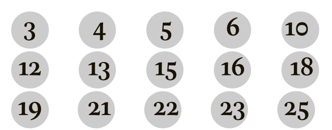


Fonte: www.climatempo.com.br

LOTERIA

Lotofácil da Independência | CONCURSO 3.190
Prêmio de R$ 206 milhões

Os números sorteados pela Caixa Econômica Federal nesta segunda-feira (9) são:



ENEM DOS CONCURSOS

O governo Lula (PT) publica nesta terça (10) as imagens do cartão de respostas do CNU (Concurso Nacional Unificado).

INFLAÇÃO

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulga nesta terça (10) a inflação oficial do país, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), referente ao mês de agosto.

8 DE JANEIRO

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados prevê votar nesta terça (10) projeto de lei que propõe perdão aos presos pelos atos de 8 de Janeiro.

ACERVO FOLHA

Leia mais em acervo.folha.com.br

HÁ 100 ANOS | 10.SET.1924



Folha da Noite

FRUCTOS DA EPOCA

"O MATA E VENCE"

Pela Sociedade

Reforçada com jogadores da primeira divisão, várzea deve agitar São Paulo

O interessante campeonato de futebol de várzea em São Paulo deve atrair muitos torcedores no próximo domingo (14) quando seis partidas serão disputadas. De acordo com o regulamento, cada equipe tem direito a inscrever até três jogadores da primeira divisão do Campeonato Paulista. Esses jogadores participam dos jogos varzeanos com a maior boa vontade, pois defendem agremiações onde militam desde as suas iniciações no futebol. Nas partidas de domingo medirão forças os mais fortes times do torneio. Os jogos serão realizados em dois campos excelentes, ambos espaçosos e confortáveis: um no Parque São Jorge e outro nos Pinheiros.

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Preliminar

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, não deve decidir sobre eventual denúncia em dois casos contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) antes que o STF finalize um julgamento sobre o alcance do foro privilegiado. A ação delibera sobre a manutenção da prerrogativa nos casos de crimes cometidos no cargo, após a saída do acusado da função. Essa é a situação de Bolsonaro, que foi indiciado pela Polícia Federal no caso das joias recebidas do exterior e da falsificação de seu cartão de vacinação.

INTERVALO O julgamento já tem maioria formada para a manutenção do foro nestas situações, mas está paralisado desde março após um pedido de vista do ministro do STF André Mendonça. A expectativa é que ele seja retomado em breve.

DOCE VINGANÇA O União Brasil deve reforçar a lista de partidos contrários ao projeto que anistia os presos pelos ataques de 8 de janeiro de 2023. A legenda deve orientar a favor da retirada de pauta do projeto na CCJ da Câmara, nesta terça (10). Deputados dizem que a medida é influenciada pela disputa à sucessão de Arthur Lira (PP-AL), após uma reviravolta que enfraqueceu a candidatura do líder do partido, Elmar Nascimento (BA).

DESCE
PABLO MARÇAL
O candidato a prefeito de SP queria encontrar o empresário Elon Musk e o ex-presidente Donald Trump nos EUA, após viagem a El Salvador. Com dificuldade de confirmar as agendas, antecipou a volta ao Brasil para o sábado (7), quando chegou no final do ato na avenida Paulista.

SEM SAÍDA Em viagem à Arábia Saudita, onde o Brasil participa como convidado de reunião do Conselho de Cooperação do Golfo Pérsico, o chanceler Mauro Vieira e seus colegas árabes fizeram avaliação unânime de que o cessar-fogo em Gaza está hoje mais distante do que nunca.

LIBERADO A Comissão de Ética da Presidência arquivou procedimento contra Augusto de Arruda Botelho, ex-secretário nacional de Justiça, pelo fato de ele ter voltado a advogar menos de seis meses depois de ter saído do cargo, em janeiro deste ano. O relator, conselheiro Georghio Tomelin, avaliou que não havia conflito de interesses nas atividades de Botelho.

TE DÁ ASAS Cerca de 35 empresários brasileiros confirmaram presença em almoço organizado pelo grupo Lide com o presidente da França, Emmanuel Macron, na quinta (12). Ao menos seis jatos particulares serão usados para transportá-los. Entre os que devem participar estão Alexandre Birman (Azzaz), Alexandre Grendene (Grendene) Jacob Safra (Safra), Jerome Cadier (Latam) e Tércio Borlenghi (Ambipar).

VISITA À FOLHA 1 Geraldo Alckmin, vice-presidente da República, esteve no jornal nesta segunda-feira (9). Acompanhava-o Márcio Elias Rosa, secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

VISITA À FOLHA 2 Celso Sabino, ministro do Turismo, esteve no jornal nesta segunda-feira (9). Acompanhavam-no Rubens Andrade, coordenador de apoio ao cerimonial, e Lívia Nascimento, diretora de atendimento da FSB Comunicação.

VISITA À FOLHA 3 Eleuses Paiva, secretário da Saúde do estado de São Paulo, esteve no jornal nesta segunda-feira (9). Acompanhavam-no Edmund Chada Baracat, coordenador de saúde da mulher, Maria Cristina Balestrin, coordenadora de saúde digital, Renilson Rehem, coordenador do programa de regionalização, e Georgia Rodrigues e Caroline do Prado, assessoras de comunicação.

Com Guilherme Seto e Danielle Brant





Lula se reúne com com nova ministra Macaé Evaristo no Palácio da Alvorada Ricardo Stuckert/Divulgação Presidência

Lula anuncia Macaé Evaristo nos Direitos Humanos após demissão de Silvio Almeida

Deputada estadual do PT recebe aval para reorganizar pasta e diz defender apurações sobre antecessor preservando sigilo de vítimas

Catia Seabra, Marianna Holanda e Renato Machado

BRASÍLIA O presidente Lula (PT) anunciou nesta segunda-feira (9) a deputada estadual mineira Macaé Evaristo (PT) como a nova ministra dos Direitos Humanos.

Ela vai substituir Silvio Almeida, demitido na sexta (6) após acusações de assédio sexual. Uma das vítimas seria a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco.

Lula a recebeu no Palácio da Alvorada por volta das 14h30 desta segunda. A ministra Esther Dweck, titular da Gestão que responde interinamente pelo Ministério, e a presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR), também participaram do encontro.

Lula publicou em rede social uma foto ao lado da nova ministra confirmando sua escolha.

Na conversa, Lula deu liberdade para que Macaé reorganize a pasta, já que será de sua responsabilidade a apresentação de resultados. Ele disse estar contente por ela ter aceitado seu convite e que conhece a sua história e sabe de seu compromisso público.

Mais tarde, Macaé defendeu a apuração das acusações contra Almeida preservando o direito de vítimas ao sigilo.

"Quanto às denúncias, é muito importante que os órgãos responsáveis façam as apurações devidas. [...] Acho que é preciso garantir o direito dos denunciantes, [mas] também garantir o amplo e pleno direito de defesa", disse.

Disse ainda ser "muito importante" garantir "a privacidade e o sigilo sobre os fatos, principalmente daquelas pessoas que foram lesadas".

Ela precisará se licenciar do cargo de deputada estadual antes de ser oficializada no Diário Oficial da União, mas disse que já havia começado os trabalhos e previa a posse na próxima semana.

A escolha da nova ministra foi celebrada por Gleisi. "O presidente Lula nomeia uma mulher negra, combativa, com história de lutas e realizações na defesa da educação e dos direitos humanos, das crianças e adolescentes", escreveu em rede social.

Macaé foi a primeira mulher negra a ocupar os cargos de secretária de Educação em Belo Horizonte (2005 a 2012) e no estado de Minas Gerais (2015 a 2018). Também já atuou no governo federal no governo Dilma Rousseff (PT): entre 2013 e 2014, comandou a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, subpasta ligada ao MEC (Ministério da Educação).

Reconhecida no meio educacional e nas discussões sobre racismo, ela é professora desde os 19 anos. Em 2022, foi eleita deputada estadual em Minas.

Aliados já a apontavam como principal favorita e que outros nomes apenas se encontrariam com o mandatário caso a conversa com a mineira não avançasse.

Havia receio de que a pretensão dela de disputar a eleição para a Câmara dos Deputados em 2026 fosse um problema, considerando que não poderia permanecer até o fim do governo.

No fim da tarde de sexta (6), Lula decidiu demitir Almeida após o surgimento de acusações de assédio sexual contra o ministro. A organização Me Too Brasil disse que recebeu os relatos e prestou auxílio às supostas vítimas.

Almeida vem negando as acusações.

O episódio virou munição para a direita, e o caso tem gerado divergências dentro do campo político da esquerda. Bolsonaristas usam o episódio para criticar os adversários, inclusive Lula, que soube do episódio pelo menos sete dias antes de as acusações serem tornadas públicas, como mostrou a **Folha**.

Na própria esquerda, apesar da majoritária solidariedade a Anielle, houve quem defendesse Almeida.

A área dos direitos humanos era uma das principais apostas governistas, diante da má imagem, inclusive internacional, que o governo Jair Bolsonaro (PL) tinha nesse setor, com histórico de declarações preconceituosas contra minorias.

Bolsonaro chamou Almeida de "taradão da Esplanada" horas depois de o caso ser divulgado. Ele e seu filho senador, Flávio Bolsonaro (PL-RJ), compartilharam nas redes a notícia das acusações de assédio.

O governo Bolsonaro também teve denúncias de assédio: Pedro Guimarães, então presidente da Caixa Econômica Federal, foi acusado por no mínimo cinco funcionárias do banco de assédio sexual e acabou saindo do cargo.

INÊS 249

Nova ministra vem da educação e fez acordo em ações de improbidade

Paulo Saldaña, Renato Machado e Artur Búrigo

BRASÍLIA E BELO HORIZONTE Escolhida pelo presidente Lula (PT) para chefiar o Ministério dos Direitos Humanos, a deputada estadual mineira Macaé Evaristo (PT) tem um histórico de militância e atuação política voltada para a educação e o combate ao racismo e a desigualdades.

Não é a primeira vez que integra o governo federal. De 2013 a 2014, no governo Dilma Rousseff (PT), comandou a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), do Ministério da Educação.

Após Lula vencer a eleição em 2022, integrou a equipe de transição e chegou a ser cotada para voltar ao governo. Mas, eleita deputada estadual em Minas, decidiu assumir seu mandato.

Macaé Evaristo foi secretária municipal e estadual de Educação. Antes do MEC, foi a primeira mulher negra a ocupar o cargo em Belo Horizonte (2005 a 2012). E, de 2015 a 2018, foi secretária estadual da área em Minas Gerais —também sendo a primeira negra a ocupar essa posição.

Nascida em São Gonçalo do Pará (MG), tem 60 anos e é prima da escritora Conceição Evaristo.

Professora desde os 19 anos de idade, ela é graduada em serviço social, formou-se mestre e é doutoranda em educação.

Sua atuação na secretaria do MEC é considerada referência nessas discussões, uma vez que tratava de temáticas como "questões de raça, cor, etnia, origem, posição econômica e social, gênero, orientação sexual, deficiências, condição geracional e outras que possam ser identificadas como sendo condições existenciais favorecedoras da exclusão social".

A Secadi foi extinta durante o governo Bolsonaro e recriada em 2023, após a posse de Lula.

Em 2022, assinou um acordo de R$ 10,4 mil com o MP-MG (Ministério Público de Minas Gerais) para encerrar um conjunto de ações de improbidade administrativa.

A reportagem encontrou ao menos 13 processos sobre sua gestão como secretária estadual de Educação. As ações apuravam a compra de carteiras escolares.

Procurada, sua assessoria disse que, quando foi secretária estadual, houve licitações de mobiliário e kits escolares, que posteriormente foram alvo de investigações do MP. E afirmou que cumpriu todas as obrigações impostas no acordo.

"Os processos pelos quais respondi resultaram na celebração de acordos para resolução célere e eficiente sobre questões ligadas à Administração Pública. Destaco que sempre colaborei com a Justiça de forma engajada, reafirmando meu compromisso com a transparência, responsabilidade e defesa do interesse público", disse, em nota.

Esplanada fica com 10 mulheres e 28 homens

Com Macaé Evaristo, o governo Lula tem agora 10 mulheres e 28 homens comandando pastas na Esplanada dos Ministérios. A gestão havia começado com um recorde de 11 ministras, mas o número diminuiu com o esforço do presidente para dar espaço ao centrão e ampliar sua base no Congresso.


O candidato do PSOL à Prefeitura de São Paulo, Guilherme Boulos Reprodução/Folha de S. Paulo no YouTube

Boulos descarta reduzir velocidade e diz conciliar segurança e opinião pública

Candidato à Prefeitura de São Paulo reafirmou fraude em eleição na Venezuela, que evitou chamar de ditadura, e disse que Nunes e Marçal disputam gincana de quem é mais violento

SABATINA FOLHA/UOL

Marcos Hermanson e Joelmir Tavares

SÃO PAULO O candidato à Prefeitura de São Paulo Guilherme Boulos (PSOL) descartou aplicar medidas para reduzir velocidade no trânsito, se eleito, e disse ser preciso conciliar segurança e demandas populares nesta segunda (9) ao participar do ciclo de sabatinas promovido por **Folha** e UOL.

Ele também disse que não repetirá a forma como as ciclovias foram implantadas pela gestão Fernando Haddad (PT), chamou a gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB) de medíocre e evitou chamar o regime de Nicolás Maduro na Venezuela de ditadura, embora tenha reafirmado a ocorrência de fraudes na eleição.

Ele abordou o tema ao ser questionado sobre ações de Haddad, seu apoiador, que sofreu desgaste por baixar limites de velocidade para reduzir mortes no trânsito.

"Isso não foi aceito, houve uma rejeição, embora tivesse uma consistência. Como não foi aceito, nós não retomaremos o debate de redução da velocidade na cidade de São Paulo", afirmou.

Negou que a decisão decorra de falta de coragem, como lhe foi perguntado. E disse que "não se pode ignorar o pensamento e o sentimento dos cidadãos", defendendo "ter um equilíbrio".

Especialistas avaliam que Boulos abre mão de reduzir mortes ao descartar redução de velocidade.

"É uma fala bem politiqueira", diz Mauricio Pontello, diretor do Instituto Nacional de Projetos para Trânsito e Segurança. "Se conversar com pessoas que perderam familiares no trânsito, elas vão defender a redução".

Para Hélio Dias, integrante do Observatório Nacional de Segurança Viária, a política pública precisa se sobrepor à popularidade do governante. Com velocidade menor, cai também o risco de acidentes graves. Ex-coordenadora da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego), Suzana Nogueira diz que a medida reduziu acidentes graves e fatais nas marginais na gestão Haddad.

A cidade registrou queda de 15% nos óbitos no trânsito em 2016, com 169 mortes menos que em 2015. Hoje, o cenário é de alta: no primeiro semestre de 2024, foram 520 óbitos, ante 395 de igual período de 2023 —alta de 31,6%.

Boulos disse que suas propostas passam por conectar a bicicleta a outros modais de transporte, o que demanda planejamento de infraestrutura cicloviária.

Criticou o candidato Ricardo Nunes (MDB) pelo que considera "visão medíocre" de cidade. Para ele, o prefeito relegou a capital à condição de vilarejo, desconsiderando seu papel global .

"Se Nunes tivesse um mínimo de transparência e bom uso dos recursos públicos, daria para fazer muito mais", afirmou, relacionando-o a suspeitas de corrupção e mau uso de verbas. Disse que Nunes é conivente com a presença do crime organizado em contratos, como no transporte.

Sobre viabilidade de suas propostas, disse que a equipe fez cálculos a partir da projeção de arrecadação para os próximos anos, chegando à conclusão de que não faltam recursos, mas vontade política e capacidade de gestão.

Também rebateu o governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) por entrar com processo contra sua campanha pelo uso da marca Poupatempo no programa Poupatempo da Saúde, previsto em seu plano e homônimo de uma iniciativa de Santo André.

Boulos disse que governo não é dono de política pública e que Tarcísio erra ao atacar uma proposta, não o problema da saúde em si. E prometeu zerar essas listas de espera —sem fixar prazo.

Falou em regular serviços de entrega e transporte de passageiros por aplicativo. "Vou mandar um projeto de lei para a Câmara Municipal propondo as responsabilidades dessas empresas", disse, após afirmar que o ideal seria um termo de ajustamento de conduta junto ao Ministério Público.

Propõe que empresas como Uber, 99 e iFood arquem parcialmente com centros de apoio aos trabalhadores de aplicativo espalhados pela cidade e previstos no seu plano de governo. "Não estão nem aí para o motoqueiro que trabalha 12 horas por dia, não estão nem aí para o motorista que fica até de noite trabalhando de maneira insegura. Só querem saber do lucro delas."

Sobre medidas da atual gestão na habitação, elogiou o programa Pode Entrar, da prefeitura, dizendo que manterá "o que tem de bom" na iniciativa.

"O problema é que ele não tem sido efetivado como deveria", disse. "A atual gestão focou em comprar imóveis prontos do setor imobiliário e não focou no processo de construção de imóveis para habitação de interesse social [para] famílias mais carentes."

Citando vitórias da esquerda em eleições municipais anteriores, disse não ter medo de ficar fora do segundo turno e que Pablo Marçal (PRTB) e Nunes disputam "gincana de quem é mais bolsonarista e quem é mais violento".

Repetiu que há indícios de fraude na eleição na Venezuela, sem endossar o termo ditadura para o país do ditador Nicolás Maduro.

"Me posicionei dizendo que a eleição do Maduro está cheia de suspeitas de fraude e que, portanto, o governo não tem legitimidade", afirmou.

"A Venezuela está a 4.000 quilômetros", disse. "Minha posição sobre a Venezuela, assim como a de boa parte dos representantes da esquerda brasileira, já foi firmada de maneira muito clara."

A mediação da sabatina foi de Fabíola Cidral, ao lado dos entrevistadores Raquel Landim, do UOL, e Fábio Haddad, editor de Cotidiano da **Folha**.

"

Isso não foi aceito, houve uma rejeição, embora tivesse uma consistência. Como não foi aceito, nós não retomaremos o debate de redução da velocidade na cidade de São Paulo

Se Nunes tivesse um mínimo de transparência e bom uso dos recursos públicos, daria para fazer muito mais

[As empresas de aplicativos] não estão nem aí para o motoqueiro que trabalha 12 horas por dia, não estão nem aí para o motorista que fica até de noite trabalhando de maneira insegura. Só querem saber do lucro delas

O problema é que [o programa Pode Entrar] não tem sido efetivado como deveria. A atual gestão focou em comprar imóveis prontos do setor imobiliário e não no processo de construção de imóveis para habitação de interesse social [para] famílias mais carentes

Eu, como membro da esquerda, me posicionei dizendo que a eleição do Maduro está cheia de suspeitas de fraude e que, portanto, o governo não tem legitimidade

Google demora 2 semanas para tirar vídeos de Marçal

Produções só foram retiradas do YouTube após reportagem questionar o não cumprimento de ordem da Justiça Eleitoral

Renata Galf

SÃO PAULO Pouco mais de duas semanas após liminar da Justiça Eleitoral suspender os perfis de Pablo Marçal (PRTB), candidato à Prefeitura de São Paulo, vídeos postados pelo canal suspenso seguiam disponíveis no YouTube.

Os links ficaram indisponíveis apenas no meio da tarde desta segunda (9), depois de a **Folha** perguntar ao Google o motivo de os vídeos ainda estarem no ar.

A empresa afirmou apenas que o YouTube "cumpre as ordens judiciais relacionadas ao pleito eleitoral e atua em proximidade com o Tribunal Superior Eleitoral".

Apesar de o perfil de Marçal alvo da ordem (@pablomarcall) exibir a mensagem "Este canal não está disponível", na prática diversos vídeos seguiam no ar.

Em 25 de agosto, o Google mostrou no processo a reprodução desta tela, dizendo que com ela informava a Justiça sobre "a suspensão da página do canal".

Mas a **Folha** viu que vários vídeos publicados no perfil ainda podiam ser encontrados no começo da tarde desta segunda via busca na própria plataforma ou diretamente pelo link dos vídeos.

A medida foi determinada em ação apresentada pelo PSB da também candidata Tabata Amaral. O juiz eleitoral de primeira instância entendeu que caberia, até o fim da eleição, suspender os perfis que vinham sendo usados por Marçal no contexto de competições de cortes remuneradas. Mas disse que o candidato não estava impedido de criar novas contas nas plataformas.

Segundo constava nos vídeos que ainda estavam disponíveis no YouTube, o canal de Marçal suspenso tinha 3,7 milhões de inscritos. Já a conta criada pelo candidato após a suspensão (@pablomarcalporsp) alcançava até a tarde desta segunda 57,8 mil seguidores e pouco mais de 168 mil visualizações.

Vários vídeos antigos de Marçal que seguiam no ar nesta segunda tinham em suas descrições o número do Pix destinado a doações para sua campanha e o link para o site de sua candidatura.

"Conheça Pablo Marçal, o futuro prefeito da cidade de São Paulo! Faça sua doação e colabora com a nossa campanha! Pix para doação", diz a descrição de links consultados pela reportagem.

Um exemplo é o vídeo "5 formas de gerar renda e abandonar o seu salário! Pablo Marçal", publicado em 2019, com 1,7 milhão de visualizações.

"O canal caiu mas o vídeo continua sendo recomendado kkkk FAZ O M", diz um comentário no vídeo feito um dia antes. "Pois é! Também estranhei. kkkkk", outro perfil respondeu.

A ação do PSB pede condenação do influenciador por abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação. Argumenta que haveria ilicitude nas competições de cortes de vídeos de Marçal, que se dariam com distribuição de prêmios em dinheiro a quem conseguisse mais visualizações com conteúdos sobre ele.

A defesa de Marçal disse que a decisão viola o direito à liberdade de expressão, caracteriza censura prévia, e teria sido determinada "sem a observância do contraditório, ampla defesa e devida instrução probatória". Também diz que "não há financiamento nenhum por trás disso, nem na pré-campanha, nem na campanha".

O Google questionou a decisão da Justiça pedindo fim da suspensão do canal no YouTube, alegando que a ordem é obscura ao "abranger um conjunto indeterminado de vídeos que potencialmente não possuem relação alguma com os fatos alegados na demanda" e que a medida afeta a funcionalidade e a prestação de serviços da plataforma.

Nunes leva à TV acusações contra influenciador

Ricardo Nunes (MDB) levou à propaganda na TV acusações contra Pablo Marçal (PRTB), incluindo sua condenação por furto qualificado em um caso de 2005 e ligações de seu partido com o PCC. Marçal foi acusado de participar de quadrilha de fraudes bancárias e diz que só consertava computadores para o grupo. O processo, porém, não corrobora essa versão.



Candidato à reeleição, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) faz campanha durante caminhada na zona norte de São Paulo Divulgação

Vice de Nunes associa Boulos a invasão de terra e sugere confusão com MST

SÃO PAULO Em propaganda eleitoral de rádios nesta segunda (9), Ricardo Mello Araújo (PL), candidato a vice-prefeito na chapa com Ricardo Nunes (MDB), associou Guilherme Boulos (PSOL) a "invasão de terras", e Pablo Marçal (PRTB), ao "crime organizado".

Ele sugeriu uma confusão entre o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), grupo do qual Boulos foi coordenador, com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Também associou Marçal ao crime organizado. "Não vou permitir que invasor de terra entre aqui na cidade de São Paulo, tampouco gente ligada ao crime organizado", declarou o candidato.

Victória Cócolo

Briga entre influenciador e Malafaia é antiga e já teve pedido de perdão

Anna Virginia Balloussier

SÃO PAULO Em vídeo de maio de 2022, Pablo Marçal fez uma promessa ao pastor Silas Malafaia que não conseguiu cumprir: "Nunca mais vou ser um problema na sua vida".

Os dois hoje travam uma briga que começou na avenida Paulista, no feriado da Independência, e se estendeu à lona virtual.

Marçal, candidato do PRTB a prefeito de São Paulo, disse que tentou entrar no trio elétrico onde Jair Bolsonaro (PL) e aliados estavam neste 7 de Setembro, mas foi barrado.

Coordenador do ato, o líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo o acusou de ser um "safado" que quis "lacrar em cima de mim". Afirmou à **Folha** que os discursos já haviam acabado e ninguém mais subiria depois disso. Marçal que tivesse chegado mais cedo, como o prefeito Ricardo Nunes (MDB) e a candidata Marina Helena (Novo).

Malafaia voltou à carga em novo vídeo desta segunda (9). Marçal "não é vítima, é lacrador, é mentiroso, manipulador", diz. Afirma ainda que Bolsonaro havia convocado "todos os candidatos a prefeito", mas que ele só chegou depois do fim, daí ser impedido de subir.

Malafaia sugere que Marçal não quis correr o risco de se indispor com o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) tido como inimigo maior dos bolsonaristas. "Ele, que usa com tanta força as redes sociais, por que não usou com força para convocar o povo para o 7 de Setembro? Quer a resposta? Porque ele sabia que lá nós íamos pedir o impeachment de Alexandre de Moraes. Ou ele tem acordo ou tem medo."

Pastor e influenciador já haviam se desentendido publicamente dois anos atrás, quando Marçal ainda era pré-candidato à Presidência, ambição que atolou em questões partidárias.

À **Folha** Malafaia afirma que suas desavenças com o autodenominado ex-coach, mais do que políticas, têm fundo doutrinário. "Ele começou a ensinar que ninguém precisa de igreja, não precisa de pastor, que qualquer um pode batizar. E olha a jogada dele, ele formou um tal de Quartel General do Reino. Quer dizer, uma igreja dele, em outras palavras."

Marçal afirma que tem raízes na Assembleia de Deus e que depois passou 20 anos na goiana Igreja Videira, onde por sinal esteve na noite de sábado (7), depois de ir à Paulista. Mas rejeita o rótulo de evangélico e prefere ver o cristianismo como "lifestyle".

Malafaia confirma que teve "um pega-pra-capar violento" com Marçal em 2022. Mas que ficou por aí. "Depois, acabou. Não falei mais nada com ele. Não tinha mais nada que falar. Acabou."

Diz ainda que "estava quieto", sem fazer campanha para candidato algum em São Paulo, mesmo se Bolsonaro oficialmente aderiu à chapa de Nunes. Isso até o candidato do PRTB o atiçar.

Bandeira no 7/9 vira disputa de narrativas

A campanha de Pablo Marçal (PRTB) acusa funcionários da Prefeitura de São Paulo, comandada por Ricardo Nunes (MDB), estenderem bandeira com a mensagem: "Bolsonaro parou e Marçal começou", durante um ato na Paulista. A equipe de Nunes encaminhou à Folha vídeo que mostra possíveis apoiadores de Marçal colocando a faixa.

Ações na Justiça contra Marçal têm baixo risco de tirá-lo da urna

Tramitação faz com que seja improvável condenação antes do 1º turno; processo sobre PRTB também pode afetar candidato

Renata Galf e Ana Gabriela Oliveira Lima

SÃO PAULO Apesar de o candidato à Prefeitura de São Paulo Pablo Marçal (PRTB) ser alvo de uma série de ações na Justiça Eleitoral, é improvável que seu nome não esteja na urna no 1º turno da eleição, considerando os processos que envolvem seu nome até aqui.

Isso porque, independentemente da consistência ou não dos elementos já apresentados, a retirada do nome de um candidato da urna, de modo geral, só ocorreria após uma decisão do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), no sentido de cassar ou indeferir uma candidatura.

Em São Paulo, a previsão é que o fechamento do sistema de candidaturas ocorra em 23 de setembro. No dia seguinte, começará a geração das mídias que irão para as urnas.

Se a Justiça Eleitoral vier a entender que os elementos das ações justificam indeferimento do registro ou cassação, e se Marçal tiver sido eleito, pode perder o mandato —um cenário que implicaria uma nova eleição.

Além dos processos envolvendo-o diretamente, também é apontada a possibilidade de que questionamentos envolvendo o PRTB no TSE impactem sua candidatura.

A **Folha** procurou a assessoria de Marçal para que comentasse os processos, mas não obteve resposta. Também tentou contato com a assessoria de Leonardo Avalanche, presidente do PRTB, que não atendeu.

Marçal foi alvo de duas ações de investigação judicial eleitoral (Aijes) focadas nas competições de cortes de vídeos no Discord.

As penas possíveis são, na hipótese de condenação antes da eleição, indeferimento do pedido de candidatura ou cassação do registro, se este já tiver sido aceito. Se houver condenação após o pleito, e o alvo da ação tiver sido eleito, há cassação do mandato. Nos dois casos, há ainda a inelegibilidade por oito anos.

Essas ações tramitam na primeira instância e devem passar ainda pela etapa de produção de provas. Marçal nega que tenha pagado pelos cortes desde o início da pré-campanha.

Sidney Sá das Neves, presidente da comissão de direito eleitoral da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) Nacional, explica que, em caso de condenação em segunda instância na Aije, o candidato pode recorrer ao TSE e solicitar a suspensão da punição até o julgamento.

Ele entende que, pelo tempo de tramitação, entre as ações apresentadas não há nada que ameace a candidatura de Marçal até a eleição.

Marçal também foi alvo de três impugnações no processo de registro de sua candidatura —a análise é se ele preenche os requisitos legais para ser candidato. Foi feita ainda uma impugnação no processo relativo aos atos partidários de sua chapa.

Os argumentos nas duas ações têm teor semelhante, envolvendo aspectos da convenção do PRTB em São Paulo e o prazo de filiação. O juiz eleitoral de primeira instância deu decisão positiva para Marçal, deferindo seu registro de candidatura. Cabe recurso.

O professor Volgane Carvalho, membro da Abradep (Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político), explica que, na hipótese de um candidato ir para a urna com o status de "indeferido com recurso", ele tem os votos anulados caso o indeferimento seja confirmado pelo TSE.

O PRTB vive um racha interno, e o atual presidente do partido é alvo de ações de diferentes alas.

Aldineia Fidelix, viúva do fundador da sigla, Levy Fidelix, morto em 2021, diz que Avalanche descumpriu acordo de duas chapas que concorriam na convenção nacional do partido em fevereiro, segundo o qual ele teria se comprometido a conceder, entre outros postos, a vice-presidência da sigla.

Ela pede desconstituição de órgãos do partido e atos praticados por eles desde então. Uma decisão nessa linha poderia afetar a candidatura de Marçal.

Um pedido liminar foi negado pela ministra Cármen Lúcia, presidente do TSE. Ela entendeu, em análise inicial, que não se extraía da ata da convenção que tal acordo teria sido incorporado. Aldineia recorreu, e a ministra determinou que o PRTB se manifeste. Não há prazo para análise.

Houve ainda pedido de afastamento de Avalanche em um processo movido pelo secretário-geral da legenda e pela ex-vice-presidente —que diz ter renunciado ao posto em abril após sofrer ameaça de morte.



Pablo Marçal com Gustavo Villatoro, ministro da Justiça de El Salvador gen_media no Instagram

Influenciador se encontra com ministro da Justiça de El Salvador sem presidente Bukele

Daniela Arcanjo, Júlia Barbon e Mariana Zylberkan

SÃO PAULO O candidato à Prefeitura de São Paulo Pablo Marçal (PRTB) se encontrou com o ministro da Justiça e Segurança de El Salvador, Gustavo Villatoro, sem o presidente Nayib Bukele, ao viajar ao país na última quinta (5). Ele foi gravado em frente ao conhecido megapresídio "antiterrorismo" construído pela gestão.

Naquele dia, o influenciador disse à coluna da Mônica Bergamo, da **Folha**, que estava embarcando para "encontrar um presidente". No sábado (7), desembarcou em Guarulhos e se dirigiu ao ato bolsonarista na avenida Paulista pelo 7 de Setembro.

Villatoro veio ao Brasil em julho, para a conferência conservadora Cpac, em Balneário Camboriú (SC), onde foi tratado como celebridade pela plateia bolsonarista. Na ocasião, disse que o país conseguiu reduzir os índices de criminalidade por ter mandado as principais instituições judiciárias "al carajo".

Nas fotos postadas pela equipe de Marçal em El Salvador, o influenciador ainda aparece em frente à fachada do Cecot (Centro de Confinamento do Terrorismo), megapresídio construído para abrigar 40 mil detentos no país, que sob Bukele atingiu a maior taxa de encarceramentos do mundo. Não está claro se entrou no local.

A prisão se tornou uma espécie de monumento à guerra do presidente contra o crime e visita obrigatória de influenciadores e políticos que passam por ali. O líder ganhou fama internacional após diminuir a taxa de homicídios de um país que por anos figurou entre os mais violentos do mundo.

Mas as estratégias para a manutenção dessa queda, que já vinha sendo registrada em governos anteriores, são questionadas. Em 2022, áudios revelados pelo jornal El Faro embasaram uma denúncia que o veículo fazia há meses: a de que a diminuição dos assassinatos era fruto de um acordo de membros da gestão com as gangues locais.

A **Folha** pediu informações sobre o encontro ao governo de Bukele, mas a gestão respondeu que não poderia checá-las porque o país passa por uma crise nesta segunda (9) —a cúpula da Polícia Nacional morreu numa queda de helicóptero, enquanto transportava um fugitivo da Justiça.

Marçal diz ter gravado um documentário durante a viagem, que está sendo editado.

Quem é Nayib Bukele



Presidente de El Salvador, Bukele se elegeu em meio a denúncias de corrupção e ao desgaste dos dois principais partidos do país: o FLMN, de esquerda, e o Arena, de direita. Publicitário, apostou numa estratégia de marketing que fez com que os partidos tradicionais parecessem ultrapassados. Desde que assumiu, ele deu início a uma gestão autoritária, marcada por uma política de combate a gangues e encarceramento em massa. Popular por reduzir a violência, mudou a Constituição para se reeleger com 84,65% dos votos

Apresentadores tentam transformar popularidade na televisão em votos

Datena, Dudu Camargo e Tramonte buscam eleitorado sensível à segurança pública

Gustavo Zeitel

SÃO PAULO Nos vídeos de suas redes sociais, Dudu Camargo (Republicanos), candidato a vereador de São Paulo, aparece fora do estúdio, com o terninho que não sai do seu corpo, pedindo votos nas ruas a quem se acostumou a vê-lo na TV.

Aos 18 anos, em 2016, foi escolhido por Silvio Santos, morto no mês passado, para ser o novo apresentador do Primeiro Impacto, telejornal do SBT que seria remodelado como um programa policial, com teor popularesco.

Oito anos depois, ele integra um movimento de ex-apresentadores que, como José Luiz Datena (PSDB), concorrente à Prefeitura de São Paulo, tentam entrar na vida política.

"Esse tipo de jornal agrada muito, porque mostra a realidade do povo, com uma linguagem que todos entendem", diz Camargo, empostando sua voz ao telefone.

Em comum, esses candidatos aproveitam a popularidade da TV para alicerçar a campanha em prestação de serviço, típica das atrações dos programas policiais.

Assim, buscam angariar votos de um eleitorado mais sensível a questões de religião e segurança pública. Mas os adeptos do "datenismo cultural" se embaraçam são perguntados se apoiam o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

"Minha política não será aquela de raposa velha", diz Camargo. "A preocupação é saber se estou beneficiando o povo."

Ele conta que cresceu vendo Datena, embora se inspire em Silvio Santos, e que a política seria um modo de resolver os problemas das pessoas, sem precisar cobrar das autoridades, como fazia no quadro Chutando o Balde.

Camargo surgiu no programa Fofocando, do SBT, em 2016, como o Homem do Saco, na atração com Mamma Bruschetta, Leão Lobo e Mara Maravilha.

Em junho de 2023, saiu da emissora envolvido em polêmicas. Foi demitido pela direção da empresa por indisciplina. O estopim teria sido uma toalha suja de fezes, encontrada em seu camarim ao lado de um microondas, o que nega.

"A demissão não partiu do Silvio. Quem era apadrinhado por ele era perseguido", diz.

Em outro episódio, foi condenado a pagar R$ 30 mil à cantora Simony por tê-la apalpado, há dois anos, na RedeTV!. "Quem viu o vídeo sabe que não cometi nenhum crime ali", afirma Camargo.

O representante dos apresentadores com maior sucesso até agora, nesta eleição, busca a Prefeitura de Belo Horizonte. É o deputado estadual Mauro Tramonte (Republicanos), que por 16 anos esteve à frente da edição mineira do Balanço Geral, da TV Record.

"O fato de ele ter apresentado uma atração popular o torna alguém mais conhecido e que também conhece a cidade", diz Rodrigo Mendes, seu marqueteiro.

Segundo a pesquisa Datafolha, Tramonte está isolado, em primeiro lugar, com 29% das intenções de voto. Um de seus adversários, o senador Carlos Viana (Podemos) foi apresentador do Alterosa Urgente, programa similar, da TV Alterosa (afiliada ao SBT), e tem 5% das intenções.



Esse tipo de jornal agrada muito, porque mostra a realidade do povo, com uma linguagem que todos entendem

Dudu Camargo
apresentador de programa popularesco no SBT e candidato a vereador pelo Republicanos em São Paulo

Nas redes, Viana publica imagens de familiares e, numa foto, surge com a frase "Deus e família", num aceno aos mais religiosos.

Oponentes, Tramonte e Viana se popularizaram com os programas policiais, que se espalharam na TV nos anos 1990. Eles ficavam de pé, vestiam ternos e mostravam crimes escabrosos. Defensores da classe policial, faziam discursos que evocavam a máxima "bandido bom é bandido morto".

De 2020 a 2023, Sikêra Júnior recebia Bolsonaro no Alerta Nacional, da RedeTV!. Datena tinha abertura incomum com o ex-presidente, mas distanciou-se dele. Sua campanha avalia que a retórica policialesca se dilui quando diz que a mulher deve decidir sobre o aborto ou que a cracolândia é questão de saúde.

"Alô, Brasil", Jasson Goulart (Republicanos), candidato a vereador de Curitiba, atende o telefone, como se abrisse uma transmissão na TV. Nos últimos anos, apresentou o Balanço Geral, da Record local.

Como seus colegas, grava vídeos nas ruas e entrevista os passantes. "Nasci em um lar cristão, sou filho de militar, sou de direita, quer dizer, de centro."

Petista liga mau momento em Campinas a assassinato de prefeito

SABATINA FOLHA/UOL

Bruno Xavier

SÃO PAULO O petista Pedro Tourinho, candidato à Prefeitura de Campinas, afirmou em sabatina **Folha**/UOL que o PT perdeu espaço na cidade por causa do assassinato do ex-prefeito Toninho do PT, em setembro de 2001.

"Aconteceu um assassinato brutal da maior liderança política que o partido tinha construído ao longo desses anos. Um crime sem solução, que segue ainda maculando a história da nossa cidade. Depois disso tivemos crises nacionais, mas acho que esse tempo passou. Temos o presidente Lula reconstruindo o Brasil", disse.

Toninho foi assassinado a tiros em 10 de setembro de 2001, com menos de um ano de governo. Inquérito policial concluiu que foi morto por ter atrapalhado uma fuga de bandidos no trânsito, mas a família rejeita a hipótese. Doze horas após o crime, aconteceu o atentado ao World Trade Center, que ofuscou a atenção dada ao assassinato do político.

O deputado federal reiterou várias vezes o apoio de Lula a sua candidatura, mas disse prever boas relações com o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) se eleito. "O diálogo com o governador vai ser o melhor possível. Nós nunca vamos colocar os interesses políticos e partidários à frente dos interesses da cidade. Vamos fazer um diálogo sempre republicano com o governo do estado, pautado no princípio de que Campinas precisa de todo apoio."



O candidato à Prefeitura de Campinas Pedro Tourinho em sabatina Reprodução/Folha de S. Paulo no YouTube

Tourinho concorreu à prefeitura pela primeira vez em 2020, terminando em terceiro lugar no primeiro turno. Mesmo contra os mesmos principais candidatos da última eleição, o prefeito Dário Saadi (Republicanos) e Rafa Zimbaldi (Cidadania), ele vê o cenário deste ano com otimismo.

"Tenho certeza que desta vez esse discurso vai ressoar ainda mais forte que na última eleição, quando, no primeiro turno, o candidato mais à frente [Saadi] fez 25% dos votos, o segundo colocado [Zimbaldi] fez 21%, e eu fiz 20%. Foi uma eleição muito parelha. Tudo que a gente apontava naquela campanha se agravou", disse.

Criticou as gestões de Saadi e de Jonas Donizette (PSB), antecessor no cargo. "Campinas é administrada pelo mesmo grupo há 12 anos. Ao longo desse tempo, a marca que caracteriza a situação da cidade é a de obras paradas, abandono do centro e uma crise sem precedentes da saúde pública. Nós nunca tivemos uma situação de saúde tão dramática quanto a que vivemos hoje."

Também falou do abandono da região central do município e disse que pretende trazer moradia e serviços para revitalizar o bairro. "Temos um projeto que é a implantação de um campus do Instituto Federal na área onde hoje é o pátio ferroviário. Dessa maneira, vamos ter de 5.000 a 8.000 estudantes morando, frequentando o centro da cidade, abrindo uma cadeia virtuosa de consumo, habitação, utilização de restaurantes e espaços de cultura."



As casas de 15 m² construídas pela prefeitura são motivo de tristeza para todo o país

Pedro Tourinho
candidato do PT à Prefeitura de Campinas

Criticou o atual prefeito pela construção de minicasas de 15 m² para pessoas mais pobres. "As casas de 15 m² construídas pela prefeitura são motivo de tristeza para todo o país. O prefeito Dário, em vez de buscar o governo federal como parceiro e fazer casas boas para se morar, ele ofereceu para pessoas em situação de desespero essa solução completamente inadequada", disse

Reforçou o plano de parceria com Lula para os transportes. "Nós vamos aproveitar mais uma grande oportunidade que o presidente Lula oferece para Campinas pelo PAC [Programa de Aceleração ao Crescimento]: R$1 bilhão para aquisição de 512 novos ônibus, que representam a renovação de mais da metade da frota de Campinas. Nós vamos terminar as obras do BRT, que se arrastam há mais de uma década".

Tourinho é médico e deputado federal. Foi vereador de Campinas de 2013 a 2020. Há quatro anos, Tourinho concorreu pela primeira vez à prefeitura, terminando na terceira colocação no primeiro turno. Assumiu a suplência do deputado federal Rui Falcão (PT) neste ano, após ele se licenciar para cuidar da campanha de Guilherme Boulos (PSOL) na capital paulista.


Renato Bolsonaro, pré-candidato à Prefeitura de Registro, em ato de campanha Fotos de Rafaela Araújo/Folhapress

Irmão de Bolsonaro disputa prefeitura sem apoio da base bolsonarista

Terceira opção do PL, Renato Bolsonaro é azarão em Registro (SP), empreitada mais ambiciosa do clã em sua cidade de origem

Fabio Victor

REGISTRO (SP) Nos últimos dias, Renato Bolsonaro anunciou com alarde o maior evento de sua campanha para prefeito de Registro, interior de São Paulo: uma motociata-carreata marcada para esta terça (10), com a presença do irmão Jair, ex-presidente da República, e do governador Tarcísio de Freitas.

É um esforço dos padrinhos ilustres para alavancar uma candidatura tida como pouco promissora ao comando da principal cidade do Vale do Ribeira, sul de SP, região mais pobre do estado e base da família Bolsonaro.

Os pais de Jair e Renato se instalaram ali nos anos 1960, e até hoje a maioria dos seus descendentes vive e tem negócios e propriedades em cidades vizinhas a Registro.

Mais novo que Jair (69 anos), Renato, 60, é um dos cinco irmãos do ex-presidente. Ambos são capitães reformados do Exército, mas, no campo eleitoral, um abismo os separa.

Jair ganhou 8 das 9 eleições que disputou —sua única derrota foi em 2022. Renato, ao contrário, é ruim de voto: nas 8 já disputadas (para vereador, prefeito ou deputado federal), perdeu 7 e ganhou só uma, para vereador, em Praia Grande, em 1996 (teve 834 votos).

Concorre agora pelo PL do irmão, seu oitavo partido diferente. Entrou de última hora, como terceira opção da sua nova sigla.

A primeira alternativa tentada por Jair Bolsonaro foi o ruralista Jeferson Magario, produtor de banana —carro-chefe da economia da região. Magario não topou. "Eu já tinha dado a minha palavra ao Samuel que o apoiaria, expliquei isso para o Jair", diz, em referência ao ex-prefeito e ex-deputado federal Samuel Moreira (PSD), hoje o favorito para vencer a eleição.

A segunda opção do PL era o atual prefeito de Registro, Nilton Hirota. Em abril, ele trocou o PSDB pela tropa de Bolsonaro e foi lançado pré-candidato à reeleição pelo presidente do partido, Valdemar Costa Neto.



Banner de Renato Bolsonaro em ponto de ônibus de Registro



Fachada da loja de Vitória Bolsonaro, filha de Renato



Apoiadores de Renato Bolsonaro no centro de Registro

Dois meses depois, a reviravolta foi anunciada por Tarcísio em vídeo: entre Hirota e Renato, o governador diz que o prefeito está "gentilmente cedendo sua pré-candidatura" a Renato. E avisa ao "nosso pré-candidato" que "as portas do Governo do Estado sempre vão estar escancaradas" para ele.

Quase simultaneamente, em outro vídeo, Renato diz, ao lado de Hirota: "É um dia especial, onde estamos aí se propondo [sic] a trabalhar pela vida, pelo bem comum de todos na cidade". Começava a mais ambiciosa empreitada eleitoral de um Bolsonaro no reduto da família.

O irmão-candidato corre contra o tempo e aposta suas fichas em Jair e Tarcísio para reverter o favoritismo de Samuel Moreira.

Um dos mais bem-sucedidos políticos da região, o candidato do PSD é um ex-tucano que foi presidente da Assembleia Legislativa (2013-2015), chefe da Casa Civil do governo Geraldo Alckmin (2016-2018) e relator da reforma da Previdência de 2019.

Vítima da debacle do PSDB, Samuel não se reelegeu deputado federal em 2022. Migrou para o PSD de Gilberto Kassab e, para tentar retornar ao cargo de prefeito que já ocupou por dois mandatos (de 1997 a 2004), montou uma coalizão com 11 partidos da direita à esquerda, incluindo o Republicanos de Tarcísio –e do seu candidato a vice, o vereador Fabio Tatu.

Já Renato Bolsonaro tem apenas um outro partido em sua coligação, o Novo. Nenhum dos 13 vereadores da cidade está com ele: 12 apoiam Samuel, e a 13ª é Sandra Kennedy (PT), que concorre com os dois à prefeitura. A coligação de Samuel tem 143 candidatos a vereador; a de Renato, 25.

O cenário escancara uma verdade incômoda para os Bolsonaro: a base que apoiou maciçamente Jair em Registro –onde teve 71,7% dos votos no segundo turno em 2018 e 62,4% em 2022– está em sua maioria com Samuel, não com Renato.

"Por ser ruralista, tenho conceitos mais de direita, voto mais em candidatos desse campo, apoiamos o Jair. Por isso estão chateados comigo, me chamam de traidor por apoiar o Samuel", conta o bananicultor Magario, candidato a vereador pelo Podemos.

A candidata petista Sandra Kennedy, ex-prefeita de Registro (2009-2012), diz que apoiadores típicos do bolsonarismo na cidade, como a igreja evangélica Bola de Neve e políticos egressos das forças de segurança, como o vereador Capitão Renato, migraram para o candidato do PSD.

"Todos os valores do bolsonarismo estão representados na candidatura do Samuel. Só ficaram com Renato os quarteleiros [que acamparam em frente a quartéis]", diz Sandra.

Samuel rebate: "Não me importo em ser candidato de Lula ou de Bolsonaro, não atrapalha em nada minha convicção em fazer o que for melhor para a cidade".

Continua na pág. A13

Continuação da pág. A12

Nos bastidores, representantes das três candidaturas dizem que pesquisas internas mostram Samuel à frente, com Sandra e Renato disputando o segundo lugar. Com 60 mil habitantes (45 mil eleitores), Registro não tem segundo turno.

Dos candidatos, Renato foi o que declarou maior patrimônio à Justiça Eleitoral (R$ 3,2 milhões, contra R$ 773,5 mil de Samuel e R$ 152,7 mil de Sandra). Aumento de 459% ante o declarado em sua penúltima eleição (para prefeito de Miracatu, em 2012) e de 229% sobre a última (em 2016).

A maior novidade da última declaração foi o surgimento de um terreno em Miracatu avaliado em R$ 2,3 milhões. Indagado sobre a compra por meio de sua assessoria, Renato não deu resposta. O candidato se negou a dar entrevista.

À Justiça Eleitoral Renato se autodeclarou empresário. Os Bolsonaro têm lojas de móveis e outros comércios em cidades do Vale do Ribeira. Durante a trajetória política de Jair, o patrimônio da família se multiplicou, graças em boa parte à aquisição de propriedades na região. Como revelou reportagem do UOL em 2022, metade do patrimônio do clã foi comprada em dinheiro vivo.

Quando Jair foi eleito presidente, Renato ficou impedido por lei de disputar eleições. Virou um agente informal do governo, intermediando verbas federais para aliados. Em 2021, foi nomeado chefe de gabinete da Prefeitura de Miracatu. "Ele é praticamente o prefeito de fato da cidade. Tudo passa por ele, quem manda e desmanda é ele", diz o vereador oposicionista Zezequinho Herculano (PSB).

Em dezembro passado, Renato representou Miracatu na assinatura, junto com Tarcísio, de convênios para liberação de verbas de infraestrutura na cidade.

O fato de Renato vir de Miracatu é criticado por moradores de Registro e explorado por seus adversários.

O irmão-candidato tem usado o mesmo jingle de Jair em 2022 ("Vota, vota e confirma, 22 é Bolsonaro"). A principal bandeira eleitoral é a melhoria na área de saúde. Promete rever contratos e criar escolas cívico-militares.

Sua campanha tem distribuído um jornalzinho apócrifo com ataques aos adversários. Um dos títulos diz que Samuel "acabou com a aposentadoria na reforma da Previdência" (mas não informa que o projeto era do governo Bolsonaro).

Resignado por ter sido trocado, o prefeito Hirota –cuja gestão, mal avaliada, não ajuda o substituto– ataca os aliados que migraram para Samuel ("ignóbeis, vermes da política") e aposta numa reviravolta para levar enfim um Bolsonaro a vencer no torrão da família. "Tudo pode acontecer. Tem muitas surpresas. Vi muitos políticos [favoritos] perderem a cinco dias das eleições."

Entrevista José Mucio Monteiro
Ministro da Defesa



Pedro Ladeira - 21.nov.23/Folhapress

José Mucio Monteiro, 75
Recife Ministro da Defesa, é engenheiro civil. Começou na vida pública em 1982 como prefeito de Rio Formoso (PE). Foi deputado federal (1991-2009), ministro de Relações Institucionais (2007-2009) e ministro do Tribunal de Contas da União (2009-2020)

'Conflito de Musk com o Judiciário não impacta as Forças Armadas'

Exército, Marinha e Aeronáutica usam sistema da Starlink; chefes militares negam prejuízo com eventual veto à empresa

Cézar Feitoza e Catia Seabra

BRASÍLIA Quando a Starlink, de Elon Musk, começou a ofertar internet de alta velocidade para regiões remotas do Brasil, as Forças Armadas compraram antenas da empresa para quartéis e navios.

O conflito de Musk com o STF (Supremo Tribunal Federal) fez o ministro da Defesa, José Mucio Monteiro, consultar os chefes das Forças Armadas para entender qual seria o impacto de uma derrubada da Starlink no Brasil.

"O Almirante Olsen [comandante da Marinha] usou a seguinte frase para mim: 'Quanto ao problema de defesa, não nos atinge'", diz Mucio à **Folha**.

O ministro defende a postura adotada pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF, ao determinar a derrubada do X (antigo Twitter). Ele ainda comentou investigações sobre militares na tentativa de golpe e a ofensiva para mudar a previdência dos militares.

*

A PF já sinalizou concluir em breve investigações que envolvem militares, como a das joias e do golpe. Isso causa mais alegria ou apreensão? Causa alegria porque é péssimo socializar a suspeição. Quando há uma suspeita sobre as Forças Armadas, incomoda; mas, quando há uma suspeita sobre uma determinada pessoa, se infringiu a lei, tem que pagar. Nós queremos que isso se encerre de uma vez para acabar com esse clima de suspeição.

São 37 oficiais que assinaram a carta golpista, dezenas de militares discutindo golpe no celular do Cid, o ex-comandante da Marinha. Não tem algo estrutural? Para os militares, interessa que tudo seja esclarecido. Quantos forem, precisa identificar os verdadeiros culpados. Tem que se graduar as penas, graduar o que vai se fazer. Mas nós não vamos impedir nem esconder nem querer que bote debaixo do tapete.

Mas a quantidade de coronéis e generais investigados é grande. Isso não o preocupa? É porque eles faziam parte da mão de obra do presidente que saiu. O entorno do presidente tinha muito militar. Militar da reserva.

Da ativa também. E precisam ser investigados. Precisa ver se teve um comprometimento, se ele estava cumprindo apenas uma determinação.

Como os militares enfrentam os cortes no Orçamento? Nós cortamos muito. Todo mundo sabe, ninguém está se escondendo, não vou dizer que estou cheio de dinheiro. Tiramos helicópteros, tiramos outras coisas. Eu acho que [a área mais afetada] foi o programa de submarinos. Os projetos estratégicos, coisas que vinham de longe. Procuramos fazer com o nosso efetivo aqui.

Até que ponto o conflito do Elon Musk com o STF pode afetar as Forças Armadas? Eu liguei para os três comandantes, como faço diariamente, e o tema do dia foi a Starlink. O general Tomás me disse que o militar designado para trabalhar na Amazônia comprava aquele equipamento por mil e poucos reais para poder falar com a família, com a esposa, com os filhos.

Então eram pessoas físicas que tinham aquilo. O Exército tinha pouquíssimo. Era mais para a fronteira. A Marinha chegou a fazer um contrato, usava-se muito quando nós íamos fazer aquelas operações de ajuda de saúde das populações ribeirinhas. Para a defesa, [o impacto de eventual queda da Starlink é] zero.

O problema parece mais ameno porque o Elon Musk se adequou às nossas leis [refere-se ao fato de a Starlink ter acatado a ordem de bloqueio do X no Brasil]. Na realidade, acho que a Justiça estava correta. Nós tínhamos que proteger a nossa integridade.

Eu acho que o Alexandre de Moraes teve coragem e comprou uma briga importante para o Brasil. Não pode desrespeitar as nossas normas. Tinha que se adequar às normas que os outros têm que obedecer. Por que ele não? Ou mudam as leis ou muda ele.

Então as Forças não dependem da Starlink para atuar em regiões isoladas? Não tem dependência. O Almirante Olsen [comandante da Marinha] usou a seguinte frase: "Quanto ao problema de defesa, não nos atinge". Absolutamente tranquilo.

As mudanças na previdência dos militares estão no horizonte? A questão da previdência tem que ser uma coisa consensual. Não são os militares responsáveis pela dificuldade financeira do país. Militar não tem hora extra, não tem adicional noturno, não tem insalubridade. Tem uma série de coisas que eles têm que os outros países reconhecem e que a gente também reconhece. Só os militares dão despesa ao país ou tem outros lugares que têm dinheiro e que podem ser cortados?

Então o sr. concorda com mudanças, contanto que seja um escopo maior? Não tenha dúvida nenhuma. O que a gente não pode aceitar é que haja um alvo preestabelecido. As Forças estão dispostas a conversar desde que diga assim: "Mexeram nos outros Poderes, onde a máquina não foi enxugada também?"

Cid e outros 4 perdem nova promoção no Exército

O tenente-coronel Mauro Cid e outros quatro militares perderam a nova promoção do Exército para se tornarem coronéis. Todos são investigados pela Polícia Federal por participação na trama golpista de 2022. O Exército concluiu na última semana o segundo ciclo de promoção dos oficiais formados pela Aman (Academia Militar das Agulhas Negras) em 2000. A turma de Cid terá mais duas janelas de promoções, em dezembro de 2024 e abril de 2025. O veto atinge os tenentes-coronéis Hélio Ferreira Lima, Guilherme Marques de Almeida, Sergio Cavaliere e Ronald Ferreira.

A direita tem dono?

Marçal não é mero 'voto de protesto', como Tiririca foi no passado

Joel Pinheiro da Fonseca

Economista, mestre em filosofia pela USP.

Narcísico, megalomaníaco, soberbo e lacrador foram alguns dos xingamentos usados por Silas Malafaia para se referir a Pablo Marçal depois do protesto de 7 de Setembro na Paulista. O motivo do protesto era, em tese, a liberdade de expressão, mas o que se viu na avenida foi mais um ato político do bolsonarismo.

O curioso é que o público do bolsonarismo parece estar ficando menos... bolsonarista. E não é que tenha aberto mão dos valores que movem o movimento. Só mostra disposição de se descolar da liderança de Bolsonaro para votar em outros que melhor os incorporem. Grande parte deles pretende votar, não no candidato apoiado por Bolsonaro, Ricardo Nunes, e sim em Pablo Marçal.

Muito se pode criticar a direita brasileira, mas uma coisa ela tem mostrado: é mais fiel a seus valores que a seus líderes. O mesmo não se pode dizer da esquerda brasileira, que dos anos 1990 até hoje tem apenas um e único líder.

Lendo a coluna desta segunda de Juliano Spyer ("Decodificando o Evangelho segundo Pablo Marçal"), é impossível não pensar em como a direita brasileira, neste aspecto, se assemelha aos pentecostais, pronta a agir contra as hierarquias eclesiásticas caso sinta o chamado do Espírito; e como a esquerda se assemelha ao catolicismo, sempre ciosa das estruturas oficiais e do guia máximo que se senta no topo.

Marçal não é mero "voto de protesto", como Tiririca foi no passado. Ele concentra, sim, a revolta (contra a política tradicional, contra a imprensa), mas traz também um valor positivo. Ele oferece ao eleitor algo em que acreditar. Encontrou o ponto ideal entre o discurso das igrejas e o discurso de coach. Predestinação divina e conquista por mérito próprio se fundem num pacote único. Se ele realmente é capaz de entregar os milagres que promete —ou se é um estelionatário— é uma outra questão.

Predestinação divina e conquista por mérito próprio se fundem num pacote único. Se ele realmente é capaz de entregar os milagres que promete —ou se é um estelionatário— é uma outra questão

Além disso, Marçal incorpora um aspecto da política para o qual o eleitorado brasileiro despertou: o conflito. Por baixo da discussão de propostas e dos discursos pretensamente técnicos, existe um conflito entre diferentes grupos para decidir quem terá acesso ao poder e aos recursos limitados. Hoje, ferir o inimigo vale mais do que encontrar soluções conjuntas.

É difícil a vida do político moderado nos dias de hoje. Ele tem que se aliar a um dos grandes campos em disputa e, mesmo assim, corre o risco de levar uma rasteira de algum radical correndo por fora. Nunes é o representante do bolsonarismo moderado —alguém de índole moderada que tem o apoio de Bolsonaro— e, se chegar ao segundo turno —seja contra Boulos ou contra Marçal— é o favorito. Mas corre grande risco de perder votos para Marçal e ficar de fora.

A boa notícia para ele é que as últimas pesquisas retratam um cenário estacionário. Nunes parou de sangrar, e Marçal parou de crescer. Os três primeiros colocados seguem em empate técnico. Tabata vem um pouco atrás.

Tudo está em aberto, mas o significado é claro: uma vitória de Marçal —ou mesmo sua ida ao segundo turno— seria uma vitória não apenas para ele próprio, mas para o que ele representa para a direita brasileira: a possibilidade de crescer por conta própria, falando diretamente ao eleitor, sem a necessidade da bênção de Bolsonaro. Quantos outros Marçais não esperam sua oportunidade?

DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros
SEG. Deborah Bizarria, Camila Rocha **TER.** Joel Pinheiro da Fonseca
QUA. Elio Gaspari **QUI.** Conrado H. Mendes
SEX. Marcos Augusto Gonçalves **SÁB.** Demétrio Magnoli

Vistoria da CGU em emendas aponta obras atrasadas e falta de prioridade de projetos

Órgão identifica cidade de 3.800 habitantes no Amapá que recebeu verba para construir 4 campos de futebol que não foram concluídos

José Marques

BRASÍLIA Com 3.800 habitantes, segundo o Censo 2022, o município de Pracuúba (AP) recebeu emendas parlamentares nos últimos anos para construir quatro campos de futebol, dois deles em uma mesma comunidade.

A cidade não tinha carência desse tipo de equipamento, segundo vistoria da CGU (Controladoria-Geral da União): Pracuúba já tem campos de futebol tanto em sua sede municipal quanto nas suas comunidades. E campos que deviam ter sido feitos com a verba das emendas não foram concluídos ou suas obras nem sequer foram iniciadas.

Pracuúba é exemplo em relatório que a CGU enviou ao ministro Flávio Dino, do STF (Supremo Tribunal Federal), de que há poucos sinais de que as prioridades e necessidades dos municípios foram consideradas no repasse das chamadas emendas de relator e emendas de comissão do Congresso.

Emendas de relator eram o mecanismo usado pelo governo Jair Bolsonaro (PL) para conseguir apoio no Congresso, mas foram vetadas pelo STF em 2022.

Os recursos, porém, foram em parte transformados em emendas de comissão, que cresceram nos últimos anos e passaram a ser usadas com os mesmos fins.

Dino determinou à CGU a elaboração de uma lista dos dez municípios que mais receberam essas emendas per capita, de 2020 a 2023, e uma visita de técnicos às cidades. Dino é relator das ações no Supremo que questionam a transparência das emendas.

Como a **Folha** mostrou, cidades do Amapá que receberam emendas do senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) dominam o ranking das mais beneficiadas.

Emendas são a forma pela qual parlamentares enviam dinheiro para obras e projetos em suas bases eleitorais, ampliando seu capital político. A prioridade do Congresso é atender seus redutos eleitorais, e não as localidades de maior demanda no país.

"Há pouca evidenciação de que as demandas feitas pelos Prefeitos, formalmente (via ofícios) ou informalmente (via visitas aos parlamentares), partam de uma definição prévia de necessidades/prioridades municipais", diz a CGU no relatório.

O órgão do governo federal também diz que 43% das obras patrocinadas com dinheiro de emendas de comissão ou de relator nesses municípios não foram iniciadas. De 98 obras, diz a CGU, 42 não estavam iniciadas quando da vistoria, 9 estavam paradas (9%), 36 estavam em execução (37%); e só 11 foram concluídas (11%).

O informe também aponta falta de transparência na utilização desses recursos. "A maioria dos municípios não possui ferramentas capazes de assegurar a publicidade e transparência dos dados, de modo a permitir o controle institucional e social do orçamento público e, com efeito, promover a eficiência da gestão pública e o enfrentamento da corrupção", afirma o relatório.

O texto foi elaborado a partir de 1º de agosto, quando Dino determinou que a CGU apresentasse os dados dos dez municípios mais beneficiados.

Ele deu 90 dias para que o órgão apresentasse auditoria dos repasses de emendas parlamentares a ONGs e demais entidades do terceiro setor de 2020 a 2024.

E definiu que ONGs e entidades do terceiro setor devem estabelecer procedimentos objetivos para contratação de empresas e seguir os "deveres de transparência e rastreabilidade" ao usar o dinheiro das emendas parlamentares.

No mesmo dia, Dino publicou decisão determinando auditoria da CGU nos repasses de emendas Pix —modalidade de emenda individual que acelera a destinação de recursos diretamente para os caixas da prefeituras de aliados dos parlamentares nos estados.

Ele condicionou a execução das emendas Pix ao atendimento de transparência e rastreabilidade.

No último dia 21, integrantes das cúpulas do STF, Congresso e governo Lula (PT) firmaram um acordo para aliviar a tensão sobre as ações que miram a transparência das emendas parlamentares. Relator dos processos, Dino concedeu mais dez dias de prazo, na quinta-feira (29), para os três Poderes apresentarem propostas de mudanças nas regras de distribuição destas verbas.



Oposição entrega novo pedido de impeachment de Moraes

Parlamentares de oposição dão entrevista após protocolar pedido de impeachment de Alexandre de Moraes, do STF; o documento foi entregue ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) Pedro França/Agência Senado



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad Andressa Anholete - 3.jul.24/Reuters

Técnicos do TCU preparam alerta sobre risco de estouro da meta fiscal neste ano

Razão é incerteza de quanto o governo arrecada com as negociações especiais dos contribuintes derrotados pelo voto de desempate no Carf

Adriana Fernandes

BRASÍLIA A área técnica do TCU (Tribunal de Contas da União) prepara uma nota com alerta ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para o risco de descumprimento da meta fiscal de déficit zero neste ano.

A razão é a incerteza em relação à arrecadação decorrente da negociação especial dos contribuintes derrotados pelo voto de desempate nos julgamentos do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), segundo pessoas a par do tema ouvidas pela **Folha**.

O alerta deverá ter como alvo o fato de o governo ter incluído no terceiro relatório bimestral de avaliação de receitas do Orçamento a previsão de uma entrada de R$ 37,7 bilhões nos cofres públicos, mesmo diante da baixa arrecadação até aquele momento com o Carf.

Principal medida de arrecadação para 2024, as receitas com o Carf não estavam com o desempenho previsto pelo governo. Até maio, não havia ingressado nenhum valor e, mesmo assim, o governo insistiu com previsões elevadas. A estimativa inicial era de um ingresso de R$ 55 bilhões no ano.

Trata-se do maior valor entre todas as medidas adotadas pela equipe do ministro Fernando Haddad (Fazenda) desde 2023 para elevar as receitas do Executivo federal.

O relatório bimestral foi encaminhado ao Congresso no dia 22 de julho e serviu de base para o congelamento de R$ 15 bilhões de despesas do Orçamento.

Se tivesse previsto uma arrecadação mais realista com os julgamentos do Carf, o governo teria de ter feito um contingenciamento maior em julho para evitar o risco de estouro da meta.

Os relatórios bimestrais fazem parte das regras da política fiscal e têm a função de balizar a necessidade de contingenciamento e bloqueio a serem adotados pelo governo para garantir o cumprimento da meta fiscal e do arcabouço. Os técnicos do TCU avaliam como perigoso o risco de projeções de receitas superestimadas.

A preocupação é que o governo Lula trabalha com pouca margem de segurança para acomodar frustrações com a arrecadação de receitas como a do Carf, uma vez que mira o limite inferior da meta fiscal.

Essa receita está na conta devido à reintrodução do chamado voto de qualidade no Carf, prevista em lei aprovada no ano passado. Os empates nas decisões do Carf, que antes eram automaticamente favoráveis ao contribuinte, passaram a ser decididos pelo voto de qualidade. A mudança tende a elevar o número de decisões favoráveis ao governo, mas quase nada entrou no caixa.

Para ser disparado, o alerta tem de ser validado por despacho do ministro relator, Jhonatan de Jesus, ou no plenário do órgão. Uma vez aceito, uma cópia do despacho é enviada para Casa Civil, Fazenda, Planejamento e Orçamento, CGU (Controladoria-Geral da União) e à Comissão Mista de Orçamento do Congresso. A nota técnica aguarda deliberação do gabinete do ministro relator.

Diligências feitas pelos técnicos do TCU na Receita Federal apontaram que os valores arrecadados do Carf seguem em níveis abaixo de 1% do previsto. Um dos problemas já relatados publicamente pelo secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, é que a arrecadação do Carf começou tardiamente devido ao intervalo entre o julgamento, a liquidação do acórdão, a notificação e o prazo para regularização. Esse processo não foi considerado nas projeções.

Em agosto, o TCU já havia alertado para o risco de o governo ter elaborado projeções otimistas demais para o projeto de Orçamento de 2025, que foi enviado dias depois ao Congresso.

Para os técnicos, não se trata apenas do risco de estouro da meta, mas de tentativa de uso de subterfúgios para driblar as regras com previsões pouco realistas.

Técnicos do TCU também veem com preocupação o projeto de lei do governo para aumentar o Auxílio-Gás, que prevê um repasse direto de recursos do pré-sal para a Caixa Econômica Federal sem passar pelo Orçamento, em operação vista por especialistas como drible no arcabouço.

Por ser projeto de lei ainda não aprovado pelo Congresso, por enquanto, a avaliação é que não há o que fazer. Para os técnicos, o projeto representa um retrocesso na transparência do Orçamento.

Cheiro de maquiagem nas previsões de receita

Chama a atenção de técnicos do TCU que o governo tenha ignorado alertas

Adriana Fernandes
Jornalista em Brasília, onde acompanha os principais acontecimentos econômicos e políticos há mais de 25 anos

A credibilidade da política fiscal está atrelada à capacidade do governo de lidar com a revisão das previsões de receitas e despesas do Orçamento.

Subestimativas de despesas e superestimativas de receitas em valores elevados podem até ser aceitas no pontapé inicial da execução do Orçamento no primeiro trimestre.

Ao longo do ano, porém, com o desenrolar dos acontecimentos, se as previsões estiverem erradas, é dever do Executivo fazer a revisão das estimativas nos documentos oficiais.

Para fazer, então, os ajustes necessários e garantir que os alvos fixados (as metas fiscais) sejam atingidos. Procedimento parecido é feito pelo Banco Central na política de juros.

No caso da política fiscal, os relatórios de avaliação de receitas e despesas do Orçamento, enviados ao Congresso cinco vezes por ano, funcionam como a ata do Copom. São um farol.

É ali que o governo aponta a necessidade de fazer congelamento de despesas preventivo para atingir a meta fiscal ao final do ano. Foi o caso do congelamento de R$ 15 bilhões de gastos anunciado em julho pela equipe econômica.

O governo não pode manter previsões irrealistas com o intuito de não ser obrigado a agir, cortando menos despesas do que o necessário. Não é aceitável que chegue, a novembro, dizendo que foi surpreendido e contando com o chamado "empoçamento" de despesas (gastos que foram liberados, mas não efetivados pela ineficiência dos ministérios).

Para especialistas, o governo tem superestimado as receitas, principalmente as referentes à negociação com os derrotados pelo voto de desempate nos julgamentos do Carf e as das concessões de ferrovias

No passado, a qualidade das previsões era menos exigida. Notas técnicas, com assinatura dos responsáveis, passaram a ser uma obrigação acompanhada pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

As notas não podem ser maquiadas sob pena de responsabilização de quem as assinou.

Para especialistas em contas públicas, o governo Luiz Inácio Lula da Silva tem superestimado as receitas, principalmente as referentes à negociação especial com os derrotados pelo voto de desempate nos julgamentos do Carf e as das concessões de ferrovias.

A luz vermelha já acendeu para os técnicos dos órgãos de controle, em especial do TCU, que vão defender em nota técnica que seja emitido mais um novo alerta ao governo sobre a situação da política fiscal.

Por trás do formalismo dos alertas oficiais, os técnicos enxergam cheiro de maquiagem nas previsões para o governo não fazer o dever de casa.

Se aprovado, será o terceiro alerta em poucos meses emitido pelo TCU. Em junho, o TCU disparou um aviso de que tomar o limite inferior da banda de resultado primário como referência para adotar ou não o contingenciamento pode elevar o risco de estouro da meta e "afetar a credibilidade das regras fiscais".

Em agosto, na véspera do envio do projeto de Orçamento de 2025, outro aviso foi emitido com base na conclusão de que as projeções estavam otimistas demais.

O presidente do TCU, ministro Bruno Dantas, em entrevista à **Folha** publicada em maio, deu o aviso: "A única coisa que nós, e isso não é uma ameaça, não aceitamos é que o governo passe o ano inteiro gastando como se a meta fosse X e no final do ano mude a meta para Y, para fazer uma conta de chegar de trás para a frente e justificar o gasto que foi feito".

O que mais chama a atenção dos técnicos é que o governo Lula tem ignorado os avisos.

INÊS 249

mercado

PAINEL S.A.

Julio Wiziack
painelsa@grupofolha.com.br

Bolsa petróleo

Petrobras, Modec e Ventura lideram o ranking de benefícios fiscais do governo federal que, segundo o Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), somaram R$ 260 bilhões entre 2015 e 2023. Esse dinheiro equivale ao gasto de um ano e meio do Bolsa Família e foi o que 267 petroleiras deixaram de arrecadar em impostos no período porque o governo abriu mão de recebê-los. Só em 2023, foram R$ 29 bilhões. O recorde anual, de R$ 56 bilhões, foi registrado em 2020. A volta do Repetro, em 2017, turbinou essa alta. Os dados foram obtidos pelo instituto via Lei de Acesso à Informação junto ao fisco.

NÃO PRECISA... Os principais impostos que deixaram de ser recolhidos no período foram PIS, Cofins, Imposto de Importação, IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e incentivos concedidos pelas Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam), ambos regimes que já desfrutam de renúncias fiscais do governo.

...PAGAR Segundo o Inesc, esse cenário revela a necessidade de uma revisão desse gasto tributário com a nova rodada de investimentos prevista com a transição energética. Para o instituto, ainda falta transparência em relação aos demonstrativos da Receita Federal com o Repetro, programa de incentivo ao setor. Ao instituto o fisco alega impossibilidade técnica de computar essas renúncias.

ELE... O seguro obrigatório para danos pessoais causados por lanchas, iates e outras embarcações náuticas voltou a ser vendido após a Superintendência de Seguros Privados baixar novas normas. Ele estava suspenso desde o governo Jair Bolsonaro. Conhecido como DPVAT das águas, ele garante indenizações em casos de acidente. Cobre despesas médicas, invalidez e óbito.

LUBRIFICADAS
A Petrobras concentrou 45% das renúncias fiscais do setor. Em seguida aparecem Modec (R$ 15,3 bilhões), Ventura (R$ 8,5 bilhões), Bram (R$ 6,4 bilhões), Brasdril (R$ 5,8 bilhões), Constellation (R$ 5,4 bilhões), Seadril (R$ 4,6 bilhões), M&S (R$ 4,1 bilhões), Equinor (R$ 3,9 bilhões) e Ocyan (R$ 3,7 bilhões)

...VOLTOU Segundo a CNSeg (Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais), os valores foram ajustados e variam entre R$ 22 e R$ 177, dependendo do porte da embarcação. A contratação é online pelo site do DPEM. Antes, a contratação seguia um processo físico e abria margem para fraudes, segundo a CNSeg. Estima-se que, no Brasil, existam mais de 1 milhão de embarcações registradas. São Paulo é o líder com 261 mil.

PODE PARAR O primeiro pedágio sem cancela com cobrança automática em São Paulo começou a funcionar na semana passada, mas ainda há muito o que ser feito para que o chamado free flow seja massificado. A inadimplência é o principal fator que impede a expansão. Em teste pela ANTT, a Dutra, rodovia administrada pela CCR que liga São Paulo ao Rio de Janeiro, viu a taxa de inadimplência de suas praças cair de 12,49%, em março de 2023, para 9,70% neste ano. A queda reflete o aumento das tags, segundo a Abepam, associação das empresas de pagamento para mobilidade, que têm de ressarcir as concessionárias e ficam com esse prejuízo.

EM DÓLAR O presidente Lula e o vice Geraldo Alckmin assinarão 20 convênios na próxima semana de quase meio bilhão para a promoção de exportações de empreendedores de pequeno porte. Os acordos, um eles com a ApexBrasil, têm potencial para gerar cerca de R$ 280 bilhões em exportações até 2027. A parceria com o Sebrae representa 36% (R$ 175 milhões) do montante total para capacitação das empresas, especialmente no Norte e Nordeste. A expectativa é que vendam R$ 57 bilhões em dois anos.

com Diego Felix



Dólar cai e Bolsa sobe, com expectativas por juro de Brasil e EUA

Operador na Bolsa de NY, cujo índice Dow Jones subiu 1,2% nesta segunda (9); no mercado local, o dólar recuou 0,21%, para R$ 5,579, e a Bolsa avançou 0,12%, à espera de dados da inflação americana Brendan McDermid/Reuters

Analistas passam a projetar aumento nos juros neste mês

Economistas consultados pelo Banco Central no boletim Focus veem alta de 0,25 ponto na taxa Selic em setembro, para 10,75% ao ano

SÃO PAULO | REUTERS Analistas consultados pelo BC (Banco Central) passaram a projetar alta na taxa básica de juros neste mês, com a Selic encerrando o ano a 11,25%, de acordo com o boletim Focus desta segunda-feira (9).

O levantamento, que capta a percepção do mercado para indicadores econômicos, mostrou que os economistas agora preveem que o Copom (Comitê de Política Monetária) elevará a Selic, atualmente em 10,50% ao ano, em 0,25 ponto percentual em sua reunião de 17 e 18 de setembro.

O aperto total esperado até o final de 2024 agora é de 0,75 ponto, em uma forte mudança após 11 semanas consecutivas de expectativa de que a taxa básica de juros não seria alterada neste ano.

Para 2025, a projeção também é de uma Selic mais alta do que o esperado anteriormente, agora em 10,25%, ante 10,00% na semana anterior.

A mudança na mediana do Focus para a taxa de juros vem na esteira de crescentes alterações nas previsões de instituições financeiras sobre a trajetória da Selic, à medida que os membros do BC têm mostrado desconforto com o fato de a inflação ter se distanciado do centro da meta de 3% em leituras recentes.

No mês passado, a XP Investimentos e o BTG Pactual passaram a prever o início de um ciclo de alta de juros a partir da próxima reunião do Copom. A primeira elevou para 11,75% sua projeção para a Selic ao final deste ano, enquanto o segundo vê a taxa atingindo 12% no novo ciclo de aperto.

Autoridades do BC, em falas recentes, têm enfatizado que a possibilidade de elevar os juros está na mesa da reunião do Copom deste mês.

Houve também a elevação da expectativa para a alta do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro ao fim deste ano, agora em 2,68%, ante avanço de 2,46% há uma semana. É a quarta semana consecutiva de alta na expectativa para o índice.

No próximo ano, a projeção é de crescimento de 1,90%, também aumentando o previsto na semana anterior, de 1,85%.

Essa alteração ocorre após a divulgação de números do IBGE acima do esperado para o PIB no segundo trimestre do ano. Segundo o órgão, o país cresceu 1,4% entre abril e junho em relação ao trimestre anterior. A expectativa de analistas consultados pela Reuters era de avanço de 0,9%.

Já o dólar deve fechar este ano em R$ 5,35, acima dos R$ 5,33 previstos na semana anterior.

Tesouro Direto bate recorde de investimentos em julho e soma R$ 6,4 bilhões em 870 mil operações

SÃO PAULO Em julho, foram realizadas 869,6 mil operações de investimento em títulos do Tesouro Direto, somando R$ 6,43 bilhões, o maior valor da série histórica.

Durante esse mês, os resgates somaram um total de R$ 5,43 bilhões, sendo R$ 3,17 bilhões relativos a recompras e R$ 2,26 bilhões a vencimentos.

No mesmo mês, houve emissão líquida de R$ 1,01 bilhão. As aplicações de até R$ 1 mil representaram 55,4% das operações de investimento em julho passado, e o valor médio por operação foi de R$ 7.397,50.

O estoque encerrou julho em R$ 145,4 bilhões, um aumento de 1,5% em relação ao mês anterior.

O grupo de títulos mais demandado pelos investidores no período foi o indexado à inflação, que totalizou R$ 3,02 bilhões em vendas, correspondendo a 47% do total. Em seguida vieram os títulos indexados à taxa Selic (38,9%) e os prefixados (14,1%).

Os novos títulos Tesouro RendA+ também se destacaram, com R$ 195,3 milhões em vendas (3%), e Tesouro Educa+, com R$ 95,3 milhões (1,5%). Nas recompras (resgates antecipados), predominaram os títulos indexados à taxa Selic, que somaram 62,1%.

O total de investidores ativos no Tesouro Direto, aqueles que atualmente estão com saldo em aplicações, atingiu a marca de 2,7 milhões de pessoas, um decréscimo de pouco mais de 3.000 investidores no mês de julho, resultado do expressivo vencimento de títulos.

auren

Auren Energia S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 28.594.234/0001-23 - NIRE 35.300.508.271 | Código CVM: 02662-0

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 30 de Abril de 2024

1. Data, Horário e Local: Realizada no dia 30 de abril de 2024, às 14 horas, de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede social da Auren Energia S.A. ("Companhia"), localizada Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 8.501, 2º andar, sala 11, Edifício Eldorado Business Tower, Pinheiros, CEP 05425-070. **2. Convocação:** O edital de primeira convocação foi publicado na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), no jornal "Folha de São Paulo", nas edições dos dias 29, 30 e 31 de março de 2024, nas páginas 9, 5 e 5, respectivamente, com divulgação simultânea dos documentos na página desse mesmo jornal na internet, nos termos do artigo 289, I, da Lei das S.A. **3. Presença:** Presentes acionistas titulares de 803.441.458 (oitocentas e três milhões quatrocentas e quarenta e uma mil quatrocentas e cinquenta e oito) ações ordinárias da Companhia, representando, aproximadamente, 80,34% do capital social com direito a voto da Companhia, desconsideradas as ações em tesouraria, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Presentes, também, os Srs. Fabio Rogério Zanfelice, Diretor Presidente, na qualidade de representante da administração; o Sr. Rômulo Marçal, Diretor Corporativo; o Sr. Sergio Ricardo Romani, na qualidade de Coordenador do Comitê de Auditoria; e o Sr. Carlos Mendonça e a Sra. Ivanéia Araújo, na qualidade de representantes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. **4. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Mateus Gomes Ferreira, e secretariados pela Sra. Bruna Bellotto. **5. Publicações e Divulgação:** Foram publicados, de acordo com o art. 133 da Lei das S.A., o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos e as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas dos documentos pertinentes, no jornal "Folha de São Paulo", na edição do dia 08 de fevereiro de 2024, nas páginas 1 a 4 da seção "mercado", com divulgação simultânea dos documentos na página desse mesmo jornal na internet, nos termos do artigo 289, I, da Lei das S.A. Os documentos anteriores e os demais documentos pertinentes a assuntos integrantes da ordem do dia, incluindo a proposta da administração para a assembleia geral, foram também colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e da Companhia, com pelo menos 1 (um) mês de antecedência da presente data, nos termos da Lei das S.A. e da regulamentação da CVM aplicável. **6. Ordem do Dia:** Reuniram-se os acionistas da Companhia para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** as contas dos administradores e o relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iv)** a fixação do número de membros do Conselho de Administração; **(v)** a eleição dos membros do Conselho de Administração; **(vi)** a indicação, dentre os conselheiros eleitos, do Presidente do Conselho de Administração; **(vii)** a caracterização dos membros independentes do Conselho de Administração; **(viii)** a fixação da remuneração global anual dos administradores e membros do Comitê de Auditoria Estatutário para o exercício social de 2024; **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária: (ix)** a alteração do parágrafo 2º do artigo 8º do estatuto social da Companhia, para alterar o prazo de restrição ao direito de voto previsto no referido dispositivo; **(x)** a reforma do estatuto social da Companhia, com vistas a: (a) atribuir a competência de fixação da remuneração anual dos comitês estatutários para o Conselho de Administração; (b) incluir atribuições para implementação e supervisão do sistema de gestão de riscos e de controles internos pelo Conselho de Administração; (c) incluir atribuição para aprovação dos parâmetros de estruturação do canal de denúncias pelo Conselho de Administração; (d) alterar competência do Conselho de Administração para as deliberações sobre transações com partes relacionadas; (e) ajustar a competência do Conselho de Administração para deliberar sobre celebração de contratos e acordos com autoridades governamentais; (f) alterar e aprimorar competências do Conselho de Administração para determinação do voto da Companhia ou de suas controladas nas entidades em que participe como sócio, acionista ou consorciado, e as exceções aplicáveis; (g) alterar as regras para a participação nas reuniões do Conselho de Administração e registros das deliberações; (h) incluir regras de registro das reuniões; (i) incluir atribuições relacionadas ao zelo, monitoramento e apuração de infração ao Código de Ética pelo Comitê de Auditoria Estatutário; e (j) inclusões, exclusões e ajustes de redação e referência; e **(xi)** a consolidação do estatuto social da Companhia. **7. Deliberações:** Instalada a assembleia e após o exame das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes deliberam o quanto segue: **(A) Assembleia Geral Ordinária: 7.1.** Aprovar, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **7.2.** Aprovar, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, as contas dos administradores e o relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **7.3.** Aprovar, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **7.3.1.** Consignar que o prejuízo líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 317.689.757,85 (trezentos e dezessete milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, setecentos e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) será integralmente absorvido pela Reserva de Investimentos, que passará a totalizar R$ 935.519.666,98 (novecentos e trinta e cinco milhões, quinhentos e dezenove mil, seiscentos e sessenta e seis reais e noventa e oito centavos). **7.4.** Aprovar, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, a fixação do número de 8 (oito) membros efetivos para compor o Conselho de Administração da Companhia, com mandato unificado de 2 (dois) anos, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025. **7.5.** Eleger, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, as seguintes pessoas como membros do Conselho de Administração da Companhia, com mandato unificado de 2 (dois) anos, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025: **(i) Carlos da Costa Parcias Junior**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 04.162.959-3 IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 667.235.667-34, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4300, 14º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-132, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; **(ii) Helena Scripilliti Ferreira Velloso**, brasileira, casada, administradora, portadora da cédula de identidade RG nº 44.344.237-X SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 334.800.078-56, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Rua Amauri, nº 255, 13º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; **(iii) Marcelo Strufaldi Castelli**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 11.778.104-6 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 057.846.538-81, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Rua Amauri, nº 255, 13º andar, Jardim Europa, CEP 01448-000, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; **(iv) Maria Leticia de Freitas Costa**, brasileira, solteira, engenheira de produção, portadora da cédula de identidade RG nº 6.057.278-4 SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 050.932.788-58, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço na Rua Bueno Brandão, nº 403, apto. 91, CEP 04509-021, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; **(v) Mateus Gomes Ferreira**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 25.054.264-X SSP-RJ, e inscrito no CPF sob o nº 291.959.388-93, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Rua Amauri, nº 255, 13º andar, CEP 01448-000, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; **(vi) Megan Veronica Hansen**, cidadã norte-americana, portadora do Passaporte Americano nº A34815274, residente e domiciliada em Nova Iorque, Estado de Nova Iorque, Estados Unidos, e endereço comercial na 51 West 52nd Street, 35th and 36th Floors, Nova Iorque, NY 10019, Estados Unidos, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; **(vii) Ricardo Szlejf**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 26.267.853-6 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 285.717.088-27, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, com endereço profissional na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.300, 14º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-132, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração; **(viii) Sergio Ricardo Romani**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 08847049-7 SSP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 728.647.617-34, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço profissional na Rua Pôr do Sol, nº 126, Barra da Tijuca, CEP 22793-460, para ocupar o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração. **7.5.1.** Consignar que foi solicitada a eleição em separado por acionistas não controladores representando menos de 10% do capital social votante da Companhia, e que, portanto, não foi atingido o quorum legal para a realização da votação em separado, nos termos do art. 141, §§4º e 5º da Lei das S.A. **7.5.2.** Com base nas informações recebidas pela administração da Companhia, nos termos da legislação aplicável, foi informado aos acionistas que os conselheiros ora eleitos estão em condições de firmar as declarações de desimpedimento mencionada no art. 147, § 4º, da Lei das S.A. e no art. 2º do Anexo K à Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 80"), que ficarão arquivadas na sede da Companhia. **7.5.3.** Os membros do Conselho de Administração ora eleitos tomarão posse em seus respectivos cargos no prazo de até 30 (trinta) dias contados da presente data mediante a assinatura do respectivo termo de posse a ser lavrado em livro próprio da Companhia acompanhado da declaração de desimpedimento nos termos do item acima. **7.5.4.** Consignar que, em observância à limitação ao número de votos estabelecida para o Canada Pension Plan Investment Board (CNPJ/MF 17.962.858/0001-30) ("CPPIB") para eleição do Conselho de Administração, nos termos do artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, na presente deliberação foi computada considerando 291.171.897 ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelo CPPIB. **7.6.** Aprovar, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, a indicação do Sr. **Mateus Gomes Ferreira** como Presidente do Conselho de Administração da Companhia. **7.7.** Aprovar, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, a caracterização do Sr. **Sergio Ricardo Romani** e da Sra. **Maria Leticia de Freitas Costa**, ora eleitos, como conselheiros independentes do Conselho de Administração. **7.7.1.** Consignar que, na forma do art. 17 do Regulamento do Novo Mercado e da RCVM 80, o Conselho de Administração da Companhia analisou os requisitos arrolados no art. 16, §§ 1º e 2º, do Regulamento do Novo Mercado e no art. 6º, § 1º do Anexo K à RCVM 80, conforme inserido na proposta da administração apresentada para esta Assembleia, tendo manifestado entendimento de que o Sr. **Sergio Ricardo Romani** e a Sra. **Maria Leticia de Freitas Costa** ora eleitos, enquadram-se nos critérios de independência lá previstos. **7.8.** Aprovar, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, a fixação da remuneração global anual dos administradores e membros do Comitê de Auditoria Estatutário para o exercício social de 2024, no montante de até R$ 37.230.651,35 (trinta e sete milhões, duzentos e trinta mil, seiscentos e cinquenta e um reais e trinta e cinco centavos), cabendo ao Conselho de Administração ratear as remunerações individuais e repartir as parcelas fixa e variável, dentro do limite ora aprovado. **7.8.1.** Consignar que no montante global ora aprovado não estão incluídos tributos e contribuições que sejam ônus do empregador. **(B) Assembleia Geral Ordinária: 7.9.** Aprovar, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, a alteração do parágrafo 2º do artigo 8º do estatuto social da Companhia, para alterar o prazo de restrição ao direito de voto previsto no referido dispositivo, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: *"Artigo 8º [...] [...] Parágrafo 2º A restrição ao direito de voto prevista neste art. 8º expirará em 30 de abril de 2025, observado o disposto no Parágrafo 3º abaixo."* **7.10.** Aprovar, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, a reforma do estatuto social da Companhia, com vistas a: (a) atribuir a competência de fixação da remuneração anual dos comitês estatutários para o Conselho de Administração; (b) incluir atribuições para implementação e supervisão do sistema de gestão de riscos e de controles internos pelo Conselho de Administração; (c) incluir atribuição para aprovação dos parâmetros de estruturação do canal de denúncias pelo Conselho de Administração; (d) alterar competência do Conselho de Administração para as deliberações sobre transações com partes relacionadas; (e) ajustar a competência do Conselho de Administração para deliberar sobre celebração de contratos e acordos com autoridades governamentais; (f) alterar e aprimorar competências do Conselho de Administração para determinação do voto da Companhia ou de suas controladas nas entidades em que participe como sócio, acionista ou consorciado, e as exceções aplicáveis; (g) alterar as regras para a participação nas reuniões do Conselho de Administração e registros das deliberações; (h) incluir regras de registro das reuniões; (i) incluir atribuições relacionadas ao zelo, monitoramento e apuração de infração ao Código de Ética pelo Comitê de Auditoria Estatutário; e (j) inclusões, exclusões e ajustes de redação e referência. **7.10.1.** Consignar que, com a alteração ora aprovada, passa a vigorar o Estatuto Social conforme redação constante do **Anexo II. 7.11.** Aprovar, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, a consolidação do estatuto social da Companhia que passa a vigorar com a redação prevista no **Anexo II** à presente ata, já considerando as alterações anteriormente aprovadas. **8. Documentos:** Não houve apresentação de documentos e manifestações de voto apresentados por escrito pelos acionistas. **9. Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, o presidente declarou a assembleia encerrada e suspendeu os trabalhos para a lavratura da presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo transcrição apenas das deliberações tomadas e sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme dispõe o artigo 130, §§ 1º e 2º da Lei das S.A. Nesses termos, lida e achada conforme, a ata foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 30 de abril de 2024. **Mesa:** Mateus Gomes Ferreira - Presidente; Bruna Bellotto - Secretária. **Representantes da Administração:** Fabio Rogério Zanfelice, Diretor Presidente; Mario Bertoncini, Diretor de Relações com Investidores e Vice-Presidente de Finanças; **Representante da Companhia:** Rômulo Marçal, Diretor Corporativo; **Coordenador do Comitê de Auditoria:** Sergio Ricardo Romani; **Representantes do Auditor Independente - PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes:** Carlos Peres; Ivanéia Araújo; Carlos Mendonça; **Acionistas Presentes:** Fabiano Gorziza *(sistema eletrônico - presidente da mesa - Mateus Gomes Ferreira)*: ITAU LONG AND SHORT PLUS MULTIMERCADO FI; ITAU SMALL CAP MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; ITAU AÇÕES DIVIDENDOS FI; ITAU EXCELÊNCIA SOCIAL AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL; ITAÚ GOVERNANÇA CORPORATIVA AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL; ITAÚ IBRX ATIVO MASTER FIA; ITAU INDEX AÇÕES IBRX FI; ITAÚ INFLAÇÃO MULTIESTRATÉGIA MULTIMERCADO FUNDO DE INVESTIMENTO; ITAU INFLATION EQUITY OPPORT AÇÕES; ITAÚ INSTITUCIONAL INFLAÇÃO MULTIESTRATÉGIA MULTIMERCADO FUNDO DE INVESTIMENTO; ITAÚ PREVIDÊNCIA IBRX FIA; ITAÚ QUANTAMENTAL GEMS MASTER AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO; ITAU US$ 3 BA LOW VOLATILITY FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; IT NOW IDIV FUNDO DE INDICE; IT NOW IGCT FUNDO DE INDICE IT NOW ISE FUNDO DE INDICE LONG BIAS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES *(p.p. Karina Francisca de Andrade) (sistema eletrônico - presidente da mesa - Fabio Mateus Gomes Ferreira)*; 3 Ilhas Master Fundo de Investimento em Ações *(p.p. Carlos Gustavo Perret Simas) (boletim de voto a distância - presidente da mesa - Mateus Gomes Ferreira)*; VOTORANTIM S.A. *(p.p. Ana Luisa Gusmão de Lima) (sistema eletrônico - presidente da mesa - Mateus Gomes Ferreira)*; Leland Stanford Junior University; Squadra Texas LLC; VKF Investments Ltd; SV2 EQUITY LLC; SV4 EQUITY LLC; SNAPPER EQUITY L.L.C; GROUPER EQUITY L.L.C; SQUADRA PREV MASTER LO FUNDO DE INVESTIMENTO AES; SQUADRA INST FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES; FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES RVA EMB IV; SQUADRA HORIZONTE FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES; FPRV SQA SANHACO FIA PREVIDENCIARIO; SQUADRA MASTER IVP FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES; SQUADRA MASTER LONG ONLY FIA; SQUADRA MASTER LONG BIASED FIA *(p.p. Vanessa Menna Barreto) (sistema eletrônico - presidente da mesa - Mateus Gomes Ferreira)*; Japir Guilherme de Melo; F. UK, VANGUARD FUNDS PLC; VANGUARD ESG EMERGING MARKETS, VANGUARD FUNDS PLC; VANGUARD ESG GLOBAL ALL CAP U, VANGUARD INV FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX F, WEST VIRGINIA INVESTMENT MANAGEMENT BOARD, WISDOMTREE EMERGING MARKETS HIGH DIVIDEND FUND, WISDOMTREE EMERGING MARKETS SMALLCAP DIVIDEND FUND, THIAGO PAULA DA SILVA; CANADA PENSION PLAN INVESTMENT BOARD, IN BK FOR REC AND DEV,AS TR FT ST RET PLAN AND TR/RSBP AN TR, LEGAL GENERAL U. ETF P. LIMITED COMPANY, INTERNATIONAL MONETARY FUND, EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND B, QSUPER, ISHARES GLOBAL CLEAN ENERGY ETF, QIC INTERNATIONAL EQUITIES FUND, ROBECO UMBRELLA FUND I N.V., SCHWAB EMERGING MARKETS EQUITY ETF; SHELL TR (BERM) LTD AS TR O SHELL OV CON P F, STICHTING PGGM DEPOSITARY, VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE LATIN, FUNDAMENTAL LOW V I E M EQUITY, QMO IMPLEMENTATION FUND, A SERIES OF QMO TRUST *(boletim de voto a distância - presidente da mesa - Mateus Gomes Ferreira)*. Confere com o original lavrado em livro próprio. São Paulo, 30 de abril de 2024. **Mesa: Mateus Gomes Ferreira** - Presidente, **Bruna Bellotto** - Secretária. **JUCESP** nº 198.083/24-5 em 08/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Anexo I - Mapa de Votação:**

Item	Matéria	Quantidade de votos			
		Aprovar	Rejeitar	Abster-se	Total
	Assembleia Geral Ordinária				
1	As demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	787.395.450	0	16.046.008	**803.441.458**
2	As contas dos administradores e o relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	787.394.570	0	16.046.888	**803.441.458**
3	A proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	803.435.458	0	6.000	**803.441.458**
4	A fixação do número de 8 (oito) membros para compor o Conselho de Administração	792.664.040	880	10.776.538	**803.441.458**
5	A eleição dos membros do Conselho de Administração	–	–	–	–
5.1	Carlos da Costa Parcias Junior	719.429.235	43.707.486	10.877.727	**774.014.448**
5.2	Helena Scripilliti Ferreira Velloso	722.934.981	40.201.740	10.877.727	**774.014.448**
5.3	Marcelo Strufaldi Castelli	722.934.981	40.201.740	10.877.727	**774.014.448**
5.4	Maria Leticia de Freitas Costa	761.595.450	1.541.271	10.877.727	**774.014.448**
5.5	Mateus Gomes Ferreira	723.418.203	39.812.827	10.783.418	**774.014.448**
5.6	Megan Veronica Hansen	723.323.894	39.812.827	10.877.727	**774.014.448**
5.7	Ricardo Szlejf	723.323.894	39.812.827	10.877.727	**774.014.448**
5.8	Sergio Ricardo Romani	756.885.487	1.280.324	15.848.637	**774.014.448**
6	A indicação do Mateus Gomes Ferreira como Presidente do Conselho de Administração	752.694.749	39.868.982	10.877.727	**803.441.458**
7	A caracterização Sr. Sergio Ricardo Romani e da Sra. Maria Leticia de Freitas Costa como membros independentes do Conselho de Administração	792.658.040	0	10.783.418	**803.441.458**
8	A fixação da remuneração global anual dos administradores e membros do Comitê de Auditoria Estatutário para o exercício social de 2024 em até R$ 37.230.651,35.	799.731.439	3.704.019	6.000	**803.441.458**
	Assembleia Geral Extraordinária				
1	A alteração do parágrafo 2º do artigo 8º do estatuto social da Companhia, para alterar o prazo de restrição ao direito de voto previsto no referido dispositivo	792.658.920	0	10.782.538	**803.441.458**
2	A reforma do estatuto social	787.648.816	5.010.104	10.782.538	**803.441.458**
3	A consolidação do estatuto social da Companhia	792.664.920	0	10.776.538	**803.441.458**

Anexo II - Estatuto Social Consolidado. Estatuto Social - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Foro, Objeto e Duração: Artigo 1º. Auren Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima que se rege pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, notadamente pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."). **Parágrafo 1º.** A Companhia poderá utilizar abreviatura, sigla ou nome de fantasia apenas para fins publicitários ou de divulgação de bens ou serviços de sua produção. **Parágrafo 2º.** Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado ("Regulamento do Novo Mercado"). **Artigo 2º.** A Companhia tem sede social na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e poderá alterar o endereço da sede, desde que no mesmo município, e abrir, transferir e/ou encerrar filiais, escritórios, depósitos ou outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional, ou no exterior, onde lhe convier, conforme deliberação da Diretoria. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto: **(i)** participar em outras sociedades, na qualidade de acionista, sócia ou quotista, no Brasil e/ou no exterior; **(ii)** adquirir, administrar, gerir, operar e manter ativos de geração, transmissão e comercialização de energia, em suas diversas formas, modalidades e estágios de desenvolvimento; **(iii)** desenvolver e construir ativos de geração, transmissão e comercialização de energia, em suas diversas formas, modalidades e estágio de desenvolvimento; **(iv)** estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração, transmissão e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; **(v)** prestar serviços a terceiros relacionados às atividades mencionadas nos itens anteriores, incluindo relacionados a serviços de operação e manutenção. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e Das Ações - Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 5.940.136.584,99 (cinco bilhões, novecentos e quarenta milhões, cento e trinta e seis mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e noventa e nove centavos), dividido em 1.000.000.000 (um bilhão) de ações ordinárias, todas nominativas, e sem valor nominal. **Parágrafo 1º.** A cada ação ordinária corresponderá o direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia, observado o disposto a seguir no Artigo 8º. **Parágrafo 2º.** Todas as ações da Companhia deverão ser escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com as quais a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. A Companhia poderá autorizar a instituição financeira encarregada do registro das ações escriturais a cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observadas as normas aplicáveis. **Artigo 6º.** O capital social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 1.199.009.934 (um bilhão, cento e noventa e nove milhões, nove mil, novecentas e trinta e quatro) ações ordinárias, mediante a emissão de novas ações ordinárias da Companhia, ou da capitalização de lucros ou reservas, com ou sem emissão de novas ações, por meio de deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. **Parágrafo 1º.** Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, incluindo número de ações, preço de emissão e condições de integralização, bem como estabelecer se a subscrição será pública ou particular. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado. **Parágrafo 2º.** Dentro do limite do capital autorizado, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá emitir debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, bem como outorgar opções de compra ou de subscrição de ações da Companhia, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral e na forma da legislação aplicável. **Parágrafo 3º.** Dentro das hipóteses permitidas pela legislação, o Conselho de Administração pode excluir o direito de preferência dos acionistas, ou reduzir o prazo para seu exercício, na subscrição do aumento de capital, emissão de ações, de debêntures conversíveis em ações e de bônus de subscrição. **Artigo 7º.** A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir ações da própria Companhia para manutenção em tesouraria ou posterior cancelamento, até o montante do saldo do lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. **Artigo 8º.** Nas deliberações das assembleias gerais que tenham por objeto a eleição, substituição ou destituição de membros do Conselho de Administração da Companhia, na hipótese em que o percentual do total de ações ordinárias com direito a voto em circulação da Companhia (excluídas as ações em tesouraria) detidas pelo Canada Pension Plan Investment Board (CNPJ/ME 17.962.858/0001-30) e/ou qualquer subsidiária cujo capital seja direta ou indiretamente detido em sua integralidade pela Canada Pension Plan Investment Board (em conjunto, "CPPIB"), seja superior a 30% (trinta por cento), o direito de voto do acionista CPPIB, individualmente considerado, estará limitado ao número de ações ordinárias com direito a voto equivalente ao resultado da fórmula prevista no Parágrafo 1º abaixo, em observância ao disposto na *Canada Pension Plan Investment Board Act* e regulamentação aplicável (*especificamente,* seção 13 do Canada Pension Plan Investment Board Regulations *(SOR/99-190)*). **Parágrafo 1º.** Para fins da verificação da limitação de voto indicada no Artigo 8º acima, em relação às deliberações relativas à eleição, substituição ou destituição de membros do Conselho de Administração da Companhia, o acionista CPPIB apenas poderá votar com uma quantidade de ações equivalente a "X", a ser apurada conforme a fórmula abaixo:

$$X = C - \left(\frac{\{C - [30\% \times (A - B)]\}}{(1 - 30\%)}\right)$$

Onde: "X" significa a quantidade de ações com as quais o acionista CPPIB poderá votar nas deliberações das assembleias gerais que tenham por objeto a eleição, substituição ou destituição de membros do Conselho de Administração da Companhia. "A" corresponde ao número total de ações de emissão da Companhia com direito a voto, incluindo ações em tesouraria; "B" corresponde ao número de ações em tesouraria; "C" corresponde ao número de ações de emissão da Companhia com direito a voto detidas pelo acionista CPPIB; observado que "X" será arredondado a um número inteiro para baixo caso "X" resulte em um número fracionado. **Parágrafo 2º.** A restrição ao direito de voto prevista neste Artigo 8º expirará em 30 de abril de 2025, observado o disposto no Parágrafo 3º abaixo. **Parágrafo 3º.** Anualmente, a partir do exercício social de 2025 (inclusive), mas em qualquer caso somente enquanto vigorar uma restrição de voto nos termos do Artigo 8º acima, em até (i) 3 (três) dias úteis após a assembleia geral ordinária ou (ii) no dia 1º de abril de cada ano em que vigorar uma restrição de voto, o que ocorrer primeiro ("Data de Decisão sobre Nova Restrição"), será realizada obrigatoriamente uma assembleia geral extraordinária para deliberar, pela maioria dos acionistas com direito a voto presentes em tal assembleia, sobre a criação de um novo período de restrição de voto nos exatos termos deste Artigo 8º, não superior a 1 (um) ano ("Assembleia Geral - Nova Restrição"). **Parágrafo 4º.** Caso, por qualquer motivo, a Assembleia Geral - Nova Restrição não seja realizada até a Data de Decisão sobre Nova Restrição, o Conselho de Administração ficará obrigado a convocar, em até 5 (cinco) dias, a Assembleia Geral - Nova Restrição. Caso o Conselho de Administração não convoque a Assembleia Geral - Nova Restrição nos termos deste parágrafo, qualquer acionista detentor de ações representativas de mais de 5% (cinco por cento) do capital social votante poderá convocar diretamente tal assembleia, observado que a restrição de voto prevista no Artigo 8º acima será considerada automaticamente renovada e permanecerá em pleno vigor até que tal matéria seja submetida à deliberação na Assembleia Geral - Nova Restrição ou na Assembleia Geral da Companhia que vier a ser convocada para deliberar sobre a matéria. **Parágrafo 5º.** Na hipótese do Parágrafo 4º acima, a restrição de voto permanecerá em vigor nos termos deste Artigo 8º até que seja realizada a Assembleia Geral - Nova Restrição. **Artigo 9º.** O valor de reembolso devido aos acionistas dissidentes que exercerem o direito de retirada nas hipóteses previstas na Lei das S.A. é determinado pela divisão do valor do patrimônio líquido, conforme apurado nas últimas demonstrações financeiras individuais aprovadas pela Assembleia Geral, pelo número total de ações de emissão da Companhia. **Capítulo III - Da Assembleia Geral - Artigo 10º.** A Assembleia Geral Ordinária terá as atribuições previstas na lei e realizar-se-á anualmente, no prazo previsto na legislação aplicável, mediante convocação pelo Conselho de Administração ou por outras formas previstas em lei, para deliberar sobre as matérias de sua competência **Artigo 11º.** A Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que os interesses sociais assim exigirem, podendo realizar-se concomitantemente com a Assembleia Geral Ordinária. **Parágrafo 1º.** Sem prejuízo das matérias de competência da Assembleia Geral previstas em lei, neste Estatuto Social e na regulamentação aplicável, compete à Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias: (i) eleger ou destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando for o caso; (ii) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras anuais da Companhia; (iii) fixar a remuneração anual global dos administradores e do Conselho Fiscal, quando instalado; (iv) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (v) reforma do Estatuto Social; (vi) operações de fusão, cisão, incorporação e incorporação de ações envolvendo a Companhia; (vii) dissolução, dissolução parcial, liquidação e extinção da Companhia, ou pedido de falência ou de recuperação, judicial ou extrajudicial, da Companhia, bem como a eleição e destituição de liquidantes; (viii) redução do capital social, amortização ou resgate de ações de emissão da Companhia; (ix) planos de remuneração baseados em ações de emissão da Companhia em favor de quaisquer administradores, empregados, ou prestadores de serviço pessoas naturais da Companhia ou de sociedades controladas; (x) dispensa de realização de oferta pública de aquisição de ações como requisito para a saída da Companhia do Novo Mercado, observado o disposto no Regulamento do Novo Mercado; (xi) observado o estabelecido nas normas aplicáveis, a celebração de transações com partes relacionadas, a alienação ou a contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da companhia constantes do último balanço aprovado; e (xii) suspender o exercício de direitos dos acionistas, nos termos da lei aplicável. **Parágrafo 2º.** A deliberação a que se refere o item (x) deste Artigo deverá ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas titulares das ações em circulação presentes à assembleia, não se computando os votos em branco. A Assembleia Geral que deliberar sobre a matéria a que se refere o item (x) deste Artigo deverá ser instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total de ações em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares das ações em circulação. **Artigo 12º.** A convocação da Assembleia Geral deverá ser feita pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal, se instalado, ou por acionistas, em qualquer caso, na forma, termos e prazos da legislação aplicável. **Parágrafo Único.** Exceto nas hipóteses previstas em lei, a Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos constantes da ordem do dia, previstos no respectivo edital de convocação. É vedada a inclusão, na pauta da Assembleia Geral, da rubrica "outros assuntos" ou "assuntos gerais" ou expressões equivalentes. **Artigo 13º.** Observadas as exceções previstas em lei e na regulamentação aplicável, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto e, em segunda convocação, instalar-se-á com a presença de acionistas representando qualquer número de ações com direito a voto. Ressalvadas as exceções previstas em lei e na regulamentação aplicáveis ("Quorum Qualificado"), a aprovação das matérias se dará com a maioria de votos dos presentes, desconsideradas as abstenções. **Parágrafo Único.** A Assembleia Geral da Companhia poderá ser realizada presencialmente ou digitalmente, de forma total ou parcial, nos termos da legislação e regulamentação vigentes. **Artigo 14º.** As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência desse, por outra pessoa indicada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na ausência de tal indicação, por pessoa escolhida pela maioria dos votos dos acionistas presentes. **Parágrafo Único.** O presidente da Assembleia escolherá, dentre os presentes, o secretário da mesa. **Artigo 15º.** O acionista poderá participar e ser representado nas Assembleias Gerais na forma da legislação aplicável exibindo, além do documento hábil de identidade, dos documentos de representação e demais documentos e informações que sejam especificados no anúncio de convocação, comprovante expedido pela instituição escrituradora contendo a respectiva participação acionária e, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. **Parágrafo Único.** Para melhor organização dos trabalhos da Assembleia Geral, a Companhia poderá solicitar o depósito de cópia dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral com até 3 (três) dias úteis de antecedência. Sem prejuízo do disposto neste Parágrafo, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos necessários até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente, observada a faculdade da Companhia de exigir depósito prévio nos casos de participação por sistema eletrônico. **Artigo 16º.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada, em livro próprio, ata a ser assinada pelos membros da mesa e/ou pelos acionistas presentes, na forma da legislação aplicável, e que deverá ser lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos e poderá ser publicada com a omissão das assinaturas dos acionistas, observados os requisitos legais. **Capítulo IV - Da Administração - Seção I - Das Disposições Comuns aos Órgãos da Administração - Artigo 17º.** A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria. **Parágrafo 1º.** Os administradores, no exercício de suas funções, deverão observar os interesses das comunidades em que a Companhia atue, bem como os impactos sociais e ambientais. **Parágrafo 2º.** Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente, ou principal executivo da Companhia, não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, observado o estabelecido na legislação e regulamentação aplicáveis. **Parágrafo 3º.** A posse dos administradores fica condicionada à assinatura de termo de posse, observado o disposto no artigo 147 da Lei das S.A., que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 48. **Parágrafo 4º.** A posse de administrador residente ou domiciliado no exterior fica condicionada à constituição de representante residente no País, com poderes para receber citação em ações contra ele propostas com base na legislação societária, e, conforme aplicável, citações e intimações em processos administrativos instaurados pela CVM, mediante outorga de procuração com prazo de validade que deverá estender-se por, no mínimo, 03 (três) anos após o término do seu mandato. **Artigo 18º.** O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria se estende até a investidura dos novos administradores eleitos. **Artigo 19º.** A remuneração global dos administradores será fixada pela Assembleia Geral. **Parágrafo Único.** Compete ao Conselho de Administração deliberar acerca da distribuição da remuneração global entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, bem como da repartição entre parcela fixa e parcela variável. **Artigo 20º.** A Companhia poderá estabelecer políticas, programas, compromissos ou instrumentos para indenizar e manter indenes administradores, membros do conselho fiscal, membros de órgãos sociais com funções técnicas ou consultivas, membros de comitês e demais empregados e/ou outros colaboradores que exerçam cargo ou função de gestão ou representação da Companhia ou de suas controladas, ou aqueles que, empregados ou não, tenham sido indicados pela Companhia para exercer essas funções, estatutárias ou não, em sociedades ou entidades nas quais a Companhia seja sócia, acionista, quotista ou detenha qualquer participação ("Beneficiários"), em relação a eventual dano ou prejuízo relacionados ao exercício de suas funções. **Parágrafo 1º.** Caberá ao Conselho de Administração estabelecer a outorga e as diretrizes, condições, limitações e demais termos e condições das políticas, programas, compromissos ou instrumentos de indenização e indenidade, podendo, a seu exclusivo critério, delegar a implantação, execução e monitoramento desses instrumentos a comitê ou órgão de assessoramento. **Parágrafo 2º.** Os termos e condições das políticas, programas, compromissos ou instrumentos de indenização e indenidade serão formalizados em documento escrito, sem prejuízo da contratação de seguro específico para a cobertura de riscos de gestão. **Seção II - Do Conselho de Administração - Artigo 21º.** O Conselho de Administração será composto por, no mínimo 4 (quatro) e, no máximo, 11 (onze) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, que designará um Presidente, todos com prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos admitida a reeleição. **Parágrafo 1º.** Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante as faculdades previstas no artigo 141, parágrafos 4° e 5°, da Lei das S.A., na hipótese de haver acionista controlador. **Parágrafo 2º.** Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no Parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior. **Artigo 22º.** O Conselho de Administração é o órgão de orientação e direção superior da Companhia, de deliberação colegiada, competindo-lhe, além das atribuições previstas na legislação e regulamentação aplicáveis e das contidas neste Estatuto Social: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas situações previstas na legislação e neste Estatuto; (iii) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros da Diretoria e fixar-lhes as atribuições, observado o disposto neste Estatuto; (iv) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; (v) constituir, instalar e dissolver comitês de assessoramento do Conselho de Administração não previstos neste Estatuto Social, elegendo e destituindo, a qualquer tempo, os respectivos membros, estabelecendo os regimentos internos de funcionamento e fixando-lhes a correspondente remuneração anual, se aplicável; (vi) escolher e destituir os auditores independentes; (vii) aprovar e alterar o regimento interno do Conselho de Administração da Companhia; (viii) aprovar ou alterar o orçamento anual, o plano de negócios da Companhia, bem como formular proposta de orçamento de capital a ser submetida à Assembleia Geral; (ix) manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras de cada exercício; (x) deliberar sobre a outorga, dentro do limite de capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, de ações ou opção de compra ou de subscrição de ações a administradores, empregados, ou prestadores de serviço pessoas naturais da Companhia ou de sociedade controladas, sem direito de preferência para os acionistas; (xi) deliberar acerca da emissão, dentro do limite do capital autorizado, de ações, de debêntures conversíveis em ações e de bônus de subscrição; (xii) deliberar acerca da emissão, para colocação pública ou privada, de notas promissórias e debêntures não conversíveis em ações; (xiii) deliberar acerca do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante a subscrição de novas ações ou mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem a emissão de novas ações; (xiv) autorizar a negociação da Companhia com suas próprias ações e com instrumentos financeiros referenciados às ações de emissão da Companhia, observada a legislação e regulamentação aplicáveis, incluindo a aquisição de ações da própria companhia, para manutenção em tesouraria ou posterior cancelamento, e a alienação de ações em tesouraria; (xv) aprovação ou alterações de quaisquer políticas adotadas pela Companhia de forma voluntária, ou obrigatória nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis; (xvi) deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio ou a distribuição de dividendos com base no lucro líquido do exercício em curso, conforme apurado em demonstrações financeiras intermediárias, semestrais, trimestrais ou em períodos menores ou com base nas reservas de lucros existentes nas últimas demonstrações financeiras anuais ou semestrais, observada a legislação aplicável; (xvii) aprovar as atribuições da área de auditoria interna da Companhia, quando estabelecida e em funcionamento; (xviii) aprovar orçamentos próprios para a área de auditoria interna da Companhia, quando estabelecida e em funcionamento, e para o Comitê de Auditoria Estatutário; (xix) implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controles internos estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que esteja exposta a Companhia, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude; (xx) aprovar os parâmetros da estruturação do canal de denúncias; (xxi) aprovar plano de participação para os membros da Diretoria Estatutária nos resultados da Companhia e de concessão de benefícios adicionais vinculados ao resultado da Companhia (Plano de Participação nos Resultados); (xxii) manifestar-se, favorável ou contrariamente, a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações aplicável, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas normas e regulamentações aplicáveis; (xxiii) aprovar oferta pública a ser lançada pela própria Companhia para saída do segmento de listagem do Novo Mercado da B3, nos termos das normas e regulamentações aplicáveis; (xxiv) aprovar assinatura de contratos ou quaisquer negócios jurídicos, incluindo celebração de contratos ou negócios jurídicos financeiros, contratação de empréstimos, financiamentos ou contratos de derivativos superiores ao valor de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) por operação, exceto para operações aprovadas no orçamento ou no plano anual e para contratos de comercialização de energia e derivativos de energia, para os quais são aplicáveis os valores e alçadas previstos na Política de Comercialização de Energia; (xxv) autorizar prestação de quaisquer garantias, contra garantias, reais ou fidejussórias, bem como a oneração de quaisquer ativos em valor individual ou agregado superior a R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com exceção de garantias necessárias para apresentação em processos administrativos ou judiciais movidos em face da Companhia ou de suas sociedades controladas ou coligadas, as quais serão aprovadas pela Diretoria, independentemente do valor, de operações previstas no orçamento anual ou plano de negócios, e de contratos de comercialização de energia e derivativos de energia, para os quais são aplicáveis os valores e alçadas previstos na Política de Comercialização de Energia; (xxvi) observado o estabelecido nas normas aplicáveis, deliberar sobre operações entre partes relacionadas em que a Companhia e/ou quaisquer uma de suas controladas, diretas e indiretas seja parte, exceto em relação a operações realizadas no curso ordinário dos negócios celebradas entre a Companhia e/ou quaisquer uma de suas controladas com qualquer (a) subsidiária integral; (b) sociedade controlada, desde que relacionadas a (b.1.) contratos de comercialização de energia elétrica celebrados com partes relacionadas conforme rito procedimental específico aplicável disposto em eventual política sobre o tema; (b.2.) outras formas de movimentação e/ou transferência de recursos financeiros, excluídos quaisquer tipos de contribuição de capital; e (b.3.) operações, acordos e contratos expressamente previstos ou autorizados no plano de negócios ou orçamento anual devidamente aprovados. (xxvii) aprovar a compra ou venda de projetos mantidos direta ou indiretamente por qualquer terceiro ou subsidiárias da Companhia com valor total acima de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), exceto se previstos no orçamento anual ou plano de negócios da Companhia; (xxviii) entrada em qualquer joint venture, exceto se previstos no orçamento anual ou plano de negócios da Companhia; (xxix) aprovar a entrada em operações de cobertura monetária ou de taxa de juros (hedges) com valor total acima de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), exceto se previstos no orçamento anual ou plano de negócios; (xxx) operações de fusão, cisão, incorporação e incorporação de ações ou qualquer reorganização societária envolvendo as controladas

continua ★

INÊS 249

★ continuação

da Companhia; (xxxi) autorizar o pedido de falência ou de recuperação, judicial ou extrajudicial, da Companhia, em caráter de urgência, e das controladas da Companhia; (xxxii) aprovar a assinatura de quaisquer contratos ou acordos pela Companhia e/ou suas controladas diretas ou indiretas com qualquer Autoridade Governamental, exceto para contratos ou negócios jurídicos financeiros envolvendo empréstimos ou financiamentos com Autoridade Governamental realizados no curso ordinário dos negócios da respectiva sociedade até o valor de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Para fins de referência, "Autoridade Governamental" significa qualquer pessoa nacional, internacional, supranacional, federal, estadual, municipal ou estrangeira que tenha autoridade governamental ou política sobre a Companhia, ou qualquer subdivisão da referida, incluindo qualquer agência, órgão ou autoridade federal, estadual ou municipal ou qualquer autoridade legislativa, judicial, reguladora, autorreguladora ou administrativa, agência ou comissão, ou outra autoridade reguladora não governamental ou autoridade semigovernamental (na medida em que as regras, regulamentos ou ordens de tal organização ou autoridade tenham força de lei), o que também inclui qualquer empresa, sociedade anônima ou organização de propriedade do governo ou controlada pelo governo (no todo ou em parte, direta ou indiretamente) de qualquer jurisdição; (xxxiii) aprovar a amortização antecipada de dívidas ou quitação de endividamento em valores superiores a 10% (dez por cento) dos valores originalmente estabelecidos ou programados para pagamento no orçamento anual da Companhia; (xxxiv) zelar pela perenidade da Companhia, dentro de uma perspectiva de sustentabilidade, que considere os aspectos sociais, ambientais e de boa governança corporativa na definição dos negócios e operações; e (xxxv) determinar o voto a ser proferido pela Companhia ou suas controladas diretas e indiretas no âmbito de qualquer assembleia geral, reunião de sócios ou outro órgão deliberativo na qualidade de sócio, acionista ou consorciado, desde que com relação a apreciação e deliberação de qualquer matéria que seja igualmente de competência da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração da Companhia nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e deste Estatuto Social. O disposto neste inciso não se aplica para orientação de voto em deliberações (a) de sociedades que não sejam controladas, direta ou indiretamente, de forma conjunta ou individual, pela Companhia; (b) sociedades, que sejam controladas, direta ou indiretamente pela Companhia, cujo patrimônio líquido seja inferior a R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), conforme apurado no último balanço patrimonial da sociedade em questão; e (c) relacionadas a eleição e destituição de administradores, aumentos de capital, reduções de capital, declaração e pagamento de dividendos ou outros proventos da mesma natureza. **Artigo 23º.** As convocações das reuniões do Conselho de Administração serão feitas pelo seu Presidente, por escrito, especificando hora e local e incluindo a ordem do dia. **Parágrafo 1º.** As convocações deverão ser enviadas, em primeiras convocações, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, ou, em segunda convocação, com pelo menos 3 (três) dias de antecedência. **Parágrafo 2º.** Ficam dispensados os procedimentos de convocação quando todos os conselheiros em exercício estiverem presentes na reunião. **Parágrafo 3º.** Fica facultada a participação dos conselheiros na reunião, por telefone, videoconferência, ou outro meio de comunicação que permita a identificação dos participantes e possa assegurar a sua participação e interação em tempo real. O conselheiro, nessa hipótese, será considerado presente à reunião para todos os fins e deverá assinar posteriormente a correspondente ata. O conselheiro também poderá, em suas ausências eventuais e impossibilidade de participação por telefone ou videoconferência, apresentar seu voto por escrito, em mãos ou por e-mail, ou apresentar instrumento de procuração, desde que tal instrumento recebido pelo Presidente, com cópia para a Secretaria de Governança Corporativa, até o início da reunião. No caso de participação por meio de procurador, caso haja algum voto a ser proferido, a procuração deverá conter o exato conteúdo do voto do conselheiro representado. Caso contrário, o procurador deverá abster-se de votar, mas o conselheiro ausente será considerado presente para a fins de quórum de instalação e votação, devendo o procurador assinar a respectiva ata, desde que apresente voto por escrito ou procuração específica. No caso de voto por escrito, o Presidente deverá assinar a correspondente ata em nome do conselheiro. **Parágrafo 4º.** As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo seu Presidente e se instalam, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus membros em exercício, sendo considerado como presente também aqueles que participarem nos termos do Parágrafo 3º acima, bem como aqueles que tenham enviado seu voto por escrito ao Presidente do Conselho de Administração até a instalação da reunião. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas, em segunda convocação, mediante a presença de, no mínimo, 2 (dois) membros do Conselho de Administração. **Parágrafo 5º.** Os assuntos que não constaram da ordem do dia somente serão deliberados na reunião do Conselho de Administração se todos os seus membros estiverem presentes e assim concordarem, na forma deste Estatuto. **Artigo 24º.** As deliberações nas reuniões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria dos presentes, desconsideradas as abstenções. **Parágrafo Primeiro.** As reuniões do Conselho de Administração devem ser registradas em atas lavradas em livro próprio. **Parágrafo Segundo.** Sempre que contiver deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, o extrato da ata, ou a ata de reunião do Conselho de Administração será arquivada no registro de comércio e publicada, nos termos da legislação. De qualquer forma, em caso de confidencialidade ou relevância, o Conselho de Administração pode determinar a não divulgação de uma ata ou de trechos dela. Neste caso, providenciar-se-á a elaboração de um extrato da ata ou de ata separada com os assuntos não confidenciais para registro e publicidade nos termos acima, sendo que a ata com os trechos confidenciais ficará apenas arquivada nos livros na sede da Companhia. **Artigo 25º.** Em caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas funções serão exercidas por outro conselheiro que tenha sido indicado pelo Presidente. **Parágrafo Único.** Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer outro membro do Conselho de Administração, esse poderá ser representado por outro conselheiro em exercício, ao qual o conselheiro temporariamente ausente ou impedido outorgará procuração com poderes específicos para deliberar sobre os assuntos da ordem do dia das reuniões, indicando também o seu voto. **Artigo 26º.** Ocorrendo vacância definitiva de qualquer dos cargos de membro do Conselho de Administração, incluindo do Presidente, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes, que servirá até a primeira Assembleia Geral, observadas as disposições legais. Para os fins deste Artigo, ocorrerá a vacância definitiva de um cargo de membro do Conselho de Administração quando ocorrer a destituição, renúncia, morte, impedimento permanente comprovado, invalidez, perda do mandato do membro ou ausência injustificada em mais de 3 (três) reuniões consecutivas do Conselho de Administração. **Parágrafo Único.** No caso de vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração, será convocada assembleia geral para proceder a nova eleição, sendo que competirá à Diretoria convocar a Assembleia Geral para eleger os Conselheiros em caso de vacância de todos os cargos do Conselho de Administração. **Artigo 27º.** O Conselho de Administração poderá criar comitês de assessoramento do Conselho de Administração não previstos neste estatuto ou grupos de trabalho com objetivos definidos, podendo eleger e destituir seus membros, sejam esses membros da administração ou colaboradores da Companhia, ou terceiros. Os comitês poderão adotar regimentos internos, aprovados pelo Conselho de Administração e poderão ter orçamentos próprios, também aprovados pelo Conselho de Administração. **Seção III - Comitê de Auditoria Estatutário - Artigo 28º.** O Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, sendo que ao menos 1 (um) membro deve ser conselheiro independente e ao menos 1 (um) membro deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. **Parágrafo 1º.** Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário terão mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição por igual período, até o limite agregado de 10 (dez) anos. **Parágrafo 2º.** O mesmo membro do Comitê de Auditoria Estatutário pode acumular ambas as características referidas no *caput* deste Artigo 28. **Parágrafo 3º.** É vedada a participação de diretores da Companhia, suas controladas, controladoras, coligadas ou sociedades sob controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê de Auditoria Estatutário. **Parágrafo 4º.** Os membros do Comitê de Auditoria devem atender aos requisitos previstos no art. 147 da Lei das S.A. **Parágrafo 5º.** Comitê de Auditoria deverá se reunir sempre que necessário, mas no mínimo bimestralmente, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação. **Artigo 29º.** As atividades do coordenador do comitê de auditoria estão definidas em seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração. **Artigo 30º.** O Comitê de Auditoria Estatutário exerce suas funções em conformidade com o seu regimento interno. Adicionalmente às disposições deste Estatuto e do regimento interno do Comitê de Auditoria Estatutário, o comitê observará todos os termos, requisitos, atribuições e composição prevista na Resolução CVM nº 23, de 2021, qualificando-se como um Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), nos termos ali previstos. **Artigo 31º.** Compete ao Comitê de Auditoria Estatutário, entre outras matérias descritas no Regimento Interno: (i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (a) a sua independência; (b) a qualidade dos serviços prestados; e (c) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (iii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iv) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia, de forma a monitorar a qualidade e a integridade: (a) dos mecanismos de controles internos; e (b) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; (v) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (a) a remuneração da administração; (b) a utilização de ativos da Companhia; e (c) as despesas incorridas em nome da Companhia; (vi) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas, bem como avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, quando aplicável, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela companhia e suas respectivas evidenciações; (vii) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (a) reuniões realizadas, suas atividades, os principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da Companhia; e (viii) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; (ix) zelar pelo cumprimento do Código de Ética da Companhia; e (x) monitorar os procedimentos para apuração de infração ao Código de Ética, bem como os indicadores do canal de denúncias. **Seção IV - Da Diretoria - Artigo 32º.** A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo 3 (três), e no máximo 7 (sete) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores, e os demais Diretores sem designação específica, permitida a cumulação de cargos, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. **Artigo 33º.** Os Diretores têm todos os poderes para praticar os atos necessários à administração e gestão da Companhia e consecução do seu objeto social, incluindo para alienar e onerar bens, renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes e as deliberações tomadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração. **Parágrafo 1º.** Compete à Diretoria colegiada: (i) deliberar sobre a alteração do endereço da sede da Companhia, desde que no mesmo Município, e sobre a abertura, transferência e/ou encerramento de filiais, escritórios, depósitos ou outros estabelecimentos, em qualquer parte do território nacional, ou no exterior; (ii) ressalvadas as competências do Conselho de Administração, constituir, instalar e dissolver outros comitês e comissões de assessoramento e grupos de trabalho, podendo eleger e destituir os respectivos membros, a qualquer tempo e, conforme aplicável, estabelecer seus funcionamentos, responsabilidades e/ou regimentos internos; (iii) elaborar e propor, anualmente, ao Conselho de Administração as diretrizes estratégicas e o plano de negócios da Companhia, sendo que cada Diretor deverá executar o plano de negócios aprovado de acordo com suas respectivas funções; (iv) elaborar e propor ao Conselho de Administração o orçamento anual da Companhia, e executar os orçamentos aprovados; (v) planejar as operações da Companhia e suas controladas, devendo ser reportado ao Conselho de Administração o desempenho econômico-financeiro da Companhia, sendo que cada Diretor conduzirá as operações da Companhia de acordo com suas respectivas funções; (vi) estabelecer, observado os limites de alçada previstos neste Estatuto para a Diretoria, os critérios para delegação de níveis de competência ao longo da linha hierárquica da organização administrativa da Companhia, seja mediante aprovação de política própria para este fim ou qualquer outro documento equivalente. **Parágrafo 2º.** Compete ao Diretor Presidente: (i) coordenar, planejar, supervisionar e dirigir as atividades da Diretoria e dos demais Diretores; (ii) liderar, planejar e coordenar a gestão da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria; (iii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (iv) indicar ao Conselho de Administração os nomes para composição da Diretoria e recomendar ao Conselho de Administração a destituição de qualquer membro da Diretoria; (v) indicar, dentre os membros da Diretoria, os substitutos dos Diretores nos casos de impedimento ou ausência temporários; e (vi) exercer outras atribuições que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração. **Parágrafo 3º.** Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) representar a Companhia perante a CVM, os acionistas, os investidores, as bolsas de valores e demais órgãos e entidades relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; (ii) planejar e coordenar o relacionamentos e prestação de informações pela Companhia ao público investidor, à CVM, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, às agências de *rating*, quando aplicável, e demais órgãos e entidades relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável; (iii) manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia perante a CVM e a B3; e (iv) exercer outras atribuições que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração. **Parágrafo 4º.** Compete aos Diretores sem designação específica, além das atribuições específicas que venham a ser determinadas por deliberação do Conselho de Administração: (i) auxiliar o Diretor Presidente ou qualquer outro Diretor indicado pelo Diretor Presidente no exercício de suas respectivas atribuições; e (ii) praticar atos normais de gestão da Companhia, isoladamente ou em conjunto com outros Diretores da Companhia, nos termos deste Estatuto. **Artigo 34º.** Nos casos de vacância, de impedimento temporário ou quaisquer outras formas de ausência por razões particulares, as substituições dos diretores observarão aos procedimentos estabelecidos nos Parágrafos deste Artigo 34º. **Parágrafo 1º.** Em caso de ausência e impedimento temporário do Diretor Presidente, esse será substituído pelo Diretor que indicar. **Parágrafo 2º.** Em caso de ausências e impedimento temporário de qualquer outro diretor que não o Diretor Presidente, suas atribuições serão conferidas a outro diretor indicado pelo Diretor Presidente, que acumulará as atribuições e responsabilidades legais, estatutárias e regulamentares do diretor ausente ou temporariamente impedido, enquanto no exercício do cargo do diretor substituído. **Parágrafo 3º.** Em caso de vacância no cargo de qualquer diretor, o Conselho de Administração realizará nova eleição para o cargo de diretor vago para completar o prazo de gestão remanescente do substituído. **Artigo 35º.** Ressalvadas as hipóteses previstas em lei e neste Estatuto, a Companhia realiza atos, em juízo ou fora dele, e assume quaisquer obrigações pela atuação e assinatura: (i) de 2 (dois) diretores agindo em conjunto; ou (ii) de 1 (um) diretor conjuntamente com 1 (um) procurador; ou (iii) de 2 (dois) procuradores agindo em conjunto, sendo que os procuradores deverão ser nomeados, consoante o disposto neste Estatuto; ou (iv) por 1 (um) diretor ou por 1 (um) procurador nomeado nos termos deste Estatuto, isoladamente, nos casos previstos no Parágrafo 1º deste Artigo. **Parágrafo 1º.** A Companhia poderá ser representada por 1 (um) diretor ou por 1 (um) procurador nomeado de acordo com as disposições deste Estatuto, isoladamente, nas seguintes situações: (i) representação da Companhia como acionista, quotista ou associada nas assembleias gerais ou reuniões de sócios das sociedades, associações e entidades nas quais detenha qualquer participação societária ou não, observado o disposto neste Estatuto; (ii) representação perante quaisquer órgãos ou repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista, em assuntos de rotina, inclusive para fins judiciais; (iii) assinatura de correspondências sobre assuntos rotineiros; (iv) quando, por força de lei ou decisão judicial, for exigível o depoimento ou o interrogatório de representante legal da Companhia. **Parágrafo 2º.** O Diretor de Relações com Investidores pode, individualmente, representar a Companhia perante a CVM, bolsas de valores, a instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração da Companhia e entidades administradoras de mercados organizados nos quais os valores mobiliários da Companhia estejam admitidos à negociação. **Parágrafo 3º.** As procurações poderão ser outorgadas pela Companhia mediante a assinatura de 2 (dois) diretores agindo em conjunto, fixando os poderes conferidos e estabelecendo o prazo de duração. Para as representações previstas no Parágrafo 1º, (ii), deste Artigo 35, qualquer diretor da Companhia poderá assinar, de forma isolada, o instrumento de procuração ou de preposição, para que seja nomeado procurador e/ou preposto para a prática de determinados atos específicos. **Parágrafo 4º.** As procurações outorgadas pela Companhia terão prazo de duração limitado a 1 (um) ano, ressalvadas as procurações com poderes da cláusula "ad judicia" e "et extra" para atuação em processos judiciais e administrativos, que poderão ser outorgadas para vigência por prazo indeterminado. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal - Artigo 36º.** O Conselho Fiscal da Companhia, de funcionamento não permanente, será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, permitida a reeleição, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral ou nas hipóteses previstas em lei. O presidente do Conselho Fiscal será eleito na primeira reunião do órgão. **Parágrafo 1º.** O Conselho Fiscal, quando instalado, funcionará até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após sua instalação. **Parágrafo 2º.** O Conselho Fiscal terá as responsabilidades e atribuições definidas na legislação aplicável. **Artigo 37º.** A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 48. **Artigo 38º.** Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro ou vacância de cargo do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago. **Parágrafo Único.** Para os fins deste artigo, ocorrerá a vacância de um cargo de membro do Conselho Fiscal quando ocorrer a destituição, renúncia, morte, impedimento comprovado, invalidez ou perda do mandato. Perderá o mandato o membro do Conselho Fiscal que deixar de participar de 3 (três) reuniões consecutivas, sem motivo justificado ou licença concedida pelo Conselho Fiscal. **Artigo 39º.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observados as determinações legais aplicáveis. **Parágrafo 1º.** Os membros somente farão jus à remuneração no período em que, instalado o Conselho Fiscal, estejam no efetivo exercício da função. **Parágrafo 2º.** Será assegurado aos membros do Conselho Fiscal o reembolso das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função. **Capítulo VI - Do Exercício Social, Lucros e Dividendos - Artigo 40º.** O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo 1º.** Ao final de cada exercício social, serão elaboradas as demonstrações financeiras na forma da lei e regulamentação aplicáveis. **Parágrafo 2º.** As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM, de acordo com as disposições legais aplicáveis. **Artigo 41º.** Os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o saldo do lucro líquido apurado e ajustado na forma determinada ou permitida na lei. **Parágrafo 1º.** A Assembleia poderá atribuir aos administradores participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório a que se refere este Artigo. **Parágrafo 2º.** A administração deverá submeter à Assembleia Geral proposta para destinação do lucro líquido do exercício, sendo que, do lucro líquido do exercício social, após as deduções previstas em lei: (i) parcela correspondente a 5% do lucro líquido deve ser alocada na formação da reserva legal, observados os limites e hipóteses de não constituição previstos em lei; (ii) parcela do lucro líquido remanescente poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos das normas aplicáveis; (iii) parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos pode ser destinada para reserva de incentivos fiscais; (iv) parcela da reserva para contingências constituída em exercícios anteriores e correspondente a perdas efetivamente incorridas ou não materializadas deve ser revertida; (v) do saldo remanescente do lucro líquido, após deduções e reversões previstas acima, parcela correspondente a 25% será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório; (vi) após as deduções, reversões mencionadas nos incisos (i) a (iv) acima, parcela correspondente a até 75% (setenta e cinco por cento) pode ser aplicada na formação de reserva "Reserva de Investimentos", que terá por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das atividades sociais da Companhia e de suas empresas controladas e coligadas, até que tal reserva atinja valor equivalente a 80% (oitenta por cento) da cifra do capital observado o disposto no art. 199 da Lei das S.A.; (vii) parcela ou totalidade do saldo remanescente poderá ser retida para execução de orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral; (viii) o saldo remanescente, se houver, será distribuído aos acionistas como dividendo adicional. **Artigo 42º.** A Companhia poderá levantar balanços e demonstrações financeiras intermediários, semestrais, trimestrais ou em períodos menores. **Parágrafo 1º.** Observada a legislação aplicável, o Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio com base no lucro do exercício em curso, apurado em demonstrações financeiras intermediárias. O Conselho e Administração poderá, ainda, declarar dividendos ou juros sobre capital próprio com base na conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intermediário, nos termos das normas aplicáveis. **Parágrafo 2º.** Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio declarados poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, conforme normas aplicáveis. **Artigo 43º.** Os dividendos e juros sobre capital próprio não reclamados em até 3 (três) anos da data do pagamento prescrevem em favor da Companhia. **Artigo 44º.** A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, nos termos da legislação aplicável e deste Estatuto, distribuir lucros sob a forma de juros sobre capital próprio, que poderão ser imputados ao dividendo obrigatório. **Capítulo VII - Da Alienação de Controle e Saída do Novo Mercado - Artigo 45º.** A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante. **Artigo 46º.** Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei das S.A.; (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações. **Parágrafo Único.** A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste Artigo, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado. **Capítulo VIII - Da Liquidação da Companhia - Artigo 47º.** A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal, que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais. **Capítulo IX - Arbitragem - Artigo 48º.** A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal e, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das S.A., neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado. **Capítulo X - Disposições Gerais - Artigo 49º.** A Companhia deve cumprir toda e quaisquer disposições previstas em acordos de acionistas que venham a ser arquivados em sua sede. **Parágrafo Único.** A Companhia não deve registrar, consentir ou ratificar qualquer voto ou aprovação dos acionistas, Conselheiros de Administração ou de qualquer diretor, ou realizar ou deixar de realizar qualquer ato que viole ou que seja incompatível com as disposições de tais acordos de acionistas ou que, de qualquer forma, possa prejudicar os direitos dos acionistas sob tais acordos. **Artigo 50º.** Observadas as competências da Assembleia Geral previstas na legislação e regulamentação aplicável e neste Estatuto, os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pelo Conselho de Administração e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A. e o Regulamento do Novo Mercado.

mercado

Pente-fino do INSS corta 48% dos auxílios avaliados

Economia do governo com benefícios suspensos chega a R$ 1,3 bilhão, segundo dados da Previdência Social

Cristiane Gercina e Luciana Lazarini

SÃO PAULO O pente-fino do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) no auxílio-doença cortou quase metade dos benefícios analisados até agora, segundo dados da Previdência Social. Iniciada no final de julho, a revisão envolveu a análise, por meio de perícia médica, de 238 mil auxílios e cortou 133 mil, o que dá 48,45%.

A economia é de R$ 1,3 bilhão com o que o governo pagaria a esses segurados até o final do ano, o que representa 55% do total de R$ 2,9 bilhões previstos pelo governo com a revisão. Falta ainda R$ 1,6 bilhão.

Embora estejam em consonância com os planos do Ministério da Fazenda para equilibrar as contas públicas, os cortes representam um cumprimento da legislação previdenciária, segundo Adroaldo da Cunha Portal, secretário de RGPS (Regime Geral da Previdência Social).

"A gente está podendo fazer o que não era possível, que é dedicar a mão de obra para revisão do benefício, para tirar do sistema que entrou há muito tempo", afirma Cunha.

Segundo ele, o pente-fino no auxílio-doença está sendo possível por conta da agilidade trazida pelo Atestmed, sistema automático de concessão de benefício por incapacidade temporária com o envio do atestado médico por meio do Meu INSS, sem que seja necessário perícia médica.

Sem a perícia inicial, a fila de espera pelo exame pericial diminuiu. "Nós tínhamos, nos últimos anos, transformado a perícia de auxílio-doença em análise documental de corpo presente. Ou seja, marcava a perícia para daqui seis meses. No dia da perícia, a pessoa ia lá levar o documento", diz, explicando que, na maioria dos casos, a incapacidade já havia terminado.

Cunha afirma também que o Atestmed tem sido o primeiro passo para identificar fraudes em atestados médicos, com filtros que barram documentos suspeitos já na análise inicial. O sistema de Inteligência Artificial utiliza testes de grafologia para identificar a caligrafia, a tinta da caneta, o peso utilizado pelo médico ao assinar.



Agência da Previdência Social no bairro da Consolação, na região central de São Paulo Rafaela Araújo - 18.jul.24/Folhapress

De acordo com o secretário, entre as fraudes barradas no pente-fino estão vários atestados concedidos com a mesma letra, em curto período de tempo e em cidades diferentes, onde o mesmo médico não poderia estar, ou mesma letra, mas com carimbos diferentes, com médicos diferentes. Casos como esses são levados para investigação.

O forte aumento das despesas com o benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) tem puxado o crescimento dos gastos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com a Previdência Social.

O plano do órgão é revisar ao menos 800 mil auxílios-doença até o fim deste ano.

A revisão de benefícios começou em julho, com a volta da perícia médica presencial para quem pede a renovação do auxílio e o recadastramento de beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), mas ganhou força a partir deste mês.

INÊS 249

VAIVÉM DAS COMMODITIES

Mauro Zafalon
mauro.zafalon@grupofolha.com.br

Soja e milho caem; açúcar e café ganham espaço

Exportações do agro mantêm ritmo no ano e somam US$ 166 bilhões 12 meses

A soja e o milho perdem brilho, mas a balança comercial do agronegócio mantém ritmo forte no ano devido ao bom desempenho de açúcar, café e suco.

Em agosto, as exportações totais do agronegócio foram de US$ 14,2 bilhões, abaixo do volume financeiro de igual período do ano passado. No acumulado de 12 meses, no entanto, os valores somam US$ 166 bilhões, semelhantes aos obtidos em 2023.

As receitas brasileiras com países dependentes de soja e de milho diminuíram, graças à queda dos preços da oleaginosa. Já os países dependentes do açúcar, café e suco gastaram mais por aqui devido à aceleração dos preços internacionais desses produtos.

A Ásia, principal bloco importador, após gastar US$ 60,4 bilhões no mercado brasileiro de janeiro a agosto de 2023, deixou US$ 57,4 bilhões neste ano. O Brasil até exportou mais soja para a região, mas os preços caíram 17% no ano, segundo dados da Secex (Secretaria de Comércio Exterior).

As perdas no milho foram maiores ainda. Após o recorde exportado em 2023, o país perde espaço no mercado externo. Volume menor produzido, preços internacionais em queda e concorrência de outros produtores fizeram as receitas recuarem para US$ 3,8 bilhões até agosto, 43% a menos do que em igual período anterior.

Estoques baixos e safras afetadas pelo clima provocaram, no entanto, uma aceleração forte dos preços mundiais de vários outros produtos. Entre eles, o café.

Mercados dependentes da bebida, como Estados Unidos e União Europeia, vêm gastando mais por aqui. Com isso, as receitas brasileiras com o café já somam US$ 6,9 bilhões neste ano, 47% a mais do que no ano passado.

Os países da América do Norte gastaram US$ 10,1 bilhões até agosto no mercado brasileiro de agronegócio, 10% a mais do que no ano passado. Além do café, o suco de laranja e a carne bovina pesam nessa conta.

O bloco da União Europeia elevou para US$ 15,2 bilhões os gastos, e o café foi destaque.

Os países do Oriente Médio, dependentes de carnes e de açúcar, já deixaram US$ 9 bilhões até agosto no Brasil, 20% a mais do que nos oito primeiros meses de 2023.

Açúcar e carnes também forçaram a África a gastar mais. Os países do continente africano despenderam US$ 7,9 bilhões até agosto, 22% acima do que haviam gasto em 2023.

A queda de preços no mercado internacional faz a agropecuária perder participação na balança comercial. Em 2023, o setor era responsável por 25,5% das receitas, percentual que caiu para 23,2% neste ano. Não são considerados aqui os produtos da indústria de transformação, como carnes e açúcar.

A soja, líder do setor, mesmo com o aumento das vendas externas, em volume, foi responsável por 16% das receitas neste ano, abaixo dos 19% de 2023. O complexo soja (grãos, farelo e óleo) rendeu US$ 44 bilhões.

As carnes se consolidam na segunda posição das exportações brasileiras, com US$ 15,9 bilhões no ano, puxadas pela proteína bovina. Demandas chinesa e americana elevam as exportações dessa proteína para 1,6 milhão de toneladas, 30% a mais no ano.

As carnes de frango e suína não obtiveram grandes avanços neste ano, se mantendo nos patamares de 2023.

As importações do setor do agronegócio crescem em ritmo maior do que o das exportações, mesmo com um recuo nos preços internacionais de fertilizantes e de agroquímicos.

Nos oito primeiros meses deste ano, o Brasil gastou US$ 24,3 bilhões em importações no setor. O maior peso nessas compras veio do trigo, cujas importações subiram para 4,6 milhões de toneladas, 64% a mais do que em 2023.

No setor de insumos, as compras externas de fertilizantes subiram para 27,2 milhões de toneladas, com evolução de 10%, enquanto as de agrotóxicos atingiram 418 mil toneladas, o segundo maior volume desse período na história do país.

702%

Foi quanto o Brasil importou a mais de soja de janeiro a agosto deste ano, em relação a igual período do ano passado. As importações somaram 802 mil toneladas no período, segundo a Secex. O volume importado veio praticamente todo da Argentina, que, no ano passado, era importadora de soja do Brasil, devido à forte seca no país vizinho.

auren

Auren Energia S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 28.594.234/0001-23 - NIRE 35.300.508.271 | Código CVM: 26620

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 28/03/2024

No dia 28/03/2024, às 09h00, na sede social, com a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Mateus Gomes Ferreira e secretariados pelo Sr. Carlos Curci Neto. **Deliberação Unânime: (a)** Aprovar, nos termos do artigo 22, inciso (v), do Estatuto Social da Companhia, prorrogar o mandato dos membros do CAE da Companhia até a data de 02/05/2024, quais sejam, os Srs. Heraldo Gilberto de Oliveira, RG nº 37.402.930-1, SSP/SP, CPF/MF nº 454.094.479-72; Sr. Marcos Antonio Quintanilha, RG nº 5.338.731-7, SSP/SC, CPF/MF nº 006.840.298-80; e Sergio Ricardo Romani, RG nº 08847049-7, SSP/RJ, CPF/MF nº 728.647.617-34, conforme material apresentado na reunião. **(b)** Aprovar, nos termos do artigo 22, inciso (xvii), do Estatuto Social da Companhia, o remanejamento de projetos e a consequente alteração do Plano de Auditoria Interna para os anos de 2024 e 2025, conforme previamente aprovado nos termos da reunião do Conselho de Administração realizada em 19/12/2023, conforme o material apresentado na reunião. **(c)** Aprovar as metas financeiras da Companhia para o exercício social a ser encerrar em 31/12/2024, conforme material apresentado na reunião. **(d)** Aprovar a convocação da AGOE 30.04 para deliberar sobre as matérias constantes do material apresentado na reunião, bem como as matérias correspondentes ao item 5.1. deliberadas nos termos da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 07/02/2024. **(d.1)** Consignar que, nos termos e prazos da legislação e regulamentação aplicáveis, as informações e documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na AGOE 30.04 serão oportunamente divulgadas aos acionistas. **(d.2)** Autorizar os diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à efetivação da deliberação correspondente à convocação e submissão da proposta da administração para a AGOE 30.04. **(e)** Aprovar a proposta da administração, a ser submetida ao exame, discussão e votação da AGOE 30.04, para a fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato. **(f)** Aprovar a proposta da administração, a ser submetida ao exame, discussão e votação da AGOE 30.04, para a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, incluindo os membros independentes e a indicação, dentre os conselheiros eleitos, do Presidente do Conselho de Administração. **(g)** Aprovar, com a abstenção dos atuais conselheiros Sra. Maria Letícia Freitas Costa e Sr. Sergio Ricardo Romani, conforme aplicável aos seus respectivos relatórios, e emitir os Relatórios de Independência de Candidatos relativos à Sra. Maria Letícia Freitas Costa e ao Sr. Sergio Ricardo Romani, indicados ao Conselho de Administração, para a caracterização dos membros independentes a ser submetida ao exame, discussão e votação da AGOE 30.04. **(h)** Aprovar a proposta da administração, a ser submetida ao exame, discussão e votação da AGOE 30.04, para fixação da remuneração anual global dos administradores e membros do comitê de auditoria estatutário para o exercício social de 2024, nos termos do material apresentado na reunião. **(i)** Aprovar a proposta a ser submetida a deliberação da AGOE 30.04 para a reforma e a consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos do material apresentado na reunião. **(j)** Aprovar, nos termos do artigo 22, inciso "xxxiii" do Estatuto Social e do material apresentado na reunião, a determinação de voto da Companhia, na qualidade de acionistas ou quotista, nas assembleias e reuniões de sócios de parte de suas controladas e subsidiárias ("Sociedades") que tenham por objeto deliberar sobre: ***(j.1)*** a criação de reserva estatutária de investimento para as Sociedades sujeitas ao referido dispositivo estatutário acima referenciado; ***(j.2)*** a aprovação das demonstrações financeiras, bem como a destinação do lucro líquido e a distribuição dos dividendos, conforme aplicável, das Sociedades, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; ***(j.3)*** a antecipação da data de encerramento dos mandatos da diretoria das Sociedades, cujo mandato da diretoria está previsto para se encerrar em 2024, para a data da aprovação de contas; ***(j.4)*** a reeleição ou a eleição, conforme aplicável, dos diretores das Sociedades, cujo mandato da diretoria está previsto para se encerrar em 2024 para a data da aprovação de contas pelo prazo estabelecido nos Estatutos/Contratos Sociais das referidas sociedades; ***(j.5)*** a transferência das sedes de determinadas sociedades subholdings do complexo eólico VdPII e VdPIII da cidade de Maracanaú, Estado do Ceará para cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em endereço vinculado ao escritório da Companhia; ***(j.6)*** a rerratificação da redação do artigo 3º do Estatuto Social consolidado da CESP - Companhia Energética de São Paulo, relativo ao capital social da mesma. **(k)** Aprovar o Relatório Anual 2023 da Companhia, elaborado nos moldes recomendados pela *Global Reporting Initiative* - GRI e pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (Relatório de Responsabilidade Socioambiental), que será divulgado ao mercado em geral e para a ANEEL, nos termos do material apresentado na reunião. **(l)** Aprovar o Programa 2024, no âmbito do Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia, conforme **Anexo I** à presente ata. **(m)** Aprovar a celebração dos Contratos, no âmbito do Programa 2024, conforme material apresentado na reunião. ***(m.1)*** Autorizar os diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para efetivar a deliberação constante do item (m) acima. Nada mais. São Paulo, 28/03/2024. **Mesa: Mateus Gomes Ferreira -** Presidente; **Carlos Curci Neto -** Secretário. **JUCESP** nº 190.502/24-1 em 26/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Anexo I - Cópia do Programa 2024 do Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia - Programa 2024 - Do Plano de Outorga de Ações Restritas da Auren Energia S.A. -** *Aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2024:* **1. Definições e Interpretação:** 1.1. Definições. Salvo quando expressamente indicado de outra forma neste Programa ("Programa"), termos iniciados em letras maiúsculas terão os significados a eles atribuídos no Plano de Outorga de Ações Restritas da Auren Energia S.A. ("Companhia"), a ser submetido à assembleia geral extraordinária da Companhia (o "Plano"). **2. Participantes e Outorga de Ações Restritas:** 2.1. Participarão deste Programa os Participantes indicados e selecionados a exclusivo critério do Conselho de Administração. 2.1.1. A qualquer tempo durante o curso deste Programa, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, observado o estabelecido no Plano e neste Programa: (i) indicar novos Participantes, para os quais determinará os termos e condições aplicáveis à outorga de Ações Restritas, conforme respectivo Contrato de Outorga; e (ii) outorgar novas Ações Restritas a Participantes já beneficiários deste Programa, determinando os termos e condições aplicáveis à nova outorga. 2.1.2. A indicação do Participante para participar do presente Programa não implica sua indicação como Participante em qualquer outro Programa. 2.2. Por meio deste Programa, poderão ser outorgadas aos Participantes um número total de até 2.000.000 de Ações Restritas, o que corresponde, nesta data, a um número total de Ações representativas de 0,2% do capital social total da Companhia, que poderá ser ajustado nos termos do Plano e deste Programa, observado, em qualquer caso, o Limite Geral. 2.2.1. O cálculo do preço médio da ação exclui eventuais dividendos distribuídos nos últimos 60 pregões. Referida exclusão dos dividendos será obtida, a partir do ajuste do valor unitário dos dividendos distribuídos no período contemplado entre o primeiro dia de cálculo dos 60 pregões e o dia de "*cut off*" (data de corte) declarado, após o qual as ações da Companhia passaram a ser negociadas "*ex-dividendos*". 2.3. Cada Ação Restrita a que o Participante faça jus no âmbito deste Programa dará ao Participante o direito de receber 1 Ação da Companhia, observados os ajustes previstos neste Programa e no Contrato de Outorga aplicável, bem como que o recebimento das Ações entregues pela Companhia ao Participante em decorrência da titularidade de Ações Restritas não está sujeito a contrapartidas financeiras pelo Participante. 2.4. O Conselho de Administração determinará o volume e distribuição das Ações Restritas entre os Participantes, bem como as condições e requisitos das outorgas adicionais às dispostas neste Programa, conforme aplicável, sempre observado as diretrizes e limites do Plano e deste Programa. As Ações Restritas serão outorgadas aos Participantes mediante a celebração do Contrato de Outorga aplicável, que formalizará os termos e condições da outorga e determinará a quantidade total de Ações Restritas conferidas a cada Participante, conforme aprovado pelo Conselho de Administração. 2.4.1. Os Contratos de Outorga serão individualmente elaborados para cada Participante, sendo possível o estabelecimento de cláusulas diferenciadas para cada Contrato de Outorga, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Participantes, mesmo que estejam em situações similares ou idênticas. 2.5. As Ações Restritas, até sua efetiva transferência nos termos deste Programa e do Contrato de Outorga específico, não conferem ao Participante condição de acionista, nem qualquer direito, privilégio ou dever inerente a tal condição, em especial o direito de voto, direito a dividendos, ou outros direitos políticos ou patrimoniais. 2.6. Atendidas as exigências e condições previstas no Plano, neste Programa e nos respectivos Contratos de Outorga, o Participante terá direito ao recebimento de Ações Restritas, cuja quantidade será calculada de acordo com o disposto na Cláusula 3 deste Programa, exceto se de outra forma estabelecido no Contrato de Outorga aplicável. 2.7. Observados os demais termos e condições estabelecidos no Plano, neste Programa e no Contrato de Outorga aplicável, o Participante somente adquirirá direitos em relação às Ações Restritas que lhe tenham sido outorgadas se permanecer continuamente vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou de suas controladas até a respectiva Data de Aquisição de Direitos (conforme abaixo definido). 2.7.1. A celebração de Contrato de Outorga e a outorga de Ações Restritas não conferem a quaisquer Participantes direitos referentes à sua permanência no cargo ou de ocupar qualquer posição na Companhia e/ou controlada da Companhia, nem impede a Companhia e/ou controlada da Companhia de extinguir, a qualquer tempo, o vínculo estabelecido entre a Companhia e/ou controlada da Companhia e o Participante, ou do órgão competente afastar o Participante do seu cargo. **3. Cálculo das Ações Restritas:** 3.1. Na data do transcurso de cada um dos Prazos de Carência ("Data de Aquisição de Direitos"), desde que atendidas as demais exigências e condições previstas no Plano, neste Programa e no respectivo Contrato de Outorga, as Ações Restritas a serem transferidas (observados os ajustes previstos neste Programa e no Contrato de Outorga) ao Participante serão calculadas de acordo com a seguinte fórmula, exceto se de outra forma estabelecido no Contrato de Outorga aplicável:

$$NAR = NAROr + ARPer + DAR$$

Onde: "NAR" significa o número total de Ações Restritas a que o Participante fará jus, a ser calculado a cada Data de Aquisição de Direitos; "NAROr" significa o número de Ações Restritas Ordinárias outorgadas ao Participante; "ARPer" significa o número de Ações Restritas Performance a que o Participante fará jus, a ser calculado da seguinte forma a cada Data de Aquisição de Direitos:

$$ARPer = NARPer \times FPt$$

Em que: "NARPer" significa o número de Ações Restritas Performance outorgadas ao Participante; "FPt" significa o fator de performance que seja atingido entre a Data de Outorga e a Data de Aquisição dos Direitos, conforme aprovados pelo Conselho de Administração. "DAR" significa o número de Ações Restritas correspondente ao valor de dividendos e juros sobre capital próprio a que as Ações Restritas fariam jus entre a Data da Outorga e a Data de Aquisição dos Direitos caso tivessem sido efetivamente entregues como Ações ao Participante, a ser calculado da seguinte forma:

$$DAR = \sum_{t=1}^{n} \frac{(NAROrt \times PAt + NARPert \times PAt \times FPt)}{PRt}$$

Em que: "t" é o momento do evento do pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio (ex. evento 1, evento 2, evento 3, etc.) "NAROrt" significa o número de Ações Restritas Ordinárias pertencentes ao participante no momento do evento de pagamento de dividendos "t". "NARPert" significa o número de Ações Restritas Performance pertencentes ao participante no momento do evento de pagamento de dividendos "t". "PAt" significa o valor correspondente ao valor de dividendos e juros sobre capital por Ação da Companhia que tenham sido efetivamente declarados em cada data "t". "PRt" significa o preço de referência da Ação no momento do evento de pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio "t". 3.1.1. Para fins do presente Programa: (a) "Ações Restritas Ordinárias" significam Ações Restritas em relação às quais a aquisição dos direitos está relacionada ao transcurso dos Prazos de Carência (sem prejuízo de outras condições e exigências estabelecidos no Plano, neste Programa e no Contrato de Outorga aplicável); e (b) "Ações Restritas Performance" significam Ações Restritas em relação às quais a aquisição dos direitos está relacionada, além do transcurso dos Prazos de Carência, às métricas de desempenho que venham a ser estabelecidas pela Companhia (sem prejuízo de outras condições e exigências estabelecidos no Plano, neste Programa e no Contrato de Outorga aplicável). 3.1.2. Para fins do presente Programa, as Ações Restritas Ordinárias equivalem a 50% das Ações Restritas outorgadas, assim como as Ações Restritas Performance também equivalem a 50% das Ações Restritas outorgadas. 3.1.3. A Companhia está autorizada a proceder à retenção de quaisquer tributos eventualmente incidentes sobre as outorgas realizadas no âmbito deste Programa, podendo operacionalizar eventuais retenções incidentes sobre as Ações Restritas mediante a redução do número total de Ações a ser entregue, de forma proporcional ao impacto relativo ao tributo. 3.1.4. Para fins do presente Programa, o "Preço de Referência da Ação Restrita" corresponde, exceto se de outra forma determinado no Contrato de Outorga aplicável, à cotação da Ação negociada na Data de Aquisição de Direitos. 3.1.5. Serão desconsideradas quaisquer frações de Ações Restritas para fins da determinação do número de Ações a que o Participante fará jus a cada Data de Aquisição dos Direitos (NAR), incluindo aquelas decorrentes de ajustes previstos nos termos do Plano, deste Programa e do Contrato de Outorga aplicável. **4. Aquisição de Direitos em Relação às Ações Restritas:** 4.1. A aquisição do direito relativo às Ações Restritas pelo Participante estará sujeita ao transcurso dos Prazos de Carência e às demais exigências e condições previstas no Plano, neste Programa e no Contrato de Outorga ("Condições para Aquisição do Direito"). Atendidas as Condições para Aquisição do Direito, o Participante terá direito ao recebimento das Ações correspondentes às Ações Restritas, conforme calculadas na Data da Aquisição de Direitos. 4.2. Uma vez atendidas as Condições para a Aquisição do Direito, observados os termos e condições estabelecidos no Contrato de Outorga, as Ações correspondentes às Ações Restritas serão efetivamente entregues ao Participante, nas datas a serem estabelecidas pela Companhia, observado o previsto nesta Cláusula 4.2, sem necessidade de aprovação adicional do Conselho de Administração. 4.2.1. A transferência das Ações correspondentes às Ações Restritas a que o Participante faça jus deverá ser realizada aos Participantes no prazo de até 30 dias a contar da Data da Aquisição de Direitos, podendo ser realizado para tal fim, sem a necessidade de aprovação adicional do Conselho de Administração, alienação privada ao Participante de ações mantidas em tesouraria, observado a Cláusula 4.3 abaixo. 4.3. A Companhia poderá, quando entender conveniente, caso se inicie um período de vedação à negociação nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis ou da Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia, suspender a entrega das Ações correspondentes às Ações Restritas, hipótese em que o prazo previsto na Cláusula 4.2.1 para a transferência das ações poderá ser interrompido ou prorrogado até que se encerre o período de vedação à negociação. 4.4. O Participante deverá adotar, sob sua responsabilidade e expensas, todas as medidas necessárias a permitir e viabilizar o recebimento das Ações, incluindo, sem limitação, a realização ou atualização de cadastro junto à instituição prestadora dos serviços de escrituração das Ações ou da instituição custodiante das Ações da Companhia e/ou outras entidades do mercado cujo cadastro seja necessário à titularidade das Ações. 4.5. Alternativamente à entrega e transferência das Ações correspondentes às Ações Restritas às quais o Participante faça jus, a Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, substituir, total ou parcialmente, a entrega e transferência das Ações por pagamento de determinado montante em moeda corrente nacional. Nesse caso, o montante total a ser pago ao Participante será correspondente ao resultado da multiplicação do número de Ações Restritas calculado na forma da Cláusula 3 pelo Preço de Referência da Ação Restrita, com a realização, pela Companhia, das retenções de quaisquer tributos eventualmente incidentes, exceto se de outra forma determinado pelo Conselho de Administração ou previsto no Contrato de Outorga. **5. Período de Restrição à Negociação das Ações:** 5.1. Exceto se o Conselho de Administração deliberar de forma diversa, a totalidade das Ações adquiridas pelo Participante a partir das Ações Restritas não poderá ser negociada, alienada, vendida, permutada, doada, alugada ou de qualquer outra forma transferida, bem como não poderá ser objeto de gravames ou outro ato de disposição, antes do primeiro aniversário da data do efetivo recebimento das Ações pelo Participante ("Período de Restrição"). 5.1.1. Para fins de esclarecimento, durante o Período de Restrição, o Participante fará jus aos proventos (dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações) correspondentes às Ações, bem como poderá exercer direitos políticos da Ação, sem qualquer restrição. **6. Alteração no Número de Ações Restritas:** 6.1. Nos casos de alteração do número, espécie e classe de Ações da Companhia como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra, ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração avaliar a necessidade de ajustes no número de Ações Restritas outorgadas no âmbito deste Programa, de modo a evitar distorções e prejuízos para a Companhia ou aos Participantes. **7. Desligamento do Participante:** 7.1. Exceto se de outra forma determinado no Contrato de Outorga aplicável, em caso de Desligamento do Participante, as seguintes regras deverão ser observadas: (i) Em caso de Desligamento do Participante por iniciativa da Companhia, sem justa causa, ou sem violação dos deveres e atribuições de seu cargo de administrador, ou, ainda, no caso de encerramento de seu mandato sem que haja reeleição, (a) o Participante terá direito, exclusivamente, à parcela das Ações Restritas Ordinárias, proporcional ao período de permanência entre a Data da Outorga e a data do Desligamento; e (b) as demais Ações Restritas que tenham sido outorgadas ao Participante estarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, e sem direito a qualquer indenização. Nessa hipótese, permanecerão aplicáveis os Prazos de Carência, as Datas de Aquisição de Direito e os prazos para cálculo e transferência das Ações Restritas previstos neste Programa e/ou no Contrato de Outorga aplicável, bem como quaisquer outros requisitos, condições e restrições para a aquisição dos direitos relativos às Ações Restritas previstos neste Programa ou no Contrato de Outorga (exceto pela exigência de permanecer vinculado à Companhia ou suas controladas); (ii) Em caso de Desligamento do Participante por sua própria iniciativa, por qualquer razão, todas as Ações Restritas existentes na data do Desligamento estarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (iii) Em caso do Desligamento do Participante por justa causa ou por violação dos deveres e atribuições de seu cargo de administrador, todas as Ações Restritas existentes na data do Desligamento estarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificarão, e sem direito a qualquer indenização; (iv) No caso de falecimento do Participante, serão considerados antecipados os Períodos de Carência e os herdeiros ou sucessores legais do Participante farão jus a todas as Ações Restritas em relação às quais os demais critérios e condições para aquisição dos direitos tenham disso plenamente atendidos na data do falecimento, sendo essas corrigidas pelo Fator de Performance (FPt) igual a 100%, e devendo a transferência das Ações relativas às Ações Restritas a que fizer jus o Participante serem transferidas a seus herdeiros ou sucessores em prazo a ser determinado pela Companhia; (v) No caso de invalidez permanente ou aposentadoria, o Participante manterá direito a todas as Ações Restritas que lhe tiverem sido outorgadas, permanecendo aplicáveis os Prazos de Carência, as Datas de Aquisição de Direito e os prazos para cálculo e transferência das Ações Restritas previstos neste Programa e/ou no Contrato de Outorga aplicável, bem como quaisquer outros requisitos, condições e restrições para a aquisição dos direitos relativos às Ações Restritas previstos neste Programa ou no Contrato de Outorga (exceto pela exigência de permanecer vinculado à Companhia ou suas controladas); (vi) Em caso de transferência do Participante para outra empresa do grupo econômico da Companhia, serão mantidas as Ações Restritas, nos termos e condições estabelecidos neste Programa e no Contrato de Outorga aplicável, observado que caberá à empresa de destino arcar com os valores e responsabilidades relacionados ao benefício. 7.2. Sem prejuízo do estabelecido na Cláusula 7.1 acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, estabelecer regras distintas e conferir tratamento diferenciado a determinado Participante em caso de Desligamento. 7.3. Para fins de esclarecimento, não estarão sujeitas às regras previstas nesta Cláusula as Ações relativas às Ações Restritas que já tiverem sido efetivamente transferidas ao Participante até a Data do Desligamento. **8. Disposições Gerais:** 8.1. Este Programa será administrado pelo Conselho de Administração, que poderá delegar a um comitê de assessoramento as competências para a administração, monitoramento e/ou execução do Programa, sempre observados os limites, termos e condições do Plano e aqui estabelecidos. Caberá ao Conselho de Administração tomar todas as medidas necessárias e adequadas para o cumprimento deste Programa, de forma a viabilizar a entrega das Ações aos Participantes, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, incluindo aprovar aquisição e alienação das ações da Companhia mantidas em tesouraria, sem prejuízo das hipóteses de alienação das ações em tesouraria já aprovadas nos termos deste Programa. 8.2. Caberá ao Conselho de Administração, sempre em conformidade com a legislação e a regulamentação aplicáveis e o Plano, regular os casos omissos neste Programa. 8.3. Toda e qualquer Ação Restrita concedida de acordo com este Programa fica sujeita aos termos e condições estabelecidos no Plano. A assinatura do Contrato de Outorga e eventuais aditamentos implicará a expressa aceitação de todos os termos do Plano e do Programa. 8.4. O Participante somente fará jus às Ações Restritas no âmbito deste Programa por meio da celebração do Contrato de Outorga com a Companhia, desde que observados e atendidos todos os requisitos e condições previstos no Plano, neste Programa e no respectivo Contrato de Outorga. 8.5. Nenhuma disposição deste Programa poderá ser interpretada como constituição de direitos aos Participantes além daqueles inerentes às Ações Restritas, e nem conferirá direitos aos Participantes relativos à garantia de permanência como administrador, empregado ou em qualquer cargo ou função da Companhia e/ou suas controladas, nem interferirá de qualquer modo com o direito da Companhia e/ou de suas controladas, sujeito às condições legais e àquelas do contrato aplicável, de rescindir a qualquer tempo o relacionamento com o Participante. 8.6. Este Programa entrará em vigor na data de sua aprovação, sendo que a eficácia deste Programa tem como condição suspensiva a aprovação do Plano pela assembleia geral da Companhia, e permanecerá vigente enquanto vigorar o Plano, podendo, entretanto, ser extinto ou cancelado, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração, sem prejuízo dos Contratos de Outorga em vigor existentes. 8.7. Este Programa será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. 8.8. Todas as controvérsias ou disputas a respeito da interpretação, validade, cumprimento, exequibilidade, inadimplemento ou rescisão deste Programa deverão ser dirimidos de acordo com o disposto no respectivo Contrato de Outorga.

mercado

Câmara acelera votação de projeto da desoneração

Victoria Azevedo

BRASÍLIA O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na noite desta segunda-feira (9) o requerimento de urgência do projeto de lei que mantém a desoneração de empresas de 17 setores e de prefeituras com até 156 mil habitantes.

Também foi aprovado o requerimento de urgência do projeto de lei complementar que autoriza a renegociação das dívidas dos estados com a União. O texto prevê a possibilidade de redução dos juros e o uso de ativos dos governos estaduais para abater a dívida.

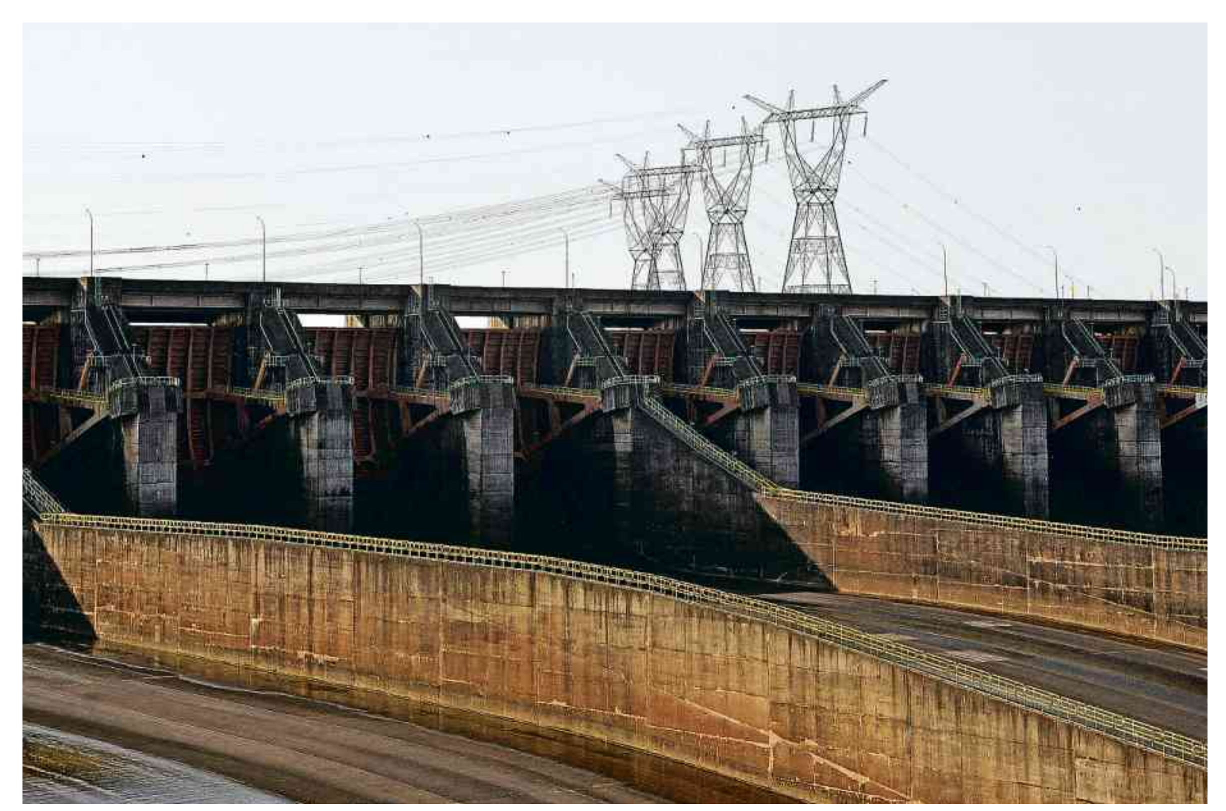
O regime de urgência acelera a tramitação de propostas na Câmara, uma vez que elas seguem para o plenário diretamente, sem passar pela análise das comissões temáticas da Casa. Agora, os deputados terão que analisar o mérito dos projetos.

Foram 293 votos favoráveis e 118 contrários, além de 4 abstenções —a oposição orientou pela obstrução— na votação da desoneração. Na urgência do projeto da dívida dos estados foram 316 votos a favor, 19 contra e 4 abstenções (também com obstrução).

As votações ocorreram num plenário esvaziado, já que os parlamentares puderam registrar seus votos virtualmente, sem a presença física na Câmara.

O projeto da renegociação das dívidas dos estados com a União foi apresentado pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e aprovado na Casa no último dia 14. Governistas dizem que há um compromisso do Executivo com o texto que foi apreciado no Senado. Se houver modificações na Câmara, terá de ser apreciado novamente pelos senadores. A medida beneficia, principalmente, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul —que detêm, juntos, 90% do estoque da dívida dos estados com a União.

Já o projeto da desoneração foi votado no Senado no último dia 20. Governistas trabalham para que o texto seja aprovado até quarta-feira (11), prazo do STF (Supremo Tribunal Federal) para que o Executivo e o Congresso chegassem a um acordo sobre o tema. Um dos 17 setores beneficiados com a desoneração é o de comunicação, no qual se insere o Grupo Folha, empresa que edita a **Folha**.



Barragem da hidrelétrica Itaipu, na fronteira entre Paraguai e Brasil Daniel Duarte - 2.ago.24/AFP

Congresso Nacional precisa rever alta da tarifa de Itaipu, diz Academia de Engenharia

Entidade afirma que 'tese de negociação' acertada entre Paraguai e Brasil fere tratado e penaliza consumidores com aumento da conta

Alexa Salomão

SÃO PAULO Os governos de Brasil e Paraguai construíram uma "tese de negociação" para inflar a tarifa de Itaipu e criar um caixa extra para bancar obras. A articulação fere o tratado binacional e penaliza o consumidor de energia, especialmente os brasileiros, que arcam com 80% dos custos da usina binacional.

Essa é a avaliação de um documento extenso e detalhado sobre os reajustes tarifários de Itaipu redigido pela ANE (Academia Nacional de Engenharia).

O estudo foi enviado na última sexta (6) para aos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e para o diretor-geral da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), Sandoval Feitosa.

O documento afirma que o Congresso precisa analisar os termos do acordo firmado em 16 de abril deste ano por ministro de ambos países. Esse termo de entendimento, alerta a entidade, elevou indevidamente, para os anos de 2024, 2025 e 2026, a tarifa de Itaipu, tecnicamente chamada de Cuse (Custo Unitário dos Serviços de Eletricidade).

Pelo Brasil, o acordo foi negociado pelos ministros Alexandre Silveira (Minas e Energia) e Mauro Vieira (Relações Exteriores).

Segundo a ANE, o documento pode ser contestado porque confronta o artigo 49, inciso I da Constituição Federal. Esse trecho determina que "é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional" —caso em que se enquadra o acordo.

"O mais relevante de todos os itens desse acordo internacional resultará numa conta 'adicional' para os consumidores de ambos os países de US$ 670 milhões por ano. Caberá aos consumidores brasileiros arcarem com cerca de 80% desse custo, algo da ordem de US$ 540 milhões por ano, a partir de 2024, com poucas chances de haver retroatividade após aprovação", detalha o documento da ANE.

"O MME concedeu entrevistas prometendo um cashback de US$ 300 milhões por ano alegando que tal valor 'neutralizaria' e 'zeraria' o impacto do acordo nas contas dos consumidores, mas o fato é que tais US$ 300 milhões representam apenas 55% dessa elevação", continua a entidade.

A ANE detalha as inconsistências de reajustes anteriores, negociados em 2022, no final do governo de Jair Bolsonaro (PL), e em 2023, já na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para defender o ressarcimento mais amplo aos consumidores brasileiros.

Reafirmando dados já publicados em reportagens da **Folha** sobre o tema, o texto detalha como o dois países foram negociando o aumento da chamada despesa de exploração de Itaipu, onde são contabilizados desembolsos com obras e projetos socioambientais, à medida que o custo da dívida para a construção da usina foi caindo.

"A partir de 2022, quando o serviço da dívida começou a diminuir e, em 2023 e 2024, quando o serviço da dívida foi zerado, a tarifa de Itaipu poderia ter baixado significativamente. Mas não diminuiu porque o extinto serviço da dívida foi substituído por novas despesas, não previstas no tratado original e de questionável legitimidade à luz do Tratado, as chamadas 'benfeitorias socioambientais'", destaca o texto.

Nesses três anos, os governos aumentaram a despesas de exploração artificialmente, de US$ 700 milhões para US$ 2,2 bilhões, diz a ANE. Isso impediu que a tarifa tivesse a queda justa.

Ainda segundo a entidade, a tarifa deveria estar em US$ 9, mas está em US$ 19,28.

A ANE também esmiúça outros itens do acordo. Pede atenção, por exemplo, sobre a autorização para o Paraguai exportar, desde já, energia para o Brasil. A Ande, estatal do Paraguai da área de energia, realizou o leilão em julho e, na sexta (6), divulgou as empresas habilitadas. Até agora, porém, não detalhou como fará o fornecimento, alerta a ANE.

Para a entidade, é preciso condicionar a comercialização de qualquer energia do Paraguai para o mercado brasileiro à existência de meio físico, com viabilidade de efetiva dessa energia escoar para o Brasil.

A ANE também pede o fim do acordo operativo de Itaipu,. prorrogado pelo documento assinado pelos ministros. A entidade explica que ele dá vantagem ao Paraguai para ficar com a energia adicional produzida por Itaipu, mais barata, prejudicando o Brasil. Segundo a ANE, isso fere Artigo III do Tratado, que determina a igualdade de direitos e obrigações entre os sócios.

Precisamos mesmo falar sobre o Cadastro Único

Será preciso aprimorar gestão se ele virar régua para concessão de vários programas

Cecilia Machado
Economista-chefe do Banco BOCOM BBM e Ph.D. em economia pela Universidade Columbia

É inegável que o Cadastro Único representa um registro de enorme valor para as políticas públicas. Através dele, programas assistenciais, como o Bolsa Família, alcançaram sucesso. Mas essas conquistas não deveriam servir de blindagem para discutirmos se o Cadastro continua atendendo o que se pretende com ele.

Chama a atenção a discrepância entre o número de famílias pobres no Cadastro e em pesquisa amostrais como a PnadC. Entre 2017 e 2022, ele passou de 13,5 milhões para 15,7 milhões na PnadC, ao passo que o número aumentou de 15 milhões para 24,6 milhões no Cadastro. A diferença entre os dois aumentou de 10% para 36% em apenas cinco anos. Isso poderia indicar deterioração da qualidade do Cadastro?

Há quem diga que não. Pois PnadC e Cadastro medem a pobreza de forma distinta. Na PnadC, a pobreza é medida de forma estática (uma foto), ao passo que no Cadastro a pobreza é medida de forma dinâmica (um filme). É esperado que a pobreza aferida ao menos uma vez ao longo de diversos períodos identifique mais famílias pobres que uma medida aferida em um único período. A volatilidade da renda faria com que as famílias entrassem e saíssem da pobreza frequentemente. Então não chega a ser surpresa que a pobreza dinâmica seja maior que a pobreza estática, conforme estudo do Ipea do mês passado.

Mas essa explicação não parece dar conta do aumento da diferença entre PnadC e Cadastro ao longo do tempo. Fosse esse o caso, a variabilidade da renda também deveria estar aumentando —colocando mais famílias em situação de pobreza ocasional—, o que não parece ser o caso. No próprio estudo do Ipea, as diversas medidas de pobreza dinâmica mantiveram-se relativamente estáveis nos anos analisados. Além disso, é pouco plausível que a variabilidade da renda tenha aumentado recentemente, considerando o forte crescimento da economia por quatro anos consecutivos e um mercado de trabalho bastante dinâmico, com taxa de desemprego no menor valor da série histórica.

Chama a atenção a discrepância entre o número de famílias pobres no Cadastro e na PnadC. Entre 2017 e 2022, ele passou de 13,5 milhões para 15,7 milhões na PnadC e de 15 milhões para 24,6 milhões no Cadastro

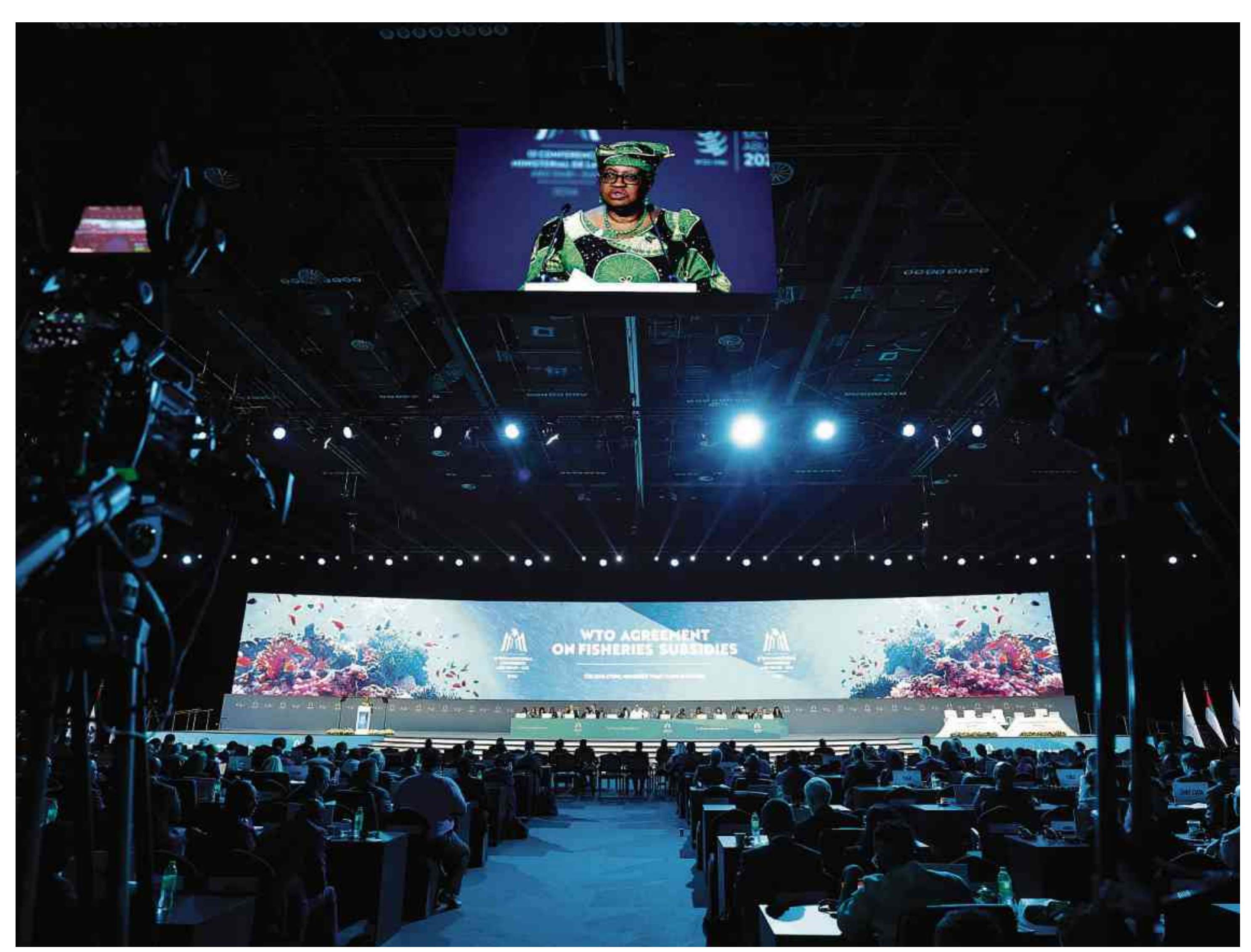
Haveria alguma outra explicação alternativa para essa discrepância? Sabemos que os incentivos importam. Como a renda no Cadastro é autorreportada, seria uma enorme ingenuidade assumir que a declaração que é feita pelas famílias não respondesse aos benefícios que são concedidos através do Cadastro.

Muita coisa mudou nos últimos anos, seja no orçamento direcionado ao Bolsa Família —de R$ 30 bilhões para R$ 160 bilhões—, seja nas regras do programa —o valor mínimo por família foi incorporado ao programa no pós-pandemia—, seja no uso do registro para implementar outras assistências — BPC, Pé-de-Meia, cashback da reforma tributária e o agora em discussão Auxílio-Gás. Quanto maiores o número e o valor de benefícios concedidos através do Cadastro, maiores são os incentivos à subdeclaração da renda.

Se o Cadastro realmente passar a servir de régua para concessão de vários programas, será preciso aprimorar a sua gestão. Apenas assim ele poderá continuar a ser um instrumento eficiente para a redução da pobreza e a diminuição das desigualdades, como foi no passado.

DOM. Samuel Pessôa SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos TER. Michael França, Cecilia Machado QUA. **Bernardo Guimarães**, Lorena Hakak QUI. Cida Bento, Solange Srour SEX. Bráulio Borges SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

INÊS 249



Ngozi Okonjo-Iweala, diretora-geral da OMC, durante evento na Nigéria em maio Marvellous Durowaiye - 11.mai.24/Reuters

OMC faz 30 anos em crise e defende comércio como redutor da pobreza

Diretora-geral, nigeriana Ngozi Okonjo-Iweala afirma que críticas esquecem a importância da instituição para o avanço econômico e a construção da paz

Fábio Pupo

GENEBRA Enfraquecida pelos EUA desde o governo de Donald Trump e por uma onda de movimentos protecionistas de diferentes países, a OMC (Organização Mundial do Comércio) se aproxima de seu aniversário de 30 anos em crise: a instituição luta para defender no debate internacional a importância de seus valores para o desenvolvimento econômico global.

A organização publicou nesta segunda (8) relatório em que analisa indicadores econômicos de seus associados e prega como a facilitação do comércio foi fator decisivo para elevar a renda global de forma sem precedentes nas últimas três décadas.

Segundo a OMC, o PIB (produto interno bruto) global cresceu 6,8% entre 1995 e 2020 e, pela primeira vez em dois séculos (desde a Revolução Industrial), os países pobres viram diminuir a diferença de renda per capita em relação aos ricos. China e parte do Sudeste Asiático se destacam como grandes ganhadores.

Ngozi Okonjo-Iweala, diretora-geral da OMC, afirma que há muita crítica sobre o papel da instituição sem serem considerados os avanços —não apenas em econômicos, mas também no distencionamento geopolítico gerado pelo comércio.

"As pessoas parecem esquecer por que o sistema multilateral de comércio foi criado há 80 anos. Foi porque o comércio era visto como parte essencial da construção da paz. Quando países são interdependentes e negociam com outros, têm menos chances de ir a conflito", disse a nigeriana em encontro com cerca de 20 jornalistas de diferentes países do qual a **Folha** participou.

A OMC foi criada em 1995 como sucessora do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês), assinado em 1948 —esforço global pela facilitação de importações e exportações após a escalada de tarifas e o controle de capital observados após a Segunda Guerra Mundial.

O protecionismo da época passou a ser visto como um jogo sem ganhadores e, principalmente após a Guerra Fria, ampliou-se o consenso sobre a necessidade de comércio mais livre e baseado em regras internacionalmente acordadas. Um dos princípios fundamentais da OMC, por exemplo, é a cláusula da nação mais favorecida, que exige que o mesmo benefício dado a um país seja estendido a todos os outros (a não ser em acordos de livre comércio).

Outro é o da transparência, que exige dos países membros a publicação de regulamentações claras e previsíveis sobre políticas comerciais. Há também o da reciprocidade, por meio do qual cada um se compromete a abrir seus mercados e espera receber em troca a mesma atitude de seus parceiros.

"Esse sistema trouxe prosperidade. Mais de 1,5 bilhão de pessoas foram tiradas da pobreza desde que a OMC foi criada. E não é só na China. Se você tirar a China, ainda verá que o resto do mundo desenvolvido teve benefícios com o comércio", afirmou.

Nos últimos anos, no entanto, países como os EUA passaram a ver desvantagens nas regras multilaterais. O governo Trump boicotou o órgão de resolução de conflitos da instituição ao não indicar representantes, o que paralisou decisões, estratégia que continuou sob Joe Biden. Além disso, outros, como a Índia, preferiram buscar contratos comerciais em vez de confiar no funcionamento da instituição.

Apesar disso, Iweala nega que a OMC esteja em seu pior momento e faz uma defesa de sua gestão. "Não acredito que a OMC esteja em seu momento mais fraco. Talvez há alguns anos estivesse", afirma.

"Cheguei aqui com a determinação de que nós vamos mostrar resultados. E fizemos o inimaginável, alcançamos resultados além das expectativas", afirma ela, citando a chegada de novos membros e acordos multilaterais, como o de subsídios da pesca e de derrubada de tarifas para compra de comida.

Apesar disso, a OMC reconhece que a globalização gerou avanços desiguais entre países. Segundo a instituição, certos integrantes da África Subsaariana, do Oriente Médio e da América Latina tiveram ganhos mais tímidos nas últimas décadas e ficaram para trás, fazendo com que a instituição defenda o que chama de reglobalização, baseada em maior integração comercial para trazer para perto os marginalizados.

A OMC também vê determinados grupos, como indivíduos com rendas mais baixas, trabalhadores com menos qualificação, pequenos empresários e mulheres, mais suscetíveis a problemas no mercado de trabalho resultantes da abertura comercial. Por isso, defende que o movimento seja acompanhado de outras políticas públicas.

"Nos EUA, argumentam que a maior competição tem reduzido empregos na indústria. Mas não olham para o número de empregos criados em serviços. Então, não é apenas o comércio sozinho [a solução]. Você precisa ligá-lo com políticas de mercado de trabalho para garantir que essas pessoas possam se mover para onde novos trabalhos estão sendo criados ou novos setores", diz.

Para ela, manter um comércio aberto e previsível baseado em regras deve fazer parte do caminho de qualquer país para uma maior inclusão. Seu desafio é convencer as atuais lideranças globais a pensar da mesma maneira.

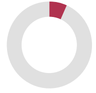
"Espero que os leitores, e especialmente os formuladores de políticas, levem a sério as lições do relatório. Precisamos de um apoio político forte e renovado para a cooperação multilateral para fazer o comércio funcionar para todos", afirma.

O jornalista viajou a convite da OMC

Crescimento real médio do PIB antes e depois do acesso à OMC*

Em %

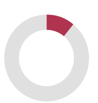
	Membros do Artigo 12	Membros fora do Artigo 12
5 anos antes	-12	-7
4 anos antes	-10	-6
3 anos antes	-11	-5
2 anos antes	-7	-4
1 ano antes	-3	-1
Ano de acesso	**0**	**0**
1 ano depois	3	3
2 anos depois	8	8
3 anos depois	13	11
4 anos depois	22	12
5 anos depois	29	15
6 anos depois	44	18
7 anos depois	55	22
8 anos depois	69	24
9 anos depois	78	28
10 anos depois	83	32



6,8%
Crescimento real do PIB global entre 1995 e 2020 com a redução de custos do comércio



33%
Foi o crescimento do PIB de economias de baixa renda entre 1995 e 2020



11%
Foi a proporção de pessoas vivendo na extrema pobreza em 2022, em contraste com os 40% observados em 1995

*Ou ao mecanismo antecessor, o GATT. Membros do Artigo 12 passam por um processo mais rígido de adesão, em geral com a necessidade de reformas como a redução de tarifas e a eliminação de barreiras

Fonte: OMC

Chinesa visa fusão nuclear a 50% do custo das empresas americanas

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

XANGAI | FINANCIAL TIMES Uma startup de Xangai busca arrecadar US$ 500 milhões (R$ 2,8 bi) para desenvolver uma tecnologia de fusão nuclear de próxima geração mais barata, enquanto a China corre com o Ocidente para resolver o problema da comercialização da revolucionária energia limpa.

A fusão nuclear, na qual isótopos de hidrogênio se fundem após serem aquecidos a temperaturas extremas, liberando energia, pode fornecer eletricidade abundante sem emissões ou resíduos nucleares radioativos de longa duração.

A Energy Singularity, fundada em 2021, desenvolve um tokamak (ma máquina que se espera que seja o cerne das usinas de energia de fusão) em pequena escala.

A startup chinesa é uma das pelo menos 45 empresas em cerca de 13 países que trabalham para comercializar a fusão nuclear, segundo a Fusion Industry Association, dos EUA.

No entanto, a tecnologia é incipiente e especialistas dizem que ainda não há garantia de que as usinas de energia de fusão serão realizadas. Muitas máquinas desenvolvidas até agora mal geraram energia suficiente para ferver uma chaleira.

Ye Yuming, diretor de operações e co-fundador da Energy Singularity, diz que a abordagem da empresa foi inspirada pelo trabalho realizado no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts) e sua spinout Commonwealth Fusion Systems.

"Temos vantagem de custo em materiais, em pessoal, em tudo. Acreditamos que o custo na China seria pelo menos 50% menor do que construir o mesmo tipo de máquina nos EUA", diz Ye.

A Energy Singularity arrecadou cerca de US$ 110 mi para desenvolver seu primeiro dispositivo, o Honghuang 70, ou HH70.

A startup, que cresceu para 135 funcionários, cerca de US$ 500 milhões captação de recursos enquanto tenta desenvolver seu dispositivo de próxima geração, o HH170, até 2027. Ele será maior, gerando significativamente mais energia, e a empresa quer vender a tecnologia antes de 2035.

"US$ 500 mi é desafiador, mas não está totalmente fora de alcance se trabalharmos duro", afirma Ye.

INÊS 249

CASA
FUNDAÇÃO CASA

CONVOCAÇÃO

WAGNER DE SOUZA CAMPOS, portador do RG 167.390.568-46, Carteira Profissional nº 03305 - série: 00194 - SP, registrado nesta Fundação sob o número RE: 373539, solicitamos seu comparecimento na sede da Fundação CASA, sito à Rua Florêncio de Abreu, 848 - 3º andar - Luz, Seção de Movimentação, no prazo de 24 horas para tratar de assunto de seu interesse. O não comparecimento implicará em Demissão por Justa Causa - Abandono de Emprego, conforme artigo 482 alíneas "i" da CLT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLANDIA - MG
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 454/2024
COMPRASNET Nº. 90454/2024 - LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021
LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO POR ITEM"

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - Objeto: Aquisição de Materiais Diversos como cadeados, prateleiras, insumos para hortas, entre outros, em atendimento ao "Programa Escola em Tempo Integral" para as escolas da Rede Municipal de Ensino, nos termos do "Anexo A – Descrição dos Itens Diversos". VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 36.175,49. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 30/09/2024, às 09h (horário de Brasília), no site www.gov.br/compras. UASG: 926922.

Uberlândia/MG, 09 de setembro de 2024.
MARIA BARBOSA POLICARPO
Diretora de Compras

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLANDIA - MG
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 451/2024
COMPRASNET Nº. 90451/2024 - LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021
PARTICIPAÇÃO COTA RESERVADA E AMPLA CONCORRÊNCIA
CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO POR ITEM"

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - Objeto: Futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios (açúcar, arroz agulhinha e outros). VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 14.184.442,12. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 27/09/2024, às 09h (horário de Brasília), no site www.gov.br/compras. UASG: 926922.

Uberlândia/MG, 09 de setembro de 2024.
MARIA BARBOSA POLICARPO
Diretora de Compras

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES *ONLINE*

DATA: 1º Público Leilão: 20/09/2024, às 11h15 | 2º Público Leilão: 24/09/2024, às 11h15

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **JJO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, CNPJ nº 02.680.280/0001-51, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos arts. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 1009, TIPO "2", 10º PAVIMENTO DO BLOCO Nº 02, INTEGRANTE DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL THE GATE**, situado na Rua Dona Tecla, nº 602, Guarulhos/SP, contendo as seguintes áreas: Privativa Total de 66,0000m²; Comum de Divisão Não Proporcional de 26,8095m²; Comum de Divisão Proporcional de 19,0075m², composta de 11,5461m² de área padrão de construção do condomínio e 7,4614m² de área descoberta; Total de 111,8170m²; FIT de 13,5951m² no terreno e o coeficiente de proporcionalidade de 0,2175% nas demais coisas de uso comum, vinculado o direito ao uso de 1 (um) depósito e de 01 (uma) vaga indeterminada, localizados na garagem coletiva do condomínio. Matrícula Imobiliária nº 164.337 do 2º CRI de Guarulhos/SP. Inscrição Cadastral nº 083.64.34.0536.00.000 (área maior). Obs: Inscrição não individualizada para o imóvel. Consolidação da Propriedade em 09/08/2024. Valores: **1º Leilão: R$ 557.258,88**. **2º Leilão: R$ 536.153,79**. **Encargos do Arrematante**: **i)** Pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** Custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; **iii)** Quitação dos débitos de IPTU vencidos antes e após as datas dos leilões; **iv)** Todas as despesas que vencerem a partir das datas dos leilões; **v)** Venda ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **vi) IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo do arrematante. Fica o Devedor Fiduciante **VALDIVINO PEREIRA SOARES**, CPF nº 087.463.528-48, comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponíveis no portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR.** Maiores informações pelo e-mail contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485; Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary nº 187 – Jd. das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

(Em processo de recuperação Judicial)
CNPJ/ME nº 10.678.505/0001-63 – NIRE 35.300.366.476
Edital de Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira inscrita no CNPJ/ME sob nº 17.343.682/0001-38, com sede na Capital do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 8 , Ala B, salas 302, 303 e 304, CEP 22640-102 ("**Pentágono**" ou "**Agente Fiduciário**"), na qualidade de Agente Fiduciário nos termos da cláusula 6ª do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente), da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("**Emissora**"), **vem pelo presente edital, conforme assembleia geral de Debenturistas ocorrida, em segunda convocação, no dia 03 de março de 2022, às 14:00 horas, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo-SP, e suspensa naquela data, convocar os titulares das Debêntures** ("**Debenturistas**"), cuja escritura foi celebrada em 14 de maio de 2013, e posteriormente aditada ("**Escritura de Emissão**"), **a reunirem-se para a reabertura da assembleia geral de Debenturistas, no dia 26 de setembro de 2024, às 14h (quatorze horas) ("AGD"), a ser realizada exclusivamente de modo presencial, em local diverso da sede da Emissora para conveniência dos Debenturistas, na R. Lemos Monteiro, 120, 19º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo**. Os Debenturistas deverão **deliberar sobre** ("**Ordem do Dia**"): a) a aprovação de termo aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado em 06 de agosto de 2021 ("**Contrato de Compra e Venda**") anexo ao Plano de Recuperação Judicial homologado nos autos da Recuperação Judicial da Emissora ("**Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações**") ou de instrumento análogo a ser firmado pelo Rodovias do Tietê Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura com o objetivo de ajustar a redação da Cláusula 4.7 do Contrato de Compra e Venda, visando a alteração da Data do Prazo Final, bem como realizar outros ajustes necessários ao Contrato de Compra e Venda decorrentes de eventuais exigências uma vez que as negociações estão em curso com a Agência de Transporte do Estado de São Paulo ("**ARTESP**") e há, junto à Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), processos de emissão de valores mobiliários. O Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações ou instrumento análogo será disponibilizado aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; b) a aprovação de termo aditivo ao Plano de Recuperação Judicial a ser apresentado pela Emissora no âmbito da Recuperação Judicial da Emissora ("**Termo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial**"), em trâmite perante a 1ª Vara da Comarca de Salto/SP, processo nº 1005820-93.2019.8.26.0526 ("**Recuperação Judicial da Emissora**"), com o objetivo de efetuar os ajustes necessários tendo em vista as negociações em curso com a ARTESP e os processos de emissão de valores mobiliários junto à CVM. O Termo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial será disponibilizado aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; c) caso aprovado o item "b" acima, deliberar sobre a aprovação de assinatura de termo de adesão ao Termo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial. O termo de adesão será disponibilizado aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; d) a aprovação do exercício do direito previsto na Cláusula 6.11. do Plano de Recuperação Judicial homologado nos autos da Recuperação Judicial da Emissora mediante assinatura de termo de adesão ou documento análogo e apresentação de petição pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, informando sobre o exercício do direito previsto na referida Cláusula 6.11. pelos Debenturistas. O termo de adesão ou documento análogo será disponibilizado aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; e e) aprovação de outras eventuais medidas necessárias para, exclusivamente, formalizar o Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Ações e o Termo Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial, tão somente para prever as alterações descritas nas alíneas (a) e (b) acima, incluindo-se os aditamentos relacionados aos documentos da Emissão, que serão informados/disponibilizados aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderão ser disponibilizados pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**. Instruções Gerais: **Encontram-se à disposição dos Srs. Debenturistas, nas páginas da Emissora (http://www.rodoviasdotiete.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br – Sistema Empresas.NET) na rede mundial de computadores – internet e na sede social da Emissora, a proposta da administração da Emissora. Os termos e condições do Acordo ARTESP elencado nos itens (a) e (b) da Ordem do Dia serão disponibilizados nos mesmos canais.** Os Debenturistas deverão se apresentar antes do horário indicado para início da Assembleia Geral de Debenturistas, com os seguintes documentos: (i) documento de identidade e extrato da respectiva conta das Debêntures aberta em nome de cada Debenturista e emitido pela instituição depositária; ou (ii) caso o Debenturista não possa estar presente à Assembleia Geral de Debenturistas, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral de Debenturistas, obedecidas as condições legais aplicáveis. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral de Debenturistas, o instrumento de mandato pode, a critério do Debenturista, ser depositado na Emissora, preferencialmente, até 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas. Sem prejuízo e, em benefício do tempo, os Debenturistas deverão encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail: contencioso@pentagonotrustee.com.br. (10, 11 e 12/09/2024)

EXTRATO DE EDITAL. Edital nº 90008/2024. Processo Administrativo: 006.0092329/2024-13. **Código Único:** 20240909821. **Local:** Lavínia/SP. **Orgão:** Secretaria da Administração Penitenciária . **Unidade Compradora:** 380201 – Penitenciaria Vereador Frederico Geometti de Lavínia. **Modalidade da contratação:** Pregão – Eletrônico. **Amparo Legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I. **Tipo:** Edital. **Modo de Disputa:** Aberto. **Registro de preço:** Não. **Data de início de recebimento de propostas:** 11/09/2024 ÀS 08h00 (Horário de Brasília). **Data de fim de recebimento de propostas:** 23/09/2024 ÀS 08h59 (Horário de Brasília). **Objeto:** Aquisição de materiais de higiene, limpeza, e vestuário, para composição de estoques, em atendimento a Resolução SAP 26/2013.. **Valor total estimado da contratação:** R$ 183.320,00. **Data da Sessão Pública:** 23/09/2024 às 09h (Horário de Brasília). **Critério de Julgamento:** Menor preço por item. **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** Sim. Endereço Eletrônico: www.compras.gov.br.

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 4ª REGIÃO – CREF4/SP
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2024

Processo nº 2184/2024. Objeto: Confecção de troféus personalizados em comemoração aos 25 anos do CREF4/SP, conforme especificações técnicas do Termo de Referência. O edital de licitação com seus anexos estará disponível para consulta a partir do dia 10/09/2024, no site do CREF4/SP através do endereço eletrônico: www.crefsp.gov.br e www.gov.br/compras. A sessão está agendada para o dia 20/09/2024, com início dos trabalhos às 09h30, via sistema COMPRAS.GOV.BR, Código da UASG: 926089.

Carlos Renato Dias – Diretor do Departamento de Marketing do CREF4/SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE POSSE
Estado de São Paulo
PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 134/2024
PROCESSO Nº 3603/2024 – TIPO: Menor Valor por Item

A Prefeitura do Município de Santo Antonio de Posse/SP, torna público e para conhecimento dos interessados que se encontra aberto nesta Prefeitura, **Pregão Eletrônico nº 134/2024**. Objeto: Registro de Preços visando a aquisição de materiais de laboratório desertos e fracassados, de acordo com o ANEXO I – Termo de Referência e demais condições estabelecidas do edital. A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia **23 de setembro de 2024, às 09:00 horas**, no site da BBM Net www.novobbmnet.com.br. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados no Paço Municipal da Prefeitura de Santo Antônio de Posse, situado na Praça Chafia Chaib Baracat, nº 351, Vila Esperança em Santo Antônio de Posse - SP, CEP 13.831-024, ou nos sites www.pmsaposse.sp.gov.br e www.novobbmnet.com.br onde os interessados poderão retirá-lo a partir das 17:00 horas do dia 10 de setembro de 2024.

Publique-se
Santo Antônio de Posse, 09 de setembro de 2024.
ALICE BORTOLOTTO VALSECHI - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

(Em processo de recuperação Judicial)
CNPJ/ME nº 10.678.505/0001-63 – NIRE 35.300.366.476
Edital de Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira, CNPJ/MF nº 17.343.682/0001-38, com sede na Avenida das Américas, 4.200, bloco 08/B, salas 302 a 304, no Rio de Janeiro, RJ (**"Agente Fiduciário"**), **vem pelo presente edital, conforme assembleia geral de Debenturistas ocorrida, em segunda convocação, no dia 22 de fevereiro de 2022, às 15 horas, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo-SP, e suspensa naquela data, convocar os titulares das debêntures** da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("**Emissão**", "**Emissora**" e "**Debêntures**", respectivamente), cuja escritura foi celebrada em 14 de maio de 2013, e posteriormente aditada ("**Escritura de Emissão**"), **a reunirem-se para reabertura da assembleia geral de Debenturistas, que irá acontecer exclusivamente presencial, no dia 26 de setembro de 2024, às 15 horas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), na Rua Lemos Monteiro, 120, 19º andar – São Paulo-SP, 05501-050.** Os Debenturistas deverão deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("**Ordem do Dia**"): (a) medidas a serem tomadas visando a excussão das garantias da Emissão, em decorrência do vencimento antecipado declarado em Assembleia Geral de Debenturistas, na data de 08.11.2019, bem como em razão do pedido de recuperação judicial da Emissora, objeto do processo nº 1005820-93.2019.8.26.0526, em trâmite perante a Vara Judicial da Comarca de Salto, Estado de São Paulo ("**RJ**"), nos termos da cláusula 4.16.2, (i) da Escritura de Emissão; (b) ratificação dos atos e medidas eventualmente praticados pelo Agente Fiduciário visando a proteção da comunhão dos debenturistas no âmbito judicial, incluindo, mas não limitando, ao processo de RJ, bem como eventuais processos dependentes ou anexos, ou extra judicial, bem como defesa dos interesses dos debenturistas na perseguição do crédito da Emissão, conforme determina os artigos 11 e 12 da INCVM nº 583 de 20.12.16; (c) ratificação ou não, da continuidade e condições da prestação dos serviços dos assessores legais e financeiros contratados no âmbito da Emissão; ou a sua substituição por novos assessores legais e/ou financeiros para a defesa dos interesses dos debenturistas, no âmbito da RJ e de qualquer medida judicial ou extra judicial relacionada ao vencimento antecipado da Emissão, assim como definição de suas formas de pagamento em decorrência da RJ da Emissora; (d) aprovação, ou não, de criação de Comitê de Debenturistas para deliberar sobre as matérias relacionadas a RJ, incluindo, mas não se limitando, a definição de seus termos e condições; (e) aprovação, ou não, da implementação de fundo de despesas para a Emissão, bem como a definição de seus termos e condições, caso necessário; (f) nos termos da notificação enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora na data de 13.11.2019, aprovar, ou não, a contratação às expensas da Emissora, de terceiros para prestação de serviços de controle e excussão da garantia objeto do Contrato de Cessão Fiduciária; (g) medidas judiciais e/ou extra judiciais a serem tomadas, em razão do vencimento das apólices de seguros de nº 10.044219 (SP101), nº10.044038 (SP 308), nº54-0775-31-0147701 e nº 54-775-31-0147702 e as que por ventura vierem a não ser renovadas ao longo da RJ; (h) outras medidas de interesse dos debenturistas, relacionados aos itens anteriores. Instruções Gerais: Os debenturistas deverão se apresentar antes do horário indicado para início da Assembleia Geral de Debenturistas, com os seguintes documentos: (i) documento de identidade e extrato da respectiva conta das Debêntures aberta em nome de cada debenturista e emitido pela instituição depositária; ou (ii) caso o debenturista não possa estar presente à Assembleia Geral de Debenturistas, procuração com poderes específicos para sua representação na assembleia, obedecidas as condições legais aplicáveis. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral de Debenturistas, o instrumento de mandato pode, a critério do debenturista, ser depositado na Emissora, preferencialmente, até 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas. Sem prejuízo e, em benefício do tempo, os Debenturistas deverão encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail: contencioso@pentagonotrustee.com.br. **Tendo em vista que o presente edital trata de uma reabertura, informamos que a publicação de todos os itens da Ordem do Dia decorre de lei, sendo certo que os itens (a); (c); (d); (e); (f); (g) e (h) estão encerrados, restando apenas o item (b) para deliberação**. (10, 11 e 12/09/2024)

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS - REDUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL

VRD VENDRAME PARTICIPAÇÕES LTDA com sede e foro na Rua Barão do Rio Branco, nº 646, Sala 2, na cidade de Birigui, Centro, Estado de São Paulo, CEP 16.200-001, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE 35238336521 por despacho em sessão de 21 de Dezembro de 2021, e inscrita no CNPJ sob n.º 44.653.924/0001-62;

Data/Hora e Local - Aos 08 de Agosto de 2024, às 9:00 horas, na sede da sociedade, na Cidade de Birigui, Estado de São Paulo à Rua Barão do Rio Branco, nº 646, Sala 2, Centro, CEP 16200-054. Convocação e Presença - Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 1.072, § 2º da Lei 10.406/2002, por estarem todos os sócios presentes, conforme assinatura ao final do presente instrumento. Presentes: **VALCIR ANTONIO VENDRAME**, brasileiro, divorciado, empresário, natural de Birigui, Estado de São Paulo, portador da cédula de identidade RG nº 11.402.364-5-SSP-SP, inscrito no CPF/MF nº 957.737.118-34, residente e domiciliado em Birigui, Estado de São Paulo, à Rua Siqueira Campos, nº 690, Apto, 122, Edifício Jatiúca, Centro, CEP 16.200-055; **DANILO VENDRAME**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade R.G. n° 44.770.350-X/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o n° 320.213.258-06, residente e domiciliado em Birigui, Estado de São Paulo, à Rua Dr.Luiz Carlos Bertechini, nº 2275, Apartamento 136-B, Edifício Duetto Pérola, Parque Paineiras, CEP 16.201-063; **RAFAELA VENDRAME CALAROTA**, brasileira, casada, farmacêutica, portadora da Cédula de Identidade RG nº 43.718.969-SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 317 441.198-05, residente e domiciliada em Birigui, Estado de São Paulo, à Rua Joao Cortelazzi, nº 2259, Apto, 84, Novo Jardim Stábile, CEP 16.204-058; como Secretária: **ANA CAROLINA DELMONACO FERNANDES DE CASTRO PINTO**, brasileira, maior, casada, nascida em 27 de Outubro de 1991, Contadora inscrita no CRC SP sob n 306949/O-0, residente e domiciliada na Avenida João Cernack, 292 Centro, CEP 16200-054, na cidade de Birigui, Estado de São Paulo, portadora da Cédula de Identidade Civil RG 47.910.927-8SSP/SP, e inscrita no CPF sob nº 336.594.138-01. Ordem do Dia - Consoante à Cláusula 4ª do Contrato de Constituição da Sociedade **VRD VENDRAME PARTICIPAÇÕES LTDA**, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35238336521 em 21/12/2021, os sócios resolvem reduzir o capital social no valor de R$ 512.750,00 (Quinhentos e doze mil, setecentos e cinquenta reais), nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil, considerando que o valor atribuído ao Capital Social se tornou excessivo em relação ao objeto da Sociedade, de modo que, o capital social que atualmente é de R$ 2.344,000,00 (dois milhões, trezentos e quarenta e quatro mil reais), passará a ser de R$ 1.831.250,00 (um milhão, oitocentos e trinta e um mil, duzentos e cinqüenta reais). Dessa forma, declara ainda que, conforme disposto no artigo 1.084 do Código Civil, a redução do capital social será realizada, restituindo-se os valores das quotas ao sócio **VALCIR ANTONIO VENDRAME**, brasileiro, divorciado, empresário, natural de Birigüi, Estado de São Paulo, portador da cédula de identidade RG nº 11.402.364-5-SSP-SP, inscrito no CPF/MF nº 957.737.118-34, residente e domiciliado em Birigui, Estado de São Paulo, à Rua Siqueira Campos, nº 690, Apto, 122, Edifício Jatiúca, Centro, CEP 16.200-055, quotas representadas por incorporação dos Imóveis de sua titularidade, registrado sob Matrículas nº 20.366, nº 20.367 e nº 81.081 no Cartório de Registro de Imóveis e anexos da Comarca de Birigui, Estado de São Paulo e dinheiro em espécie no valor R$ 1.858,00. Deliberação Tomada por Unanimidade e sem Qualquer Restrição - Após exame e discussão da matéria, os sócios por unanimidade e sem reservas ou quaisquer restrições, aprovam a redução do capital social por este se apresentar excessivo em relação ao objeto da sociedade. Encerramento e Aprovação da Ata. - Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada e assinada por todos os sócios presentes.

Birigui, 06 de Setembro de 2024.
Valcir Antonio Vendrame
Danilo Vendrame
Rafaela Vendrame Calarota
Ana Carolina Delmonaco Fernandes de Castro Pinto - Secretária

mercado

Lula sanciona lei que prevê concurso público com prova online

VIDA PÚBLICA

Marianna Holanda

BRASÍLIA O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou, nesta segunda (9), a lei que prevê a realização de provas de concurso público de forma online.

O texto determina novas regras gerais para seleções públicas federais, que só passam a valer em quatro anos, mas a lei abre a possibilidade de antecipação desse prazo.

Segundo o texto sancionado por Lula, o concurso pode ser feito total ou parcialmente à distância, "de forma online ou por plataforma eletrônica com acesso individual seguro e em ambiente controlado".

Há previsão de garantia de acesso a ferramentas e dispositivos virtuais. Essa possibilidade deve ainda ser regulamentada e com obrigatoriedade de consulta pública prévia.

Os concursos públicos federais terão três formas de avaliação: conhecimento, com provas escritas e orais; habilidades, com elaboração de documentos e simulação de tarefas próprias para o cargo, como teste físico; e competência, com avaliação psicológica e psicotécnica.

O edital determinará que tipo de prova será realizada. Além disso, a avaliação por títulos terá como base as habilidades e competências necessárias para o cargo.

As determinações também não são obrigatórias, mas podem ser utilizadas para concursos do Ministério Público, das Forças Armadas e de empresas públicas e de sociedades de economia mista sem recursos do governo. Igualmente, os estados podem se valer, se desejarem, das novas regras em suas seleções.

Também podem ser usadas as determinações da lei no caso de concurso para preenchimento de vagas temporárias e de agentes comunitários de saúde e combate às endemias.

O planejamento do concurso será feito por comissão organizadora do próprio órgão ou uma entidade pública pertencente ao mesmo. A lei determina que essa comissão terá número ímpar de pessoas, sendo um presidente. E os seus membros devem exercer atividades de complexidade igual ou superior à dos cargos ofertados no concurso.

FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR "CHOPIN TAVARES DE LIMA" – FURP



AVISO DE LICITAÇÃO

Acha-se aberta na Fundação para o Remédio Popular – Furp, a seguinte licitação: Pregão Eletrônico com participação de empresas estrangeiras nº 0193/2023-A - Pregão COMRAS.GOV nº 00196/2023 - Processo SEI Nº 266.00001005/2023-89 – Siafem nº 20231555241 - Objeto: Aquisição de Matéria Prima Farmacêutica (Propranolol Cloridrato). Realização da Sessão: 20/09/2024 às 10:00 horas no endereço eletrônico: **http//www.gov.br/compras**. Critério de Julgamento: Menor Preço. EDITAL / INFORMAÇÕES: Seção de Licitações, Rua Endres, 35 – Itapegica, Guarulhos – SP. Tel. (11) 2423-6156, das 08h:00 às 12h:30. e das 13h:30 às 17h:00. – E-mail **licitacao@furp.sp.gov.br** – As licitantes interessadas poderão consultar o edital nos sites: **www.gov.br/compras** - UASG 091101, **www.furp.sp.gov.br** ou **www.doe.sp.gov.br**.

PECINI LEILÕES — **EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - ONLINE** — opea

DATAS: 1º Público Leilão: 18/09/2024, às 10h30 | 2º Público Leilão: 20/09/2024, às 10h30

Angela Pecini Silveira, Leiloeira Oficial, mat. JUCESP 715, autorizada por **OPEA SECURITIZADORA S.A.**, inscrita no CNPJ nº 02.773.542/0001-22 (atual denominação de **RB CAPITAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**), venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial - art. 26 e 27 da Lei 9.514/97, o **Imóvel: EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL**, à Avenida Anacleto de Jesus Ferreira, nº 382, Arujamérica, Arujá/SP. **ÁREA DE CONSTRUÇÃO**: 84,00m². **ÁREA DO TERRENO**: 125,00m². Mat. nº 38.979 do CRI de Santa Isabel/SP. Inscrição Municipal nº NE 11.11.18.18.000. **1º Leilão: R$ 353.046,67**. **2º Leilão: R$ 310.898,62**. Ônus do Interessado/Arrematante: **i)** Pagto à vista do valor do arremate e 5% da leiloeira; **ii)** Custas/impostos para escritura/registro; **iii)** Quitação dos débitos de IPTU vencidos antes e após os leilões; **iv)** Regularização de eventual aumento construtivo; **v) Imóvel Ocupado**. Desocupação pelo Arrematante; **vi)** Venda *ad corpus*; **vii)** Tomar ciência do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR. Ficam os Devedores Fiduciantes **DÁRIO CAÇULA GUERRA** - CPF nº 772.432.504-91 e **MICHELLE MARIA ZEVZIKOVAS** – CPF nº 286.345.118-98, comunicados dos leilões. Informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485, Fone (19) 3295-9777. End: Av. Rotary, 187, Jd. Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

GIOVANNI LUCA TISSIANO MARTINS, Leiloeiro Oficial, JUCESP no 1162, devidamente autorizado pelo proprietário/credor fiduciário ***TERRAZUL CG LTDA***, pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF 27.299.383/0001-05, com sede na Rua Victor Annibal Rosim, n.º 27-K, Vila Bandeirantes, em Santa Rita do Passa Quatro/SP, Cep. 13.670-000, faz saber que, nos termos do artigo 27, da Lei 9514, de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que instituí alienação fiduciária de bem imóvel, devido a negociação descumprida pelos fiduciantes, **VALTER ROCHA DOS SANTOS**, inscrito no CPF/MF sob n.º 314.942.718-50, **CATIA PATRICIA GONÇALVES DE MENEZES**, inscrita no CPF/MF sob n.º 249.024.318-74, e **ROBINSON PIRES DE MENEZES**, inscrito no CPF/MF sob n.º 115.626.978-46, promoverá 02 (dois) Leilões Públicos que se farão realizar em: ***Primeiro Leilão: Dia 24 de setembro de 2024, às 10:00 horas; e, Segundo Leilão: Dia 02 de outubro de 2024, às 10:00 horas. Local:*** Sede da Empresa Terrazul CG Ltda., em Santa Rita do Passa Quatro/SP, situada na Rua Victor Annibal Rosim, n.º 27-K, Vila Bandeirantes (próximo ao Fórum), Cep. 13.670-000, e ficam os fiduciantes, intimados das datas dos leilões, para presente edital, inclusive para o exercício do direito de preferência. **Imóvel: Um lote de terreno**, sob o nº **03 (três), da Quadra N**, do loteamento denominado **"JARDIM TERRAZUL CG"**, situado na cidade de **Campinas-SP**, medindo 6,45 metros em linha reta, mais 4,61 metros em desenvolvimento de curva de raio 50,00 metros e ângulo central 73º00'49" de frente para a Avenida 01; do lado direito de quem da Avenida olha para o referido lote, mede 25,30 metros, confrontando com o lote 04; do lado esquerdo, mede 24,27 metros, confrontando com o lote 02; e nos fundos mede 11,00 metros, confrontando com os lotes 14, 15 e 16; encerrando assim uma área total de **273,52 metros quadrados**. **Matriculado no 3º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Campinas-SP, sob n.º 254.113**, com **cadastro municipal** sob **n.º 3341.33.23.0001.00000 (área maior)**. ***Condições e Valor de Venda:*** A venda será realizada a vista. O valor de avaliação do lote para que o mesmo seja levado a leilão leva em conta a forma de pagamento escolhida pelos devedores/fiduciantes, acrescida das despesas, motivo pelo qual a avaliação do lote em questão é de **R$ 424.050,03** (quatrocentos e vinte e quatro mil, cinquenta reais e três centavos); Se no primeiro público Leilão, o maior lance oferecido for inferior ao valor da avaliação, será realizado o segundo leilão, na data acima marcada. No segundo leilão, será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, atualizados até a data do leilão. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5%(cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor da arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de transmissão, Foro, Laudêmio, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. O pagamento deverá ser feito à vista e a comissão do Leiloeiro em cheque separado. O imóvel será vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. O imóvel se encontra desocupado e sem nenhuma construção, porém em eventual ocupação, a desocupação também correrá por conta do arrematante. Maiores informações no escritório do leiloeiro – Tel.: (19) 3523-6393.

GIOVANNI LUCA TISSIANO MARTINS, Leiloeiro Oficial, JUCESP no 1162, devidamente autorizado pelo proprietário/credor fiduciário ***TERRAZUL CG LTDA***, pessoa jurídica inscrita no CNPJ/MF 27.299.383/0001-05, com sede na Rua Victor Annibal Rosim, n.º 27-K, Vila Bandeirantes, em Santa Rita do Passa Quatro/SP, Cep. 13.670-000, faz saber que, nos termos do artigo 27, da Lei 9514, de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que instituí alienação fiduciária de bem imóvel, devido a negociação descumprida pelo fiduciante, **DANILO ESTEVES LEITE**, inscrito no CPF/MF sob n.º 417.590.468-92, promoverá 02 (dois) Leilões Públicos que se farão realizar em: ***Primeiro Leilão: Dia 24 de setembro de 2024, às 9:30 horas; e, Segundo Leilão: Dia 02 de outubro de 2024, às 9:30 horas. Local:*** Sede da Empresa Terrazul CG Ltda., em Santa Rita do Passa Quatro/SP, situada na Rua Victor Annibal Rosim, n.º 27-K, Vila Bandeirantes (próximo ao Fórum), Cep. 13.670-000, e fica o fiduciante, intimado das datas dos leilões, pelo presente edital, inclusive para o exercício do direito de preferência. **Imóvel: Um lote de terreno**, sob o nº **14 (quatorze), da Quadra H**, do loteamento denominado **"JARDIM TERRAZUL CG"**, situado na cidade de **Campinas-SP**, medindo 7,00 metros de frente para a Rua 21; do lado direito de quem da rua olha para o referido lote, mede 20,00 metros, confrontando com o lote 15; do lado esquerdo, mede 20,00 metros, confrontando com o lote 13; e nos fundos mede 7,00 metros, confrontando com o lote 35; encerrando assim uma área total de **140,00 metros quadrados**. **Matriculado no 3º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Campinas-SP, sob n.º 253.850**, com **cadastro municipal** sob **n.º 3341.33.23.0001.00000 (área maior)**. ***Condições e Valor de Venda:*** A venda será realizada a vista. O valor de avaliação do lote para que o mesmo seja levado a leilão leva em conta a forma de pagamento escolhida pelo devedor/fiduciante, acrescida das despesas, motivo pelo qual a avaliação do lote em questão é de **R$ 190.257,53** (cento e noventa mil, duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e três centavos); Se no primeiro público Leilão, o maior lance oferecido for inferior ao valor da avaliação, será realizado o segundo leilão, na data acima marcada. No segundo leilão, será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, atualizados até a data do leilão. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5%(cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor da arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de transmissão, Foro, Laudêmio, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. O pagamento deverá ser feito à vista e a comissão do Leiloeiro em cheque separado. O imóvel será vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. O imóvel se encontra desocupado e sem nenhuma construção, porém em eventual ocupação, a desocupação também correrá por conta do arrematante. Maiores informações no escritório do leiloeiro – Tel.: (19) 3523-6393.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - Online



DORA PLAT, leiloeira oficial, inscrita na JUCESP n° 744, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, autorizada pelo Credor Fiduciário ***FINAXIS CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A*** inscrita no CNPJ sob nº 03.317.692/0001-94, com sede em São Paulo/SP *na qualidade de administradora de* ***RED FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS REAL LP***, inscrito no CNPJ sob nº 17.250.006/0001-10, com sede na cidade São Paulo/SP nos termos do Instrumento Particular com Força de Escritura Pública de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia e outras Avenças, e da Cédula de Crédito Bancário nº 17713731, datados de 08/11/2022, na qual figura Fiduciante ***BR SOHO PARTICIPAÇÕES S/A***, inscrita no CNPJ sob o nº 19.275.519/0001-00, com sede na cidade de Barueri/SP, representada por seu diretor presidente ***Mauricio Gariglia***, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 14.498.416 SPP/SP, inscrito no CPF sob o nº 075.463.678-08, promoverá a venda em 1º ou 2º leilão fiduciário, de modo somente *On-line*, do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da lei 9.514/97. **1. Local da realização dos leilões:** Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site *www.portalzuk.com.br*. **2. Descrição do imóvel: Um Terreno Urbano**, sem benfeitorias, constituído de parte do remanescente do imóvel denominado Ferradura II 2ª área, situado na Cidade, Distrito e Município de Santana de Parnaíba, Comarca de Barueri-SP, designado para fins e efeito de localização como Lote nº 03, com a área de 6.455,82 m², que assim se descreve: Tem início no alinhamento da Estrada 29, junto a divisa do lote 2; segue pelo referido alinhamento numa distância de 69,44 metros; deflete a direita e segue em reta, confrontando com o lote 4, numa distância de 194,61 metros; deflete a direita e segue em reta, confrontando com o lote 2, numa distância de 182,77 metros, até o ponto onde teve início esta descrição, encerrando a área acima mencionada. **Av.2** - Para constar que a Estrada 29, denomina-se atualmente Avenida Honório Alvares Penteado. **Imóvel objeto da matrícula nº 100.398 do Cartório de Registro de Imóveis de Barueri/SP. Observação: (i)** Consta área de preservação legal, conforme AV.3. **(ii)** Imóvel ocupado. Desocupação pelo adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97. **3. Datas e valores dos leilões: 1º Leilão: 17/09/2024**, às **10:00** h. Lance mínimo: **R$ 6.913.000,00** . **2º Leilão: 24/09/2024**, às **10:00** h. Lance mínimo: **R$ 4.132.000,00 4. Condição de pagamento:** À vista, (mais a comissão de 5% ao leiloeiro). **5. Condições Gerais e de venda: 5.1.** Interessados em participar do leilão de modo on-line, cadastrar-se-ão no site portalzuk.com.br e se habilitarão, com antecedência de até 1 hora, para o início do leilão, sendo que os lances on-line se darão exclusivamente através do site, respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido. **5.2.** O fiduciante será comunicado na forma do parágrafo 2º-A do artigo 27 da lei 9.514/97, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição, na forma estabelecida no parágrafo 2ºB do mesmo artigo, devendo apresentar manifestação formal do interesse. **5.3.** A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação física, documental/registral em que se encontra, inclusive em relação à eventual necessidade de averbação de construção/ampliação, que correrão por conta do arrematante. **5.4.** O arrematante pagará a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. **5.5.** O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, para efetuar o pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. **5.6.** O não pagamento do preço do bem arrematado e da comissão do Leiloeiro, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da comunicação da homologação da venda, configurará desistência por parte do arrematante, ficando este obrigado a pagar multa equivalente ao valor da comissão devida ao Leiloeiro (5% - cinco por cento) e despesas (5% - cinco por cento) do valor de arremate no prazo de até 5 (cinco) dias após o término do Leilão. Poderá o Leiloeiro ou a Zuk emitir título de crédito (Conta) para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Tal arrematante não será admitido a lançar em novos leilões divulgados no site da ZUK. **5.7.** Caso haja arrematante, quer em primeiro ou segundo leilão, a escritura de venda e compra, será lavrada em até 60 dias, contados da data do leilão. **5.8.** Correrão por conta do arrematante, todas as despesas, inclusive foro e laudêmio, se for o caso, relativos à transferência do imóvel arrematado. **5.9.** Na forma do disposto no artigo 448, do Código Civil, o vendedor se responsabiliza por eventual evicção, somente até o valor recebido a título de arremate, excluídas quaisquer perdas. **5.10.** Eventuais avisos/menções de ações judiciais, no site portalzuk.com.br, na divulgação desse leilão, aderirão ao edital. **5.11.** Este edital será regido pela legislação brasileira em vigor, ficando desde já eleito o Foro Central da Cidade de São Paulo/SP, como competente para dirimir toda e qualquer questão oriunda do seu cumprimento. **5.12.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981/32, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427/33, que regulam a atividade da leiloaria.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Online

zuk

Credora Fiduciária: MURIAÇO DO BRASIL LTDA • Devedora: LIGHT TOOL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. (representada por Caio Gossn Leite)
Garantidoras fiduciantes: FRANÇA PARTICIPAÇÕES LTDA (representada por Luciane Cristina Nunes Cardoso) e
KILOLUMEN PARTICIPAÇÕES LTDA (representada por Luciane Cristina Nunes Cardoso e Caio Gossn Leite)

LOTE 01 - **Terreno urbano,** situado na cidade de Iperó, da Comarca de Boituva/SP, à Avenida Wika Ursula Wiegand, contendo um Prédio sob nº 139, com 3.465,70m² de área construída, na quadra completada pelas Avenidas Paulo Antunes Moreira e Emilio Guazelli, medindo 111,29m (cento e onze metros e vinte e nove centímetros) de frente, nos fundos mede 100,25m (cem metros e vinte e cinco centímetros), deflete à esquerda 19,33m (dezenove metros e trinta e três centímetros), confrontando com Benedito Domingues dos Santos, do lado esquerdo de quem da avenida vê o terreno mede 154,29m (cento e cinquenta e quatro metros e vinte e nove centímetros), dividindo com a Indústria Eletrometalúrgica Paulista Ltda e do lado direito mede 170,38m (cento e setenta metros e trinta e oito centímetros), dividindo com a Indústria Eletrometalúrgica Paulista Lida, encerrando a área de 17.159,11m² (dezessete mil, cento e cinquenta e nove metros quadrados e onze decímetros quadrados). **Imóvel objeto da matrícula nº 17.542 do Oficial de Registro de Imóveis de Boituva/SP. Observação:** Imóvel ocupado. Desocupação pelo adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97. **Datas e valores dos leilões: 1º Leilão: 16/09/2024**, às **11:30** h. Lance mínimo: R$ **4.290.000,00**. **2º Leilão: 30/09/2024**, às **11:30** h. Lance mínimo: R$ **2.971.768,18**.

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

PARA MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

GUARIGLIA
LEILOEIRO OFICIAL

LEILÃO TERÇA-FEIRA - 10/09/2024 - 09h00 - APROXIMADAMENTE 80 VEÍCULOS
PRESENCIAL E ONLINE — **VEÍCULOS DE BANCOS E FINANCEIRAS**

VISITAÇÃO: HOJE, 10/09/2024, das 07 às 09h | Rodovia BA - 522, KM 5 - Caroba - CANDEIAS/BA - CEP: 43841-000 | LOCAL PREGÃO: Caçapava/SP

CHASSIS: 9BD27804MD7637033 - 9BD17144LF5955581 - 9BHBG51DADP022374 - 9BWDB45U6HT101610 - 9BGRP48F0EG311454 - 9BD197132D3005364 - 9BFZD55P1JB600990 - 9BGKS48B0EG201798 - 8AGSU19F0ER150690 - 9BGRP48F0DG251752 - 93Y4SRF84JJ990935 - 9362MKFWXBB031431 - 9BFZF55A1D8488862 - 8AD4CRFJWDG074294 - 9BFZE55H2B8595349 - 93XFNH77WACA51020 - 9BD11814481008838 - 9362NKFWXCB035739 - 935SLYFYYFB517360 - 9BWDA45U0ET129093 - LJ16AK236C4491693 - 3FAHP0JA4CR139774 - 3N1AB6AD4DL602219 - 9BGXL75X0AC179265 - 9362MKFWXAB004803 - 8AP372171E6064568 - 935SUN6AWCB546160 - 9BFZF55A9E8060796 - 9BD37412UG5090948 - 9BD197134D3015753 - 8AD2MKFWXBG031089 - 935SUN6AWCB573253 - 9BWAA05WXAP059456 - 9BFZF55P5C8269700 - 9BD135613A2121059 - 935SLYFYYEB556591 - 9362MKFWXCB042779 - 9C2ND1110HR000416 - 9C2KD0810RR021984 - 9C2KC2200LR157740 - 99HJF1150PS000502 - 9C2KD0810LR009444 - 9BGKD69U0MB244947 - 9BGKD69U0MB247475 - 9BFZH54L0H8409636 - 9BGEB69H0NG137791 - 9BFZK53A1DB462215 - 9BHBG41CAFP501083 - 93Y9SR0F5HJ583771 - 9BFZB65V8L8780835 - 9BFZK53A0CB384492 - 8A1BB8215GL874426 - 9BD17164LA5492803 - 93YRBB007LJ005143 - 9BG138SU09C428093 - 9BD17144ZF7534768 - 9BWAG45U7JT114330 - 93YADCUL59J097429 - 9BGRP69X0CG297776 - 9C2KC2500RR004741 - 9BWAL45ZXG4036961 - 93YRBB008JJ992557.

MÓDULOS FOTOVOLTAICOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS.

Consulte relação completa de veículos no site.
Condições de venda e pagamento constarão no catálogo próprio.

VISITE NOSSO SITE:
www.GUARIGLIALEILOES.com.br

Informações: (12) 3654-1000 | /GUARIGLIALEILOES | **ANTONIO LUIZ GUARIGLIA - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 415**

CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS · bradesco · Prestador de Serviço Autorizado Itaú · Santander · BANCO PAN · omni · STELLANTIS FINANCIAMENTOS · Safra · Sicredi · SESI · SENAI · ITAPEVA

TURMALINA GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS S.A.

CNPJ 43.826.833/0001-19 - NIRE 35.300.145.488

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31.07.2024

Data, Hora e Local: Aos 31 dias do mês de julho de 2024, às 9h, na sede social da Sociedade, Avenida Paulista, 2.100, 9º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-930. **Convocação**: Dispensada a publicação do Edital de Convocação, conforme disposto no §4º, do artigo 124, da Lei 6.404/76. **Presença e instalação**: Representantes da totalidade do capital social com direito a voto, conforme identificados no livro de Presença de Acionistas da Turmalina Gestão e Administração de Recursos S.A. ("Sociedade"). **Mesa**: Luiz Antonio de Sampaio Campos - Presidente; Leandro de Azambuja Micotti – Secretário. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) redução do Capital Social; (ii) alteração do artigo 5º do Estatuto Social para refletir a redução do capital social; e (iii) consolidação do Estatuto Social. **Deliberações**: Instalada a Assembleia e após a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas: **(i)** Reduzir o capital social, no montante de R$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76, passando o capital social dos atuais de R$4.769.940.337,64 (quatro bilhões, setecentos e sessenta e nove milhões, novecentos e quarenta mil, trezentos e trinta e sete reais e sessenta e quatro centavos) para R$3.269.940.337,64 (três bilhões, duzentos e sessenta e nove milhões, novecentos e quarenta mil, trezentos e trinta e sete reais e sessenta e quatro centavos), sem alteração do número de ações representativas do capital social. A redução de capital é realizada mediante o pagamento aos acionistas do referido valor, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Sociedade. **(ii)** Em decorrência da deliberação ora aprovada, alterar o caput do artigo 5º do Estatuto Social da Sociedade que passa a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 5º.*** *O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$3.269.940.337,64 (três bilhões, duzentos e sessenta e nove milhões, novecentos e quarenta mil, trezentos e trinta e sete reais e sessenta e quatro centavos), dividido em 1.920.582.742 (um bilhão, novecentas e vinte milhões, quinhentas e oitenta e duas mil, setecentas e quarenta e duas) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, das quais 10.340.502 (dez milhões, trezentas e quarenta mil e quinhentas e duas) ações ordinárias, são constituídas pelas seguintes classes: a) 2.895.340 ações ordinárias classe "A"; b) 2.895.340 ações ordinárias classe "D"; c) 1.654.482 ações ordinárias classe "E"; e d) 2.895.340 ações ordinárias classe "J"."* **(iii)** Consolidar o Estatuto Social da Sociedade, o qual integra a presente Ata como Anexo I. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente e assinada de forma eletrônica, em conformidade com a Medida Provisória 2.200-2, de 2001, por todos os presentes. **Mesa:** Luiz Antonio de Sampaio Campos - Presidente. Leandro de Azambuja Micotti - Secretário. Certificamos ser a presente cópia fiel da Ata original lavrada em livro próprio da Sociedade. Luiz Antonio de Sampaio Campos - *Presidente* e Leandro de Azambuja Micotti - *Secretário*.

Anexo I - Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Turmalina Gestão e Administração de Recursos S.A., realizada em 31.07.2024. Estatuto Social, Turmalina Gestão e Administração de Recursos S.A., CNPJ 43.826.833/0001-19 - NIRE 35.300.145.488. **Capítulo I - Denominação, Sede e Duração da Sociedade. Artigo 1º.** A Turmalina Gestão e Administração de Recursos S.A. é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Sociedade tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, por deliberação da Diretoria: (i) alterar o endereço da sede, desde que dentro do mesmo município; e (ii) instalar, alterar o endereço ou extinguir dependências em qualquer localidade do território nacional ou no exterior, observadas as normas legais pertinentes. **Artigo 3º.** O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **Capítulo II - Do Objeto da Sociedade. Artigo 4º.** A Sociedade tem por objeto social: (a) concessão de avais e fianças para terceiros; (b) promoção de vendas e negócios, (c) agenciamento e veiculação de anúncios e publicidades em geral, intermediação, o agenciamento, a realização de negócios, podendo ainda, respeitadas as condições legais, participar de outras empresas na qualidade de sócia, acionista ou quotista; (d) atuar como mandatária para a prática de atos que se relacionem com seu objeto e exercer representações comerciais e intermediárias, por conta própria ou de terceiros; (e) serviços de preparo, tratamento e beneficiamento de material de qualquer espécie; (f) serviços de composição gráfica e de encadernação; (g) serviços de reprodução de cópias e plastificação de papéis; (h) serviços de programa e processamento de dados; (i) a assistência a carga, descarga de mercadorias em portos, pátios e armazéns de transportadoras, terrestres, marítimas e aéreas: (j) editar jornais, revistas e publicações periódicas em geral; (k) produção e a comercialização de papel, papelão e produtos feitos destes materiais; (l) edição e publicação de material impresso; (m) produção e comercialização de artigos para encadernação; (n) prestação de serviços científicos e tecnológicos, pesquisa e desenho relacionados a estes; (o) prestação de serviços de análise industrial e pesquisa; (p) concepção, projeto de desenvolvimento de "hardware" e "software" de computador; (q) manufatura e comercialização de metais preciosos; (r) serviços de telecomunicações; (s) construção civil, reparos e instalações; e (t) gestão de recursos e valores mobiliários de terceiros, inclusive carteiras de fundos de investimento nas modalidades regulamentadas pelo Banco Central do Brasil e/ou Comissão de Valores Mobiliários, sendo vedada a prática de atividades privativas de instituições financeiras. **Capítulo III – Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$3.269.940.337,64 (três bilhões, duzentos e sessenta e nove milhões, novecentos e quarenta mil, trezentos e trinta e sete reais e sessenta e quatro centavos), dividido em 1.920.582.742 (um bilhão, novecentas e vinte milhões, quinhentas e oitenta e duas mil, setecentas e quarenta e duas) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, das quais 10.340.502 (dez milhões, trezentas e quarenta mil e quinhentas e duas) ações ordinárias, são constituídas pelas seguintes classes: a) 2.895.340 ações ordinárias classe "A"; b) 2.895.340 ações ordinárias classe "D"; c) 1.654.482 ações ordinárias classe "E"; e d) 2.895.340 ações ordinárias classe "J". **Parágrafo 1º.** Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo 2º.** Após realizados no mínimo três quartos, o capital social poderá ser aumentado mediante subscrição particular de ações, por deliberação da Assembleia Geral, à qual competirá fixar as condições do aumento, observadas as disposições aplicáveis. **Parágrafo 3º.** Na proporção das ações detidas, os acionistas terão direito de preferência à subscrição das ações do aumento, pelo prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação da respectiva deliberação, bem assim, na proporção dos montantes subscritos, das sobras acaso verificadas e reservadas. **Parágrafo 4º.** Os aumentos de capital poderão ser efetivados com emissão de ações de uma só espécie ou classe, com aumento de classe ou classes existentes e com alteração, a qualquer tempo, da proporção entre as diversas espécies e classes de ações emitidas; bem assim poderão ser criadas novas classes de ações preferenciais com quaisquer vantagens e preferências, inclusive mais favorecidas que as anteriormente existentes, conversíveis ou não em outra classe ou em ações ordinárias. **Capítulo IV - Da Assembleia Geral. Artigo 6º.** A Assembleia Geral compor-se-á dos acionistas que, regularmente convocados tenham comparecido e assinado o "Livro de Presença". **Parágrafo Único.** Poderão os acionistas ser representados na Assembleia Geral por procuradores constituídos há menos de 01 (um) ano, que sejam também acionistas, administradores da Sociedade ou advogados, devendo os respectivos instrumentos especificar os poderes conferidos aos mandatários. **Artigo 7º.** A Assembleia Geral será Ordinária quando tiver por objeto as matérias previstas no artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações e Extraordinária nos demais casos. **Parágrafo Único.** A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á anualmente nos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, a Assembleia Geral Extraordinária a qualquer tempo desde que convocada para deliberar sobre assuntos de interesse social, submetidos ao seu conhecimento. **Artigo 8º.** Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por uma mesa composta de um Presidente e de um Secretário, sendo aquele indicado ou eleito pelo plenário e este nomeado pelo Presidente, ao qual competirá instalar as sessões e manter a ordem do trabalho, objetivando seu bom desenvolvimento. **Capítulo V - Da Administração Social. Artigo 9º.** A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta de no mínimo 04 (quatro) membros e, no máximo 09 (nove) membros, Diretores esses sem designações específicas, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral. **Parágrafo 1º.** O prazo de mandato dos Diretores é de 03 (três) anos, sendo admitida a reeleição. Vencido tal prazo, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a posse dos novos Diretores. **Parágrafo 2º.** Sempre que a Assembleia Geral eleger Diretor para o cargo vago o eleito exercerá o mandato pelo tempo correspondente ao restante dos demais, de modo a haver coincidência no vencimento dos prazos. **Parágrafo 3º.** Para preenchimento de cargo vago tal eleição pela Assembleia Geral será obrigatória para se perfazer o número mínimo de 04 (quatro) membros da Diretoria, sendo facultativa nos demais casos. **Artigo 10.** A investidura dos Diretores far-se-á por termo lavrado e assinado no livro de Atas das Reuniões da Diretoria. **Parágrafo Único.** No caso de reeleição de Diretores, a investidura far-se-á pela própria Assembleia Geral que os reeleger. **Artigo 11.** Em caso de vaga por renúncia, afastamento, morte ou outra hipótese qualquer, proceder-se-á à substituição provisória, em Reunião da Diretoria, até a primeira Assembleia Geral, que deliberará sobre o provimento definitivo do cargo. O substituto então eleito servirá pelo tempo que restava ao substituído. **Parágrafo Único.** Em havendo e permanecendo somente três dos membros da Diretoria, proceder-se-á eleição de novo Diretor pela Assembleia Geral, que imediatamente será convocada. **Artigo 12.** A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Artigo 13.** A Diretoria reunir-se-á sempre que o exigirem os interesses da Sociedade, deliberando validamente com a presença da maioria de seus membros. **Artigo 14.** A Diretoria sempre representada por no mínimo 02 (dois) de seus membros tem os poderes necessários para assegurar o regular funcionamento da Sociedade podendo: **a)** exercer a representação legal da Sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, inclusive os de onerar e ou alienar bens sociais, móveis ou imóveis, transigir e renunciar direitos, confessar dívidas; e **b)** elaborar os relatórios e contas da administração, submetendo-os à apreciação da Assembleia Geral, juntamente com as demonstrações financeiras exigidas por Lei. **Parágrafo 1º.** Os atos e documentos em geral, que importarem em responsabilidade para a Sociedade (exceto a prestação de fiança) ou exonerarem terceiros de responsabilidade para com ela, inclusive a assinatura de contratos, documentos, papéis de qualquer natureza, deverão ser praticados ou firmados por 02 (dois) Diretores, ou por Diretor em conjunto com um procurador constituído na forma do presente Estatuto. Para a prática de atos de mera rotina administrativa, poderá ainda a Sociedade ser representada por um só Diretor ou por um procurador investido de poderes especiais nomeado com observância deste Estatuto. **Parágrafo 2º.** Nos limites de suas atribuições e poderes, poderá a Diretoria representada por 02 (dois) de seus membros em exercício, nomear e constituir em nome da Sociedade, um ou mais procuradores especificando-lhes nos respectivos instrumentos de mandato, os atos e operações que poderão praticar. **Parágrafo 3º.** Os atos que importem em alienação ou oneração de bens imóveis e de participações societárias de caráter permanente dependerão de prévia autorização em Reunião da Diretoria com aprovação de no mínimo 2/3 de seus membros. **Capítulo VI - Do Conselho Fiscal. Artigo 15.** O Conselho Fiscal da Sociedade não funcionará em caráter permanente mas apenas nos exercícios sociais em que for instalado pela Assembleia Geral a pedido de Acionistas, observado o disposto no artigo 161 e respectivos parágrafos da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 16.** O Conselho Fiscal compor-se-á de um mínimo de 03 (três), e no máximo 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que houver deliberado a instalação e funcionamento do órgão, cabendo à mesma Assembleia fixar a remuneração a que farão jus os membros em exercício, observadas as disposições legais pertinentes. **Parágrafo Único.** Os membros do Conselho Fiscal exercerão seus mandatos até a realização da primeira Assembleia Geral Ordinária que se seguir à respectiva eleição, podendo ser reeleitos, competindo-lhes desempenhar as atribuições que lhes são conferidas por Lei. **Capítulo VII - Do Exercício Social e da Distribuição de Lucros**. **Artigo 17.** O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que a sociedade procederá ao levantamento do respectivo balanço geral e as Demonstrações Contábeis prescritas em lei, sendo facultado o levantamento de outros balanços em menores períodos, se assim for de interesse da sociedade. Os lucros líquidos do exercício, por proposta da Diretoria, mediante aprovação da assembleia geral, terão a seguinte destinação, sempre observado o disposto em lei: **a)** 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o Parágrafo 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; **b)** uma parcela pode ser destinada à formação de reserva para contingências ou ter parcela revertida de tal reserva formada em exercícios anteriores; **c)** pagamento dos dividendos que, somados aos dividendos intermediários de que trata o Parágrafo 2º deste Artigo e aos juros sobre capital próprio, que tenham sido declarados, assegurem aos acionistas, em cada exercício, o dividendo mínimo obrigatório de 0,1% (um décimo por cento); **d)** o saldo ou uma parte do lucro líquido verificado após as distribuições acima poderá ser transferido para a conta Reserva Especial, até o limite, naquela conta, de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, sendo que o saldo dessa Reserva Especial, somado ao da reserva legal, não poderá ultrapassar o capital social; e **e)** o saldo remanescente do lucro líquido será distribuído aos acionistas. **Parágrafo 1º.** A reserva especial de que trata o item (d) acima será constituída objetivando possibilitar a formação de recursos com quaisquer das seguintes finalidades: **a)** futuras incorporações desses recursos ao capital social; **b)** pagamento de dividendos intermediários; **c)** manutenção de margem operacional compatível com desenvolvimento das operações da Sociedade; e/ou **d)** expansão das atividades da Sociedade. **Parágrafo 2º.** A Diretoria poderá deliberar pelo pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucro apurado em balanço intermediário. Os dividendos ou juros sobre capital próprio previsto neste Artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 18.** Prescreve em 03 (três) anos a ação para haver dividendos contando o prazo da data em que eles tenham sido colocados à disposição do acionista. **Capítulo IX - Da Liquidação. Artigo 19.** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, observadas as normas legais pertinentes. **Parágrafo Único.** À Assembleia Geral compete estabelecer o modo de liquidação, bem como nomear o liquidante e ainda o Conselho Fiscal que funcionará durante o período de liquidação. **Capítulo X - Disposição Geral. Artigo 20.** Os casos omissos neste Estatuto serão regulados pela Assembleia Geral de acionistas, na forma do disposto pela Lei das Sociedades por Ações.

INÊS 249

AVISO DE LICITAÇÃO - PENITENCIÁRIA DE LIMEIRA

Aviso de abertura de Pregão Eletrônico Nº 90014 - Penitenciária de Limeira/SP. Nº Processo: 006.00288822/2024-29. Objeto: Aquisição de Gêneros alimentícios do tipo estocáveis (relançamento), de acordo com as especificações técnicas, condições, qualidade, quantidades e padrões de desempenho estabelecidos no Termo de Referência. Total de Itens Licitados: 03 (três). Valor total da licitação: R$ 73.010,10 (setenta e três mil, dez reais e dez centavos). Disponibilidade do edital: 10/09/2024, Horário: das 08h00 às 17h00. Endereço: Rodovia Luis Ometto, s/n Km 32+100m, Zona Rural, Limeira/SP;. Link do PNCP: www.pncp.gov.br. Entrega das Propostas: a partir de 10/09/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 20/09/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BÁLSAMO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 052/2024

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, o Registro de Preços para a Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços de Sonorização de Propaganda Volante em Carro de Som, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. **DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA:** 23/09/2024 às 09h00 (horário de Brasília). **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço. **MODO DE DISPUTA:** Aberto. **AMOSTRA:** Não. **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** Sim. **LINK:** SCPI Portal de Compras (http://177.39.199.170:8079/COMPRASEDITAL)

BÁLSAMO, 09 DE SETEMBRO DE 2024.
CARLOS EDUARDO CARMONA LOURENÇO
PREFEITO MUNICIPAL DE BÁLSAMO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BÁLSAMO

AVISO DE LICITAÇÃO
LEILÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 050/2024

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a alienação do domínio pleno de 02 (dois) imóveis de propriedade do Município de Bálsamo, conforme descrição e valores mínimos estabelecidos no Anexo I, que é integrante do presente Edital. **DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA:** 02/10/2024 às 09h00 (horário de Brasília). **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Maior lance. **MODO DE DISPUTA:** Aberto. **LINK:** SCPI Portal de Compras (http://177.39.199.170:8079/COMPRASEDITAL)

BÁLSAMO, 09 DE SETEMBRO DE 2024.
CARLOS EDUARDO CARMONA LOURENÇO
PREFEITO MUNICIPAL DE BÁLSAMO



PUBLICAÇÃO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 070/2024

Acha-se aberto na Prefeitura de Sorocaba o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 070/2024 - CPL Nº. 210/2024**, destinado ao **REGISTRO DE PREÇOS DE INSUMOS PARA OXIGENOTERAPIA PARA ATENDER À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA.** O limite para o recebimento da proposta no site www.bnc.org.br **será até às 09:00 horas do dia 23/09/2024 e a Abertura da Fase de Lances será dia 23/09/2024 às 09h30.** Informações pelos sites https://bit.ly/3N3cfdk **(Licitações II) e** https://bit.ly/3x2RHwz **(PNCP)**, pelo fone: (15) 3238-2379 ou e-mail duvidas-pregao@sorocaba.sp.gov.br. Sorocaba, 09 de setembro de 2024. **Maria Elisa Fernandes Marques – Pregoeira.**

MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO 2.550/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE OXIGÊNIO GASOSO MEDICINAL, LOCAÇÃO DE CILINDROS E CONCENTRADORES, PARA SUPRIR AS DEMANDAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL/SP.

DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: 26/09/2024 ÀS 08h00.

O edital licitatório, anexos e demais documentos pertinentes, poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Santa Isabel, sito na Avenida República n° 530, 4º Andar, Centro– Santa Isabel/SP, através do site oficial: www.santaisabel.sp.gov.br - link: Licitações, nos endereços eletrônicos: novobbmnet.com.br ou www.santaisabel.sp.gov.br, Link: Licitações, Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ainda no mural de avisos no térreo deste endereço.



EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES *ONLINE*

DATA: 1º Público Leilão: 20/09/2024, às 11h30 | 2º Público Leilão: 24/09/2024, às 11h30

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **JJO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, CNPJ nº 02.680.280/0001-51, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos arts. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 107, TIPO "1", 1º ANDAR OU 6º PAVIMENTO DO BLOCO Nº 02 – EDIFÍCIO VENEZIA, INTEGRANTE DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL DUE**, situado na Rua Antonieta, nº 280, Picanço, Guarulhos/SP, contendo as seguintes áreas: Privativa de 58,4375m²; Comum de Divisão Não Proporcional de 25,9450m² da área bruta de garagem, destinado a 01 vaga indeterminada, localizada no 1º, 2º, 3º ou 4º subsolos da edificação; Comum de Divisão Proporcional de 17,8802m², sendo 10,6873m² de área padrão de construção comum do condomínio e 7,1929m² de área real de infraestrutura comunitária e de lazer; Total de 95,0699m² de área padrão de construção; 102,2627m² de área real ou bruta; FIT de 14,2982m² ou 0,2118% na totalidade do terreno, bem como uma participação nas despesas gerais do condomínio de 0,2118% e de 0,2212% nas despesas específicas do bloco. Matrícula Imobiliária nº 146.379 do 2º CRI de Guarulhos/SP. Inscrição Cadastral nº 083.64.38.0418.02.001. Consolidação da Propriedade em 09/08/2024. **Valores**: **1º Leilão: R$ 544.978,22**. **2º Leilão: R$ 516.493,00**. **Encargos do Arrematante**: **i)** Pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** Custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; **iii)** Todas as despesas que vencerem a partir das datas dos leilões; **iv)** Verificação do imóvel, de sua situação jurídica e eventuais ações judiciais em andamento; **v)** Venda ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **vi) IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo do arrematante. Ficam os Devedores Fiduciantes **SÉRGIO COELHO CASSIMIRO**, CPF nº 289.387.378-29 e **PRISCILA BARBOSA CASSIMIRO**, CPF nº 274.386.238-66, comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras de Participação, disponível no portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR.** Maiores informações pelo e-mail contato@pecinileiloes.com.br; WhatsApp (11) 97577-0485; Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary nº 187 – Jd. das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.



AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO: 81/2024, PROCESSO: 249/2024, OBJETO RESUMIDO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ORGANIZAÇÃO DO EVENTO "JANTAR DANÇANTE" EM COMEMORAÇÃO AO DIA NACIONAL DA PESSOA IDOSA, A SER OFERTADO AOS IDOSOS DOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO.

- Recebimento das Propostas: até as 08 horas do dia 26/09/2024
- Início da sessão de disputa: 09 horas do dia 26/09/2024
- LOCAL: site www.bll.org.br.
- Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Os interessados poderão obter o Edital por e-mail, enviando mensagem eletrônica para o endereço licitacao@guararema.sp.gov.br, informando os dados da empresa, a modalidade e o número da licitação, ou através do site www.guararema.sp.gov.br, ou ainda, no site www.bll.org.br. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 4693-8000 Ramal 8086. JOSÉ LUIZ EROLES FREIRE, Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO: 85/2024, PROCESSO: 257/2024, OBJETO RESUMIDO: REGISTRO DE PREÇO DE PRODUTOS DESCARTÁVEIS.

- Recebimento das Propostas: até as 8 horas do dia 24/09/2024
- Início da sessão de disputa: 9 horas do dia 24/09/2024
- LOCAL: site www.bll.org.br.
- Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Os interessados poderão obter o Edital por e-mail, enviando mensagem eletrônica para o endereço licitacao@guararema.sp.gov.br, informando os dados da empresa, a modalidade e o número da licitação, ou através do site www.guararema.sp.gov.br, ou ainda, no site www.bll.org.br. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (11) 4693-8000 Ramal 8014. JOSÉ LUIZ EROLES FREIRE, Prefeito Municipal.

Fundação Zerbini

CNPJ/MF nº 50.644.053/0001-13 | **Aviso de Licitações**

Pregão Privado Eletrônico nº 050/2024 – Tipo menor preço. **Processo nº** 32001/2024. **Objeto:** Material de uso técnico hospitalar. **Início Recebimento de propostas:** 11/09/2024 às 09:00h. **Fim Recebimento de propostas:** 08/10/2024 às 09:00h. **Início análise de propostas:** 08/10/2024 às 09:01h. **Início fase de lances:** 08/10/2024 às 09:02h. O referido certame será realizado por meio do sistema da Bolsa Brasileira de Mercadorias (BBM), estando os editais disponíveis nos endereços eletrônicos: www.fz.org.br e www.novobbmnet.com.br. São Paulo, 09 de setembro de 2024. **Rafael Miranda** e **Edina Almeida**.

SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS - REGISTRO DE PREÇOS

Acha-se aberto, no **INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE , o PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 90239/2024 - PROCESSO IAMSPE N.º 147.00023419/2024-32 - PARA AQUISIÇÃO DE CARBAMAZEPINA 200 MG.** A Abertura da sessão pública será no **dia 20/09/2024 às 09:00 horas.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no Sistema de Compras do Governo Federal **(www.gov.br/compras)**. O edital está disponível integralmente, no endereço eletrônico **pncp.gov.br**.

AVISO DE LICITAÇÃO - PENITENCIÁRIA DE LIMEIRA

Aviso de abertura de Pregão Eletrônico Nº 90015 - Penitenciária de Limeira/SP. Nº Processo: 006.00288335/2024-66. Objeto: Aquisição de Gêneros alimentícios do tipo perecíveis (relançamento), de acordo com as especificações técnicas, condições, qualidade, quantidades e padrões de desempenho estabelecidos no Termo de Referência. Total de Itens Licitados: 03 (três). Valor total da licitação: R$ 166.996,00 (cento e sessenta e seis mil, novecentos e noventa e seis reais). Disponibilidade do edital: 10/09/2024, Horário: das 08h00 às 17h00. Endereço: Rodovia Luis Ometto, s/n Km 32+100m, Zona Rural, Limeira/SP;. Link do PNCP: www.pncp.gov.br. Entrega das Propostas: a partir de 10/09/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 20/09/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 052/2024

O Prefeito de Bastos torna público que se encontra aberto na Divisão de Compras, o Edital do Pregão Eletrônico n.º 052/2024, para "AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE JARDINAGEM PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, ESPORTES, PROMOÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO". O Edital minucioso está disponível no site www.bastos.sp.gov.br bem como na PLATAFORMA BLL no link www.bll.org.br, onde os interessados poderão solicitar maiores informações e esclarecimentos. A presente licitação encerrar-se-á após decorrer o prazo de 08 dias úteis da última publicação deste aviso em órgão de imprensa.

Bastos/SP., 09.09.2024. Manoel Ironides Rosa - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BÁLSAMO

AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2024
PROCESSO N° 048/2024

OBJETO: O objeto da presente Chamada Pública é a Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **DATA DA REALIZAÇÃO:** 01/10/2024. **HORÁRIO DE INÍCIO:** 09h00. **LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO:** DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES, localizado na Rua Rio de Janeiro nº 695 – Bairro Centro – CEP 15.140-000 – Bálsamo – SP. **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS,** localizado na Rua Rio de Janeiro nº 695 – Bairro Centro – CEP 15.140-000 – Bálsamo – SP – Telefone (0XX17) 3264-1209 – E-mail: licitacao@balsamo.sp.gov.br.

BÁLSAMO, 09 DE SETEMBRO DE 2024.
CARLOS EDUARDO CARMONA LOURENÇO
PREFEITO MUNICIPAL DE BÁLSAMO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARÁ

PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preços **Nº 13/24.** Acha-se aberto no Serviço de Licitações desta Prefeitura o Pregão Presencial epigrafado, tendo por objeto a aquisição de Kit Natalidade, para atendimento dos munícipes através da Lei do Benefício Eventual, com fornecimento parcelado, conforme necessidades. Prazo limite para entrega dos envelopes e credenciamento: as 09h00min horas do dia 26.09.2024. O edital completo e demais informações serão obtidos no Serviço de Licitações da Prefeitura, na Rua Dr. Washington Luiz, nº 188, das 08h00min às 17h00min, segunda à sexta-feira, como também pelo site www.guara.sp.gov.br. PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARÁ, 09 de setembro de 2024. VINICIUS MAGNO FILGUEIRA - Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preços **Nº 18/24.** Acha-se aberto no Serviço de Licitações desta Prefeitura o Pregão Presencial epigrafado, tendo por objeto a aquisição de gêneros alimentícios - panificação, com fornecimento parcelado, conforme necessidades. Prazo limite para entrega dos envelopes e credenciamento: as 09h00min horas do dia 24.09.2024. O edital completo e demais informações serão obtidos no Serviço de Licitações da Prefeitura, na Rua Dr. Washington Luiz, nº 188, das 08h00min às 17h00min, segunda à sexta-feira, como também pelo site www.guara.sp.gov.br. PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARÁ, 09 de setembro de 2024. VINICIUS MAGNO FILGUEIRA - Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preços **Nº 30/24.** Acha-se aberto no Serviço de Licitações desta Prefeitura o Pregão Presencial epigrafado, tendo por objeto a aquisição de equipamentos para climatização – ar condicionado, para atendimento da Escola Marica Ogava de Freitas, com fornecimento parcelado, conforme necessidades. Prazo limite para entrega dos envelopes e credenciamento: as 09h00min horas do dia 25.09.2024. O edital completo e demais informações serão obtidos no Serviço de Licitações da Prefeitura, na Rua Dr. Washington Luiz, nº 188, das 08h00min às 17h00min, segunda à sexta-feira, como também pelo site www.guara.sp.gov.br. PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARÁ, 09 de setembro de 2024. VINICIUS MAGNO FILGUEIRA - Prefeito Municipal

---

Edital de Chapa Registrada - SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE ARAÇATUBA - O Presidente da entidade sindical supracitada, pelo presente Edital e nos termos do artigo 94, parágrafo único, do Estatuto Social do Sindicato dos Empregados no Comércio de Araçatuba - CNPJ nº 43.763.101.0001/27, com sede na Rua Bandeirantes, nº 800, Centro, Araçatuba-SP, faz saber que no dia 06 de setembro de 2024, encerrou-se o prazo para a inscrição de chapas, conforme edital publicado no jornal "Folha de S. Paulo", página 10, veiculado em 30/08/2024, e com errata publicada no dia 04/09/2024 no jornal "Folha de S. Paulo", página A25, comparecendo na entidade, apenas uma chapa com interessados em participar do pleito, o qual será realizado, na forma "aclamação", no dia 02 de outubro de 2024, para composição e renovação dos órgãos de administração, deliberação e fiscalização desta entidade, que figurará em cédula única, estando assim composta: **DIRETORIA EFETIVA - Presidente:** JOSÉ CARLOS DOS SANTOS; **Vice-Presidente:** ODAIR RODRIGUES DOS REIS; **Diretor Secretário:** FLÁVIA SILVA XAVIER; **Diretor Tesoureiro:** MARIA FERREIRA DE MORAES; **Diretor Social, Cultural e Lazer:** ARLETE FRANCISCA DE CAMPOS; **Diretor Esporte:** CRISTIANO EDNO DA SILVA; **Diretor de Patrimônio e Previdência:** ALEXANDRE DE CASTRO JODAS. **SUPLENTES DA DIRETORIA -** BENICIO MANOEL DOS SANTOS, MARLI FALCONI, NIRLEI GIOLI MAIA, VANESSA APARECIDA DE OLIVEIRA GONÇALVES. **CONSELHO FISCAL - Efetivo -** ELEIR PEREIRA, FÁBIO DIAS DOS SANTOS, JOSIVAL VIEIRA DE JESUS. **CONSELHO FISCAL - Suplentes -** ANTONIO PEREIRA RODRIGUES, MARIA LIDIA SUART. **DELEGAÇÃO FEDERATIVA - Efetiva -** JOSÉ CARLOS DOS SANTOS, BENÍCIO MANOEL DOS SANTOS. **DELEGADOS FEDERATIVOS - Suplentes** - ODAIR RODRIGUES DOS REIS, FLAVIA SILVA XAVIER. O prazo para impugnação de candidatos é de 03 (três) dias, contados do dia seguinte à publicação deste edital, conforme prevê o parágrafo único do artigo 97 do Estatuto Social. O horário de funcionamento da secretaria para eventual protocolo de impugnação é das 09h00 as 16h00. Araçatuba, 10/09/2024. **José Carlos dos Santos -** Diretor Presidente.

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES *ONLINE*

DATA: 1º Público Leilão: 20/09/2024, às 11h45 | 2º Público Leilão: 24/09/2024, às 11h45

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **JJO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, CNPJ nº 02.680.280/0001-51, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos arts. 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 1.414, TIPO "1", 14º PAVIMENTO DO BLOCO Nº 03, INTEGRANTE DO CONDOMÍNIO RESIDENCIAL THE GATE**, situado na Rua Dona Tecla, nº 602, Guarulhos/SP, contendo as seguintes áreas: Privativa Total de 81,5000m²; Comum de Divisão Não Proporcional de 53,6190m²; Comum de Divisão Proporcional de 27,6726m², composta de 16,8097m² de área padrão de construção do condomínio e 10,8629m² de área descoberta; Total de 162,7916m²; FIT de 19,7928m² no terreno e o coeficiente de proporcionalidade de 0,3167% nas demais coisas de uso comum, vinculado o direito ao uso de 1 (um) depósito e de 02 (duas) vagas indeterminadas, localizados na garagem coletiva do condomínio. Matrícula Imobiliária nº 166.709 do 2º CRI de Guarulhos/SP. Inscrição Cadastral nº 083.64.34.0536.00.000 (área maior). Obs: Inscrição não individualizada para o imóvel. Consolidação da Propriedade em 09/08/2024. **Valores**: **1º Leilão: R$ 620.000,00**. **2º Leilão: R$ 672.735,79**. **Encargos do Arrematante**: **i)** Pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** Custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; **iii)** Quitação dos débitos de IPTU vencidos antes e após as datas dos leilões; **iv)** Todas as despesas que vencerem a partir das datas dos leilões; **v)** Na hipótese de arrematação no 1º público leilão, ficará a cargo exclusivo do arrematante a quitação de todos os débitos de Condomínio vencidos antes dos leilões; **vi)** Venda ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **vii) IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo do arrematante. Ficam os Devedores Fiduciantes **RONIVALDO MACEDO DIAS**, CPF nº 247.819.798-74 e **ALEXSANDER RICARDO MACEDO DIAS**, CPF nº 277.872.168-16, comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponíveis no portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR.** Maiores informações pelo e-mail contato@pecinileiloes.com.br; WhatsApp (11) 97577-0485; Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary nº 187 – Jd. das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

Banco Central devolveu mais de R$ 1 bilhão por erros ou golpes do Pix

SÃO PAULO O Banco Central já devolveu R$ 1,1 bilhão transferido devido a erros ou fraudes no Pix desde novembro de 2021, mês de criação do MED (Mecanismo Especial de Devolução).

Casos de fraude, incluindo os cancelamentos de devolução, concentram R$ 952,3 milhões do montante total devolvido, segundo a instituição. Outros R$ 167,6 milhões são relativos a falhas operacionais.

Após ter sido vítima de golpe envolvendo o Pix, é possível recuperar o dinheiro da conta de destino e devolver para a conta de origem se o BC constatar que é um caso de fraude.

O BC anunciou que o volume de transações via Pix atingiu novo recorde diário, com 227,4 milhões de operações feitas na sexta-feira (6).

O número divulgado desbanca a marca de 224,2 milhões de 5 de junho.

O método de pagamento se tornou popular entre brasileiros desde sua implementação, em novembro de 2020. Não demorou muito para que a tecnologia, que simplifica e agiliza transações, começasse a ser visada por criminosos para a aplicação de fraudes.

No "golpe do Pix errado", os bandidos se aproveitam do próprio Mecanismo Especial de Devolução. Com o número do celular da vítima, que muitas vezes também é sua chave do Pix, fazem uma transferência para essa pessoa e ligam dizendo que foi feito um Pix errado, pedindo para mandar o dinheiro de volta.

A vítima, ao conferir seu extrato, vê que de fato entrou o dinheiro em sua conta. Porém, em vez de dar a mesma chave Pix que foi usada para transferir o dinheiro, o golpista fornece uma chave Pix de uma terceira conta, e então o bandido aciona o MED, alegando ter sido vítima de um golpe. O Pix feito à vítima é desfeito pelo BC e o criminoso recebe o valor na terceira conta.

Laura Intrieri

Como devolver um Pix errado?

- **1º** Entre na área Pix do banco em que recebeu o dinheiro
- **2º** Vá para a seção 'extratos' e clique na opção 'devolver'
- **3º** Dessa forma, o dinheiro será devolvido para quem originalmente mandou o Pix para sua conta

Sócio vai vender sua participação no Master e montar banco

Stéfanie Rigamonti

SÃO PAULO Sócio e diretor do braço de investimentos do banco Master, Mauricio Quadrado está em vias de vender sua participação na sociedade da instituição para montar seu próprio banco de investimentos, segundo fontes próximas ao tema.

O executivo vai levar os cerca de 250 funcionários que trabalhavam com ele no banco. Procurado, o Master não se manifestou.

A reportagem apurou que a fatia de Quadrado tem de 20% a 30% do negócio.

Hoje, o banco Master de investimentos possui R$ 93 bilhões entre ativos sob gestão, custódia e administração. Somente sob gestão, reúne R$ 30 bilhões em ativos.

A transação não representa um movimento brusco para o banco, já que a parte de investimentos já era uma operação lateralizada.

O novo banco de liderado por Quadrado ainda precisará passar por aprovação do Banco Central. O nome da nova instituição financeira não foi divulgado.

Quadrado e Daniel Vorcaro, dono do banco Master, continuarão sócios em outras empresas, que incluem duas gestoras de ativos financeiros e o projeto Fasano Itaim.

Quadrado foi diretor de Mercado de Capitais no banco Bradesco, onde foi responsável pelos IPOs (oferta pública inicial, na sigla em inglês) de empresas brasileiras, segundo consta no LinkedIn do executivo.

Ele foi coordenador-líder da primeira empresa do país a ter suas ações listadas na Bolsa de Nova York por meio de ADRs (recibos de ações), a Aracruz Papel e Celulose, e também integrou o grupo que liderou diversas privatizações durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Depois do Bradesco, durante 13 anos, de 2007 a 2020, esteve à frente da corretora Planner, sendo acionista e diretor de Investment Banking, área que faz operações financeiras para investidores institucionais ou clientes com uma alta quantia em dinheiro para gerir.

Em 2021, Quadrado entrou como sócio no Banco Master, onde se tornou o diretor do Banco Master de Investimentos. Nesse período, ele liderou operações relevantes de fusões e aquisições e privatizações.

Edital de Convocação Assembleia Extraordinária da Categoria dos SINDICATO DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS, AUTARQUIAS E EMPRESAS PUBLICAS DE VALINHOS E LOUVEIRA - O Presidente Sr. Valteni Alves Santos, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, conforme dispõem os artigos 21, 26, 27 e 31 inciso I, alínea "d", do estatuto social, CONVOCA todos os servidores do Município de Valinhos, a comparecerem na Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 27 de setembro de 2024 às 15h00min, em primeira convocação e às 15h30min em segunda convocação com qualquer número de presente a qual será realizada presencialmente na Rua Treze de Maio nº 630, Vila Olívo, Valinhos/SP, (Sede do Sindicato), para a discussão e deliberação das seguintes ordens do dia: (a) necessidade de alteração no estatuto, (b) necessidade de atualização do reajuste da contribuição sindical assistencial.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0021/2024 - PROCESSO Nº 0056/2024 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DE MOTO BOMBAS SUBMERSAS, UTILIZADAS EM POÇOS PROFUNDOS DO MUNICÍPIO DE AMÉRICO BRASILIENSE PARA 12 MESES. Ampla Participação / **Tipo:** Menor preço por item / **Modo de Disputa:** Aberto. **Valor Estimado:** R$ 817.864,77. **Recebimento de propostas até:** 24/09/2024 às 9h00 – **Início da disputa:** 24/09/2024 às 9h30. **Local:** https://bnccompras.com/Home/Login. **Credenciamento:** Tel. e WhatsApp (42) 3026-4550, contato@bnc.org.br ou https://bnc.org.br. Edital: https://americobrasiliense.sp.gov.br/site/category/licitacoes/. **DIRCEU BRÁS PANO - PREFEITO**

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

(Em processo de recuperação Judicial)

CNPJ/ME nº 10.678.505/0001-63 – NIRE 35.300.366.476

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série única, para Distribuição Pública, da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (Em processo de recuperação Judicial)

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira, CNPJ/MF nº 17.343.682/0001-38, com sede na Av. das Américas, 4.200, bloco 08/B, salas 302 a 304, no Rio de Janeiro, RJ (**"Agente Fiduciário"**), **vem pelo presente edital, conforme assembleia geral de Debenturistas ocorrida, em segunda convocação, no dia 18 de abril de 2022, às 15:30 horas, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo-SP, e suspensa naquela data, convocar os titulares das debêntures** da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("**Emissão**", "**Emissora**" e "**Debêntures**", respectivamente), cuja escritura foi celebrada em 14 de maio de 2013, e posteriormente aditada ("**Escritura de Emissão**"), **a reunirem-se para reabertura da assembleia geral de Debenturistas, que irá acontecer exclusivamente presencial, no dia 26 de setembro de 2024, às 15:30 horas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), na R. Lemos Monteiro, 120, 19º andar – São Paulo-SP, 05501-050.** Os Debenturistas deverão **deliberar sobre** ("**Ordem do Dia**"): a) a aprovação de ajustes à redação do Anexo 1.1.60. ao Plano de Recuperação Judicial da Emissora ("**PRJ**") (a ser disponibilizado pelos assessores da emissão, e circulada na íntegra pelo Agente Fiduciário através do endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**), que corresponde à minuta do Regulamento do Fundo IE, conforme termo definido no PRJ, tendo em vista as exigências formuladas nos processos de emissão de valores mobiliários junto à Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") e à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("**ANBIMA**"), sendo que a versão ajustada do Anexo 1.1.60. – minuta do Regulamento do Fundo IE será disponibilizada aos Debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD ("novo Anexo 1.1.60 ao PRJ") nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" podendo também ser solicitada ao Agente Fiduciário pelo endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; b) a aprovação da minuta da Escritura de Emissão das Debêntures Novos Recursos (conforme definidas no PRJ), sendo que a minuta da Escritura de Emissão das Debêntures Novos Recursos será disponibilizada aos Debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser realizada pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; c) a aprovação de Aditamento ao Anexo 2.2.1. do PRJ, que corresponde à Proposta Vinculante de Condições para Atuação Geribá ("**Aditamento à Proposta Vinculante Geribá**"), incluindo a possibilidade de extensão do prazo previsto na Cláusula 7 deste documento, sendo que a minuta do Aditamento à Proposta Vinculante de Condições para Atuação Geribá será disponibilizada aos Debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" podendo também ser solicitada ao Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; d) aprovação de proposta para atualização do laudo de avaliação das Debêntures RDVT11 ("**Proposta Avaliação**"), no caso de ser demandada, pela CVM, a apresentação de laudo atualizado para fins da subscrição de cotas do Fundo IE, sendo que a minuta da Proposta Avaliação será disponibilizada aos Debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" podendo também ser solicitada ao Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; e e) aprovação de outras eventuais medidas necessárias para que sejam formalizados (i) o Anexo 1.1.60. ao PRJ, que corresponde ao Regulamento do Fundo IE em virtude de exigências que possam vir a ser formalizadas pela CVM ou ANBIMA (ii) a minuta da Escritura de Emissão das Debêntures Novos Recursos (conforme definidas no PRJ); (iii) Aditamento à Proposta Vinculante Geribá; e (iv) a Proposta Avaliação, e que serão prontamente informadas/disponibilizadas aos Debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" podendo também ser solicitadas ao Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**. Instruções Gerais: Encontram-se à disposição dos Srs. Debenturistas, nas páginas da Companhia (http://www.rodoviasdotiete.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Empresas.NET) na rede mundial de computadores – internet e na sede social da Emissora, a proposta da administração da Emissora. Os termos e condições do Acordo ARTESP elencado nos itens (a) e (b) da Ordem do Dia serão disponibilizados nos mesmos canais. Os Debenturistas deverão se apresentar antes do horário indicado para início da AGD, com os seguintes documentos: (i) documento de identidade e extrato da respectiva conta das Debêntures aberta em nome de cada Debenturista e emitido pela instituição depositária; ou (ii) caso o Debenturista não possa estar presente à AGD, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD, obedecidas as condições legais aplicáveis. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGD, o instrumento de mandato pode, a critério do Debenturista, ser depositado na Emissora, preferencialmente, até 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização da AGD. Sem prejuízo e, em benefício do tempo, os Debenturistas deverão encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail: contencioso@pentagonotrustee.com.br. (10, 11 e 12/09/2024)

UNIÃO SÃO PAULO S.A. AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ/ME Nº 43.629.633/0001-76 - NIRE 35300038045

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - REALIZADA EM 18/07/2024

Data, Horário e Local: No dia 18/07/2024, às 10h00, realizada exclusivamente, por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, devidamente gravada em sua íntegra, e tida como realizada na sede social da União São Paulo S.A. – Agricultura, Indústria e Comércio ("Companhia"), localizada na Rua XV de Novembro, 865, Sala 16, Centro, Cidade de Lençóis Paulista/SP, nos termos da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("LSA"), e Resolução CVM nº 81, de 29/03/2022, que possibilitam a participação e o voto à distância em Assembleia Geral. **Convocação, Publicação e Disponibilização de Documentos:** O Edital de Convocação foi publicado no jornal "Folha de São Paulo", nos dias 10, 11 e 12/07/2024, respectivamente nas páginas 8, 7 e 7, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31/03/2024 e os documentos que a acompanham, foram publicados no jornal "Folha de São Paulo" em 01/07/2024, pág. 5, nos termos do artigo 133, §4º da Lei nº 6.404/76. Os demais documentos que suportam as deliberações constantes na Ordem do Dia foram disponibilizados aos acionistas na forma de regulamentação aplicável. **Mesa:** Presidente: Luis Fernando Radulov Queiroz; Secretária: Carolina Giovani Santos. **Instalação e Presenças:** A presente Assembleia Geral Ordinária foi instalada, em primeira convocação, com acionistas representando 80,8% do capital social, conforme assinaturas no Livro de Presenças de Acionistas. Presente ainda, Sr. José Antonio Navarrete, representante da auditoria EY, além de representantes das áreas jurídico e contábil da Companhia. **Ordem do Dia:** **(i)** Examinar, discutir, e votar as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e demais atos de gestão referentes ao exercício social encerrado em 31/03/2024; **(ii)** Deliberar sobre a proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/03/2024; e **(iii)** Eleger os membros da Diretoria Estatutária da Companhia. **Deliberações:** Instalada a sessão, a Presidente deu início aos trabalhos, explicando aos acionistas presentes as regras de condução desta Assembleia Geral Ordinária. Em seguida, o Presidente colocou em discussão os assuntos previstos na ordem do dia, dando a palavra aos acionistas. Concluídas as manifestações, os acionistas presentes, deliberaram o quanto segue: **(i)** Por unanimidade de votos e sem ressalvas, aprovaram as Demonstrações Financeiras e o relatório da Administração relativas ao exercício social findo em 31/03/2024; **(ii)** Por maioria de votos, tendo como único voto contrário o da acionista Usina Goianésia S.A., aprovaram a destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/03/2024, no montante total de **R$ 90.261.957,84**, da seguinte maneira: 1% do resultado correspondente ao valor de R$ 902.619,58 para o pagamento de dividendos aos acionistas, e; 99% do resultado correspondente ao valor de R$ 89.359.338, para a Reserva de Contingências. **(iii)** Tomaram conhecimento da renuncia do Marcos Ponce de Leon Arruda, brasileiro, divorciado, economista, CPF/MF nº 033.934.237-46, e RG nº 64.441.365-7 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Barão de Castro Lima, 52, Real Parque, na Cidade de São Paulo/SP, CEP 05685-040, ao cargo de Diretor Vice-Presidente da Companhia em 22/01/2024, agradecendo-lhe pelos serviços prestados durante o período que atuou pela Companhia. Em ato contínuo, por unanimidade e sem ressalvas, aprovaram a eleição dos seguintes membros para compor a Diretoria Estatutária da Companhia: Fabiano José Zillo, brasileiro, divorciado, engenheiro agrônomo, CPF/MF nº 107.301.868-73 e RG nº 13.496.605-3 SSP/SP, para o cargo de Diretor Presidente; Denise Araujo Francisco, brasileira, casada, engenheira química, CPF nº 003.008.217-00 e RG nº 07.015.740-9, para o cargo de Diretora Vice-Presidente; Luís Fernando Radulov Queiroz, brasileiro, casado, advogado, CPF/MF nº 247.647.688-95 e RG nº 22.308.698-8 SSP/SP, para o cargo de Diretor. Todos com endereço profissional na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1.400, 3º andar, na Cidade de São Paulo/SP, CEP 04543-000 e com prazo de mandato de 03 anos, até 18/07/2027 ou até a Assembleia Geral do mesmo ano, o que ocorrer primeiro. Os Diretores, ora eleitos, declaram não estarem incursos em qualquer dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer as atividades empresariais ou a administração de sociedades empresárias, ou seja, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, além de ter conhecimento do inteiro teor do Estatuto Social da Companhia, prometendo cumprir e fazer com que sejam cumpridas as normas legais, estatutárias e demais disposições aplicáveis. Declaram, ainda, neste ato, que o endereço no qual receberão citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão é o endereço da sede social da Companhia, nos termos do que prevê o §2º do artigo 149 da Lei nº 6.404/76. Por fim, os Diretores ora eleitos foram dispensados de prestar caução e serão empossados mediante assinatura do respectivo Termo de Posse no prazo legal, que, quando assinado, passará a fazer parte integrante desta ata como Anexo II. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, a qual foi lida e aprovada por todos os presentes e será assinada pelos membros da Mesa, nos termos do item 5, da Seção VIII, do Manual de Registro de Sociedade Anônima, anexo à Instrução Normativa DREI nº 81, de 10/06/2020, que certificam, para todos os fins de direito, que os acionistas descritos no anexo à presente ata como Anexo I, compareceram à presente Assembleia Geral Ordinária. Certificamos que a presente é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. Lençóis Paulista, 18/07/2024. Luís Fernando Radulov Queiroz – Presidente e Carolina Giovani Santos – Secretária. **Jucesp** nº 304.146/24-9 em sessão de 14/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIRCE REIS

Processo nº 81/2024. **Pregão Eletrônico nº 11/2024.** Encontra-se aberta a mencionada licitação, visando "AQUISIÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS PARA ADEQUAÇÃO E MELHORIAS NO PRÉDIO PROVISÓRIO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE DIRCE REIS-SP.". A data inicial para apresentação das propostas será das 00h do dia 11 de setembro de 2024 e a final as 08h30 do dia 23 de setembro de 2024, enquanto que a sessão eletrônica ocorrerá no dia 23 de setembro de 2024, a partir das 9h, no Portal da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br). Eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações deverão ser encaminhados, exclusivamente, pela mencionada plataforma da BLL. Dirce Reis, 09 de setembro de 2024. Roberto Carlos Visoná – Prefeito Municipal.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SUZANO

Encontra-se aberta na DIRETORIA DE ENSINO-REGIAO SUZANO, **PREGÃO ELETRÔNICO número 05/2024**, destinada à contratação Kit Lanche do tipo MENOR PREÇO. A realização da sessão será na data de **25/09/2024 às 09:30 horas**, sendo as propostas enviadas eletronicamente através dos sites www.gov.br/compras – Entregar Proposta. O Edital na integra encontra-se no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0000585-79.2023.8.26.0282. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única, do Foro de Itatinga, Estado de São Paulo, Dr(a). Camila Ferneda Dossin, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MARCIO JOSE PAIS DE CAMARGO, CPF 2736561589, que lhe foi proposta uma ação de Cumprimento de sentença por parte de Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda, procedendo-se o bloqueio online em sua conta bancária via sistema Bacen-Jud, no valor total de R$ 1.825,07, podendo, no prazo de 15 dias oferecer impugnação. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Itatinga, aos 21 de agosto de 2024. N - 09 e 10

MUNICÍPIO DE SANDOVALINA

Extrato de Aviso de Retificação de Licitação

O Município de Sandovalina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que a licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 18/2024, do tipo Menor Preço, objetivando o Registro de Preços para futura aquisição de madeiras, portas de madeira, batentes e telhas para suprir a necessidade do Setor de Obras, destinados à manutenção de prédios e demais imóveis públicos de propriedade do Município de Sandovalina/SP, conforme edital e seus anexos, que seria realizada no dia 13/09/2024 a partir das 9hs00, foi transferida para o dia 20/09/2024 a partir das 9hs00, devido a retificação feita em seus anexos. O Edital devidamente Retificado em seu inteiro teor estará disponível no prédio do Paço Municipal na Av. João Borges Frias, 435 Centro de segunda a sexta-feira no horário das 8hs00 às 11hs0 e das 13hs00 às 17hs00, ou ainda site www.sandovalina.sp.gov.br e poderá ser solicitado pelo e-mail: sandovalina.licitacao@gmail.com. Sandovalina – SP, 09 de setembro de 2024. Marcos Mendes da Silva Prefeito Municipal

---



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 57/2024
Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 151/2024

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 27/9/2024, às 9 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de equipamentos de informática e licenças de software. O edital se encontra à disposição dos interessados nos sites **www.compras.mg.gov.br** e **www.almg.gov.br.** Belo Horizonte, 9 de setembro de 2024. Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

SINDICATO DOS HOSPITAIS, CLÍNICAS, CASAS DE SAÚDE, LABORATÓRIOS DE PESQUISAS E ANÁLISES CLÍNICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ nº 47.436.373/0001-73.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os representantes da categoria econômica de hospitais, clínicas, casas de saúde, laboratórios de pesquisas e análises clínicas filiadas e não filiadas ao **SINDHOSP** para comparecerem em **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** a realizar-se em **17/09/2024**, **A ASSEMBLEIA OCORRERÁ NA SALA PLATAFORMA ZOOM DO SINDHOSP QUE DISPONIBILIZARÁ LINK DE ACESSO REMOTO PARA PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS VIA INTERNET**, às **10h30** em 1ª convocação e, no caso de não haver quórum, a Assembleia será instalada às **11h00**, com qualquer número de representantes a fim de tratar da seguinte ordem do dia: **1)** autorizar o **SINDHOSP** a negociar com o Sindicato Profissional e defender judicialmente os interesses da categoria se suscitado Dissídio Coletivo, inclusive para arguir preliminares processuais nos termos do que garante a Constituição Federal e legislação vigente, em especial o que dispõe o art. 114, § 2º da CF; **2)** exame, discussão e votação da Pauta de Reivindicações apresentada pelo **SINDICATO DOS TÉCNICOS, TECNÓLOGOS E AUXILIARES EM RADIOLOGIA, RADIODIAGNÓSTICO, RADIOTERAPIA, MEDICINA NUCLEAR, RADIOLOGIA INDUSTRIAL E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO. DATA BASE: 01/08; 3)** deliberar sobre a proposta conciliatória da categoria econômica e autorizar o **SINDHOSP** a instaurar Dissídio Coletivo, se necessário; **4)** debater e deliberar sobre a Contribuição Assistencial Patronal a ser estabelecida em caso de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo. É importante a presença do Diretor ou Titular da Empresa. Credencie seu representante vinculado à categoria com poderes específicos. Participe e traga sua contribuição! Atenciosamente. **FRANCISCO ROBERTO BALESTRIN DE ANDRADE** - Presidente

---



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90026/2024

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia torna pública a realização do Pregão Eletrônico n.º 90026/2024, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância nas dependências da Justiça Eleitoral no Estado da Bahia – que compreenderá, além da mão de obra, o fornecimento de todos os insumos de mão de obra (uniformes, EPIS e equipamentos) necessários à execução dos serviços. A Licitação será realizada em sessão pública, por meio da INTERNET, no site **www.gov.br/compras** (Portal de Compras do Governo Federal). Código UASG: 70013. Abertura das propostas: às 15h00 (horário de Brasília) do dia 25.09.2024. O Edital, contendo todas as informações, encontra-se disponível no endereço acima, no site **www.tre-ba.jus.br**, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Outras informações pelo telefone: (71) 3373-7110.

Salvador, 10 de setembro de 2024.

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

(Em processo de recuperação Judicial)

CNPJ/ME nº 10.678.505/0001-63 – NIRE 35.300.366.476

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira, CNPJ/MF nº 17.343.682/0001-38, com sede na Av. das Américas, 4.200, bloco 08/B, salas 302 a 304, no Rio de Janeiro, RJ (**"Agente Fiduciário"**), **vem pelo presente edital, conforme assembleia geral de Debenturistas ocorrida, em segunda convocação, no dia 22 de fevereiro de 2022, às 14:30 horas, na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo-SP, e suspensa naquela data, convocar os titulares das debêntures** da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("**Emissão**", "**Emissora**" e "**Debêntures**", respectivamente), cuja escritura foi celebrada em 14 de maio de 2013, e posteriormente aditada ("**Escritura de Emissão**"), **a reunirem-se para reabertura da assembleia geral de Debenturistas, que irá acontecer exclusivamente presencial, no dia 26 de setembro de 2024, às 14:30 horas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), na R. Lemos Monteiro, 120, 19º andar, São Paulo-SP.** Os Debenturistas deverão deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("**Ordem do Dia**"): a) a aprovação de acordo entre a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("**ARTESP**") e a Emissora ("**Acordo ARTESP**") acerca dos créditos detidos pela ARTESP em face da Emissora. O Acordo ARTESP está em negociação na data da publicação deste edital e, uma vez assinado, será prontamente disponibilizado aos Debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva deliberação em AGD, através dos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; b) a aprovação de formalização do Acordo ARTESP nos autos do incidente de impugnação de crédito movida pelo Agente Fiduciário contra a ARTESP, processo nº 1002276-63.2020.8.26.0526 ("**Impugnação**"), inclusive com a desistência, se necessário, por parte do Agente Fiduciário, dos pedidos formulados no âmbito da Impugnação e do agravo de instrumento nº 2031082-83.2021.8.26.0000, interposto pela ARTESP ("**Agravo de Instrumento**"). Fica certo desde já, que em caso de desistência, a mesma somente será peticionada, caso a parte impugnada abra mão em integralidade de qualquer possível verba sucumbencial. O Acordo ARTESP está em negociação na data da publicação deste edital e, uma vez assinado, será prontamente disponibilizado aos Debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva deliberação em AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser realizada pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; c) a aprovação do pedido de suspensão da Impugnação e do Agravo de Instrumento pelo Agente Fiduciário durante o curso da negociação dos termos e condições do Acordo ARTESP pela Emissora, caso necessário; d) aprovação de ajustes à redação do Anexo 1.1.52. que corresponde a minuta da Escritura de Emissão de Debêntures de Resultado ao Plano de Recuperação Judicial da Emissora (a ser disponibilizado pelos assessores da emissão, e circulada na íntegra pelo Agente Fiduciário através do endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**), sendo que a versão ajustada do Anexo 1.1.52. – minuta da Escritura de Emissão de Debêntures de Resultado será disponibilizada aos Debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD ("**novo Anexo 1.1.52 ao PRJ**") nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser realizada pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**; e e) aprovação de outras eventuais medidas necessárias para que sejam formalizados o Acordo ARTESP e o novo Anexo 1.1.52 ao PRJ, e que serão prontamente informadas/disponibilizadas aos Debenturistas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser realizada pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico **contencioso@pentagonotrustee.com.br**. Instruções Gerais: Encontram-se à disposição dos Srs. Debenturistas, nas páginas da Companhia (http://www.rodoviasdotiete.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Empresas.NET) na rede mundial de computadores – internet e na sede social da Emissora, a proposta da administração da Emissora. Os termos e condições do Acordo ARTESP elencado nos itens (a) e (b) da Ordem do Dia serão disponibilizados nos mesmos canais. Os Debenturistas deverão se apresentar antes do horário indicado para início da AGD, com os seguintes documentos: (i) documento de identidade e extrato da respectiva conta das Debêntures aberta em nome de cada Debenturista e emitido pela instituição depositária; ou (ii) caso o Debenturista não possa estar presente à AGD, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD, obedecidas as condições legais aplicáveis. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGD, o instrumento de mandato pode, a critério do Debenturista, ser depositado na Emissora, preferencialmente, até 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização da AGD. Sem prejuízo e, em benefício do tempo, os Debenturistas deverão encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail: contencioso@pentagonotrustee.com.br. (10, 11 e 12/09/2024)

INÊS 249

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO OSWALDO CRUZ

AVISO DE LICITAÇÃO – PL.Nº.2916.2024.CPL.HUOC.PE.0037.HUOC – Registro de Preço para o fornecimento eventual de MANTAS TÉRMICAS, para atender a demanda do HUOC. Valor total estimado R$ 281.950,00 (duzentos e oitenta e um mil e novecentos e cinquenta reais). O pregão eletrônico ocorrerá no sistema do PE Integrado no site **www.peintegrado.pe.gov.br** no dia 20/09/2024 às 09h (horário de Brasília). O início de recebimento das propostas no sistema será a partir do dia 10/09/2024 às 08h até o dia 20/09/2024 às 8:30h. PL.Nº.2868.2024.CPL.HUOC.PE.0036.HUOC – Registro de Preço para o fornecimento eventual de MATERIAIS E INSUMOS EM GERAL PARA O SERVIÇO DE LABORATÓRIO DE BACTERIOLOGIA, para atender a demanda do HUOC. Valor total estimado R$ 249.984,24 (duzentos e quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e quatro reais e vinte quatro centavos). O pregão eletrônico ocorrerá no sistema do PE Integrado no site **www.peintegrado.pe.gov.br** no dia 20/09/2024 às 09h (horário de Brasília). O início de recebimento das propostas no sistema será a partir do dia 10/09/2024 às 08h até o dia 20/09/2024 às 8:30h. Nathalia Beserra, Agente de Contratação CPL/HUOC.



MINISTÉRIO DA **TRANSPORTES**



RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90227/2024: empresa vencedora: INSTITUTO INTERAMERICANO DEDESENVOLVIMENTO HUMANO - BEM BRASIL, CNPJ 10.427.965/0001-1, valor negociado: R$ 4.036.872,3200. Processo: 50605.000846/2024-94. Demais informações: www.dnit.gov.br/dnit

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO FEV Nº 026/2024 – PROCESSO FEV Nº 029/2024.
(REGISTRO DE PREÇOS – EXCLUSIVO ME-EPP).

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura prestação de serviços de medicina ocupacional, a único e exclusivo critério da Fundação Educacional de Votuporanga, durante o período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21 e, as quantidades registradas poderão ser renovadas, conforme Enunciado 42 do 2º Simpósio de Licitações e Contratos da Justiça Federal, consoante especificações constantes no Edital de Pregão Eletrônico FEV nº 026/2024 e seus Anexos. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: *"Menor Preço" por GRUPO DE ITENS*. DATA DA REALIZAÇÃO: 24 de setembro de 2024. INÍCIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 10 de setembro de 2024. FIM RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS/ABERTURA SESSÃO: 24 de setembro de 2024 às 14h00 (catorze horas). INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 24 de setembro de 2024 às 14h15 (catorze horas e quinze minutos). DOCUMENTAÇÃO: Os documentos correspondentes às propostas comerciais das empresas interessadas em participar, deverão ser encaminhados para o sistema eletrônico disponível na plataforma: www.bll.org.br, conforme especificado no edital. INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO: O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Fundação Educacional de Votuporanga – Setor de Compras/Licitação, localizada na Rua Pernambuco, nº 4.196, Centro, em Votuporanga/SP, nos dias úteis no horário das 8:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, ou, ainda, pelo site www.unifev.edu.br (*link:* Institucional/Licitações) e www.bll.org.br.

Votuporanga/SP, 09 de setembro de 2024.
Douglas José Gianoti -Diretor Presidente

Edital de Convocação - Pelo presente edital, o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE MATERIAL PLÁSTICO, QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS DE RIO CLARO E REGIÃO,** por seu representante legal, **CONVOCA** os trabalhadores associados ou não, da categoria dos trabalhadores nas indústrias Químicas; Preparação de Óleos Vegetais e Animais; Perfumarias e Artigos de Toucador; Resinas Sintéticas; Sabão e Velas; Explosivos; Tintas e Vernizes; Fósforos; Adubos e Corretivos Agrícolas; Defensivos Agrícolas; Material Plástico (Inclusive da Produção de Laminados Plásticos); Matérias-Primas para Inseticidas e Fertilizantes, Abrasivos, Álcalis; Petroquímicas, Lápis, Caneta e Material de Escritório; Defensivos Animais; Re-Refino de Óleos Minerais e Reciclagem Plástica, enquadradas no 10º Grupo, do quadro anexo ao artigo 577 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária** que se realizará nos dias, horários e locais a seguir enumerados, tendo em vista a base territorial da entidade sindical abranger mais de um Município: **1)** Trabalhadores dos Municípios de Analândia, Corumbataí, Ipeúna e Itirapina, Assembleia dia 16/09/2024, segunda-feira, a partir das 06h00min, Local: em suas respectivas Empresas. **2)** Trabalhadores dos Municípios de Cordeirópolis e Santa Gertrudes, Assembleia dia 17/09/2024, terça-feira, a partir das 06h00min, Local: em suas respectivas Empresas. **3)** Trabalhadores do Município de Iracemápolis, Assembleia dia 18/09/2024, quarta-feira, a partir das 06h00min, Local: em suas respectivas Empresas. **4)** Trabalhadores do Município de Rio Claro, Assembleia dia 19/09/2024, quinta-feira, a partir das 06h00min, Local: em suas respectivas Empresas. E dia 20/09/2024, sexta-feira, a partir das 7h00min em primeira convocação, na sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico, Químicas e Farmacêuticas de Rio Claro e Região, na Rua 3 A nº 144, Vila Alemã, Rio Claro/SP, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: a)** Discussão e deliberação sobre a pauta de reivindicações a ser apresentada aos Sindicatos representativos das respectivas categorias econômicas; **b)** Outorga de poderes à entidade, por seus representantes legais, para negociação coletiva, celebrar acordos, requerer realização de mesa redonda junto ao Ministério Competente, constituir comissão de negociação e, ainda, em caso de malogro das negociações, suscitar dissídio coletivo junto ao Tribunal competente, assistido pela Federação da categoria; **c)** Discussão e aprovação das Cláusulas que tratam das contribuições; **d)** Discussão e deliberação sobre as Negociações Coletivas sobre Home Office e Teletrabalho a ser levadas a efeito com os Sindicatos representativos das respectivas categorias econômicas; **e)** Discussão e deliberação das Negociações da Convenção Coletiva de Trabalho Específica sobre Segurança em Máquinas SOPRADORAS DE PLÁSTICOS, INJETORAS DE PLÁSTICO E MOINHO a ser apresentada ao Sindicato das Indústrias do Setor Plástico; **f)** Posicionamento da categoria sobre a eventual realização de movimento paredista em caso de malogro das negociações; **g)** Deliberação para a realização de assembleias permanentes e itinerantes mesmo não listadas no presente edital. Não havendo número suficiente de acordo com as normas aplicáveis, em primeira convocação, nos horários supramencionados, as assembleias serão realizadas 2 (duas) horas após, no mesmo dia e local, com 1/3 dos associados. Rio Claro, 10 de setembro de 2024. **Francisco Carlos Quintino da Silva -** Presidente.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.
(Em processo de recuperação Judicial)
CNPJ/ME nº 10.678.505/0001-63 – NIRE 35.300.366.476
Edital de Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série única, para Distribuição Pública, da Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira inscrita no CNPJ/ME sob nº 17.343.682/0001-38, com sede na Capital do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 8, Ala B, salas 302, 303 e 304, CEP 22640-102 ("**Pentágono**" ou "**Agente Fiduciário**"), na qualidade de Agente Fiduciário nos termos da cláusula 6ª do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente), da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("**Emissora**"), **vem pelo presente edital convocar os titulares** das Debêntures ("**Debenturistas**"), cuja escritura foi celebrada em 14 de maio de 2013, e posteriormente aditada ("**Escritura de Emissão**"), **a reunirem-se para a reabertura da assembleia geral de Debenturistas no dia 26 de setembro de 2024, às 13 horas e 30 minutos ("AGD"), a ser realizada exclusivamente de modo presencial, em local diverso da sede da Emissora para conveniência dos Debenturistas, na R. Lemos Monteiro, 120, 19º andar, CEP 05501-050, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo**. Os Debenturistas deverão **deliberar sobre** ("**Ordem do Dia**"): (a) a aprovação do pedido de complementação de honorários ("Honorários Complementares") apresentado pelo Administrador Judicial em 31.08.2022, às fls. 7.483, nos autos da recuperação judicial da Emissora, processo nº 1005820-93.2019.8.26.0526 em trâmite perante a 1ª Vara da Comarca de Salto/SP, ("RJ"), no valor mensal de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) líquido, até o encerramento da RJ, a ser formalizada por meio de manifestação a ser apresentada pelos assessores legais da Emissão nos autos da RJ; (b) caso reprovado o item (a), deliberar sobre a aprovação da contraproposta a ser apresentada pela Emissora nos autos da RJ, conforme disponibilizada aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de efetiva realização da AGD nos canais indicados na seção "Instruções Gerais" e também poderá ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário no endereço eletrônico contencioso@pentagonotrustee.com.br; e (c) caso reprovado o item (a) da Ordem do dia, deliberar sobre a aprovação da interposição dos recursos necessários pelos assessores legais da Emissão, para revisão dos Honorários Complementares caso não seja acatada a manifestação da Pentágono, em representação à coletividade de Debenturistas, pelo juízo da Recuperação Judicial. Instruções Gerais: **Encontram-se à disposição dos Srs. Debenturistas, nas páginas da Emissora (http://www.rodoviasdotiete.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br – Sistema Empresas.NET) na rede mundial de computadores – internet e na sede social da Emissora, a proposta da administração da Emissora. Os termos e condições do Acordo ARTESP elencado nos itens (a) e (b) da Ordem do Dia serão disponibilizados nos mesmos canais.** Os Debenturistas deverão se apresentar antes do horário indicado para início da AGD, com os seguintes documentos: (i) documento de identidade e extrato da respectiva conta das Debêntures aberta em nome de cada Debenturista e emitido pela instituição depositária; ou (ii) caso o Debenturista não possa estar presente à AGD, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD, obedecidas as condições legais aplicáveis. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGD, o instrumento de mandato pode, a critério do Debenturista, ser depositado na Emissora, preferencialmente, até 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização da AGD. Sem prejuízo e, em benefício do tempo, os Debenturistas deverão encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail: contencioso@pentagonotrustee.com.br.

(10, 11 e 12/09/2024)

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNÃO

AVISO DE LICITAÇÃO Processo Licitatório nº. 031/2024 **Pregão Eletrônico nº. 021/2024** Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais de limpeza, utensílios de copa de cozinha, pilhas, baterias e descartáveis. O Edital estará à disposição no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no site da Prefeitura Municipal: www.fernao.sp.gov.br, no Portal de compras: http://www.transparencia.femao.sp.gov.br:8079/comprasedital/. ou ainda no prédio do Paço Municipal, sito na Rua José Bonifácio, n°. 106, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 16h30min. A sessão pública de processamento terá início às 08h30min do dia 25/09/2024, no Portal de Compras http://www.transparencia.fernao.sp.gov.br:8079/COMPRASEDITAL/, podendo ser acessada por qualquer meio eletrônico com acesso a internet. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelos telefones (14) 3273 1016/3273 1038/99624 9011 e por via do e-mail compras@fernao.sp.gov.br.

AVISO DE LICITAÇÃO Processo Licitatório nº. 044/2024 **Pregão Eletrônico nº. 023/2024** Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de Fraldas Geriátricas e Infantis. O Edital estará à disposição no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no site da Prefeitura Municipal: www.fernao.sp.gov.br, no Portal de compras: http://www.transparencia.femao.sp.gov.br:8079/comprasedital/. ou ainda no prédio do Paço Municipal, sito na Rua José Bonifácio, n°. 106, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 16h30min. A sessão pública de processamento terá início às 08h30min do dia 24/09/2024, no Portal de Compras http://www.transparencia.fernao.sp.gov.br:8079/COMPRASEDITAL/, podendo ser acessada por qualquer meio eletrônico com acesso a internet. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelos telefones (14) 3273 1016/3273 1038/99624 9011 e por via do e-mail compras@fernao.sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Extrato da 1ª republicação de edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2024

ÓRGÃO– Prefeitura Municipal de Holambra – MODALIDADE – Pregão Eletrônico tipo menor preço global - OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA OUTSOURCING EM SOLUÇÃO DE FREQUÊNCIA, COM LOCAÇÃO DE 31 (TRINTA E UM) HARDWARES E SOFTWARE 100% EM NUVEM PARA 1.000 USUÁRIOS, INCLUINDO INSTALAÇÃO, TREINAMENTO, ASSESSORIA, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÕES. OS RELÓGIOS DEVERÃO SER NOVOS E SEU USO ANTERIOR - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS. - 10/09/2024 às 00h até 26/09/2024 às 09h00 - DATA DA ABERTURA DA SESSÃO - 26/09/2024, às 9h00- ACESSO AO SISTEMA ELETRÔNICO - "Plataforma Licita Mais Brasil" através do sítio eletrônico www.licitamaisbrasil.com.br. Holambra, 09 de setembro de 2024. GRASSI BARBOSA GOMES FREITAS DE SOUZA. Diretora do Departamento Administrativo

Extrato do edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2024

ÓRGÃO– Prefeitura Municipal de Holambra – MODALIDADE – Pregão Eletrônico tipo menor preço unitário - OBJETO - REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE KITS DE MATERIAL ESCOLAR PARA USO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PELO PERÍODO DE 12 MESES. - 10/09/2024 às 00:00h até 24/09/2024 às 09:00h - DATA DA ABERTURA DA SESSÃO - 24/09/2024, às 9:00h - ACESSO AO SISTEMA ELETRÔNICO - "Plataforma Licita Mais Brasil" através do sítio eletrônico www.licitamaisbrasil.com.br. Holambra, 09 de setembro de 2024. CLAUDICIR BRAZILINO PÍCOLO. DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

unesp **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS – CÂMPUS DE RIO CLARO



AVISO DE LICITAÇÃO

Acha-se aberto no Instituto de Biociências de Rio Claro – UASG 102322, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 90017/2024 – IB/CRC, objetivando a aquisição de suprimentos, acessórios e equipamentos de informática, cujo critério de escolha é o de menor preço. A abertura da sessão pública "on line" será no dia 20 de setembro de 2024 às 09:00 horas, junto ao endereço eletrônico www.compras.gov.br. As propostas eletrônicas deverão ser enviadas para o endereço eletrônico citado, durante o período de 10 de setembro de 2024 até o dia e horário previstos para a abertura da referida sessão pública. Os procedimentos da presente licitação serão tomados junto à Seção Técnica de Materiais, situado à Avenida 24-A nº 1515 – Bairro Bela Vista – Rio Claro, Estado de São Paulo. O Edital na íntegra consta dos sites: https://www.gov.br/pncp/pt-br e https://ape.unesp.br/licitacao/ - Processo nº 548/2024 - IB/CRC.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE POSSE
Estado de São Paulo
PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 138/2024
PROCESSO Nº 3607/2024 – TIPO: Menor Valor Global

A Prefeitura do Município de Santo Antonio de Posse/SP, torna público e para conhecimento dos interessados que se encontra aberto nesta Prefeitura, **Pregão Eletrônico nº 138/2024**. Objeto: Registro de Preços visando contratação de empresa especializada para locação de brinquedos para eventos, incluindo montagem e desmontagem, de acordo com o ANEXO I – Termo de Referência e demais condições estabelecidas do edital. A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia **25 de setembro de 2024, às 09:00 horas**, no site da BBM Net www.novobbmnet.com.br. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados no Paço Municipal da Prefeitura de Santo Antônio de Posse, situado na Praça Chafia Chaib Baracat, nº 351, Vila Esperança em Santo Antônio de Posse - SP, CEP 13.831-024, ou nos sites www.pmsaposse.sp.gov.br e www.novobbmnet.com.br onde os interessados poderão retirá-lo a partir das 17:00 horas do dia 10 de setembro de 2024.

Publique-se
Santo Antônio de Posse, 09 de setembro de 2024.
Ana Lucia Lima da Silva - Secretária de Desenvolvimento Social
Felipe Silva de Aguiar - Secretário Municipal de Educação
Paulo José Rodrigues de Souza - Secretário Municipal de Saúde

MUNICÍPIO DE NHANDEARA
EXTRATO DE RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2024 - PROCESSO Nº 1172/2024

O Município de Nhandeara comunica a todos os interessados a rerratificação do edital do Pregão Eletrônico de nº 028/2024 – Registro de Preços para futuras e eventuais prestações de serviços de confecção e fornecimento de próteses dentárias, conforme demanda de pacientes, sendo retificado o Termo de Referência constante do Anexo I do Edital. O recebimento das propostas será até às 08h00m do dia 24/09/2024, sendo que a abertura das propostas será na mesma data, dando início da disputa de preços às 08h30m. O Edital retificado e consolidado encontra-se disponível no site www.nhandeara.sp.gov.br e no site da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, www.bll.org.br. - Nhandeara-SP, 09 de setembro de 2024. – José Adalto Borini - Prefeito Municipal.

SINDICATO DOS QUÍMICOS UNIFICADOS - REGIONAL OSASCO
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Sindicato dos Químicos Unificados - Regional Osasco e Região, legítima entidade de representação sindical, inscrita no CNPJ sob o nº 73.066.656/0001-80, neste ato através de suas representantes legais, Nilza Pereira de Almeida e Claudineia Bueno de Meira, vem, por meio desta, convocar todos os trabalhadores nas indústrias químicas, plásticas, de produtos impermeabilizantes, de preparação de óleos vegetais e animais, de perfumaria e artigos de toucador, de resinas sintéticas, de sabão e velas, de fabricação de álcool, de explosivos, de tintas e vernizes, de fósforos, de adubos e corretivos agrícolas, de defensivos agrícolas, de materiais plásticos (inclusive da produção, manuseio e embalagem de laminados plásticos e reciclagem) de matérias-primas para petroquímica, de lápis, caneta e material de escritório, de defensivos animais, de re-refino de óleos minerais, de tinturaria, de fabricação e manuseio de espuma, de material de baquelite, de produtos de cerâmica refrataria e de fibra cerâmica, de abrasivos, de materiais adesivos e termoelétricos e outras atividades análogas às já descritas, nos Municípios de Osasco/SP, Barueri/SP, Carapicuíba/SP, Cotia/SP, Santana do Parnaíba/SP, Itapevi/SP, Cajamar/SP, Araçariguama/SP, Mairinque/SP, São Roque/SP, Jandira/SP, Vargem Grande Paulista/SP; para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária** da entidade, a ser realizada na Estrada Carolina Maria de Jesus (Antiga Estrada das Mulatas), nº 1.000, Portal Tijuco Preto, Cotia -SP, no dia 15/09/2023, às 09h30min em primeira convocação, e às 10h00min em 2ª convocação, com qualquer número de presentes, para discutir e deliberar sobre: (1) Pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2024/2025 e pautas específicas a serem apresentadas às empresas; (2) Outorga de poderes à diretoria do Sindicato para encaminhamento de negociações diretamente com as empresas e seus respectivos sindicatos representativos, bem como assinar Acordo Coletivo e/ou Convenção Coletiva de Trabalho; (3) Autorização para o Sindicato deflagrar eventual movimento paredista; (4) Inclusive deflagrar dissídio coletivo se mal alongado as negociações coletiva; (5) Discussão e deliberação sobre o estabelecimento de uma contribuição negocial para todos os membros da categoria, para o custeio da negociação coletiva e para a manutenção da entidade sindical; (6) Aprovação da manutenção da assembleia em caráter permanente e itinerante, que poderá percorrer os locais de trabalho da categoria.

Osasco, 10/09/2024
Nilza Pereira de Almeida e Claudineia Bueno de Meira - Representantes da Diretoria Colegiada

mercado

Dois pedágios de SP ganham hoje cabines de autoatendimento

SÃO PAULO Praças de pedágio de rodovias estaduais paulistas administradas pela CCR vão começar a operar, nesta terça-feira (10), com postos de autoatendimento, alternativa às cabines tradicionais.

Os motoristas que optarem pela tecnologia farão o pagamento sem a intermediação de um atendente da concessionária.

Os chamados ATM (máquinas de atendimento automático, na tradução da sigla) vão estar disponíveis no sistema Anhanguera-Bandeirantes, na altura de Campo Limpo, e na rodovia Castello Branco (SP-280), na altura do município de Quadra. Ainda haverá cabines manuais em funcionamento.

A iniciativa faz parte da meta da companhia de eliminar o uso de dinheiro nas praças de pedágio até 2026.

O grupo CCR prevê para os próximos meses a instalação de 54 cabines de autoatendimento em praças de pedágio, sendo 32 delas da CCR AutoBAn, que administra o sistema Anhanguera-Bandeirantes, e 22 da CCR SPVias, que inclui as rodovias Raposo Tavares (SP-270) e Castello Branco.

Neste primeiro momento, as cabines com ATM atenderão somente veículos leves, de acordo com a empresa.

Hoje a tecnologia já é usada em rodovias federais da companhia. São 61 cabines de ATM em operação em pedágios da CCR ViaSul (RS), CCR RioSP, CCR ViaCosteira (SC), e CCR ViaLagos (RJ).

Segundo a empresa, nesses locais, as transações por meio do sistema já representam 35% das passagens em pistas manuais.

Meios eletrônicos de pagamento correspondem atualmente a cerca de 85% do total de transações contabilizadas pela companhia, ante 56,3% observados em janeiro de 2020.



EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE
E COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES FIDUCIANTES



DATA: 1º Público Leilão: 18/09/2024, às 10h45 | 2º Público Leilão: 20/09/2024, às 10h45

Angela Pecini Silveira, Leiloeira Oficial, mat. JUCESP 715, autorizada por **OPEA SECURITIZADORA S.A.**, inscrita no CNPJ nº 02.773.542/0001-22 (atual denominação de **RB CAPITAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**), venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial - art. 26 e 27 da Lei 9.514/97, o **Imóvel: CASA,** à Rua Giovane Delduque, nº 49, construída sobre o Lote nº 14, da Quadra nº 06, do loteamento Jardim São José, Mococa/SP. **ÁREA DE CONSTRUÇÃO**: 148,12m². **ÁREA DO TERRENO**: 250,00m². Mat. nº 15.088 do CRI de Mococa/SP. Inscrição Municipal nº 01.04.340.0251.001. **1º Leilão: R$ 356.464,98**. **2º Leilão: R$ 246.893,11**. Ônus do Interessado/Arrematante: **i)** Pagto à vista do valor do arremate e 5% da leiloeira; **ii)** Custas/impostos para escritura/registro; **iii)** Quitação dos débitos de IPTU vencidos antes e após os leilões; **iv)** Regularização de eventual aumento construtivo; **vi)** Imóvel Ocupado. Desocupação pelo Arrematante; **vi)** Venda *ad corpus;* **vii)** Tomar ciência do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR. Fica o Devedor Fiduciante **DONIZETE MIGUEL DA SILVA** - CPF nº 174.099.798-01, comunicado dos leilões. Informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485, Fone (19) 3295-9777. End: Av. Rotary, 187, Jd. Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.



EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS,
COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - ONLINE



DATAS: 1º Público Leilão: 18/09/2024, às 09h30 | 2º Público Leilão: 20/09/2024, às 09h30

Angela Pecini Silveira, Leiloeira Oficial, mat. JUCESP 715, autorizada por **OPEA SECURITIZADORA S.A.**, inscrita no CNPJ nº 02.773.542/0001-22 (atual denominação de **RB CAPITAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**), venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial - art. 26 e 27 da Lei 9.514/97, o **Imóvel: CASA Nº 21,** à Rua D. Pedro II, do tipo 2/41, construída sobre Lote nº 07, da Quadra nº 04, do Loteamento denominado Vila José Magalhães, José Bonifácio/SP. **ÁREA DE CONSTRUÇÃO**: 41,49m². **ÁREA DO TERRENO**: 220,00m². Mat. nº 8.159 do CRI de José Bonifácio/SP. Inscrição Municipal nº 01.04.048.0160.001. **1º Leilão: R$ 313.136,93**. **2º Leilão: R$ 306.556,34**. Ônus do Interessado/Arrematante: **i)** Pagto à vista do valor do arremate e 5% da leiloeira; **ii)** Custas/impostos para escritura/registro; **iii)** Quitação dos débitos de IPTU e Condomínio vencidos antes e após os leilões; **iv)** Regularização de eventual aumento construtivo; **v)** Imóvel Ocupado. Desocupação pelo Arrematante; **vi)** Venda *ad corpus;* **vii)** Tomar ciência do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR. Fica a Devedora Fiduciante **ANA MARIA FERREIRA DUARTE** - CPF nº 093.001.168-60, comunicada dos leilões. Informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485, Fone (19) 3295-9777. End: Av. Rotary, 187, Jd. Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

INÊS 249

Ganhadores deixam para trás R$ 251 mi em prêmios de loteria

Cristiane Gercina

SÃO PAULO Apostadores que ganharam prêmios nas loterias da Caixa Econômica Federal deixaram para trás R$ 251,8 milhões neste ano, de acordo com dados do banco. O valor inclui jogos tradicionais como a Mega-Sena e outras apostas, e leva em conta todas as faixas de premiação.

O dinheiro que não é sacado no prazo legal é direcionado ao Fies (Financiamento Estudantil), que é o fundo de financiamento à educação do banco.

Por lei, o ganhador tem até 90 dias após o sorteio para fazer a retirada do dinheiro. É preciso apresentar comprovante de que a aposta pertence a ele, além de documento de identificação, como o CPF.

Abril foi o mês no qual os apostadores deixaram para trás o maior montante. Ao todo, R$ 59,7 milhões não foram sacados. Em maio, o segundo maior mês sem retirada dos prêmios, foram R$ 38,9 milhões.

De acordo com a lei 13.756/2018, cabe exclusivamente ao apostador solicitar o recebimento dos prêmios de loteria no prazo estabelecido.

Não há nenhum comprovante gravado pelo banco nas lotéricas ou nas apostas feitas pela internet que comprove a identidade de apostador, por isso, a Caixa não consegue localizar quem ganhou.

O apostador que ganha qualquer valor na loteria pode receber seu prêmio em qualquer casa lotérica credenciada ou nas agências da Caixa.

Caso o valor bruto —sem desconto de imposto— seja de mais de R$ 2.259,20, o pagamento pode ser realizado somente nas agências da Caixa, com a apresentação de comprovante de identidade, como CPF, e recibo da aposta.

Outra opção para receber é gerar um QR Code para cada aposta premiada, acessando o Portal Loterias Caixa com um celular ou tablet. O QR Code tem validade de 60 minutos e pode ser lido por qualquer lotérica —não há necessidade da impressão do comprovante.

No prêmio da Mega-Sena cuja aposta foi feita pela internet, o resgate só pode ser realizado nas agências da Caixa, independentemente do valor, pelo apostador ou seu procurador.

INÊS 249

tec

Apple anuncia iPhone 16, que tem recursos de IA e botão para tirar fotos

Linha de novos celulares da empresa americana também recebe atualizações no chip, telas maiores e nova versão da Siri; pré-venda começa no dia 24 de setembro

Gustavo Soares e Pedro S. Teixeira

SÃO PAULO A Apple apresentou nesta segunda-feira (9), em evento em Cupertino, na Califórnia, o iPhone 16 com destaque para novidades em inteligência artificial e a inclusão de um botão específico para fotos.

A nova linha de celulares, que engloba as versões básica, Plus, Pro e Pro Max, é a primeira que terá recursos de IA generativa logo no lançamento, com a chamada Apple Intelligence. A IA estará disponível no sistema operacional iOS 18 a partir de outubro.

No Brasil, o aparelho custará a partir de R$ 7.799 na versão padrão e R$ 12.499 na versão Pro Max, a mais completa. A pré-venda começa em 24 de setembro.

O iPhone 16 tem design reformulado, com as duas câmeras, nas versões básica e Plus, dispostas na vertical, não mais na diagonal. O celular também recebeu o botão de ação personalizável que substituiu o switch de silenciar notificações. A Apple diz que o vidro que reveste a tela é duas vezes mais resistente que o de outros smartphones.

As versões Pro e Pro Max, mais caras, receberam telas maiores, de 6,3" e 6,9", respectivamente, aumento de 0,2 polegada.

Todos os modelos novos receberam um controle dedicado no lado direito do celular, abaixo do botão de bloqueio, para tirar fotos. O chamado Camera Control.

As câmeras também foram reformuladas sob o nome Fusion. Agora, as lentes principais de 48 MP também servirão como teleobjetivas de 12 MP. A segunda lente, do tipo ultra-angular de 12 MP, também faz fotos macro, voltadas para objetos próximos.

Mesmo o mais básico iPhone 16 receberá um novo chip A18, com cinco núcleos de GPU e seis de CPU —que prepara o aparelho para usar recursos de IA com eficiência no consumo de bateria, que também recebeu melhorias. O processador é até 30% mais rápido que o do iPhone 15.

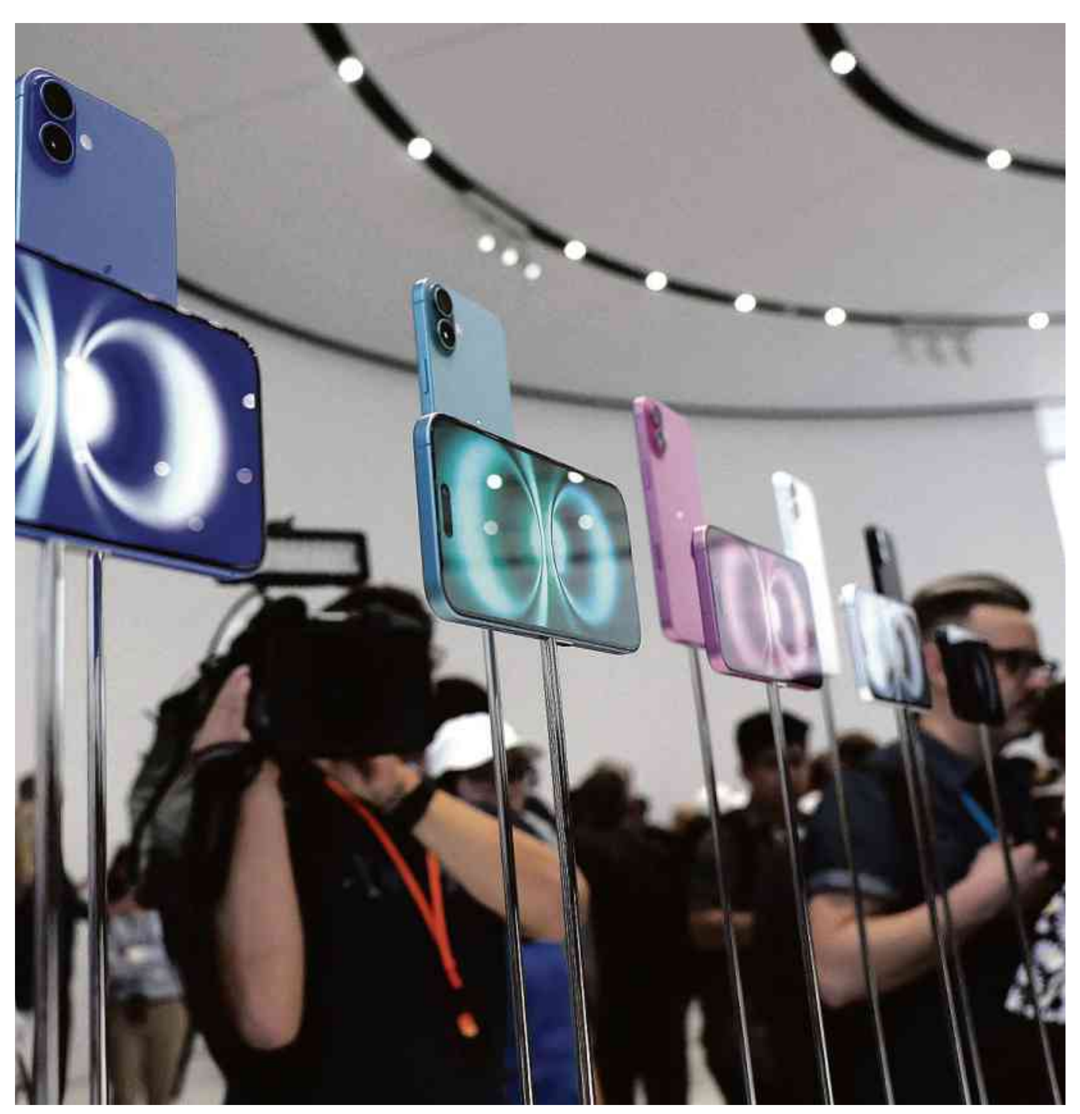
Já os modelos Pro e Pro Max recebem o A18 Pro, até 15% mais rápido que o A17 Pro, disponível nos iPhones 15 Pro do ano passado.

Com a chegada da IA da Apple, uma das principais mudanças será uma Siri reformulada com maior entendimento da língua falada (no início, somente o inglês). Versões em japonês, chinês, francês e espanhol virão em 2025.

A nova Siri poderá acessar notificações, documentos, emails e compromissos para responder perguntas e oferecer sugestões.

Será possível, por exemplo, perguntar algo como "onde vou jantar hoje?". A assistente virtual, então, vai interpretar, a partir das suas mensagens ou de eventos marcados na agenda, o restaurante combinado com alguém.

Para isso, a Apple promete reforço de privacidade com o chamado Private Cloud Compute, com o qual os dados do usuário nunca são armazenados nos servidores, sendo usados apenas para essas solicitações específicas.



Novos iPhones 16 exibidos na sede da Apple, em Cupertino, na Califórnia Justin Sullivan/Getty Images via AFP

Apple Watch

A Apple também anunciou a nova versão do relógio inteligente da empresa. O Apple Watch Series 10 tem tela com área até 30% maior e até 40% mais brilho em comparação com versões anteriores.

Capaz de acompanhar indicadores como passos, temperatura corporal e ciclos do sono, pela primeira vez vai captar distúrbios de respiração durante as noites, prometendo uma contribuição no diagnóstico de apneia.

O Apple Watch Series 10 ainda é 10% mais fino e até 20% mais leve que a versão anterior. O modelo pode reproduzir música sem a necessidade de um fone, diretamente dos seus alto-falantes. A Apple promete recarga de 80% da bateria em até 30 minutos. O relógio custa a partir de R$ 5.499.

AirPods

A Apple anunciou também os AirPods 4, que terão cancelamento de ruído inteligente, que deixa passar pelo filtro apenas "as conversas que importam". Até então, o recurso estava restrito aos mais caros AirPods Pro.

Os fones custam R$ 1.499 sem o cancelamento de ruído ou R$ 1.999 com o recurso. Como os outros itens apresentados nesta segunda, serão entregues a partir de 20 de setembro nos EUA. Não há data definida para o Brasil.

Comparativo do iPhone 16



	iPhone 16	iPhone 16 Pro Max	iPhone 15	iPhone 15 Pro Max
Tela (em polegadas):	6,1	6,9	6,1	6,7
Câmeras traseiras:	Fusion de 48 MP com teleobjetiva de 2x de 12 MP e ultra-angular de 12 MP	Fusion de 48 MP com teleobjetiva de 2x de 12 MP, ultra-angular de 48 MP e teleobjetiva de 5x de 12 MP	Grande-angular de 48 MP e ultra-angular de 12 MP	Grande-angular de 48 MP, ultra-angular e teleobjetiva de 12 MP
Processador:	A18	A18 Pro	A16 Bionic	A17 Pro
Bateria (em horas de reprodução de vídeo):	22	33	20	29
Estrutura:	Alumínio	Titânio	Alumínio	Titânio
Armazenamento (em GB):	128, 256 e 512	128, 256, 512 e 1024 (1TB)	128, 256 e 512	128, 256, 512 e 1024 (1TB)
Preço (em reais):	A partir de R$ 7.799	A partir de R$ 12.499	A partir de R$ 7.299	A partir de R$ 10.999

Fonte: Apple

Preços do aparelho Brasil chegam a R$ 15.499

Os preços do iPhone 16 no Brasil subiram em relação àqueles cobrados na época do lançamento do iPhone 15, há um ano. O novo aparelho da Apple custará a partir de R$ 7.799 no país, na versão padrão.

O Pro Max, que tem tela maior, processador maior e bateria que dura mais, custará a partir de R$ 12.499 nessa versão, os preços podem chegar a R$ 15.499 no caso do iPhone 16 Pro Max com 1 TB de armazenamento.

O aparelho estará disponível em preto, branco, azul, rosa e verde.

No ano passado, o Iphone 15 padrão custava R$ 7.299 quando foi lançado; o 15 Plus, R$ 8.299, o 15 Pro, R$ 9.299 e o Pro Max, a partir de R$ 10.999. O aparelho mais caro em 2023, o iPhone 15 Pro Max na versão com 1 TB de memória custava R$ 13.999.

Tal qual Siri no início, nova IA não fala português por enquanto

Pedro S. Teixeira

SÃO PAULO A precursora dos sistemas interativos de inteligência artificial (IA) e conhecida assistente virtual do iPhone, Siri, foi uma das protagonistas do lançamento do iPhone 4S em 2011. Porém, passou a entender português do Brasil apenas em abril de 2015, quase quatro anos após o anúncio.

A situação é similar ao Apple Intelligence, ferramenta de IA que protagoniza o lançamento da nova linha de iPhones 16 e deve estar integrada a toda linha de aparelhos da empresa. O recurso anunciado em junho estará disponível, em versão de testes, em outubro, apenas em inglês.

Procurada, a Apple não deu projeções de quando deve expandir os recursos para português. O recurso estará disponível em inglês americano para quem baixar a versão beta. A big tech prometeu versões em japonês, chinês, espanhol e francês para "o próximo ano."

Como são desenvolvidos a partir de dados em diversos idiomas, os modelos de IA generativa tendem a ter algum nível de proficiência com variadas línguas.

Isso daria à Apple uma vantagem no desenvolvimento em relação à Siri, que precisou de construções quase do zero para cada idioma.

Mas a empresa precisa de estudar o comportamento do modelo de IA para cada idioma, para identificar vieses, por exemplo.

A Apple anuncia sua nova IA como uma reformulação completa da interface entre aparelho e usuário.

A Apple também promete um maior entendimento da língua falada (no início, somente o inglês).

Tudo isso, segundo a Apple, seguirá padrões de privacidade. O máximo de informações possível será processado no próprio smartphone. O restante será enviado a data centers sob proteção de criptografia e a promessa de nunca ficar armazenado nos servidores da big tech.

Receberão o Apple Intelligence apenas os smartphones a partir do iPhone 15 Pro, já equipado com chip com processamento dedicado para IA. A escolha, para analistas de tecnologia, teria a ver com velocidade e eficiência no uso de bateria na execução de modelos de IA.



Apple Watch na sede da Apple, nos EUA, em evento que anunciou novos relógios, iPhones e fones sem fio Justin Sullivan/Getty Images via AFP

INÊS 249

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 145/2024 - PROCESSO Nº 296/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de lanceta descartável e tira reagente para detecção de glicemia capilar, durante o período de 12 (doze) meses. DATA DA REALIZAÇÃO: 23/09/2024. INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO pelos endereços eletrônicos: www.votuporanga.sp.gov.br e www.bll.org.br. Maiores Informações e/ou esclarecimentos pelo fone (17) 3405.9700 – ramais 9748 e 9848.

ANDREA ISABEL DA SILVA THOMÉ - Secretária Municipal da Administração - 09/09/2024.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2024 - PROCESSO Nº 297/2024

OBJETO: Contratação de empresa para pavimentação asfáltica na rotatória da Avenida Emílio Arroyo Hernandes e para recapeamento asfáltico na Avenida Emílio Arroyo Hernandes e Avenida Pedro Madrid Sanches, no Município de Votuporanga/SP. DATA DA REALIZAÇÃO: 26/09/2024. INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO pelos endereços eletrônicos: www.votuporanga.sp.gov.br e www.bll.org.br. Maiores Informações e/ou esclarecimentos pelo fone (17) 3405.9700 – ramais 9843 e 9841.

ANDREA ISABEL DA SILVA THOMÉ - Secretária Municipal da Administração - 09/09/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº **427/2024** - Processo nº **88.927/2024 - Modalidade:** Pregão Eletrônico nº **310/2024** - do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE- - PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE - LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP -** MODO DE DISPUTA ABERTO **- Objeto: AQUISIÇÃO DA QUANTIDADE ESTIMADA ANUAL DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO, SENDO: 6.835 UNIDADE DE PASTA EM "L"; 7.860 UNIDADES DE PASTA PLÁSTICA, 2.751 UNIDADES DE PASTA TIPO POLIONDA ESCOLAR DE 5CM E 2.812 UNIDADES DE PASTA TIPO POLIONDA ESCOLAR DE 3CM**, de acordo com as especificações contidas no **anexo I** do edital- **Interessadas:** Secretarias Municipais, Gabinete, Funprev. **Período para entrega das propostas: 10/09/2024 às 08h até 24/09/2024 as 09h. Data prevista para abertura da sessão pública: 24/09/2024 às 09h.** Informações e edital na Secretaria da Administração/Divisão de Licitações, sito na Praça das Cerejeiras, 1-59, Vila Noemy - 2. º andar, sala 10 - CEP. 17.014-500 - Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e fones (14) 3235-1113 ou através de **download** gratuito no site **www.bauru.sp.gov.br**, ou pelo **Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000641/2024,** ou através do site **https://www.gov.br/compras/pt-br - N° 98310/2024,** onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Bauru, 09/09/2024 - Cesar Augusto Rodrigues - Diretor Substituto da Divisão de Licitações.

auren — Auren Energia S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 28.594.234/0001-23 - NIRE 35.300.508.271 | Código CVM: 26620

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 20/03/2024

No dia 20/03/2024, às 17h00, na sede social, com a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Mateus Gomes Ferreira e secretariados pelo Sr. Carlos Curci Neto. **Deliberações Uânimes: .1.** A determinação de voto favorável para, nos termos do material apresentado na reunião: *(a)* a aprovação pelo competente órgão da administração da CESP para a realização da Emissão, de acordo com as características e condições, que serão detalhadas e reguladas no "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, da 13ª Emissão da CESP - Companhia Energética de São Paulo", a ser celebrado entre a CESP e o agente fiduciário das Debêntures ("Escritura de Emissão"); e (b) a autorização expressa à Diretoria e/ou os procuradores constituídos pela CESP a praticarem todos os atos, tomarem todas as providências e adotarem todas as medidas necessárias relativas à Emissão e à oferta, incluindo: *(i)* a formalização, efetivação e negociação dos termos e condições relacionados às deliberações aprovadas para a Emissão e a oferta, estando a CESP autorizada a celebrar todos e quaisquer atas, livros, procurações, notificações, comunicações, documentos, requerimentos, formulários, instrumentos, contratos e anexos relacionados à Emissão e à oferta, inclusive celebrar a Escritura de Emissão, o contrato de distribuição, bem como eventuais aditamentos a estes documentos; *(ii)* a formalização e efetivação da contratação e remuneração dos coordenadores, dos assessores legais da oferta e dos demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da oferta, tais como: *(ii.a)* Banco Liquidante, Escriturador e Agente Fiduciário; e *(ii.b)* ambientes de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primários e secundários, entre outros, podendo, para tanto, negociar, fixar remuneração e assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos; *(ii.c)* registrar a oferta perante a B3 e aos demais órgãos competentes, conforme aplicável; *(ii.d)* o estabelecimento de condições adicionais, praticando todos os atos necessários e firmando todos os documentos requeridos para efetivação das deliberações previstas; e *(ii.e)* aprovar e ratificar os atos já praticados pela Diretoria da CESP e procuradores bastante constituídos, relacionados exclusivamente às deliberações acima. **2.** Aprovar, nos termos do artigo 22, inciso (xxiv) do Estatuto Social da Companhia e com a abstenção dos conselheiros Sr. Mateus Gomes Ferreira e Sr. João Henrique Batista de Souza Schmidt, a contratação do BV pela CESP, na qualidade de um dos coordenadores para a finalidade da Emissão, nos termos e de acordo com as condições constantes do material apresentado na reunião. Nada mais. São Paulo, 20/03/2024. **Mesa: Mateus Gomes Ferreira -** Presidente; Carlos Curci Neto - Secretário. **JUCESP** nº 127.219/24-9 em 25/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 90065/2023 – COM ITEM COTA PRINCIPAL, COM ITEM COTA RESERVADA E EXCLUSIVO ME/EPP - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Jaguariúna torna público e para conhecimento dos interessados que o Pregão Eletrônico acima mencionado cujo objeto é o "registro de preços para aquisição de fraldas geriátricas e infantis", cuja Sessão Pública ocorreria no dia 11 de setembro de 2024, às 09:00 horas, foi suspensa por motivos insertos no processo licitatório. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone: (19) 3867-9700 – Ramais 2031/2032/2033, no Departamento de Licitações e Contratos ou pelo endereço eletrônico: pregoeiros@jaguariuna.sp.gov.br.

Jaguariúna, 09 de setembro de 2024

Antonia M. S. X. Brasilino - Departamento de Licitações e Contratos

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 90004/2024

Maria Emília Peçanha de Oliveira Silva, Secretária de Gabinete da Prefeitura do Município de Jaguariúna, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, HOMOLOGA o presente certame licitatório CONCORRÊNCIA Nº 90004/2024 e ADJUDICA o objeto "Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Rural de Jaguariúna/SP – Contrato FEHIDRO nº 465/2023 – Código do Empreendimento – 2023-PCJ-266" em favor da licitante LÍDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA – CNPJ 23.146.943/0001-22, com o valor global de R$ 133.666,64.

Secretaria de Gabinete, 09 de setembro de 2024.

Maria Emília Peçanha de Oliveira Silva - Secretária de Gabinete

= Leilão de Alienação Fiduciária =

1 Leilão: (**= Leilão de Alienação Fiduciária =)**

1 Leilão: (Vinte e cinco de Setembro de dois mil e vinte e quatro às dez horas); 2 Leilão (Vinte e sete de Setembro de dois mil e vinte e quatro às dez horas) - Horários de Brasília.

JONAS COIMBRA, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 1228, com escritório na Rua Marechal Bittencourt nº -1089-F, Vila Nova, Jaú/SP CEP 17.202-160 **FAZ SABER** a todos quando o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiver que levará a **PUBLICO LEILÃO**, de modo online, nos termos da Lei 9.514/97, art.º27 e parágrafos, autorizado pelo **credor fiduciário** RESERVA CAMPESTRE EMPRENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, 08.733.303/0001-25, nos termos do instrumento particular firmado em 30/09/2017 com os devedores fiduciantes **TIAGO EMANUEL PERES GUIDORZI, com o CPF 321.422.338-05, e o RG 42.399.151-6 SSP/SP,** residente e domiciliado na cidade de Piracicaba/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO** 25/09/2024 ás 10:00 hs com lance mínimo igual ou superior **R$ 107.064,00 (Cento e sete mil, sessenta e quatro reais)** - atualizando conforme disposição contratual, **UM LOTE DE TERRENO**, de nº 31, quadra 2 (atual Rua Helio Ferreira Grosso), com área total de 250 M², melhor descrito na matricula de n 114.039 do Segundo Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Piracicaba. Cadastro Municipal 01.25.0294.0283.0000, SEM BENFEITORIAS, DESOCUPADO, Venda em caracter ad corpus e no estado de conservação que se encontra. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO** 27/09/2024 ás 10:00 hs com lance mínimo igual ou superior **R$ 390.598,98 (Trezentos e noventa mil, quinhentos e noventa e oito reais e noventa e oito centavos)** nos termos do art.º27 §2 da Lei 9.514/97). Os interessados em participar deverão se **cadastrar na loja Coimbra Leilões** (www.coimbraleiloes.com.br), se habilitar com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas de inicio do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NA LOJA COIMBRA LEILÕES. Informações: 14-3418-5420/contato@coimbraleiloes.com.br.

auren — Auren Energia S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 28.594.234/0001-23 - NIRE 35.300.508.271 | Código CVM: 26620

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 22/02/2024

No dia 22/02/2024, às 13h30, na sede social, com a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Mateus Gomes Ferreira e secretariados pelo Sr. Carlos Curci Neto. **Deliberação Unânime: (a)** Aprovar, nos termos do artigo 22, inciso (viii), do Estatuto Social da Companhia, o orçamento para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2024, considerando a apuração das demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 2023, bem como a atualização das informações macroeconômicas e de mercado, conforme material apresentado na reunião. **(a.1.)** Consignar que a presente deliberação substitui a aprovação do orçamento de OPEX e CAPEX para o exercício social a ser encerrado em 31/12/2024 realizada na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 21/11/2023. **(b)** Ratificar, nos termos do artigo 22, inc. (xxxiii), a determinação de voto favorável à celebração de instrumento contratual visando a captação de recursos de R$330.000.000,00 pelas subsidiárias da Companhia, quais sejam, a Jaíba L1, Jaíba SE2, Jaíba NE2 e a Jaíba NE3 junto ao BNB, nos termos do material apresentado na reunião. **(b.1.)** Ratificar a autorização para a Diretoria da Companhia e das subsidiárias, Jaíba L1, Jaíba SE2, Jaíba NE2 e Jaíba NE3, a praticarem todos os atos necessários a fim de formalizar a deliberação acima, incluindo, mas não se limitando à assinatura de todos os contratos, aditivos, instrumentos, confirmações e demais documentos relacionados à(s) referida(s) operação. **(c)** Aprovar, nos termos do artigo 11, §1º, inciso (viii) e artigo 22, inciso (xxxiii) do Estatuto Social e do material apresentado na reunião, a determinação de voto da Companhia, na qualidade de acionista, de suas subsidiárias abaixo citadas, com objetivo de deliberar sobre as reduções de capital das seguintes sociedades: Santo Augusto II, inscrita sob o CNPJ/MF nº: 15.673.911/0001-57, Santo Augusto VI, inscrita sob o CNPJ/MF nº: 15.673.793/0001-87, Santo Augusto VII, inscrita sob o CNPJ/MF nº: 15.673.881/0001-89, Santo Estevão II, inscrita sob o CNPJ/MF nº: 16.603.387/0001-00, Santo Estevão, inscrita sob o CNPJ/MF nº: 15.674.805/0001-98, Santo Onofre IV, inscrita sob o CNPJ/MF nº: 21.480.328/0001-22, São Virgílio 01, inscrita sob o CNPJ/MF nº: 21.480.328/0001-22, São Virgílio 02, inscrita sob o CNPJ/MF nº: 21.480.086/0001-77 e São Virgílio 03, inscrita sob o CNPJ/MF nº: 21.480.051/0001-38, em conjunto denominadas "SPEs", no valor de até **R$80.000.000,00** (oitenta milhões de reais), o qual será distribuído pelas SPEs para a Estevão Holding, inscrita sob o CNPJ/MF nº: 16.603.346/0001-14, e pela Estevão Holding para a Auren Energia S.A., inscrita sob o CNPJ/MF nº: 28.594.234/0001-23. **(c.1.)** Autorizar a Diretoria da Companhia e das subsidiárias a praticar todos os atos necessários a fim de formalizar as operações de redução de capital. **(d)** Aprovar, nos termos do artigo 22, inciso (xxiv) do Estatuto Social da Companhia e com a abstenção dos conselheiros Srs. Mateus Gomes Ferreira e João Henrique Batista de Souza Schmidt, a transferência parcial da participação societária detida pela CBA Itapissuma Ltda., inscrita no CNPJ nº 05.342.105/0006-57, na sociedade Ventos de Santo Isidoro - CNPJ nº 17.875.232/0001-96 para a CBA - Companhia Brasileira de Alumínio, inscrita no CNPJ nº 61.409.892/0001-73, condicionada à anuência prévia do BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, nos termos do material apresentado na reunião, bem como aprovar a celebração de aditivo ao Acordo de Acionistas da Ventos de Santo Isidoro para a finalidade de refletir a alteração de participação societária decorrente da operação mencionada anteriormente. **(e)** Aprovar, nos termos do artigo 22, inciso (xxiv) do Estatuto Social da Companhia e com a abstenção dos conselheiros Srs. Mateus Gomes Ferreira e João Henrique Batista de Souza Schmidt, a celebração dos aditivos contratuais aos contratos identificados no material apresentado na reunião para a finalidade de ajuste no tocante às condições comerciais de *(i)* atualização do montante da energia contratada, considerando anos bissextos; e *(ii)* inclusão de rateio para as unidades do grupo VC, referente às operações realizadas entre a Auren Comercializadora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ nº 03.984.862/0001-94, e a Votorantim Cimentos S.A., inscrita no CNPJ nº 01.637.895/0001-32, nos termos do material apresentado na reunião. Nada mais. São Paulo, 22/02/2024. **Mesa: Mateus Gomes Ferreira -** Presidente; **Carlos Curci Neto -** Secretário. **JUCESP** nº 127.655/24-4 em 25/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

auren — Auren Energia S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 28.594.234/0001-23 - NIRE 35.300.508.271 | Código CVM: 26620

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 29/05/2024

No dia 29/05/2024, às 14h, na sede social, com a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Mateus Gomes Ferreira e secretariados pelo Sr. Carlos Curci Neto. **Deliberação Unânime: 1.** Determinar o voto a ser proferido pela Companhia, nos termos do artigo 22, inc. (xxxv) do Estatuto Social da Companhia, em assembleia geral de sua subsidiária integral, Ventos de São Vicente, para a finalidade de aprovar a realização de aporte de capital no valor de até R$143.000.000,00, mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a serem calculadas de acordo com o efetivo valor do aporte a ser realizado, nos termos e para a finalidade prevista no material apresentado na reunião. **1.1.** Autorizar a Diretoria da Companhia e da Ventos de São Vicente a praticar todos os atos necessários a fim de formalizar a operação de aporte de capital citado no item "a" supra, incluindo a realização dos respectivos atos societários. Nada mais. São Paulo, 29/05/2024. **Mesa: Mateus Gomes Ferreira -** Presidente; **Carlos Curci Neto -** Secretário. **JUCESP** nº 255.969/24-7 em 27/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

AVISO DE RERRATIFICAÇÃO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2024

PROCESSO Nº 274/2024

OBJETO: Contratação de empresa, com empreitada global de material, mão de obra e equipamentos, para Instalação de Iluminação e Adequação do Arranjo de Postes do Conjunto Habitacional Votuporanga S, localizado na Rua Luiz Vanzella, neste Município de Votuporanga/SP. DATA DA REALIZAÇÃO: 27/09/2024. INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO pelos endereços eletrônicos: www.votuporanga.sp.gov.br e www.bll.org.br. Maiores Informações e/ou esclarecimentos pelo fone (17) 3405.9700 – ramais 9843 e 9841.

ANDREA ISABEL DA SILVA THOMÉ

Secretária Municipal da Administração - 09/09/2024.

auren — Auren Energia S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 28.594.234/0001-23 - NIRE 35.300.508.271 | Código CVM: 26620

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 07/05/2024

No dia 07/05/2024, às 14h00, na sede social, com a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Mateus Gomes Ferreira e secretariados pelo Sr. Carlos Curci Neto. **Deliberação Unânime: 1.** Aprovar as informações financeiras trimestrais da Companhia relativas ao período encerrado em 31/03/2024, acompanhadas do relatório de revisão especial do auditor independente, ficando a Diretoria da Companhia autorizada a divulgar tais informações financeiras, na forma da legislação aplicável. **2.** Aprovar, nos termos do artigo 22, inciso (xxvi) do Estatuto Social da Companhia e com a abstenção dos conselheiros Srs. Mateus Gomes Ferreira, Helena Scripilliti Ferreira Velloso e Marcelo Strufaldi Castelli, a contratação da Interávia para serviço de transporte aéreo executivo, nos termos do material apresentado na reunião. Nada mais. São Paulo, 07/05/2024. **Mesa: Mateus Gomes Ferreira -** Presidente; **Carlos Curci Neto -** Secretário. **JUCESP** nº 206.511/24-3 em 20/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ESTADO DO CEARÁ – TRIBUNAL DE JUSTIÇA – ADENDO 01 AO PREGÃO ELETRÔNICO No 34/2024. A Comissão Permanente de Contratação do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará comunica aos interessados que o Edital do Pregão Eletrônico n.o 34/2024, que trata da "contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de gerenciamento da frota de veículos e equipamentos (combustível, conserto de pneu e lavagem veicular) por meio de cartão microprocessado (com chip ou magnético) em rede credenciada que permita a obtenção de um controle eletrônico eficaz da gestão da frota de veículos e equipamentos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará", sofreu alterações na peça editalícia, descritos no documento de Adendo 01 publicado no Portal de Licitações (**https://www.tjce.jus.br/licitacoes/**) da referida Corte e no site licitacoes-e2 do Banco do Brasil SA (**https://licitacoes-e2.bb.com.br/**) em 09/09/2024. Acerca dos novos horários de realização da sessão pública do Pregão Eletrônico n.o 33/2024: **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ:** 24/09/2024 às 10:00 horas (Horário de Brasília); **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 24/09/2024 às 10:00 horas (Horário de Brasília); **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 24/09/2024 às 10:30 horas (Horário de Brasília). Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do referido Edital e seus Anexos. **Fortaleza, aos 09 de setembro de 2024**. **PREGOEIRA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**

auren — Auren Energia S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 28.594.234/0001-23 - NIRE 35.300.508.271 | Código CVM nº 02662-0

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 14/05/2024

No dia 14/05/2024, às 17h, de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede social, com a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Mateus Gomes Ferreira e secretariados pelo Sr. Carlos Curci Neto. **Deliberações Unânimes: 1.** Aprovar a celebração do Acordo, juntamente com a ARN, AES Brasil, AES Holdings Brasil Ltda. e AES Holdings Brasil II Ltda., por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a Companhia e a AES Brasil, a ser realizada por meio da Operação, conforme informações constantes da apresentação realizada na reunião, que fica arquivada na sede da Companhia. **1.1.** Consignar que, observados os termos do Acordo e mediante a obtenção da documentação aplicável, será celebrado o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações da AES Brasil pela ARN e de Incorporação da ARN pela Companhia e serão oportunamente avaliadas pela administração da Companhia as matérias relacionadas à Operação e à convocação da assembleia geral para tratar das matérias relacionadas à Operação. **2.** Aprovar a autorização para os Diretores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação da deliberação anterior, inclusive a celebração do Acordo, bem como dos demais instrumentos necessários à efetivação do Acordo. Nada mais. São Paulo, 14/05/2024. ***Mesa:* Carlos Curci Neto -** Secretário. **JUCESP** nº 213.344/24-5 em 28/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº **426/2024** - Processo nº **71.106/2024 - Modalidade:** Pregão Eletrônico nº **358/2024** - do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE- PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE - LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME / EPP / EQUIPARADAS -** MODO DE DISPUTA ABERTO **- Objeto: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COMO: 2.291 UNIDADES DE SABÃO EM BARRA COM COCO E 2.322 BARRAS DE SABÃO EM BARRA NEUTRO**, de acordo com as especificações contidas no **Anexo I e III** do Edital, de acordo com as especificações contidas no **anexo I** do edital- **Interessadas:** Secretarias Municipais, Gabinete, Funprev. **Período para entrega das propostas: 10/09/2024 às 08h até 23/09/2024 as 09h. Data prevista para abertura da sessão pública: 23/09/2024 às 09h.** Informações e edital na Secretaria da Administração/Divisão de Licitações, sito na Praça das Cerejeiras, 1-59, Vila Noemy - 2. º andar, sala 10 - CEP. 17.014-500 - Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e fones (14) 3235-1113 ou através de **download** gratuito no site **www.bauru.sp.gov.br** ou pelo **Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000642/2024,** ou através do site **https://www.gov.br/compras/pt-br - N° 98358/2024,** onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Bauru, 09/09/2024 - Cesar Augusto Rodrigues - Diretor Substituto da Divisão de Licitações.

FUNDAÇÃO CASA

AVISO DE LICITAÇÃO

Comunicamos que se acham abertas as seguintes licitações:

- Processo SEI nº 161.00186640/2024-95 - Pregão Eletrônico nº 90025/2024, UASG 990202, que tem como objeto a aquisição de guardanapos e adoçante, a ser realizado por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal", cuja abertura está marcada para o dia 24/09/2024, às 09:30 horas. Os interessados em participar do certame deverão acessar, a partir de 11/09/2024, o endereço eletrônico www.gov.br/compras, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

- Processo SEI nº 161.00043305/2024-01 - Pregão Eletrônico nº 90026/2024, UASG 990202, que tem como objeto a aquisição de mesa de tênis e mesa de pebolim, a ser realizado por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal", cuja abertura está marcada para o dia 23/09/2024, às 09:30 horas. Os interessados em participar do certame deverão acessar, a partir de 11/09/2024, o endereço eletrônico www.gov.br/compras, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

Os Editais e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos www.fundacaocasa.sp.gov.br, opção Transparência e www.imprensaoficial.com.br, opção e-negociospublicos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Torna pública, para conhecimento dos interessados, a realização da licitação referente à Concorrência Eletrônica nº 06/2024, processo licitatório nº120/2024 pertinente ao objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO E CONSULTIVO, INCLUSIVE NA APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO AFIM À ÁREA EM CONSONÂNCIA COM A SISTEMÁTICA DO MODELO ORGANIZACIONAL DA REDE, PARA FINS DE MELHORIA DOS RESULTADOS E AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS DA ÁREA, BEM COMO PARA CONSECUÇÃO DE SEUS OBJETIVOS E METAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO,ASSEGURANDO A ADEQUADA APLICAÇÃO NORMATIVA E MELHOR ABORDAGEM PROFISSIONAL, PARA MANUTENÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EXECUÇÃO, DE FORMA EFICIENTE, DAS DIVERSAS AÇÕES E PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS INERENTES À GESTÃO ESTRATÉGICA DAS INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS DO SETOR ",a ser executada em regime de MELHOR TECNICA E PREÇO, cuja sessão pública será realizada através do endereço eletrônico - Licitar Digital: https://licitar.digital/, objetivando a contratação descrita no Edital e demais condições explícitas contidas em seus Anexos.Data de abertura: 31/10/2024 às 08:30h.Edital disponível no site do município www.pmjm.mg.gov.br . Mais informações: (31)3859-2526.João Monlevade, 09 de Setembro de 2024.Ricardo Alexandre de Oliveira.Secretário Municipal de Administração

tec

Celular que abre em Z da Huawei já tem 3 mi de pré-encomendas

PEQUIM | REUTERS A Huawei, gigante chinesa de tecnologia, obteve mais de 3 milhões de pré-encomendas do smartphone com três telas e duas dobradiças, informou a companhia nesta segunda-feira (9), poucas horas antes do início do evento de estreia da nova geração de iPhones da Apple.

O Mate XT da Huawei, telefone dobrável em forma de Z, está programado para ser apresentado nesta terça, anunciou a empresa.

Os clientes que fizeram a pré-encomenda receberão detalhes sobre como comprar o telefone no dia do evento de lançamento, em vez de fazer um pagamento inicial.

O número de pré-encomendas ressalta a capacidade da Huawei de contornar as sanções dos Estados Unidos e solidifica sua posição como principal concorrente da Apple, que foi forçada a cortar preços no início deste ano para sustentar sua participação no mercado.

A Huawei foi a maior vendedora de celulares dobráveis na China no segundo trimestre, com participação de 42% no mercado, de acordo com a consultoria IDC.

Ella Cao e David Kirton

CIVAP - Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema

Comunicado de Habilitação. Ref. Chamamento Público 002/2024 - Proc. 25/2024. Objeto: Credenciamento de Pessoa(s) Jurídica(s) para a prestação de serviços na realização de exames de diagnóstico por imagem em regime ambulatorial para atuar junto ao(s) município(s) de PLATINA/SP. Empresa habilitada: A. F. GARRIGOS CLÍNICA MÉDICA LTDA., CNPJ nº 20.173.439/0001-04. Regência: Lei nº 14.133/2021. Aberta vista ao processo e prazo recursal. Íntegra em www.civap.com.br.

Assis, 09 de setembro de 2024. Ida Franzoso de Souza – P/ Comissão de Contratação

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E CIDADANIA - INECC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL

A Presidente do Instituto Nacional de Educação, Cultura e Cidadania, conforme atribuição prevista no artigo 19 do Estatuto Social do Instituto, convoca todos os interessados para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 20 de setembro de 2024, às 14 horas em Primeira Convocação e às 14h30 em Segunda Convocação, com qualquer número de presentes, na sala do INECC, sito à Rua 24 de Maio, nº 104 - 5º andar, CEP: 01041-000, República, no município de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre: 1) Eleição de nova Diretoria Executiva e 2) Assuntos diversos. São Paulo, 10 de setembro de 2024. Silvia Elena de Lima.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE VITERBO

Processo nº 80/2024

Pregão Eletrônico 90028/2024 - REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para prestação de serviço de realização de exames complementares de média complexidade para atender as necessidades do Departamento Municipal de Saúde de Santa Rosa de Viterbo conforme condições, quantidade e demais exigências constantes nesse Edital, Termo de Referência e demais anexos pelo período de 12 (doze) meses. Abertura da sessão: 25/09/2024 às 09 h – Horário de Brasília. Endereço Eletrônico: www.gov.br/compras

O Edital na integra, está disponível na página da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo-SP. www.santarosa.sp.gov.br , no link Licitação. Informações pelo telefone (16) 3954 8802/ 39548827

Santa Rosa de Viterbo/SP, 09/09/2024

Omar Nagib Moussa-Prefeito Municipal

EUA acusam Google de monopólio em anúncios na internet

ALEXANDRIA (EUA) | FINANCIAL TIMES O Departamento de Justiça (DOJ) dos Estados Unidos acusou o Google de operar um monopólio massivo de tecnologia de anúncios que prejudicou potenciais rivais e aumentou os custos para editores e anunciantes em uma tentativa de maximizar lucros, durante julgamento antitruste que começou nesta segunda (9).

Ninguém ganha, exceto o Google, disse Julia Tarver Wood, advogada do DOJ, em declaração de abertura em tribunal federal na Virgínia.

O julgamento ocorre apenas semanas após um juiz em Washington emitir um veredicto histórico em outro caso antitruste contra o Google, concluindo que a empresa monopolizou o mercado de buscas online. Uma decisão sobre como punir o Google é esperada para o próximo ano.

Ambos os casos fazem parte de um esforço crescente para conter o poder das big techs por parte dos agentes antitruste americanos, que têm apresentado casos abrangentes desafiando o poder de mercado de empresas como Amazon, Meta e Apple.

O caso atual do governo contra o Google atinge o coração do lucrativo negócio de anúncios online, como os que aparecem no topo ou lateral de uma tela.

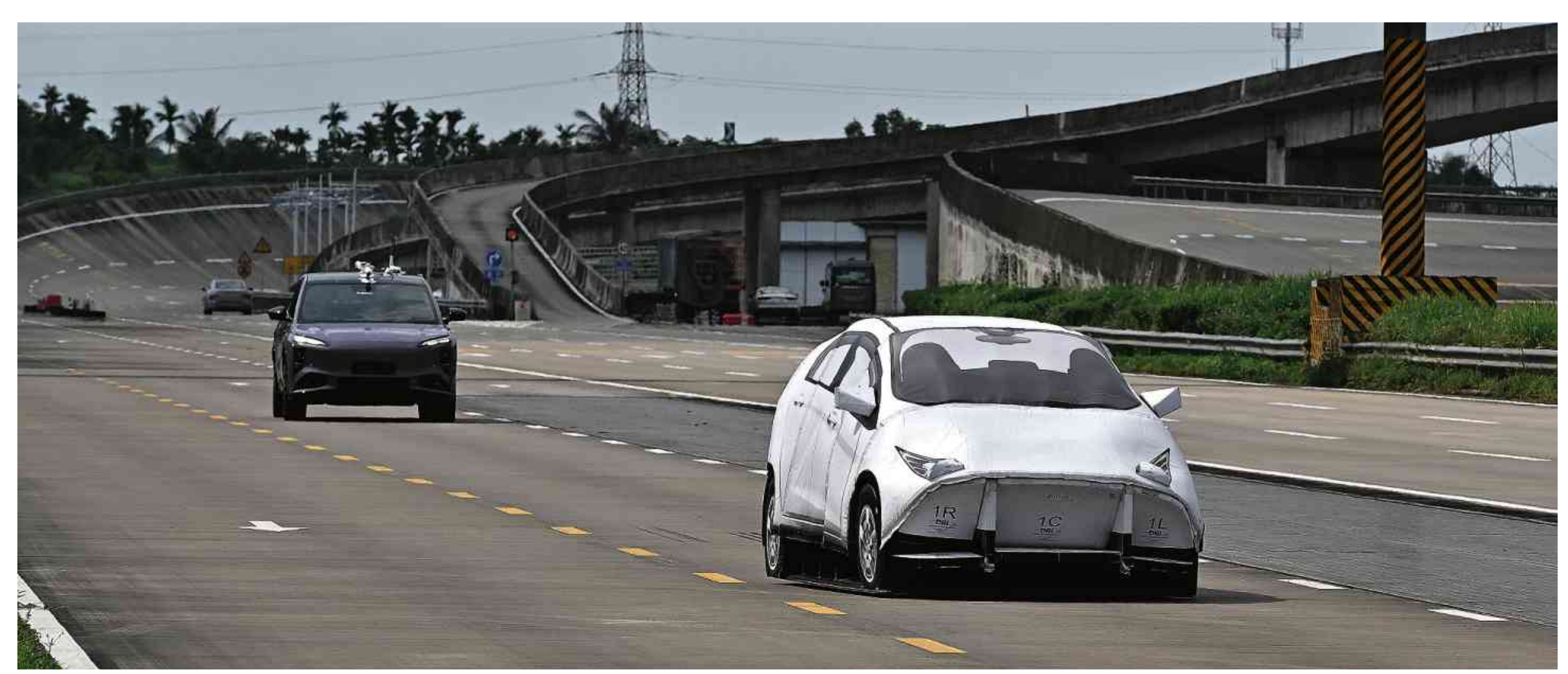
O DOJ, junto a 17 estados, argumentou na ação judicial que o Google domina desde os editores que vendem anúncios até os anunciantes que os criam e a plataforma que conecta os dois lados. Segundo o governo americano, a empresa controla aproximadamente 90% do mercado de servidores de anúncios e redes de anunciantes em todo o mundo.

O Google negou possuir um monopólio e argumentou que oferece um produto superior em um mercado altamente competitivo.

Karen Dunn, que representou a big tech, disse que a empresa transformou o mercado de tecnologia de anúncios e compete "milissegundo por milissegundo" por cada impressão de anúncio contra várias outras empresas.

Para Dunn, o caso favoreceria apenas as big techs que competem com o Google e não os anunciantes.

A juíza distrital dos EUA Leonie Brinkema decidirá o caso após a conclusão do julgamento, que ainda deve durar várias semanas.



Carro com sistema de frenagem automática (à esq.) passa por teste na cidade chinesa de Qionghai; obstáculo de papel e espuma simula veículo parado à frente Guo Cheng/Xinhua

Inteligência artificial reduz risco de acidente, mas ciberataques preocupam

Centrais multimídia modernas e sistemas de segurança que ajudam a evitar colisões podem ser vulneráveis a intervenção externa e precisam de antivírus, diz especialista

João Vitor Ferreira

São Paulo Carros atuais podem trazer mais recursos de conectividade e IA (inteligência artificial) que os motoristas imaginam. As ações ao volante e o mundo ao redor podem ser monitorados, reduzindo o risco de acidentes. Contudo, as tecnologias também trazem riscos cibernéticos.

Do lado positivo, o ADAS merece destaque. A sigla em inglês significa Sistema Avançado de Assistência ao Condutor. O equipamento reúne dados através de câmeras, radares e sensores e, caso necessário emite alertas ao motorista e até interfere nos freios ou na direção em emergências.

A automação é dividida em níveis. No 1 e no 2, o veículo já é capaz de manter a velocidade e a trajetória, fazer frenagens e orientar o motorista nas manobras de estacionamento. Mas em todos os momentos o condutor deve estar presente em seu posto e com as mãos no volante.

No nível 3, a IA já assume total controle do veículo em determinadas situações. Entre os exemplos estão os sistemas desenvolvidos por BMW e Mercedes-Benz, que são capazes de identificar sinais de trânsito e compartilhar dados para interpretar os eventos que ocorrem na rota predefinida, como acidentes ou obras.

Subindo para o nível 4, o controle da IA sobre o veículo aumenta e ela passa a pedir auxílio do condutor apenas em situações de maior complexidade. Já no nível 5, o computador é responsável por todas as ações.

Nos EUA, algumas empresas testam serviços de táxi totalmente operado por inteligência, como o Cruise, da GM. Entretanto, no final de 2023, a montadora encerrou a circulação dos carros devido a acidentes e vem fazendo sucessivos cortes no programa.

Já a Waymo, subsidiária da Alphabet (dona da Google), segue oferecendo os serviços de carros autônomos na Califórnia. Os testes começaram em março, sendo possível solicitar os veículos —modelos elétricos da Jaguar— por meio de aplicativo em uma área de aproximadamente cem quilômetros quadrados.

Para o professor Fernando Osório, do Centro de Robótica da USP (Universidade de São Paulo), a IA consegue operar bem auxiliando um humano, mas existem diversas situações do trânsito que os computadores ainda não conseguem interpretar.

"A inteligência artificial não compreende níveis de reações humanos e flexibilidades em determinadas situações. As pessoas atravessam fora da faixa, sem olhar se está vindo um carro. Essas condições e a má infraestrutura atrapalham o desenvolvimento [da IA]."

Osório imagina uma situação hipotética, onde, ao virar uma esquina, há algo bloqueando a visão do motorista. A tecnologia ajudaria a evitar um possível acidente. "Ele poderia receber um alerta ou até uma imagem do ponto cego vindo de uma câmera pública" Tudo isso ocorreria de maneira quase que imediata, graças à velocidade do 5G.

Mas existe o outro lado da moeda. Ao mesmo tempo que a V2X (sigla que se refere à conexão dos veículos com as demais coisas que ele possa interagir) permite esses avanços, ela abre espaço para que a segurança do motorista entre em risco.

Segundo Murilo Ortolan, diretor de tendências tecnológicas da AEA (Associação de Engenharia Automotiva), a principal vulnerabilidade dos carros modernos está na cibersegurança e na proteção dos dados coletados pelos sistemas. Criminosos estão descobrindo maneiras de hackear os carros remotamente, podendo invadir sistemas e, no pior dos cenários, assumir o controle do veículo.

> “
> **A inteligência artificial não compreende níveis de reações humanos e flexibilidades em determinadas situações. As pessoas atravessam fora da faixa, sem olhar se está vindo um carro. Essas condições e a má infraestrutura atrapalham o desenvolvimento**
> **Fernando Osório**
> Professor do Centro de Robótica da USP

Já existem casos em que os hackers conseguiram fazer isso. Em 2022, um jovem de 19 anos conseguiu acessar 25 Teslas remotamente em 13 países diferentes, conseguindo abrir as portas, dar partida e utilizar a central multimídia.

Já Kevin Fu, professor de ciência da computação da Northeastern University, nos Estados Unidos, provou que é possível invadir sistemas para manipular câmeras e sensores do ADAS, fazendo com que os recursos fiquem confusos e funcionem de maneira errada.

Para evitar isso, a solução é investir na cibersegurança e na regulamentação dos recursos tecnológicos. O Brasil, por exemplo, assinou um acordo recente para aceitar a regulamentação definida pela Unece (Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa).

Marcelo Ayres Branquinho, CEO da TI Safe, afirma que é preciso ir além e sugere que os carros saiam de fábrica com sistemas antimalware instalados em suas centrais multimídia.

"Como qualquer dispositivo conectado à internet, essas centrais são vulneráveis a ataques cibernéticos", diz o executivo. "O sistema Android, amplamente utilizado, é um alvo popular para malwares devido à sua natureza aberta e à vasta quantidade de aplicativos disponíveis."

Branquinho diz que a melhor forma de manter a segurança é não conectar a central multimídia do automóvel diretamente a uma rede de internet.

"Caso queiram ou precisem conectar seus veículos à internet, recomendo usar preferencialmente a conexão 4G ou 5G do smartphone. Mas é essencial ter uma boa solução de antimalware instalada no telefone e monitorar o uso para garantir que a conexão permaneça protegida."



Táxi autônomo elétrico da Waymo passa por teste na cidade de San Francisco, na Califórnia; empresa, que pertence à Alphabet (dona da Google), utiliza o modelo Jaguar i-Pace Mario Tama/AFP

Criminosos invadem sistemas de carros 'sem chave' para furtá-los; saiba como ocorre a ação

Levantamento indica que seguro de veículo com partida por botão pode sair mais caro; comparsas utilizam equipamento que intercepta a frequência de rádio emitida para destravar as portas e acessar o automóvel

Pedro S. Teixeira

SÃO PAULO Em abril, uma dupla de criminosos conseguiu furtar um utilitário esportivo Mitsubishi ASX sem precisar arrombar as portas ou abordar o dono. O veículo estava estacionado no Jardim Munhoz, na cidade de Guarulhos (Grande São Paulo).

De acordo com a Ituran, empresa de segurança que rastreava o veículo, os assaltantes conseguiram clonar o sinal do automóvel a partir da técnica chamada de "relay attack" (ataque de retransmissão), que consiste em uma interceptação de sinal entre dois dispositivos que se comunicam.

O esquema funciona em carros de diferentes marcas que adotam o sistema "keyless" (sem chave) para destrancar o veículo e ligar o motor. Basta apertar um botão para dar a partida, sem que seja necessário inserir a chave no contato junto ao volante.

Para executar o ataque, dois comparsas interceptam o sinal da chave de aproximação. Montadoras ouvidas pela reportagem explicam que os criminosos ainda precisam usar um módulo para acessar o sistema de diagnóstico do carro (chamado de OBD, na sigla em inglês). A ignição é liberada por uma frequência diferente de rádio, por meio de um chip chamado transponder.

De acordo com a Ituran, assaltantes começaram a usar um OBD para codificar novas chaves e furtar veículos. O procedimento é similar à configuração feita na fábrica, quando o proprietário perde o original.

No caso do SUV da Mitsubishi, os policiais militares de São Paulo prenderam um homem não identificado de 29 anos cerca de uma hora após o furto e depois de receberem notificação da seguradora, segundo a nota emitida pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

Ainda em abril, uma picape Toyota Hilux também foi furtada no centro de Londrina, no norte do Paraná, e encontrada sem sinais de arrombamento na cidade vizinha de Arapongas. O caso foi confirmado pela Secretaria de Segurança Pública paranaense.

As seguradoras já precificam o risco de carros com partida por botão serem furtados a partir de técnicas para clonar ou adulterar o sinal de segurança do veículo.

O seguro contra furto e roubo do Volkswagen Polo Track 1.0 MPI (R$ 90.590), que tem chave tradicional, sai na mediana por 0,6% do preço do carro.

Para a versão Highline TSI do compacto da Volks (a partir de R$ 122.790), que tem sistema "keyless", a mensalidade proporcional fica em 0,8% do valor do veículo. A parcela salta de R$ 592 para R$ 878, de acordo com levantamento feito pela Ituran a pedido da reportagem.

As seguradoras Mapfre, HDI e Porto afirmam que suas apólices cobrem os furtos por meio de clonagem ou adulteração de sinal de segurança do carro. Corretores ouvidos pela **Folha** dizem que as empresas sabem se um veículo adota o sistema de partida por botão e as chaves keyless por meio do chassi de carro.

O valor da parcela tem como base o cálculo do risco de ocorrência do sinistro. Diversos fatores podem influenciar o preço, como a idade do proprietário e o número de crimes patrimoniais envolvendo o modelo. O levantamento feito pela Ituran considerou preços para um homem com mais de 30 anos.

Os ataques por retransmissão têm se disseminado pelo país, o que indica a disposição dos criminosos de se adaptarem tecnologicamente, de acordo com o professor da UFCG (Universidade Federal de Campina Grande) Dalton Valadares, que pesquisa sobre a técnica.

"Esse mecanismo funciona para burlar qualquer meio de acesso que utilize dispositivos que funcionam por presença."

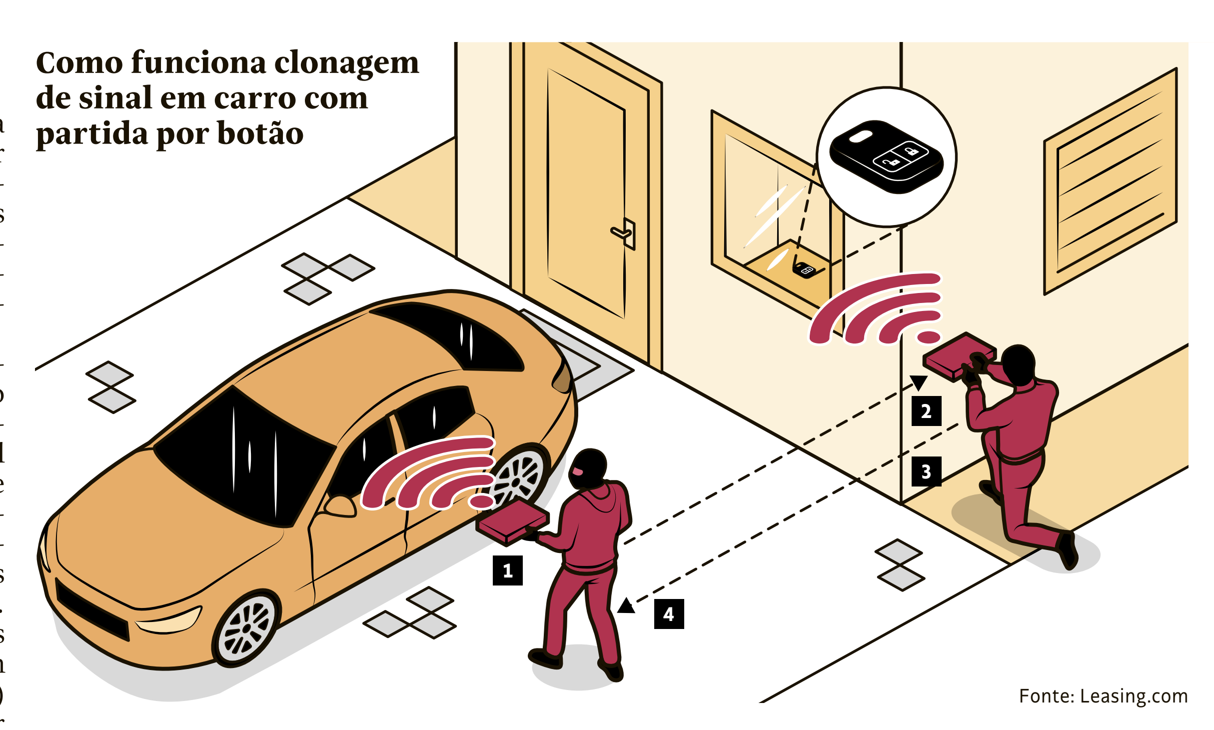
De acordo com Valadares, cada fabricante de automóveis pode ter esquemas de criptografia mais ou menos sofisticados.

Há carros que adotam o sistema keyless no Brasil desde o início da década passada, quando houve os primeiros registros pelo mundo de ataques de retransmissão. O item, que antes era um adicional aos modelos de luxo, passou a se popularizar e está disponível até em modelos mais acessíveis como o Polo.

Procurada pela **Folha**, a Mitsubishi afirma que nunca recebeu relatos de furtos por meio de violação do sistema keyless. Acrescenta que a frequência da onda de rádio dos chaveiros por aproximação de seus veículos mudam de minuto a minuto e que, sem o uso de um módulo, seria impossível quebrar a segurança de seu sistema via transponder.

Ainda de acordo com a Mitsubishi, o sistema keyless, além de evitar problemas recorrentes como o esquecimento da chave trancada no veículo, seria "tão ou mais seguro" do que a chave física convencional e de mais fácil reposição em caso de perda.

A Toyota do Brasil também diz não ter registrado casos de furto relacionados à clonagem de chaveiros keyless no Brasil. "Estamos sempre em busca de constantes melhorias para nossos veículos e, por isso, atualizamos constantemente as tecnologias de segurança empregadas nos nossos produtos."





Botão de partida permite ligar o carro sem que seja necessário girar a chave no contato Eduardo Sodré/Folhapress

Como reforçar segurança de carros keyless

É possível evitar o redirecionamento da radiofrequência do chaveiro de aproximação o isolando com um material condutor, de acordo com Dalton Valadares, professor da UFCG (Universidade Federal de Campina Grande). Trata-se de um princípio da física conhecido como gaiola de Faraday.

A tática funcionaria com papel alumínio, por exemplo, e há também estojos bloqueadores de sinal baseados no mesmo princípio à venda na internet.

Além disso, a Ituran recomenda a estratégia tradicional de não deixar o carro estacionado na rua e que se evite deixar o chaveiro por aproximação próximo à via onde está o carro.

O rastreador veicular pode ajudar na recuperação, mas também pode ter sua funcionalidade interrompida por outro dispositivo chamado de jammer, que confunde o sinal emitido pelo aparelho de rastreamento.

Montadoras transformam esportivos de luxo em supermáquinas elétricas

Modelos como o Porsche Taycan Turbo GT podem ir do zero aos 100 km/h em apenas 2,3 segundos, mas é preciso se acostumar à ausência do ronco dos motores

Oliver Balch

FINANCIAL TIMES Disponível na Europa desde março, o novo Porsche Taycan Turbo GT custa US$ 206 mil (ou R$ 1,16 milhão) e é o mais recente lançamento de uma linha de carros de luxo prometidos pela fábrica alemã.

Ele atende todas as necessidades de um fanático por velocidade: a carroceria aerodinâmica, o cockpit estilo carro de corrida e, é claro, uma aceleração de 0 a 100 km/h em 2,3 segundos.

A única anomalia significativa é o som: ao pressionar o acelerador, o rugido característico fica ausente, trocado por um zumbido semelhante ao ruído estático de um poste de eletricidade. Esse Taycan é 100% elétrico.

Outros modelos estão surgindo na mesma classe, como o Maserati Folgore ("raio" em italiano) e o Audi RS e-tron GT. Para aqueles com mais condições financeiras, também há um punhado de hipercarros elétricos de edição limitada, com destaque para Rimac Nevera Lotus Evija e Pininfarina Battista.

De acordo com dados da consultoria McKinsey, 44% dos proprietários de veículos de luxo já estão convencidos com a ideia de mudar para uma versão elétrica. À medida que a tecnologia se torna mais normal, espera-se que essa demanda cresça, com 60% do mercado automotivo de alto valor projetado para ser movido a bateria até o final da década.

Essa disposição para troca está evidente para os veículos com duas rodas. O fabricante canadense Damon Motors, por exemplo, já recebeu mais de 3.400 pré-encomendas para seu próximo modelo HyperSport de US$ 32 mil (R$ 180,4 mil). Segundo a chefe de marketing da empresa, Amber Spencer, uma "parcela bastante grande" dos primeiros compradores atualmente pilotam motos convencionais, a combustão.

Assim como nos carros elétricos, existem duas subcategorias de compradores dessas motocicletas: aqueles convencidos pelo apelo "verde" e os que se deleitam em estar na vanguarda da tecnologia emergente. Este último é o mais significativo, diz George Blankenship, diretor de receitas da fabricante de superbikes Verge Motorcycles.

Especialista em marketing e varejo que trabalhou tanto na Apple quanto na Tesla, Blankenship estabelece paralelos entre essa nova safra de EVs (veículos elétricos, na sigla em inglês) super-rápidos e o primeiro iPod. "Ninguém precisava de mil músicas no bolso, mas todos sabiam que você tinha um. E era legal."

O fator novidade também não deve ser subestimado, afirma Patrick Hertzke, sócio e especialista automotivo da McKinsey, que alerta que garagens de milionários normalmente abrigam vários veículos para diferentes ocasiões.

No final, os compradores ricos serão convencidos por um único fator: performance. Nesse sentido, os Taycans deste mundo podem ostentar várias vantagens notáveis, incluindo maior torque e um centro de gravidade mais baixo do que supercarros convencionais com motores de combustão interna. Em contrapartida, eles são mais pesados, têm menor autonomia e falta rugido.

Gerar vendas, portanto, dependerá muito de posicionar esses veículos na "vanguarda da inovação técnica", comenta Fabian Brandt, chefe global das indústrias automotiva e de manufatura na consultoria de gestão Oliver Wyman. Em sua mente, estão conceitos de carregamento rápido, design sonoro inteligente e novas baterias de estado sólido.

Quando se trata de comprar um EV de alta velocidade, a maioria dos compradores francamente "não se importa se é verde, azul ou rosa", diz Alejandro Agag, ex-político espanhol que virou empresário de automobilismo. "As pessoas comprarão carros elétricos porque são os melhores, então nosso papel é tornar nossas tecnologias as melhores."

Os fabricantes são sinceros sobre seu foco no consumidor final. James Barclay, diretor da equipe Jaguar de Fórmula E, lista uma série de avanços tecnológicos acumulados ao participar do campeonato. Em oito anos de participação da montadora, a lista varia desde avanços em software de gerenciamento de energia até o uso de materiais de ponta, como peças de silício e lubrificantes reciclados.

"Vencer envolve ultrapassar os limites da tecnologia, encontrar novos materiais, novas soluções e novos desenhos, o que é benéfico para os consumidores que irão dirigir os futuros veículos elétricos nas estradas", diz.

Há dois anos, a montadora lançou uma atualização de software com base nas observações obtidas na pista, e isso aumentou a vida útil da bateria em todos os seus modelos de carros elétricos em até 10%.Tais inovações prometem fazer a diferença entre o sucesso comercial e o fracasso.



Porsche Taycan Turbo GT é esportivo 100% elétrico com mais de 1.000 cv de potência Fotos Divulgação



Maserati apresenta o Folgore, seu primeiro cupê esportivo de luxo que não utiliza motor a combustão



Ford apresenta a nova picape Ranger Black, que deve chegar às concessionárias em outubro Fotos Divulgação

Ford anuncia retorno da Ranger Black, que tem tração traseira e proposta urbana

Picape média movida a diesel é produzida na Argentina, e nova versão será a primeira da linha atual sem tração 4x4

Eduardo Sodré

SÃO PAULO A picape Ford Ranger segue em alta. Foram vendidas 18.231 unidades entre janeiro e agosto, um crescimento de 61,6% em relação ao mesmo período de 2023. O sucesso comercial se deve a chegada da nova geração, que completou um ano de mercado.

A montadora pretende ampliar as vendas com o retorno da versão Black, que deve chegar ao mercado entre o fim de setembro e o início de outubro. O apelo será urbano, dentro do possível para um veículo de 5,37 metros de comprimento e que consome apenas diesel.

A versão deverá ser a primeira da geração atual com tração 4x2. Haverá forrações em preto e grafite na cabine, rodas de 18 polegadas, faróis com LEDs e sistema multimídia, além de direção com assistência elétrica e ar-condicionado. A lista de itens vai incluir ainda santantônio escurecido e capota para a caçamba.

A Ford ainda não divulgou detalhes técnicos, mas o motor da nova Ranger Black deverá ser o 2.0 turbodiesel com 170 cv de potência, já utilizado em outras opções da picape. O preço ainda não foi divulgado, mas espera-se um valor de, aproximadamente, R$ 250 mil.


Picape média Ranger Black tem santantônio e 5,37 m de comprimento

Desde seu lançamento, em junho de 2023, o utilitário da Ford se tornou referência no mercado. A dirigibilidade do modelo se aproxima da encontrada nos SUVs de porte médio, com baixo nível de vibrações e de ruídos.

Mas a concorrência tem avançado. A Chevrolet fez mudanças na linha 2025 da S10, que mudou por dentro e por fora. Um dos avanços foi a coluna de direção com ajuste de profundidade –antes, só era possível regular a altura do volante. A versão Z71 tem estilo esportivo, câmbio automático, tração 4x4 e motor a diesel com 207 cv de potência.

A Volkswagen Amarok também passou por mudanças visuais, mantendo o V6 turbodiesel (258 cv) em todas as versões. Os preços começam em R$ 309.990.

Líder de mercado, a Toyota Hilux reagiu à chegada da Ranger com uma nova versão, chamada SRX Plus (R$ 332.290), que chegou ao mercado em dezembro. As principais mudanças estão na suspensão traseira, que recebeu barra estabilizadora e amortecedores reposicionados.

Contudo, a grande virada do modelo de origem japonesa —e produção argentina— deve ocorrer ao longo de 2025, quando uma geração completamente nova do utilitário será lançada.

Esquecer elétrico na tomada vai custar caro

Cobrança busca reduzir fila no posto de recarga e pode chegar a R$ 5 por minuto

Eduardo Sodré
Jornalista especializado no setor automotivo

Esquecer o carro elétrico plugado em uma tomada pública vai custar caro. Empresas que oferecem o serviço de recarga começam a cobrar pelo tempo em que o veículo ocupa a vaga após as baterias atingirem 100% de capacidade.

Os eletropostos Shell Recharge vão estabelecer a taxa extra na próxima segunda (16). A cobrança ocorre por minuto e, de acordo com a empresa, o valor é definido pelo dono da estação e pode variar de ponto para ponto.

"Essa cobrança possui o objetivo de reduzir impactos em tempo de espera e proporcionar uma jornada de carregamento mais rápida", diz o comunicado enviado pela Raízen, que controla a marca Shell. "Com essa nova funcionalidade, queremos garantir que todos os motoristas possam utilizar as estações de recarga de maneira mais consciente."

A Volvo adota a mesma estratégia e já cobra pela ociosidade na rede Volvo Recharge. Há uma tolerância de 15 minutos após a conclusão da recarga. Depois de esgotado esse tempo, a tarifa passa a ser de R$ 5 por minuto nos eletropostos instalados em rodovias.

A tendência é que todos os pontos pagos passem a ter taxa extra, o que se torna necessário com o crescimento da frota de modelos 100% elétricos e híbridos plug-in

A tendência é que todos os pontos pagos passem a ter taxa extra, o que se torna necessário com o crescimento da frota de modelos 100% elétricos e híbridos plug-in.

Segundo a ABVE (Associação Brasileira do Veículo Elétrico), já foram vendidos neste ano (janeiro a agosto) 41.022 modelos que só utilizam baterias, o que representa um crescimento de 112% em relação ao mesmo período de 2023.

De acordo com dados da Tupi Mobilidade, o Brasil terminou o mês de agosto com 10.622 pontos de recarga públicos e semipúblicos (localizados em garagens de concessionárias de veículos, por exemplo). Desse total, 89% são do tipo AC, de carga lenta, e 11% do tipo DC, de carga rápida.

Muitas dessas tomadas ainda são gratuitas, ou quase. No caso dos shoppings, o motorista precisa pagar pelo uso do estacionamento para recarregar seu automóvel. Em geral, são opções instaladas em parceria com montadoras que comercializam os modelos que dispensam motores a combustão.

Entretanto, com a massificação dos veículos eletrificados recarregáveis, é esperado um aumento do número de eletropostos pagos, com tarifas que variam de R$ 2 a R$ 4 por kWh (quilowatt-hora).

Ricardo Bastos, presidente da ABVE, afirma que as vendas desses modelos tem crescido para além das capitais. "A interiorização da eletromobilidade continua avançando, o crescimento mostra que o consumidor ganha cada vez mais confiança."



Eletroposto Shell Recharge instalado em parceria com as marcas Audi e Porsche no estado de São Paulo

mundo



O advogado venezuelano Juan Pablo Guanipa, ex-deputado de oposição e ex-governador do estado de Zulia Gaby Oraa - 10.nov.22/Reuters

Apostamos em levante institucional e militar na Venezuela, diz opositor

Juan Pablo Guanipa nega refluxo de mobilização contra Maduro após fuga de candidato

Mayara Paixão

BUENOS AIRES A quatro meses da posse presidencial na Venezuela, em 10 de janeiro de 2025, a principal coalizão opositora ao regime de Nicolás Maduro insiste que Edmundo González, agora refugiado no exterior, será juramentado presidente na data. A pergunta é: como?

"Nossa estratégia é conseguir fazer com que as bases que ainda sustentam Maduro no poder entendam que o que o regime tem feito não é nada bom e que o país precisa respeitar a vontade do povo nas urnas", responde Juan Pablo Guanipa, 59, uma das principais lideranças opositoras que seguem na Venezuela.

Ele se refere aos membros das Forças Armadas e de Poderes que sustentam o chavismo —praticamente todo o aparato do Estado, do Legislativo ao Judiciário, está emaranhado na ditadura.

Mas ressalva: "Nos altos níveis desses Poderes não tenho nenhuma esperança, porque funcionam como um verdadeiro cartel. Quando se está ali, é difícil sair, o custo é alto demais. Mas nas bases é diferente."

Há quem diga na oposição que ainda se diz chavista que um racha no poder é inimaginável. Mas o ex-deputado Guanipa, outrora governador eleito do importante estado petroleiro de Zulia, diz que há um "nível de consciência quando se olha para os escalões mais baixos".

"Note que, antes que tivéssemos os mais de mil presos que temos agora [são quase 1.800 prisões políticas até aqui, segundo a ONG Foro Penal], tínhamos mais militares detidos políticos do que civis."

É verdade. Até o mês de junho, antes que fosse intensificada uma onda de detenções de pessoas ligadas à coalizão opositora, a respeitada Foro Penal reportava 287 pessoas presas. Destas, 149 (portanto, mais da metade) eram funcionários militares.

Agora que as cifras se multiplicaram na onda repressiva na Venezuela, intensificada após a eleição de 28 de julho e a proclamação de Maduro sem base em dados concretos, há 157 militares presos entre os 1.800 detidos políticos. A maior parte foi detida antes da eleição.

Também não é incomum encontrar militares desertores, que deixaram a Venezuela, alguns deles rumo ao Brasil, por estarem em desacordo com as práticas das fileiras que compunham.



Nos altos níveis desses Poderes não tenho nenhuma esperança, porque funcionam como um verdadeiro cartel. Quando se está ali, é difícil sair, o custo é alto demais. Mas nas bases é diferente

Juan Pablo Guanipa
ex-deputado e ex-governador do estado de Zulia

"Uma Força Armada não pode estar integrada por um ministro que diga que é profundamente socialista ou chavista, como hoje ocorre. Ideologizaram a força militar venezuelana, converteram-na em um partido político, e muita gente de dentro não concorda com isso."

Guanipa nega que a saída de González do país para asilar-se na Espanha de Pedro Sánchez enfraqueça a mobilização.

"O fato de que Edmundo González esteja agora na Espanha abre uma possibilidade de que, com seu background diplomático [ele é diplomata de carreira] possa conversar e se articular com a Europa e as Américas, com o mundo ocidental. É uma boa estratégia para ter mais apoio internacional, enquanto seguimos aqui, com María Corina."

Ele insiste que mostrar às bases chavistas o isolamento internacional de Maduro e a pressão doméstica que a coalizão opositora ainda consegue promover é a saída para mobilizá-las a romper com o regime.

Os atos da oposição seguem nas ruas, mas os relatos dos poucos jornalistas independentes que conseguem trabalhar in loco na Venezuela indicam que já há menor participação das favelas, os chamados barrios, onde a repressão tem sido maior.

Guanipa é líder do Primeiro Justiça, um dos partidos que compõem a coalizão opositora chefiada por María Corina Machado, inabilitada para concorrer à Presidência. Ele é de Maracaibo, mas segue em Caracas e resguardado, como insistem em descrever-se os opositores.

Há pouco menos de duas semanas, durante o dispersar de um ato opositor em Caracas, Guanipa relatou ter sido perseguido por agentes do regime. No mesmo dia, em circunstâncias semelhantes, foi preso Biagio Pilieri, outro dirigente opositor.

"A saída de González é uma demonstração de que a Venezuela vive o terrorismo de Estado", diz Guanipa em conversa por videochamada.

"Nós temos direito de rebelar-nos, de resistir, de não nos conformarmos com o que está ocorrendo no país."

Refúgio de González, Espanha se firma como abrigo de antichavistas

Giuliana Miranda

MADRI A chegada a Madri de Edmundo González Urrutia, adversário de Nicolás Maduro nas últimas eleições, reforçou a posição da Espanha como abrigo de opositores do regime na Venezuela.

González ainda não fez nenhuma aparição pública em território espanhol, mas divulgou nesta segunda (9) uma carta na rede social X explicando sua decisão e agradecendo ao governo da Espanha e à Embaixada da Holanda em Caracas, onde permaneceu por vários dias após as eleições.

"Tomei essa decisão pensando na Venezuela e em que o nosso destino como país não pode, nem deve, ser o de um conflito de dor e sofrimento. Fiz isso pensando na minha família e em todas as famílias venezuelanas neste momento de tanta tensão e angústia", afirmou González.

O ex-diplomata desembarcou na base militar de Torrejón de Ardoz na tarde de domingo (8) em um avião da Força Aérea Espanhola juntamente com a mulher, Mercedes González.

Com sua mudança, González se soma a outros expoentes antichavistas. Um dos mais expressivos críticos da ditadura de Maduro, Leopoldo López, líder do partido Vontade Popular, chegou em 2020, após passar 18 meses refugiado na residência oficial do embaixador da Espanha em Caracas. Condenado a 13 anos de prisão na Venezuela, o político inicialmente foi viver na capital espanhola com a mulher, a também opositora Lilian Tintori. Hoje, alterna períodos com a família entre Madri e Washington.

Em 2014, o pai dele, Leopoldo López Gil, também contrário ao chavismo, já havia fugido em direção à Espanha.

Acusado de conspiração, o ex-prefeito de Caracas Antonio Ledezma enfrentou dois anos de prisão domiciliar antes de chegar à Espanha, onde vive desde 2017, após conseguir fugir da Venezuela pela fronteira com a Colômbia.



Fiz isso [fugir para a Espanha] pensando na minha família e em todas as famílias venezuelanas neste momento de tanta tensão e angústia

Edmundo González
opositor venezuelano

Julio Borges, ex-presidente do Parlamento venezuelano e porta-voz opositor durante negociações com o regime, vive na Espanha desde 2021, após relatar ameaças e perseguições em seu país.

O refúgio ibérico não é exclusividade dos rostos mais conhecidos da oposição. Mais de um quarto dos cerca de 400 mil cidadãos da Venezuela residentes na Espanha têm estatuto de proteção internacional.



Escola Estadual Professor Ângelo Antonio Fernandes Biase, em Pacaraima (RR), tem 60% de alunos venezuelanos entre seus estudantes de 2º e 3º ano do Ensino Fundamental 2 Shanti Sai Moreno Brooks/Folhapress

Escola em Pacaraima (RR) tem mais crianças vindas da Venezuela do que do Brasil

Desafios da unidade de ensino vão além do idioma e passam por processo de inserção de imigrantes em meio à crise no país vizinho

Mayara Paixão

PACARAIMA (RORAIMA) Suellem Silva, 35, aprendeu com seus alunos que "hambre" é fome em espanhol. "Estoy con hambre, maestra", diziam ao chegarem à escola nas primeiras horas da manhã.

Eram meninos e meninas venezuelanos do 2º e do 3º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Professor Ângelo Antônio Fernandes Biase, na pequena Pacaraima (RR), que faz fronteira com a Venezuela. A migração mudou a dinâmica dessa escola.

Dos 391 estudantes ali matriculados, 60,3% são venezuelanos, e 34%, brasileiros; os demais 5% são indígenas de ambas as nacionalidades. Do outro lado da grade que protege a escola estão um abrigo para imigrantes e refugiados e o posto da fronteira com a venezuelana Santa Elena de Uairén, por meio do qual diariamente chegam imigrantes ao menos desde 2017, quando a crise de abastecimento tomou conta da Venezuela.

Esse fluxo volta agora a crescer em meio à repressão e à desesperança que toma conta de muitos após a contestada reeleição de Nicolás Maduro.

A migração mudou a dinâmica de Pacaraima. Nas ruas é raro ouvir o português. Muitos comércios são de venezuelanos, desde a padaria que serve o doce café adoçado com baunilha de uma venezuelana da região do Orinoco aos self-services com comida servida desde as 9h.

O município é de longe o que mais cresceu em Roraima, con-



sequência direta da migração. De 12,3 mil habitantes em 2017 chegou a 22,1 mil neste ano —um aumento de 78%. As escolas, como a Ângelo Antônio Fernandes Biase, foram uma das primeiras a sentir esse efeito.

Suellem já havia tido alunos venezuelanos na capital do estado, Boa Vista. Mas nunca havia se deparado com uma realidade como a de Pacaraima, onde chegou para ser vice-diretora da unidade. "Na minha primeira turma, de 30 alunos, só dois eram brasileiros."

O desafio começa obviamente no idioma. São meninos e meninas que acabaram de chegar falando apenas o espanhol, e alguns nem sequer frequentavam a escola na Venezuela. As professoras buscam cursos de espanhol e contam com a ajuda dos alunos venezuelanos que já estão há mais tempo ali para traduzir as palavras mais difíceis.

Não é uma rotina fácil. Suellem conta que muitos estudantes chegavam com fome à sala de aula. Boa parte deles é enviada pela família especialmente para ter acesso a refeições. A escola tem aulas das 7h às 11h45 e das 13h30 às 17h45. São servidos café da manhã, almoço e jantar.

Por vezes os alunos ficam ali por pouco tempo, pois deixam Roraima com suas famílias por meio da interiorização, programa que envia venezuelanos a outros estados para vagas de emprego ou moradia. "Mas o importante é que estudem", diz Stefhani Figueiredo, 28, a secretária da escola.

Venezuelana de Puerto Ordaz, no norte do país vizinho, ela chegou ao Brasil há cinco anos. Demorou a encontrar emprego. "Diziam nos comércios: 'não, aqui não queremos venezuelanos'. E eu só queria trabalhar."

Enquanto algumas turmas ensaiavam no pátio a apresentação para o feriado do 7 de Setembro no último dia 3, quando a reportagem esteve no local, do lado de fora professoras aguardavam a chegada de vans que vinham de Santa Elena de Uairén. Muitos alunos moram do lado venezuelano.

Enquanto isso, as professoras celebram cada passo. "O aprendizado, depois de tanto tempo fora da sala de aula pela pandemia e pela migração, foi satisfatório. Quando os recebi, nenhum sabia o alfabeto ou o que eram as sílabas. Mas gostavam de matemática. Ao final do ano, a maioria saiu somando, multiplicando. Alguns saíram sabendo ler, e a maioria juntando as sílabas."

MUNDO LEU

Livros, filmes, séries, podcasts e o que mais houver para tentar entender o mundo

João Batista Natali

Obra polonesa exibe as muitas caras do nazismo

'Adeus, Maria' narra as histórias de um sobrevivente de campo de concentração

Kazik é o nome de um polonês que sente fome e se mostra debilitado em Auschwitz. Seu pressentimento é o de que no dia seguinte "irá para a chaminé" —câmara de gás e depois cremação. Ele pede que outro prisioneiro lhe dê algum alimento, lombo com cebolas, recebidos de familiares, para que possa morrer feliz e de barriga cheia.

A cena está em um dos contos de "Adeus, Maria", do escritor polonês Tadeusz Borowski, que a Editora Carambaia acaba de lançar no Brasil. Borowski não era judeu para estar no campo de concentração. Não era nazista e se considerava um nacionalista polonês nascido na Ucrânia. Isso bastava para que os nazistas o internassem.

O escritor suicidou-se em 1951, aos 28 anos. Não sem antes discorrer com um estilo limpo e preciso sobre os episódios autobiográficos que acumulou no inferno alemão. O nazismo tem muitas caras, e Borowski exibe sem pudor algumas delas.

É sobretudo a cara da maldade, substantivada, por exemplo, por um cidadão que não conseguia cantar afinado os versos do hino nacional da Polônia —o que virou crime e levou o envolvido à prisão, da qual ele só sairia caso cantasse corretamente.

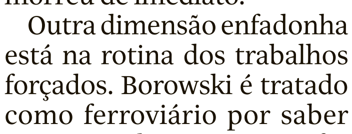
Mas voltando a Auschwitz, ou melhor, a Harmenze, um campo anexo e igualmente destinado à prisão e ao extermínio. Chegou o momento da refeição noturna. Os tachos fumegantes indicam a presença de uma sopa, mas ela vem engrossada por tiras de urtiga desagradáveis ao olhar e malcheirosas. Isso para internos que sonham com batata e carne ou com algum pão que ainda não esteja embolorado.



ADEUS, MARIA
TADEUSZ BOROWSKI
Ed.: Carambaia. Trad.: Matheus Moreira Pena. Quanto: R$ 149,90 (416 págs.)

Tadeusz Borowski também narra o episódio de mãe e filha judias, trazidas ao campo num trem feito para transportar gado. "Eu não tenho medo de sofrer", disse ela a um oficial da SS, que tirou do bolso uma pistola de baixo calibre e atirou na cabeça da moça, que morreu de imediato.

Outra dimensão enfadonha está na rotina dos trabalhos forçados. Borowski é tratado como ferroviário por saber empunhar uma chave com a qual aperta os parafusos que juntam os trilhos aos dormentes. Ele e os demais operários escravizados não arriscam operações de boicote. Sabem que seriam rapidamente identificados e "mandados para a chaminé".



A frequência com que a expressão da chaminé é usada pelos prisioneiros reflete a fragilidade com que concebem naquele momento a própria vida. Uma vida que está sempre por um fio. E que pode, em alguns minutos, transformar-se num filete de fumaça negra saindo de um forno crematório.

A edição brasileira dos contos traz um índice onomástico pelo qual se reconhecem as palavras, por vezes em alemão, que recheiam os episódios. Fala-se, por exemplo, em iminência "de uma limpa". É quando os oficiais da SS selecionam os internos menos resistentes ou mais enfermos para liquidá-los nas câmaras de extermínio. Para evitarem correr o risco, os internos procuram lavar suas feridas para impedir que elas infeccionem. Para eles, o único desfecho seria a pena de morte.

"Vai ter a limpa", anunciou um detento, que sarcasticamente passou a cantar "o tango do crematório".

DOM. Sylvia Colombo SEG. Bianca Santana
TER. Mundo Leu QUI. Lúcia Guimarães SÁB. Igor Patrick

INÊS 249

mundo

Ataque aéreo de Israel contra alvos do Irã na Síria deixa ao menos 18 mortos

Ação foi a maior desde bombardeio de abril a embaixada em Damasco que gerou reação inédita do regime iraniano

GUERRA ISRAEL-HAMAS

Igor Gielow

SÃO PAULO As forças de Israel promoveram na noite do domingo (9) o maior ataque contra alvos associados ao Irã na Síria desde o bombardeio da embaixada da teocracia, em abril, que desencadeou a primeira ação militar direta de Teerã contra o Estado judeu.

A ação ocorreu no momento em que o governo de Binyamin Netanyahu sofre grande pressão por um cessar-fogo na guerra contra o Hamas na Faixa de Gaza. O grupo terrorista palestino, que disparou a atual crise no Oriente Médio ao atacar Israel há quase um ano, é apoiado por Irã e Síria.

Ao menos 18 pessoas morreram e 35 ficaram feridas, segundo a agência estatal síria Sana. Já a ONG britânica Observatório Sírio para Direitos Humanos fala em 25 mortes. Foram bombardeadas por mísseis de longa distância israelenses instalações que analistas dizem ser fábricas de armas químicas.

O Irã negou associação com o local, dizendo que eram unidades síria —a ditadura de Bashar al-Assad é famosa pelo emprego desses condenados armamentos na guerra civil que assola o país desde 2011, mas que ele conseguiu dominar com a ajuda da Rússia e dos iranianos.



O governo de Israel, como é praxe, não negou nem confirmou o ataque, focado na região de Masyaf. "Foi um ataque criminoso", disse o porta-voz da chancelaria em Teerã, Nasser Nanaani.

EUA e UE acusam Teerã de fornecer mísseis à Rússia

Os Estados Unidos e a União Europeia acusaram o Irã de fornecer o primeiro carregamento de mísseis balísticos de curto alcance para a Rússia empregar na Guerra da Ucrânia.

"Estamos cientes da informação crível fornecida pelos nossos aliados", disse o porta-voz do bloco europeu Peter Stano na segunda (9).

O alerta americano à UE foi revelado na sexta-feira (6) pelo The Wall Street Journal, citando fontes do Pentágono. A Casa Branca não quis confirmar oficialmente.

A chancelaria do Irã negou a informação.

"O Irã é um parceiro importante, e nós estamos desenvolvendo cooperação e diálogo em todas as áreas, inclusive as mais sensíveis", disse o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov.

Trump tenta frear Kamala em 1º debate entre os dois candidatos

ELEIÇÕES NOS EUA

Fernanda Perrin

WASHINGTON O primeiro debate entre Kamala Harris e Donald Trump acontece nesta terça-feira (10) no coração da Pensilvânia, um estado visto cada vez mais como o fiel da balança na eleição deste ano —e onde eleitores poderão começar a votar para presidente na próxima segunda-feira (16).

Para a democrata, ainda relativamente desconhecida do eleitor, o debate é a melhor chance até novembro de mostrar quem é e o que quer —além de convencer de que é diferente "de tudo o que está aí".

No caso do republicano, é a oportunidade de acabar de vez com a lua de mel após a troca na chapa democrata e colar na vice-presidente os rótulos de radical, fraca e tão culpada pelos problemas do atual governo quanto Joe Biden.

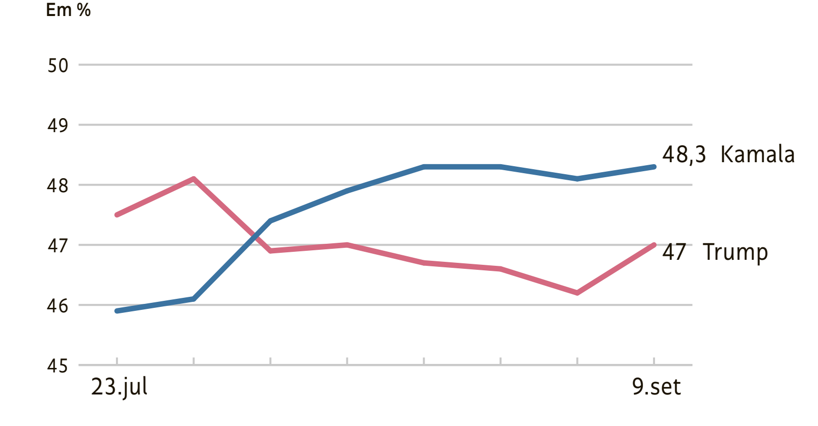
A pressão é maior sobre Kamala. O diagnóstico é de que o momentum ganho nas últimas semanas, com altas consecutivas pesquisa após pesquisa, chegou ao fim. Na média do agregador RealClearPolling, a vantagem de 1,9 ponto de Kamala caiu para 1,3 em uma semana.

Para mais de 80% do eleitorado que já definiu seu voto, o debate não deve fazer diferença. Nos últimos seis meses, Trump e o candidato democrata, seja Biden ou Kamala, oscilam entre os 44% e 48% das intenções de voto. Não há performance desastrosa em debate, tentativa de assassinato ou troca de candidato que tenha mudado esse quadro.

Assim, o alvo desta terça são os pouco menos de 20% que permanecem indecisos —um eleitorado mais jovem, racialmente diverso e mais preocupado com seu bolso do que a média.

O desafio de Kamala é conseguir se desvencilhar de Biden sem ofender o atual presidente e o governo do qual faz parte.

Kamala e Trump empatam às vésperas de debate



Fonte: Média do agregador de pesquisas RealClearPolling calculadas em 9.set



AFP

Tufão Yagi derruba ponte, e caminhão despenca em rio no Vietnã

Estrutura de aço caiu sobre o rio Vermelho, na província de Phu Tho; com ventos superiores a 149 km/h, o tufão segue sua rota de destruição, com tempestades que provocaram enchentes e deslizamentos de terra, deixando ao menos 59 mortos e 22 desaparecidos no país asiático; somados os óbitos registrados na China e nas Filipinas, o saldo chega a 83

INÊS 249

Resposta de Lula a seca e fogo esbarra em desarticulação, verba e estrutura

Ação federal teve incremento em relação ao governo Bolsonaro, mas sem mudança substancial; propostas para a área ambiental tramitam lentamente no Congresso

João Gabriel e Ranier Bragon

BRASÍLIA O Brasil enfrenta em 2024 uma disparada das queimadas cujos efeitos são vistos e sentidos no ar de várias regiões do país, mas as atuais medidas do governo federal estão aquém do necessário para fazer frente ao problema.

A crise de fogo ocorre em meio à pior seca já registrada no país desde o início da atual série histórica, em 1950, segundo o Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais).

Apesar do incremento orçamentário e estrutural em relação à gestão de Jair Bolsonaro (2018-2022), que promoveu um desmonte no setor, as ações do governo Lula (PT) necessitam de priorização e organização mais robusta do que as apresentadas até agora, além da mobilização de estados, municípios e Congresso, dizem especialistas.

A resposta do Executivo em 2024 foi superior à de 2023, mas o manto de fumaça que cobre o céus de várias regiões do Brasil é uma prova a olho nu de que está longe de ser a ideal.

O desmatamento caiu na amazônia e parou de crescer no cerrado, e houve antecipação das ações de prevenção.

Se por um lado o número de brigadistas do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) subiu de 2.109 para 2.255 entre 2023 e 2024, no ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) caiu de 1.415 para 981 —o governo diz que irá repor o déficit por meio de crédito extraordinário.

O primeiro Orçamento proposto por Lula (em 2023, para 2024) cresceu substancialmente em relação ao último apresentado pela gestão Bolsonaro, mas teve parte cortada pelo Congresso.

Com forte atuação da bancada ruralista, que é historicamente oponente da defensora das bandeiras ambientais, o Congresso reduziu a principal verba do Ibama para prevenção e combate às queimadas de R$ 318 milhões para R$ 298 milhões.

Essa verba acabou sendo recuperada no decorrer do ano —segundo o Ministério do Meio Ambiente, a aprovação de crédito extraordinário elevou a verba total de R$ 459 milhões em 2023 para R$ 502 milhões em 2024, e houve mais R$ 55 milhões de suplementação—, mas em patamares que se mostraram insuficientes.

Só em julho o Congresso aprovou o projeto de lei de manejo do fogo, após seis anos de tramitação e três temporadas de queimadas devastadoras. O Congresso também foi o responsável por barrar a implantação, prometida por Lula, da criação de uma autoridade climática, o que mantém a gestão ambiental federal descentralizada e muitas vezes atropelada por prioridades de outras pastas.

A **Folha** procurou os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), mas não houve resposta.

"Está na hora de usar a força dos outros ministérios, porque é um problema de todos. A Casa Civil precisa editar medidas provisórias e decretos; a Defesa, quando for planejar a manutenção das aeronaves, tem que levar em conta a disponibilidade para o período de seca; a Agricultura tem que começar a fazer campanha contra o desmatamento", diz Marcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima.

"Os alertas estavam aí, e até existiu algum preparo do governo, mas talvez esse contexto mostre para nós que a questão precisa ser elevada a um nível de prioridade muito maior", afirma Cristiane Mazzetti, porta-voz do Greenpeace Brasil.

As ONGs citam, por exemplo, a necessidade de um plano de prevenção que consiga dizer, entre outros pontos, quais ações são necessárias, quanto vão custar e em quanto tempo serão necessárias.

"A resposta melhorou em termos de estrutura e de qualidade da intervenção, de perceber o tamanho do problema. Adiantaram as ações, contrataram mais brigadistas, o governo se mobilizou mais neste ano. Agora, a gente precisa de uma coordenação nacional disso, e os estados precisam entender o tamanho da urgência", diz Astrini.

Estados da Amazônia ainda não proibiram o uso do fogo mesmo diante do recorde de incêndios na região.

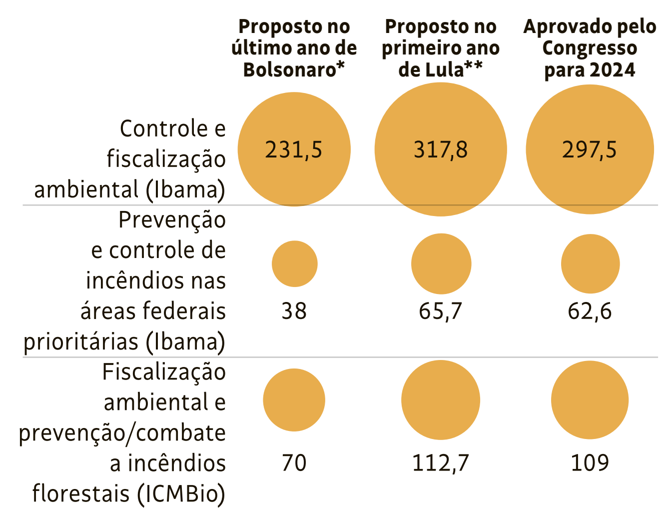
A ministra Marina Silva (Meio Ambiente) defende a criação do marco regulatório da emergência climática para dar segurança legal e orçamentária às ações de prevenção e mitigação dos efeitos do clima, mas a medida segue em estudo pelo Planalto, sem definição.

A Casa Civil destaca que o governo contratou cinco novas aeronaves para o Ibama neste ano, incrementou o orçamento do Ministério do Meio Ambiente e que atua, por meio de salas de situação temporárias, na integração entre diversas pastas no combate aos incêndios e às secas.

"O governo atua desde primeiro de janeiro de 2023 na retomada da política ambiental e climática. São exemplos de coordenação a recuperação do Comitê Interministerial de Mudança do Clima, do Comitê Interministerial de Combate ao Desmatamento, do Fundo Clima e do Fundo Amazônia", disse a pasta, em nota.

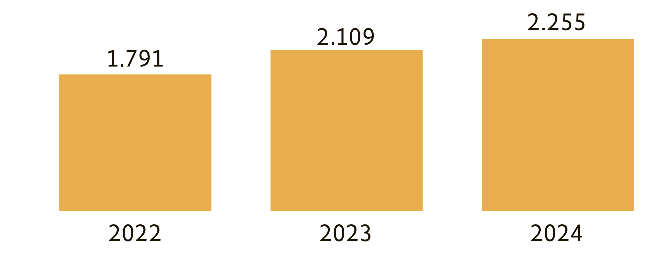
A crise climática no Brasil

Principais programas no orçamento federal
Valores nominais, em R$ milhões



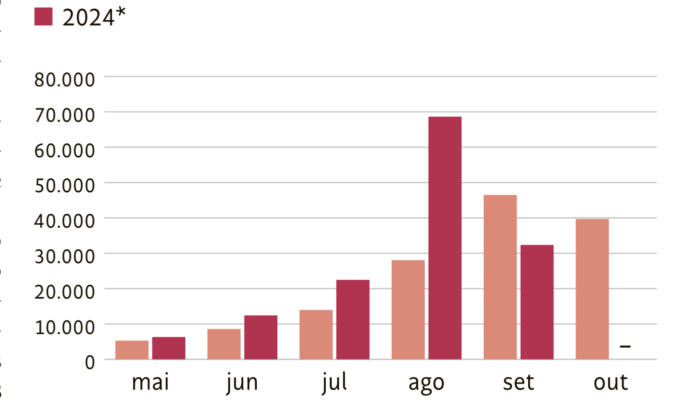
*Em 2022, para o Orçamento de 2023
**Em 2023, para o Orçamento de 2024
Fonte: PLOA e LOA 2023 e 2024

Efetivo de brigadistas do Ibama



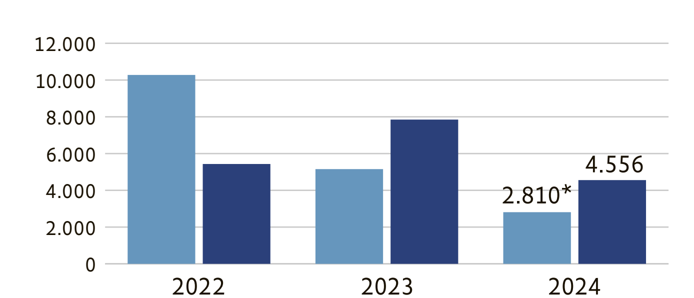
Fonte: Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis)

Número de focos de calor no período de estiagem



*até 8.set.2024
Fonte: Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais)

Desmatamento
Em km²



*Dados da amazônia até 30.ago
Fonte: Deter/Inpe

Poluição atmosférica na floresta amazônica aumentou em até 80 vezes com incêndios

Jéssica Maes

SÃO PAULO Mesmo áreas praticamente intocadas da floresta amazônica estão sendo impactadas pelas queimadas recordes deste ano.

Em agosto, a poluição da atmosfera na região chegou a superar em 80 vezes a média da estação chuvosa e ao menos 13 vezes a média da estação seca, segundo dados divulgados na segunda-feira (9) pelo Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia).

Os registros foram feitos no Atto (sigla em inglês para Observatório da Torre Alta da Amazônia), projeto localizado na Estação Científica de Uatumã, cerca de 150 km ao norte de Manaus, no Amazonas. A área da reserva fica distante da rota de cidades ou de atividades econômicas.

O complexo é composto por três torres, sendo que a principal delas tem 325 metros de altura e está equipada com sensores que captam a circulação de partículas em uma zona de influência acima de 400 km. São registrados continuamente dados meteorológicos, químicos e biológicos com o objetivo de compreender melhor os processos da floresta.

A concentração de material particulado fino (as partículas em suspensão na atmosfera, denominadas tecnicamente de MP2.5) aumenta todos os anos na temporada seca da amazônia, devido aos incêndios.

Enquanto na época das chuvas a concentração em média é de 1 ug/m³ (microgramas por metro cúbico), na estação seca varia entre 5 e 7 ug/m³. No último mês, porém, foram registrados picos de poluição muito acima do considerado normal.

De 10 a 15 de agosto, as concentrações médias atingiram 60 ug/m³, enquanto do dia 27 ao 30 a média diária foi de 80 ug/m³.

Imagens registradas pela equipe de pesquisa no dia 28 de agosto mostram uma densa nuvem de fumaça sobre a floresta e ao redor das torres do observatório.

"Ainda não sabemos as causas do aumento das concentrações nesse período. Isso pode estar relacionado a um possível aumento dos focos de queimadas em toda a amazônia, ou ainda à presença de focos de queimadas mais próximos à torre Atto", disse em comunicado Luciana Rizzo, especialista em aerossóis e pesquisadora do observatório.

"Quanto mais perto for a frente de queimadas, mais altas serão as concentrações", explicou Rizzo. Ela acrescentou que nos arredores do centro não costumam ocorrer grandes queimadas, mas a torre capta a fumaça que vem de outras partes da floresta.

Brasil é o 2º país com mais mortes de ativistas

Um defensor ambiental foi assassinado a cada dois dias no mundo em 2023, de acordo com relatório de ONG



Ataque de fazendeiros em área sob domínio do povo Pataxó Hã Hã Hãe, no sul da Bahia, em janeiro, que matou ativista Clewton Dias /G4TV Bahia

Jéssica Maes

SÃO PAULO Pelo segundo ano consecutivo, o Brasil ficou atrás apenas da Colômbia no ranking de assassinatos de defensores ambientais. No mundo, foram ao menos 196 mortes, o que equivale a mais de um homicídio a cada dois dias.

Destes, 25 ocorreram no território brasileiro e 79 aconteceram no país vizinho — o número mais alto já registrado em um país num único ano. Os dados são de um relatório da ONG Global Witness divulgado na noite desta segunda-feira (9).

A entidade ressalta que a América Latina foi a região com mais mortes, com 166 (85%). Considerando os números per capita, Honduras, com 18 ataques letais, teve a maior taxa mundial.

No Brasil, o índice caiu 26% na comparação com 2022, quando foram registrados 34 assassinatos de defensores. Os dados brasileiros usados pela ONG são coletados pela CPT (Comissão Pastoral da Terra).

O relatório aponta que havia expectativas altas quanto ao governo Lula (PT) reverter retrocessos em políticas que facilitaram o avanço da exploração dos recursos naturais e aumento da invasão de territórios protegidos durante a gestão Jair Bolsonaro (PL).

"Até agora, houve progresso. O governo restabeleceu o financiamento para proteger a amazônia e restaurou a agência de assuntos indígenas que Bolsonaro desmantelou", diz o texto.

"No entanto, as mudanças de políticas continuam sendo desafiadoras diante de um Congresso conservador dominado por ruralistas, que apoiam os interesses de proprietários de terras privadas em detrimento da reforma agrária pública", continua o relatório.

De acordo com a CPT, os registros de conflitos no campo no Brasil bateram recorde em 2023, com 2.203 ocorrências. A maioria (1.724) se deu por conflitos por terra, caracterizados por invasões, expulsões, despejos, ameaças, destruição de bens ou pistolagem sofridas por pequenos agricultores, comunidades tradicionais e populações indígenas.

Desde o início da série histórica, em 2012, foram registradas 401 mortes de defensores do meio ambiente no país. No mundo, foram 2.106.

"Ataques letais frequentemente ocorrem juntamente com retaliações mais amplas contra defensores que estão sendo alvo de governos, empresas e outros atores não estatais com violência, intimidação, campanhas difamatórias e criminalização. Isso está acontecendo em todas as regiões do mundo e em quase todos os setores", diz o documento.

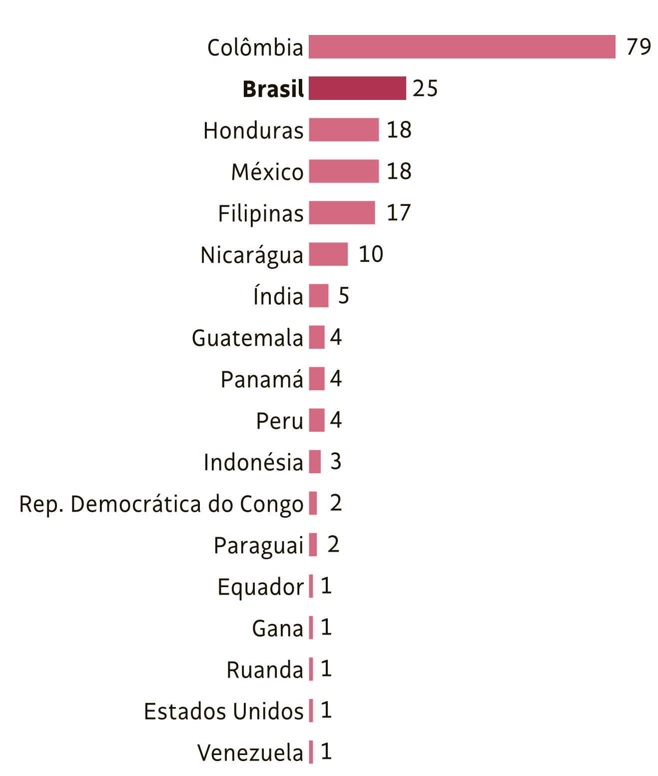
A Global Witness ressalta, no entanto, que os dados provavelmente são subestimados, dado que muitos homicídios não são relatados, especialmente em áreas rurais e em alguns países.

Com 461 mortes, a Colômbia tem o maior número de assassinatos documentados nos últimos 11 anos.

A ONG aponta que, no último ano, a maioria dos ataques aconteceu nas regiões sudoeste de Cauca (26), Nariño (9) e Putumayo (7). Grupos de crime organizado são suspeitos de serem os responsáveis por metade de todos os assassinatos de defensores na Colômbia em 2023.

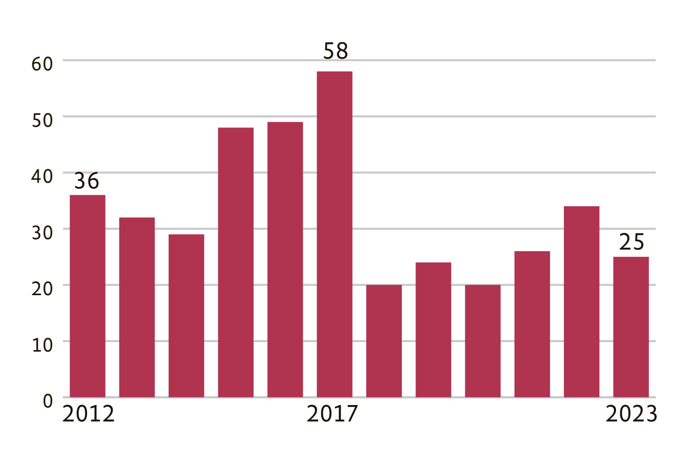
196 defensores ambientais foram assassinados em 2023

Número de ataques letais registrados por país



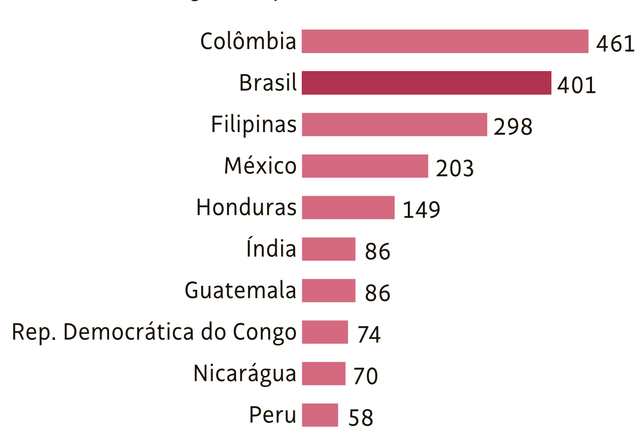
Ataques letais a defensores ambientais no Brasil caíram 26% em 2023

Número de mortes registradas por ano



Países que mais mataram ambientalistas entre 2012 e 2023

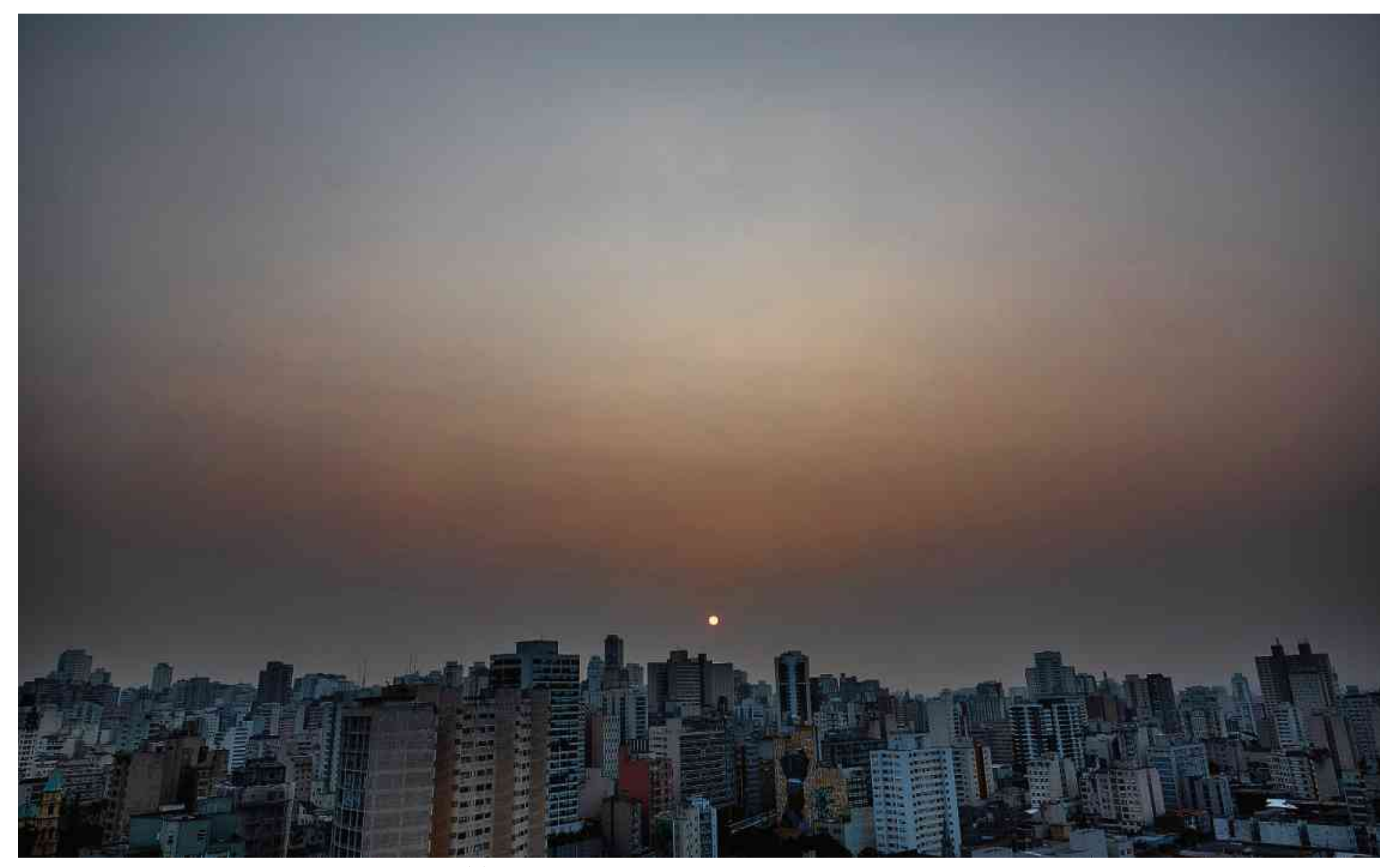
Número de mortes registradas por ano



Fonte: Global Witness

> **As mudanças de políticas continuam sendo desafiadoras diante de um Congresso conservador dominado por ruralistas**
>
> **ONG Global Witness** em relatório

cotidiano



Céu de São Paulo na manhã de segunda-feira (9); ar da cidade foi considerado o pior do mundo entre metrópoles Danilo Verpa/Folhapress

São Paulo tem a pior qualidade do ar entre metrópoles no mundo, diz site

Situação na capital paulista era a pior entre as grandes regiões nesta segunda-feira (9); à tarde, foi para o 7º lugar no ranking global de 120 cidades após leve melhora

Lucas Lacerda

SÃO PAULO A qualidade do ar em áreas da cidade de São Paulo e da região metropolitana iniciou a manhã desta segunda-feira (9) entre ruim e muito ruim, em meio a mais um dia de calor, tempo seco e fumaça de incêndios.

Por volta das 10h, a situação fez de São Paulo a metrópole com a pior qualidade de ar no mundo nesta segunda, de acordo com o site suíço IQAir.

A empresa suíça é especializada em tecnologia da qualidade o ar e organiza o ranking de 120 grandes cidades do mundo com dados gerados por estações operadas por governos, instituições de pesquisa e organizações sem fins lucrativos. A classificação segue parâmetros de qualidade americanos.

Com registro de 160 no índice usado pelo site, a capital paulista não apenas superou as cidades de Ho Chi Minh, no Vietnã, e Lahore, no Paquistão —segunda e terceira colocadas, respectivamente—, como também Jerusalém, Doha e Pequim com o ar mais poluído.

A lista do IQAir inclui apenas grandes cidades. Porto Velho e Rio Branco estão com qualidade pior que São Paulo, mas não entram na lista global por não serem consideradas metrópoles.

Dados da Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) das 7h indicavam qualidade muito ruim, a segunda pior da escala, nas estações de Carapicuíba, Itaim Paulista e Osasco. Na capital, o nível foi registrado na marginal Tietê (altura da ponte dos Remédios), no Parque Dom Pedro 2º (região central), em Perus e em Santana (ambos na zona norte).

Outras estações, como Ibirapuera, Interlagos e Santo Amaro, registravam o nível ruim. Apenas Itaquera e Mooca, ambas na capital, tinham qualidade do ar boa na manhã desta segunda.

No fim da tarde, o nível de São Paulo tinha melhorado levemente, para 144. Com isso, ela estava em sétimo no ranking, que era liderado por Lahore, com 186.

A categoria muito ruim pode agravar sintomas de quem tem doenças pulmonares e cardiovasculares, além de causar transtornos à população em geral.

Estações em outras áreas do estado, como Jundiaí e Ribeirão Preto, no interior, também apontavam qualidade do ar muito ruim.

Segundo a Defesa Civil estadual, 48 municípios paulistas seguem em alerta máximo para incêndio, e havia oito focos de fogo ativos nesta manhã, identificados, em General Salgado, Dois Córregos, Santo Antônio do Aracanguá, Pedregulho, Itirapuã, Mairiporã, São João da Boa Vista e Elias Fausto.

Quase todo o estado, com exceção do litoral, está em emergência para risco de incêndio, nível máximo de perigo apontado pela Defesa Civil, até sábado (14).

Tempo continua quente e seco

Ao menos até sexta-feira (13), paulistanos vão enfrentar calor e baixa umidade do ar, com temperaturas acima da média esperada para setembro, diz o Instituto Nacional de Meteorologia.

Já de acordo com o CGE (Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas) da prefeitura da capital, os termômetros podem chegar a 33°C nesta terça-feira (10), com percentuais mínimos de umidade em torno dos 21%.

Concentração de algas em meio à estiagem deixa rio Pinheiros verde

SÃO PAULO A combinação entre pouca água e muitos nutrientes do esgoto levou a uma proliferação de algas que deixaram verde a água do rio Pinheiros, em São Paulo. As diferentes tonalidades chamaram a atenção de quem circulava pelas marginais e cruzava a ponte estaiada Octavio Frias de Oliveira.

De acordo com a Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), a falta de chuvas leva a uma redução significativa do volume de água que chega ao Pinheiros.

Como há pouca água no rio, a concentração de nutrientes aumenta, criando um ambiente propício para a proliferação de algas em quantidade suficiente para mudar a cor.

"A Cetesb continua em alerta neste período crítico e monitorando as condições de qualidade dos rios e represas na RMSP [região metropolitana de São Paulo] e no estado."

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística diz que para melhorar a qualidade do Rio Tietê e seus afluentes, como o Pinheiros, o Governo de São Paulo lançou, no início de 2023, o programa IntegraTietê.

A iniciativa, diz a pasta, vem implantando uma série de ações de curto, médio e longo prazo, como ampliação do saneamento básico, monitoramento da qualidade da água, desassoreamento e recuperação de fauna e flora. A previsão é que, até 2026, sejam investidos R$ 15,3 bilhões.

Mas a situação atual deve se manter com a sequência de dias quentes e secos prevista para os próximos dias. Além disso, o Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia) prevê que o nível de chuvas pode ficar abaixo da média no Sudeste e no Centro-Oeste em setembro.

A cidade de São Paulo está sob seca severa, de acordo com painel do Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais). É o terceiro pior nível monitorado pelo órgão, calculado a partir da quantidade de chuva, umidade do solo e estresse na vegetação.

Fumaça atinge várias partes do país e pode chegar a 60% do Brasil

SÃO PAULO A fumaça de incêndios florestais que afeta diferentes regiões do Brasil nas últimas semanas deve continuar a se propagar pela América do Sul. A situação fica ainda pior devido à seca que atinge o país.

Nessa época do ano, de agosto a outubro, o fogo na amazônia, no pantanal e no cerrado e queimadas em países vizinhos geram fumaça suficiente para cobrir uma área da ordem de 5 milhões de quilômetros quadrados, segundo o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Essa cobertura pode ocupar cerca de 60% do território nacional, que se estende por 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Mas segundo a pesquisadora Karla Longo, do Inpe, a área coberta por fumaça pode dobrar se forem considerados os países vizinhos e parte do oceano Atlântico.

A situação é considerada típica, mas ocorre em um momento de seca histórica no Brasil, que atinge ao menos 3.978 municípios, segundo boletim publicado pelo Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais) na terça-feira (3), e 58% do território nacional.

O número que coincide com o da fumaça, mas é relacionado ao indicador de seca do órgão.

A fumaça tem causado transtornos à população de diversas regiões do Brasil, como municípios no sul do Amazonas e no entorno de Porto Velho, incluindo a capital rondoniense.

3.978

municípios estão sendo atingidos pela seca histórica no Brasil, segundo boletim publicado pelo Cemaden

Dados do Selva, site da Universidade do Estado do Amazonas e da Fundação Universitas de Estudos Amazônicos, indicavam, em três estações em Porto Velho, os níveis 205, 202,5 e 177,6 de material particulado fino (MP2.5), medido em microgramas por metro cúbico, por volta das 16h20 desta segunda-feira (9). O nível é considerado péssimo, o pior da escala. LL



Homem de 50 anos é preso nos Estados Unidos por ligação com o PCC Reprodução/Site ICE

Presença de 'soldados' do PCC nos EUA acende alerta de governos

Facção é citada pelas autoridades norte-americanas em comunicados oficiais; maioria procura país para fugir da Justiça brasileira ou para contrabando de armas

Rogério Pagnan
e Isabella Menon

SÃO PAULO A unidade de Operação de Fiscalização e Remoção (ERO, em inglês) de Boston, no estado de Massachusetts, anunciou em maio do ano passado a prisão de um homem de 50 anos procurado pela Justiça brasileira. A ação mereceu atenção de Brasília em razão da sigla cravada na extensa ficha criminal do fugitivo: PCC (Primeiro Comando da Capital).

Os órgãos de inteligência do governo brasileiro vêm detectando desde 2022 uma série de membros do baixo clero da facção criminosa, os chamados "soldados", cruzando ilegalmente as fronteiras dos Estados Unidos para tentar fixar residência por lá.

Segundo as autoridades, são dezenas de pessoas ligadas direta e indiretamente à facção liderada por Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola, flagradas pela polícia, caso do fugitivo preso em Boston, que tinha entrado ilegalmente nos EUA dois meses antes da prisão.

Até então, conforme agentes ouvidos pela reportagem, a presença de integrantes da base hierárquica do PCC ocorria de forma pontual, a maioria fugindo da Justiça ou realizando operações de contrabando de armas. Os Estados Unidos são um dos 26 países em que a Polícia Federal do Brasil identificou a presença de membros da facção. As autoridades estimam que o PCC tenha cerca de 40 mil integrantes.

A polícia brasileira tem dados de familiares de grandes traficantes ligados à facção morando e fazendo investimentos na compra de bens e propriedades de luxo, especialmente em Miami. Não há indicativo da atividade de venda de drogas, monopólio consolidado dos cartéis mexicanos.

Nos trabalhos de cooperações entre os dois países, conforme a **Folha** apurou, policiais americanos que atuam na fronteira com o México, a Border Patrol, receberam informações detalhadas da origem do PCC e de como tentar identificar seus membros —por exemplo, por meio de tatuagens.

O destino mais comum são as regiões de Massachusetts e Pensilvânia, onde há grande comunidade brasileira, o que torna mais fácil uma eventual infiltração.

Conforme divulgações da ERO, uma série de brasileiros com antecedentes criminais foi presa em Boston e deportada para o Brasil. O caso mais recente ocorreu no dia 8 de agosto, com Adinan de Souza Fontoura, 42, também procurado no Brasil por roubo.

"Ele demonstrou propensão a cometer ações violentas e representou uma ameaça aos moradores de Massachusetts. Agora, ele retornará ao seu país de origem para enfrentar a justiça lá", disse o diretor do escritório de campo do ERO em Boston, Todd M. Lyons, em um comunicado oficial.

Conforme dados divulgados pelo governo americano, em 2022, o ERO prendeu 46.396 não cidadãos com antecedentes criminais. Já em 2023, esse número pulou para 73.822. Entre os crimes praticados por essas pessoas estão homicídio, sequestro e violência sexual.

A presença um grupo criminoso liderado por brasileiros de Massachusetts se tornou pública em 2019 quando 14 suspeitos foram presos pelo Departamento de Justiça. Conforme a Promotoria local, o grupo foi batizado de PCM (Primeiro Comando de Massachusetts), inspirada na facção.

"Gangues violentas que proliferam a violência são um flagelo em nossas comunidades", disse, em comunicado à época, o procurador Andrew E. Lelling.



Gangues violentas que proliferam a violência são um flagelo em nossas comunidades

Andrew E. Lelling
procurador nos Estados Unidos

"Nos últimos meses, membros e associados do Primeiro Comando de Massachusetts têm cometido crimes graves e violentos: roubando descaradamente empresas da comunidade, traficando drogas, traficando armas de fogo ilegais e até sequestrando uma jovem. Não ficaremos parados e permitiremos que esses criminosos perturbem a segurança e a paz de nossas comunidades."

Em 2021, o presidente democrata Joe Biden assinou uma ordem executiva para modernizar as sanções do Departamento do Tesouro dos EUA usadas para combater o comércio ilícito de drogas.

O órgão designou 25 atores, incluindo o PCC, como um dos alvos da medida que permite que o Tesouro sancione "pessoas estrangeiras que conscientemente recebam propriedade que constitua ou seja derivada de receitas de atividades ilícitas de tráfico de drogas".

"O PCC opera em toda a América do Sul, e suas operações alcançam os Estados Unidos, Europa, África e Ásia", diz nota do governo americano à época.

Em março deste ano, por exemplo, o governo Biden bloqueou bens do brasileiro Diego Macedo Gonçalves do Carmo, Bhrama, suspeito de ser "um agente-chave responsável pela lavagem de centenas de milhões de dólares da organização".

Carmo é suspeito de lavar cerca de R$ 1,2 bilhão e, conforme o governo americano, "continua ativo nos assuntos do PCC, enviando instruções mesmo de dentro da prisão".

"Com uma extensa rede em toda a América Latina e uma presença global em expansão, o PCC representa uma das organizações de tráfico de drogas mais importantes e preocupantes da região", disse o subsecretário do Tesouro para o Terrorismo e a Inteligência Financeira dos EUA, Brian E. Nelson.

O procurador de Justiça Marcio Sergio Christino, especialista em crime organizado, afirma que nos Estados Unidos já existem grupos criminosos estruturados há décadas, o que torna difícil que o PCC consiga se fortalecer por lá como fez na América Latina.

"Quem chega de fora, não chega pisando firme. O que os caras vão fazer lá? Eles fogem pra lá com o dinheiro. Lavam o dinheiro lá, porque é negócio até para as máfias americanas lavarem o dinheiro, porque cobram. Se eles chegarem lá e forem, por exemplo, traficar, vão encontrar uma oposição de todos aqueles que já estão ali", afirmou ele.

O secretário Nacional de Segurança Pública, Mário Sarrubbo, disse não ter detalhes da suposta presença de soldados do PCC nos EUA, mas sabe que o crime brasileiro ultrapassou várias fronteiras.

"Os europeus estão preocupados conosco, os Estados Unidos, a América do Norte, o mundo todo está preocupado com a América Latina, porque todos sabemos que a criminalidade organizada aqui é hoje uma realidade", declarou em evento em São Paulo.

A **Folha** procurou órgãos americanos, como o Serviço de Controle de Fronteira e o Serviço de Imigração e Controle de Alfândega dos Estados Unidos, para entender como estão as investigações, mas não houve resposta até a conclusão desta edição.

INÊS 249

Influenciadora Deolane Bezerra deixa cadeia para cumprir prisão domiciliar

Suspeita de integrar organização criminosa que atua em jogos ilegais e lavagem de dinheiro, advogada afirma ser inocente; fãs aguardavam saída em frente ao presídio

José Matheus Santos

RECIFE A advogada e influenciadora Deolane Bezerra deixou a cadeia na tarde de segunda-feira (9) para cumprir prisão domiciliar. Ela saiu da Colônia Penal Feminina do Recife por volta das 15h.

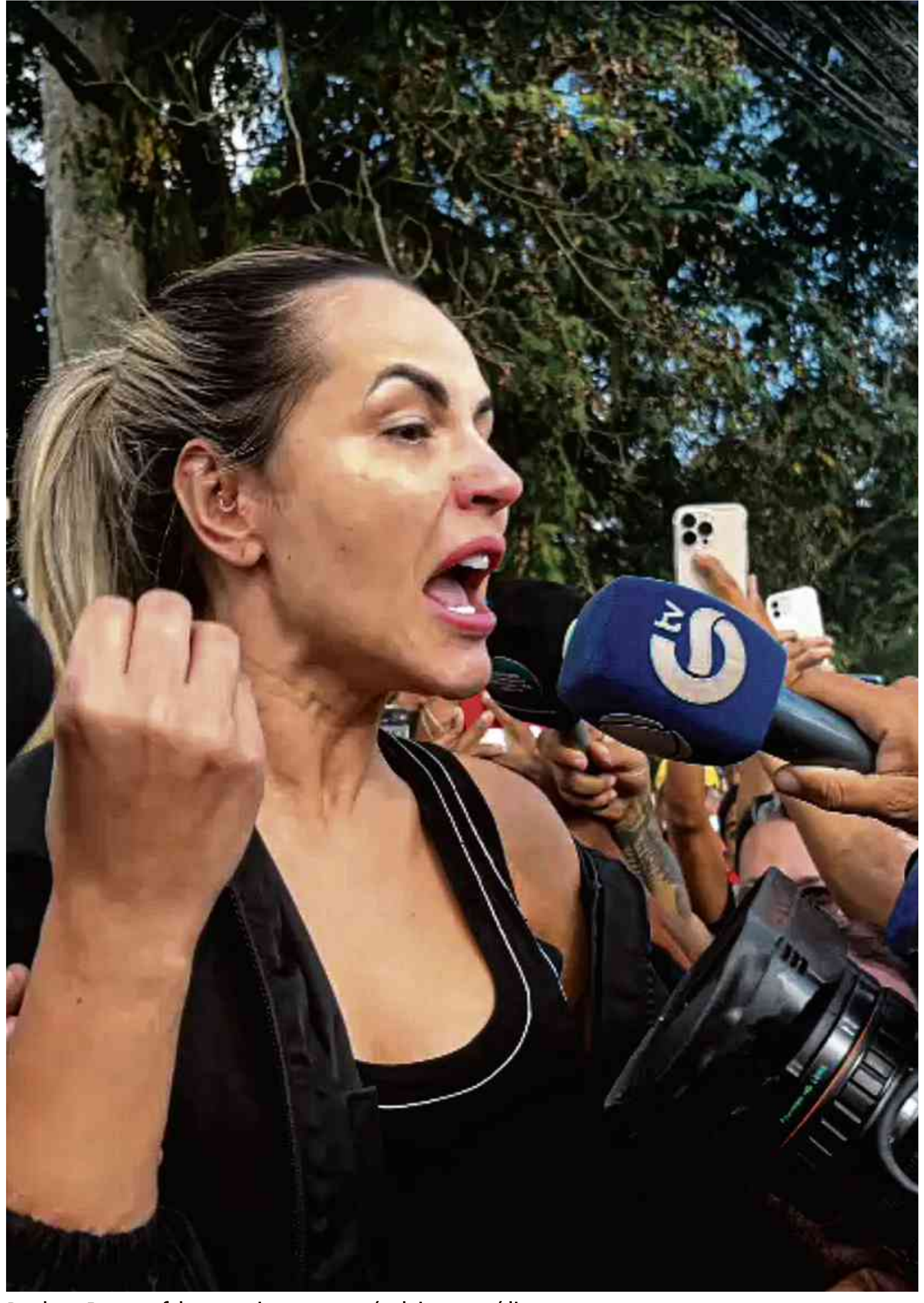
A saída aconteceu após o TJ-PE (Tribunal de Justiça de Pernambuco) conceder prisão domiciliar com tornozeleira eletrônica à empresária, em decisão do desembargador Eduardo Guilliod Maranhão, da 4ª Câmara Criminal do tribunal.

Deolane deixou a cadeia em meio a dezenas de apoiadores que estavam em frente à unidade prisional no bairro da Iputinga, zona oeste do Recife. "Isso é uma prisão criminosa. Abuso de autoridade do estado de Pernambuco", disse Deolane, repetidas vezes, após sair da unidade prisional. "Não há nenhuma prova sequer, não tem uma prova contra mim. Prisão cheia de abuso de autoridade a todos por parte do delegado Paulo Gondim."

A mãe dela, Solange Alves, teve pedido de liberdade negado pelo magistrado e seguirá presa na Colônia Penal. Ao ser perguntada sobre a manutenção da prisão da mãe, Deolane afirmou que não pode comentar sobre o processo. "Fui calada pelo Tribunal de Justiça", disse, antes de entrar em um carro que a levou após sair do presídio.

Na decisão que concedeu a prisão domiciliar, o desembargador disse que Deolane "não deve se manifestar em redes sociais, imprensa e assemelhados".

Deolane também agradeceu aos apoiadores que ficaram na frente do presídio. "Agradeço a todos, não vão se arrepender."



Deolane Bezerra fala com a imprensa após deixar presídio Genival Paparazzi - 9.set.2024/AgNews

Dezenas de pessoas ficaram no local diariamente desde a quarta-feira (4), quando a influenciadora foi presa. A movimentação se intensificou pela manhã, após uma das irmãs de Deolane, Dayane Bezerra, anunciar por meio das redes sociais que a advogada sairia da cadeia. Quando ela saiu da prisão, o público comemorou a saída e soltou inclusive fogos de artifício.

De acordo com a decisão judicial, Deolane deve permanecer sem contato com outros investigados e ficar em endereço residencial, inclusive nos finais de semana e feriados.

Ainda não há confirmação do local onde Deolane vai cumprir a prisão domiciliar, se no Recife ou em São Paulo, onde tem residência.

Deolane é investigada por suspeita de envolvimento em uma suposta organização criminosa que atua em jogos ilegais e lavagem de dinheiro e que teria movimentado quase R$ 3 bilhões.

Para soltar Deolane, o desembargador disse que ela é "primária, possui bons antecedentes" e que "seu trabalho é o sustento da sua família, bem como é mãe de uma criança com oito anos de idade".

"Inclusive, esta circunstância é de extrema relevância a partir do momento em que o Supremo Tribunal Federal, em decisão histórica, concedeu habeas corpus coletivo para para determinar a substituição da prisão preventiva por domiciliar de gestantes, lactantes e mães de crianças de até 12 anos ou de pessoas com deficiência, em todo o território nacional", escreveu o magistrado, em referência a uma decisão de 2018 da Segunda Turma do STF.

Em mensagem escrita na prisão e divulgada em suas redes sociais no domingo (8), antes da decisão, Deolane havia reafirmado que que é inocente e que não há "uma prova sequer" contra ela.

"Olha eu aqui de novo, tá demorando, né?", disse ela no início da carta, em que agradece o apoio de seus seguidores e afirma que, como "operadora do direito", aguarda os prazos da Justiça —ela é advogada.

Justiça de São Paulo determina bloqueio de 15 sites de jogos de azar

Lucas Lacerda

SÃO PAULO Uma decisão liminar da Justiça de São Paulo determinou o bloqueio de 15 sites de jogos de azar virtuais como o do tigrinho, do dragão e similares, que prometem supostos retornos rápidos para os jogadores.

O juiz Gustavo Henrique Bretas Marzagão, da 35ª Vara Cível da Capital, acatou um pedido de uma associação de jogos e apostas e enviou ofício à Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) para a suspensão de acesso aos endereços. Cabe recurso.

Segundo os autos, a Adeja (Associação em Defesa da Integridade e dos Direitos e Deveres nos Jogos e Apostas) afirmou que os sites atuam, sem regulamentação ou liderança de operação no Brasil, na intermediação financeira entre os usuários dos jogos e os sites. Ou seja, são responsáveis pelo fluxo do dinheiro entre os apostadores e as contas das empresas.

O Ministério Público se manifestou pela extinção da ação sem julgamento, mas o juiz Marzagão também acatou o argumento da Adeja de que a própria associação poderia ajuizar uma ação civil pública.

O magistrado também indeferiu um pedido da associação para o bloqueio das contas bancárias das empresas e deu 15 dias para que elas se manifestem. Após a determinação da Justiça, a Anatel deveria comunicar as operadoras de telefonia para que façam o bloqueio.

"Os fatos narrados na inicial e os documentos que a acompanham demonstram a verossimilhança das alegações da autora no sentido da participação das corrés nos danos sofridos pela coletividade", disse o magistrado.

Em acesso nesta segunda-feira (9), por volta das 10h30, ainda era possível acessar ao menos sete dos sites listados na decisão, a maioria prometendo retornos de investimento ou exibindo os personagens do jogo do tigrinho.

Como mostrou a **Folha**, cerca de 500 boletins de ocorrência já foram registrados em São Paulo com menção ao tigrinho desde o ano passado. Quem acreditou nas promessas chegou a perder R$ 200 mil, segundo investigações da Polícia Civil.

Em resposta à decisão desta segunda, a ANJL (Associação Nacional de Jogos e Loterias) diz que o fato de um site apenas hospedar o chamado Jogo do Tigrinho não configura ilegalidade, desde que cumpridos os requisitos previstos na legislação, entre eles o de o apostador ser informado previamente sobre o valor do prêmio em caso de vitória, além de não serem veiculadas quaisquer informações de promessas de ganho ou fonte de renda a partir do jogo.

A ANJL esclarece ainda que o jogo referido é apenas um entre centenas dos chamados jogos de slot disponíveis nas plataformas das casas de apostas. Por isso, opina, "não procedem as acusações de malefícios que o jogo estaria trazendo aos jogadores".

O Ministério da Fazenda publicou em 31 de julho uma portaria que regulamenta os jogos de aposta online. A medida, que passa a valer em janeiro de 2025, engloba modalidades virtuais como o jogo do tigrinho e outros caça-níqueis virtuais e formatos semelhantes.

Veja a lista de sites citados na decisão

- cxxbet.com
- hot777.com
- 7yjogo.com
- fresh.casino
- 1993bet.com
- 4444king.com
- 7slots.casino
- 9f.com
- afun.com
- amuletobet.com
- bbajogo.com
- br678.com
- iribet.com
- ninecasino.com
- x1jogo.com

INÊS 249

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br



Arquivo pessoal

PEDRO HENRIQUE MIRANDA (1996 - 2024)

Honesto e cativante, se encontrou no jornalismo

Saiu do interior de Pernambuco para fazer curso de trainee em São Paulo

Diego Alejandro

SÃO PAULO Pedro Henrique Miranda reunia três qualidades invejáveis para qualquer jornalista: era cativante, assertivo e honesto. Relatava a verdade, sem exageros ou omissões, e ainda fazia com que o ouvinte pedisse mais. Saiu de Petrolina, no interior de Pernambuco, para despontar em um dos maiores jornais do país.

Mas este nem sempre foi seu plano. Em 2016, ao sair do colégio, Pedro queria cursar psicologia. Jornalismo foi sua segunda opção no Enem, e ele passou na Universidade do Estado da Bahia. Decidido, ingressou na faculdade e se encontrou na profissão.

Quando estava prestes a se formar, em 2022, veio a conquista: foi aceito no 1º Curso de Jornalismo de Saúde do Estado de S. Paulo. Toda a família se juntou para comemorar e se despedir do jovem que seguia para a capital paulista. Pelo tamanho da festa parecia que ele ficaria fora por dez anos, e não dois meses.

Já um "foca", como são conhecidos os trainees do jornal, o pernambucano se destacou. Ele precisou retornar à Bahia para concluir a graduação, mas continuaria trabalhando de forma remota, como repórter da madrugada. Depois voltou para Petrolina e seguiu no jornal.

Com uma condição financeira melhor, Pedro conseguiu investir em sua casa. Pensando nas longas noites de trabalho, seu quarto foi adaptado para o home office.

Ele também pôde se dedicar a uma de suas paixões: cozinhar. Tinha habilidade especial para fazer bolos, e o de ameixa com coco era o seu favorito. Para agradar a maioria, no último aniversário de sua irmã ele decidiu fazer um bolo de chocolate.

Outra paixão de Pedro era Beyoncé. A cantora foi tema de seu aniversário, e ele já guardava dinheiro para ir a um show dela assim que tivesse oportunidade.

Apesar de ser uma pessoa "para frente", como descreveu sua irmã, Ana Luiza, ele preferia reuniões e encontros em casa, onde gostava de receber amigos para conversar ou jogar. Seu lar era conhecido como QG dos Mirandas, pois era o ponto de encontro de todos.

Era muito apegado à família. Estava sempre pronto para a apoiar a mãe e mantinha uma relação muito próxima com a irmã, a ponto de serem frequentemente confundidos com irmãos gêmeos.

Pedro sofreu um infarto no dia 8 de agosto, enquanto se preparava para mais um turno da madrugada, e não resistiu. Ele tinha 28 anos.

O QUE FAZER EM CASO DE MORTE

Serviço Funerário Municipal de São Paulo Central 156 Tel. (11)3396-3800; prefeitura.sp gov.br/servicofunerario

Anúncio pago na Folha Tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito folha.com/mortes. Até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos).

Voepass abandona rota entre Cascavel e Guarulhos após queda do avião em Vinhedo

Aeronave caiu há um mês, matando 62 pessoas; segundo a empresa, cancelamento do trajeto visa melhorar a experiência dos passageiros



Destroços do avião da Voepass que caiu em condomínio em Vinhedo (SP) Bruno Santos - 10.ago.24/Folhapress

Bruno Lucca

SÃO PAULO A Voepass deixou de operar algumas rotas desde a queda do voo 2283, há um mês, entre elas a de Cascavel (PR) até Guarulhos (SP), a mesma do acidente que deixou 62 mortos. Nenhum avião da companhia decola ou pousa na cidade paranaense desde de o último dia 2.

Com uma aeronave a menos em sua frota, a companhia afirma que foi necessário realizar uma readequação em sua malha.

Desde 9 de agosto, data do acidente, a Voepass deixou de operar em Fortaleza, Confins (MG) e Porto Seguro (BA). A partir de 26 de agosto, a companhia cancelou pousos e decolagens também em Salvador, Natal e Mossoró (RN). Já em 2 de setembro foi suspensa a operação em São José do Rio Preto (SP), Cascavel (PR) e Rio Verde (GO).

A medida, segundo a Voepass, visa garantir "uma melhora significativa na experiência dos passageiros, minimizando eventuais atrasos e cancelamentos".

Usuários que adquiriram bilhetes no período dos trechos cancelados serão tratados conforme a resolução 400 da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), que expõe o direito de requerer o reembolso no período de até 12 meses, considerando a atualização monetária.

Uma formação severa de gelo pode ter provocado uma inclinação abrupta e involuntária do avião da Voepass que caiu em Vinhedo (SP), segundo relatório preliminar divulgado na última sexta-feira (6) pelo Cenipa (Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos), órgão de prevenção e investigação de acidentes aéreos.

O modelo ATR 72-500 se preparava para iniciar o procedimento de pouso, virando ligeiramente à direita, quando repentinamente mudou de direção e se inclinou fortemente à esquerda.

A ocorrência aparenta o que na aviação se descreve como reversão de ailerons, quando a mudança inadequada de direção tira a capacidade de controle da aeronave. Os ailerons são peças móveis que ficam nas asas e têm justamente a função de girar o avião. Caso tenha ocorrido, o fenômeno teria precedido a perda de sustentação que levou à queda.

A análise é de James Rojas Waterhouse, professor do Departamento de Engenharia Aeronáutica da USP de São Carlos, com base no relatório, explicações e simulação apresentadas nesta sexta pelo órgão da Força Aérea Brasileira

Ainda não é possível afirmar que o fenômeno tenha efetivamente ocorrido.

Os dados divulgados mostram acionamentos constantes de avisos de formação de gelo, de perda de velocidade e de acionamentos de sistemas pelos pilotos para que a nave superasse essa condição. Não foram divulgados, porém, os registros do piloto automático. A ausência dessa informação impede uma análise sobre o evento que o Cenipa descreveu como reversão de comando, segundo o professor.

Waterhouse descreve dois cenários possíveis. O primeiro em que o piloto automático eventualmente tenha sido desligado no momento em que a aeronave fazia uma curva à direita e começava a descer. Na segunda hipótese, na mesma manobra, o comando já estaria no manual. Nos dois casos, a inclinação abrupta para a esquerda poderia ter provocado um "coice do manche" com força suficiente para tornar o equipamento incontrolável.

Uma das hipóteses avaliadas é a de que as asas tenham sido atingidas por um fenômeno conhecido na aviação como SLD, sigla em inglês para supercooled large drops, que pode ser traduzido como grandes gotas super-resfriadas. Essas gotas tocam a parte frontal da asa ainda em estado líquido, mas congelam após escorrerem para a parte superior.

INÊS 249



Mulher em ponto de ônibus nos arredores da praça do Relógio da USP, em São Paulo Rafaela Araújo/Folhapress

Após tentativa de estupro na USP, alunos reclamam da falta de guardas e da má iluminação

Prefeita do campus diz que pretende reformar sistema de iluminação e fará poda de árvores, medida vista como paliativa por diretório

Bruno Lucca

SÃO PAULO Uma estudante da USP (Universidade de São Paulo) denunciou uma tentativa de estupro no último dia 21 de agosto. Segundo o boletim de ocorrência, registrado no 91º DP (Ceagesp), a jovem de 23 anos foi agarrada na Praça do Relógio às 19h45 por um homem portando simulacro de pistola. Ela gritou, e o suspeito fugiu.

A polícia encontrou a arma falsa a poucos metros dali e a encaminhou para perícia. O agressor ainda não foi encontrado.

O caso incentivou série de protestos sobre a segurança na Cidade Universitária, no Butantã, zona oeste paulistana. Os estudantes reclamam da falta de guardas rondando os espaços e, principalmente, da iluminação precária.

A prefeitura do campus diz estar trocando as lâmpadas, mas haver necessidade de reforma em todo sistema. Enquanto isso não é feito, a solução aplicada será a poda de árvores.

"Estamos trabalhando sem cessar para melhorar a iluminação do campus. Entretanto, pela quantidade de lâmpadas que queimam, precisamos fazer um retrofit total do sistema. Este projeto foi contratado e será entregue agora no final de setembro", diz a arquiteta Raquel Rolnik, prefeita da Cidade Universitária.

Já sobre as podas, a ideia, explica Rolnik, é retirar galhos que encubram luzes e dificultem a visão dos estudantes e da equipe de segurança da universidade.

Para o DCE (Diretório Central dos Estudantes) Alexandre Vannucchi Leme, representante dos alunos na USP, a medida proposta pela instituição é paliativa.

Dada a situação, a entidade instrui os estudantes do período noturno a não caminharem sozinhos e usarem um dos aplicativos da universidade, o Campus USP, com diversas funções de segurança. Dentre elas, chamar a guarda universitária em casos de emergência.

Dados coletados pela universidade mostram um aumento no número de crimes praticados nos arredores de suas unidades de ensino. No caso dos roubos, foram 67 de janeiro a junho deste ano. Em todo 2023, houve 58. Muitas das ocorrências são registradas no horário de saída noturno (22h30) e em locais próximos aos portões de saída.

A USP contabiliza um caso de estupro em sua série histórica, iniciada em 2014. Ele ocorreu em julho de 2015. A vítima do ataque no último dia 21 foi acolhida pela Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento e está sendo acompanhada por uma assistente social. Seu nome é mantido em sigilo.

São constantes relatos de importunação e investidas sexuais a mulheres nas dependências da Cidade Universitária. Grupos das faculdades e a ouvidoria da instituição recolhem esses relatos —desde 2020, o órgão investigou 17 casos.

Em maio de 2022, durante um apagão, a estudante Halley Becegato, 25, afirmou ter sido abordada por um homem próximo ao prédio da FEA (Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária).

"Ele disse para a gente aproveitar que estava escuro, que ninguém veria, disse para sentir ele. Quando ele falou sobre o órgão sexual dele, eu comecei a correr", relatou a estudante de ciências moleculares na época.

A reportagem esteve na USP durante a noite de sexta-feira (6). Era difícil caminhar por alguns locais ou enxergar o horizonte pela baixa luminosidade. Lâmpadas inoperantes ou piscando estavam por todos os lados. A situação é pior nas faculdades mais isoladas, assim como na Praça do Relógio. As árvores não atrapalhavam a visão.

Num intervalo de duas horas, somente uma viatura da guarda foi encontrada fazendo ronda. Outras três estavam estacionadas na sede da Superintendência de Prevenção e Proteção Universitária.

Aos que se sentem ameaçados ou sofreram alguma violência no campus, a universidade disponibiliza canais para denúncia. A gestão destaca ser preciso denunciar também à polícia e realizar o boletim de ocorrência, cuja cópia poderá ser adicionada aos autos da sindicância interna.

Para formalizar a denúncia, o estudante deve comunicar o ocorrido à diretoria da unidade a que está vinculado, oralmente ou por escrito. O ideal é comunicar o maior número de detalhes possível.

Defesa indefensável

Respostas às denúncias revelam a cartilha da violência contra a mulher

Vera Iaconelli

Diretora do Instituto Gerar de Psicanálise, autora de "Criar Filhos no Século XXI" e "Manifesto antimaternalista". É doutora em psicologia pela USP

No que diz respeito aos acontecimentos envolvendo o ex-ministro Silvio Almeida, temos, pelo menos, três possibilidades. Na primeira, trata-se de um homem que usou da sua posição para assediar alunas, assessoras e colegas. Na segunda, ele sofreu uma conspiração envolvendo duas dúzias de mulheres que o estão detratando por outras razões. Por último, foi tudo um grande mal-entendido e suas expressões de carinho e amizade foram interpretadas erroneamente por elas como assédios sexuais.

Não sendo policial, advogada ou juíza, não tenho como validar nenhuma delas. Mas posso refletir sobre as reações, por si só alarmantes, que se seguiram às notícias.

A imprensa tem sido, ao longo da história recente, um dos índices mais importantes para se avaliar o estágio no qual se encontra a democracia de um país. Descolada dos demais Poderes, é condição para que se comece a falar de algum nível de normalidade institucional, ainda que não haja garantias. Atacar as apurações que repórteres fazem sobre dados disponíveis é, no mínimo, suspeito.

E o fato é que já existe, há alguns meses, um processo envolvendo o ex-ministro, levado a cabo por várias mulheres. Por que o cidadão, a quem um ministro representa, não deveria ser informado de que existem tais processos, sejam procedentes ou não?

Casos que envolvem assédio a mulheres têm peculiaridades que costumam se repetir e que são usadas para desqualificá-las. As vítimas podem demorar a reconhecer que a atitude amistosa de uma figura, até então confiável, esconde investidas inadequadas, pois primeiro duvidam de si mesmas, ficando presas na ambiguidade da situação. Mulheres temem retaliações das quais certamente serão alvo. O poder do assediador é seu grande trunfo, apequenando a vítima, que sente medo e vergonha de expor a situação, daí a necessidade de instituições que as escutem em sigilo.

Ainda não sabemos o que se passou entre o ex-ministro e as mulheres que o acusaram, mas sabemos o que se passou depois. E o que vimos foi a cartilha mais básica de violência contra mulheres

Não importa o quanto o acontecimento seja explícito, ainda arranjarão uma "minissaia" para dizer que a culpa foi dela. Do caso envolvendo Daniel Alves ao de Mariana Ferrer, não faltam exemplos de que o julgamento das mulheres já está dado de saída. Em função disso, qualquer argumento que desautorize a denúncia em função da hesitação e da demora é misógino.

A defesa instantânea e cheia de certeza, calcada na desqualificação das supostas vítimas, é roteiro assustadoramente conhecido. Quando promovida pelo acusado, usando os canais do ministério, revela a forma preocupante com que o ex-ministro tentou se justificar. Declarações oriundas do Instituto Luiz Gama, por exemplo, de alguns jornalistas e pessoas públicas que entenderam que apoiar a presunção de inocência do ex-ministro equivaleria a atacar a imprensa e as supostas vítimas, são inaceitáveis.

Ainda não sabemos o que se passou entre o ex-ministro e as mulheres que o acusaram, mas sabemos o que se passou depois. E o que vimos foi a cartilha mais básica de violência contra mulheres.

Sendo inocente, não caberia a Silvio Almeida manter a postura até que tudo seja esclarecido? E aos que estão de fora, não seria o caso de sustentar a dúvida?

A gestão desta crise depõe contra o acusado e seus defensores apressados, independentemente da veracidade das acusações.

DOM. Antonio Prata SEG. Becky S.Korich, Giovana Madalosso TER. Vera Iaconelli QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques QUI. Sérgio Rodrigues SEX. Tati Bernardi SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 04/2024 - EEFE-USP
PROCESSO SEI Nº: 154.00003440/2024-69

OBJETO: Serviço de conservação de áreas verdes
A EEFE/USP torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob nº: 04/2024 - EEFE-USP, do tipo menor preço, cujo objeto é: Serviço de conservação de áreas verdes conforme especificações e condições constantes do Edital e seus Anexos, estando a sessão de disputa agendada para o dia 24.09.2024, às 09:30, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal", através do sítio https://www.gov.br/compras/pt-br. O Edital na íntegra se encontrará disponível, além da página do Compras.Gov, citada anteriormente, nos seguintes endereços: https://portalservicos.usp.br/contratações; https://www.eefe.usp.br/licitacoes e www.imprensaoficial.com.br.

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM INSTITUIÇÕES BENEFICENTES, RELIGIOSAS E FILANTRÓPICAS DE SÃO PAULO

ELEIÇÕES SINDICAIS - AVISO

Em cumprimento ao disposto no artigo 60 § único dos Estatutos Sociais, comunico que foi registrada a chapa única abaixo como concorrente à eleição a que se refere o Edital publicado no dia 04 do mês de setembro do corrente ano, neste Jornal Folha de São Paulo: Para a diretoria - Membros Efetivos da Diretoria: Presidente = Luis Gustavo De Falco; Diretora Secretária = Ana Paula Pimenta de Almeida; Diretor Tesoureiro = Thiago Morillo Rivelli. Membros suplentes: Fabio Henrique de Moraes; Vanderson Mendes da Silva e Lourdes da Costa Borssato Olivieri. Conselho Fiscal - Membros Efetivos: Maria do Carmo Rosa; David Ramos de Andrade e Deise Maria Nogueira dos Santos. Conselho Fiscal - Membros Suplentes: Jhones Santos Simões; Janui Ferraz e Marcos Roberto Bueno. Delegados representantes junto ao Conselho da Federação - Efetivos: Luis Gustavo De Falco e Thiago Morillo Rivelli; Suplentes: Maria do Carmo Rosa e David Ramos de Andrade. Delegado representante junto ao Conselho da Confederação - Efetivo = Luis Gustavo De Falco; Suplente = Thiago Morillo Rivelli. Nos termos do artigo 62 do Estatuto Social, o prazo para impugnação é de cinco (5) dias a contar da publicação deste aviso.

São Paulo, 10 de setembro de 2024
GERALDO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO
Coordenador Geral do Pleito



TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
COMISSÃO DE LICITAÇÕES Nº 2
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.002/2024
AVISO DE REMARCAÇÃO DE DATA DE ABERTURA

Processo: TC/007472/2023 - **Objeto:** Contratação para o fornecimento e instalação de luminárias para o Plenário e o pátio entre as torres do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.
O Pregoeiro comunica que a sessão pública do Pregão 90.002/2024 fica REMARCADA para o dia 25.09.2024, às 9h00, no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br/.
O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
O edital poderá ser obtido gratuitamente, na Internet, através do site www.tcm.sp.gov.br – Editais ou no Portal de Compras do Governo Federal (https://www.gov.br/compras/pt-br/).



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n.º 062/2024
Proc. Adm. nº. 240722034776300/2024

Objeto: Registro de Preço para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PODAS, SUPRESSÕES, COLETA E DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS** provenientes da execução dos serviços em próprios e vias do município de Santana de Parnaíba, incluindo mão de obra, equipamentos, veículos e ferramentas, em atendimento a Secretaria Municipal de Serviços Municipais, pelo período de 12 (doze) meses. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 10/09/2024, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Licitacao/GridLicitacao.aspx, na aba serviços para sua empresa, licitações e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Início da sessão de disputa de lances: **Dia 24/09/2024, às 10h00min.**

Santana de Parnaíba, 09 de setembro de 2024.
AUTORIDADE COMPETENTE

DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

Acha-se aberta no Departamento de Águas e Energia Elétrica – UASG: 262101, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90014/2024 - DAEE, Processo nº 137.00009068/2024-94**, do tipo menor preço, objetivando constituição de Registro de preços para contratações futuras de Execução de Serviços de Limpeza, desobstrução e Desassoreamento dos Corpos Hídricos e Estruturas Hidráulicas do Rios Vivos nos Municípios da Bacia do Paraíba e Litoral Norte - **DBPB**. A abertura das propostas dar-se-á no dia **03/10/2024 às 14h00**, no endereço eletrônico www.compras.sp.gov.br.
Os interessados poderão consultar o Edital completo nos sites www.imprensaoficial.com.br (opção "NEGÓCIOS PÚBLICOS"); www.pncp.gov.br ou www.daee.sp.gov.br.







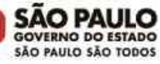
DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

Acha-se aberta no Departamento de Águas e Energia Elétrica – UASG: 262101, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90015/2024 - DAEE, Processo nº 137.00009071/2024-16**, do tipo menor preço, objetivando constituição de Registro de preços para contratações futuras de Execução de Serviços de Limpeza, desobstrução e Desassoreamento dos Corpos Hídricos e Estruturas Hidráulicas do Rios Vivos nos Municípios da Bacia do Peixe Paranapanema - **DBPP**. A abertura das propostas dar-se-á no dia **04/10/2024 às 10h00**, no endereço eletrônico www.compras.sp.gov.br.
Os interessados poderão consultar o Edital completo nos sites www.imprensaoficial.com.br (opção "NEGÓCIOS PÚBLICOS"); www.pncp.gov.br ou www.daee.sp.gov.br.









MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 038/2024
Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIAS, NÃO TRIPULADAS, TIPOS B E D"
Processo Administrativo: 9.090/2024-D
Data e Hora do Pregão: 25/09/2024 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.compras.gov.br
Critério de Julgamento: Menor preço
Modo de Disputa: Aberto
Preferência ME/EPP/Equiparadas: Não
UASG de atuação: 986921 – Prefeitura Municipal de Praia Grande - SP
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Saúde Pública, torna público que, na data, horário e endereço eletrônico acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico.
O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br, www.pncp.gov.br e www.compras.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.

Praia Grande, 5 de setembro de 2024.
CLEBER SUCKOW NOGUEIRA - Secretário Municipal de Saúde Pública

FAP FEDERAÇÃO AQUÁTICA PAULISTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL QUADRIENAL ELETIVA

O Presidente da Federação Aquática Paulista (FAP), no uso de suas atribuições, em conformidade com as exigências da legislação desportiva em vigor, em especial ao art. 29 do Estatuto da FAP, vem, por meio do presente Edital, **CONVOCAR** as entidades filiadas à Federação Aquática Paulista, que preencham os requisitos do ARTIGO 26, § 3º, do Estatuto da FAP, bem como o representante da Comissão de Atletas, nos termos do § 5º do mesmo artigo, para a **ASSEMBLEIA GERAL QUADRIENAL ELETIVA**, a ser realizada no dia **21 DE NOVEMBRO DE 2024**, quinta feira, na Rua da União, nº 57, Vila Mariana, São Paulo/SP, às 1**3h00**, desde que os presentes totalizem, pelo menos, metade mais um dos votos a que se refere o ARTIGO 30 do Estatuto e, caso não seja atingido o quorum acima mencionado, após decorridos 60 (sessenta) minutos será instalada a referida Assembleia, com qualquer número de membros presentes, conforme determina o § ÚNICO do mesmo ARTIGO 30, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:
a) Eleição do Presidente, do Vice-Presidente e do Conselho Fiscal da FEDERAÇÃO AQUÁTICA PAULISTA para o quadriênio de 16 de janeiro de 2025 a 15 de janeiro de 2029.
Somente poderão ser registradas e sufragadas chapas completas que tenham obedecido aos requisitos do ARTIGO 33 do Estatuto, bem como às disposições do Regimento Eleitoral, cujo texto se encontra à disposição dos interessados afixado no quadro de avisos da sede da Federação Aquática Paulista e no site www.aquaticapaulista.org.br
As inscrições das Chapas interessadas em participar das eleições deverão ser realizadas a partir da publicação do presente Edital até às **17 (dezessete) horas** do dia **23 SETEMBRO DE 2024**, segunda feira, na sede da Federação Aquática Paulista, conforme determina o caput do ARTIGO 33 do Estatuto.
Neste ato resta constituída e nomeada a Comissão Eleitoral independente, na forma do inciso VI do artigo 22 da Lei Pelé, através da nomeação de **Gustavo Lopes Pires de Souza (Presidente), Camila Pisani e Giovana Martins**.

São Paulo, 10 de setembro de 2024.

Marcelo Luis Biazoli
Presidente

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Físico nº: **0002237-35.2011.8.26.0450.** Classe – Assunto: **Usucapião - Assunto Principal do Processo << Informação indisponível >>.** Requerente: **Mario Conceição Marques. 1ª Vara. 1ª Vara. EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 30 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 0002237-35.2011.8.26.0450.** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara, do Foro de Piracaia, Estado de São Paulo, Dr(a). Cléverson de Araujo, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER,** a todos quantos o presente EDITAL virem e/ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que se processam perante essa Vara e respectivo Cartório de Ofício de Justiça os termos da AÇÃO DE USUCAPIÃO requerida por MÁRIO CONCEIÇÃO MARQUES, casado sob o regime da separação de bens com Vilma de Castro Marques (Processo nº 0002237-35.2011.8.26.0450), especialmente para a CITAÇÃO, com prazo de 30 (TRINTA) dias, de EVENTUAIS TERCEIROS INTERESSADOS, INCERTOS OU NÃO SABIDOS, INCLUSIVE SEUS RESPECTIVOS CÔNJUGES, SE CASADOS FOREM, BEM COMO SEUS HERDEIROS E SUCESSORES, referente ao imóvel de formato irregular, localizado na Rodovia Padre Aldo Boline, altura do Km. 79 + 70 m, Bairro Cachoeira Abaixo, no município e comarca de Piracaia, destacado de uma gleba de terras maior extensão, denominada "Retiro São Sebastião", identificado como "Quinhão D", com área de 51.264,00 m2, ou 5,1264 ha, definido pelas coordenadas geométricas de Latitude 23°02'17.018211" S e Longitude 46°25'00.891008" W, e com coordenadas Planos Retangulares Relativas Sistema UTM – Datum SIRGAS2000, referentes ao meridiano central 45°00' de coordenadas Este (X) 354.822,88 m e Norte (Y) 7.451.564,63 m, como segue: "Do vértice BXQ-M-5206 ao BXQ-M-5207 segue pela cerca marginal direita da Rodovia Padre Aldo Boline, equidistante 25,00 m do seu eixo, sentido Bragança Paulista-Piracaia, passando pelos vértices BXQ-P-4007, de coordenada UTM E= 354.833,3800 m e N= 7.451.563,9100 m, no azimute de 92°17'26", na extensão de 10,510 m; Do vértice BXQ-P-4007 segue até o vértice BXQ-P-4008, de coordenada UTM E= 355.065,6200 m e N= 7.451.565,7100 m, no azimute de 89°33'21", na extensão de 232,250 m; Do vértice BXQP-4008 segue até o vértice BXQ-P-4009, de coordenada UTM E= 355.077,7600 m e N= 7.451.562,3000 m, no azimute de 105°41'22", na extensão de 12,610 m; Do vértice BXQ-P-4009 segue até o vértice BXQ-P-4010, de coordenada UTM E= 355.084,1000 m e N= 7.451.558,4100 m, no azimute de 121°31'55", na extensão de 7,440 m; Do vértice BXQ-P-4010 segue até o vértice BXQ-P-4011, de coordenada UTM E= 355.093,6900 m e N= 7.451.548,7600 m, no azimute de 135°10'43", na extensão de 13,600 m; Do vértice BXQ-P-4011 segue até o vértice BXQ-P-4012, de coordenada UTM E= 355.135,8400 m e N= 7.451.498,7300 m, no azimute de 139°53'10", na extensão de 65,420 m; Do vértice BXQ-P-4012 segue até o vértice BXQ-P-4013, de coordenada UTM E= 355.145,9500 m e N= 7.451.483,7100 m, no azimute de 146°05'46", na extensão de 18,110 m; Do vértice BXQ-P-4013 segue até o vértice BXQ-P-4014, de coordenada UTM E= 355.153,9000 m e N= 7.451.468,1100 m, no azimute de 152°59'45", na extensão de 17,510 m; Do vértice BXQ-P-4014 segue até o vértice BXQ-P-4015, de coordenada UTM E= 355.167,8600 m e N= 7.451.438,2600 m, no azimute de 154°56'09", na extensão de 32,950 m; Do vértice BXQ-P-4015 segue até o vértice BXQ-P-4016, de coordenada UTM E= 355.176,0200 m e N= 7.451.421,8000 m, no azimute de 153°37'49", na extensão de 18,370 m; Do vértice BXQP-4016 segue até o vértice BXQ-M-5207, de coordenada UTM E= 355.184,7500 m e N= 7.451.408,3800 m, no azimute de 146°57'18", na extensão de 16,010 m; Do vértice BXQ-M-5207 ao BXQ-P-5211 segue pelo valo, confrontando com Paulo Neves da Cunha Cintra, passando pelos vértices BXQ-M-5208, de coordenada UTM E= 355.134,7200 m e N= 7.451.381,5900 m, no azimute de 241°49'55", na extensão de 56,750 m; Do vértice BXQ-M-5208 segue até o vértice BXQ-M-5209, de coordenada UTM E= 355.104,8500 m e N= 7.451.368,6900 m, no azimute de 246°38'31", na extensão de 32,540 m; Do vértice BXQ-M-5209 segue até o vértice BXQ-M- 5210, de coordenada UTM E= 355.090,9400 m e N= 7.451.361,2300 m, no azimute de 241°47'42", na extensão de 15,780; Do vértice BXQ-M-5210 segue até o vértice BXQ-M-5211, de coordenada UTM E= 355.083,4300 m e N= 7.451.349,8200 m, no azimute de 213°21'10", na extensão de 13,660 m; Do vértice BXQ-M-5211 ao BXQ-M-5219 segue por divisa com cerca, confrontando com José Maria Rodrigues Gimenez passando pelos vértices BXQ-M-5212, de coordenada UTM E= 355.035,7900 m e N= 7.451.368,2000 m, no azimute de 291°05'50", na extensão de 51,060 m; Do vértice BXQ-M-5212 segue até o vértice BXQ-M-5213, de coordenada UTM E= 355.006,5600 m e N= 7.451.376,9800 m, no azimute de 286°43'08", na extensão de 30,520 m; Do vértice BXQ-M-5213 segue até o vértice BXQ-M-5214, de coordenada UTM E= 354.939,1000 m e N= 7.451.393,7900 m, no azimute de 283°59'32", na extensão de 69,520 m; Do vértice BXQ-M-5214 segue até o vértice BXQ-M- 5215, de coordenada UTM E= 354.919,5100 m e N= 7.451.401,3900 m, no azimute de 291°12'14", na extensão de 21,010 m; Do vértice BXQM-5215 segue até o vértice BXQ-M-5216, de coordenada UTM E= 354.910,0200 m e N= 7.451.407,8400 m, no azimute de 304°12'09", na extensão de 11,470 m; Do vértice BXQ-M-5216 segue até o vértice BXQ-M-5217, de coordenada UTM E= 354.873,2900 m e N= 7.451.464,9600 m, no azimute de 327°15'28", na extensão de 67,910 m; Do vértice BXQ-M-5217 segue até o vértice BXQ-M- 5218, de coordenada UTM E= 354.860,7500 m e N= 7.451.488,4700 m, no azimute de 331°55'30", na extensão de 26,650 m; Do vértice BXQ-M-5218 segue até o vértice BXQ-M-5219, de coordenada UTM E= 354.830,3500 m e N= 7.451.526,0800 m, no azimute de 321°03'06", na extensão de 48,360 m; Do vértice BXQ-M-5219 segue pela lateral direita da estrada de servidão, sentido bairro - cidade, confrontando com José Maria Rodrigues Gimenez, até o vértice BXQ-M-5220, de coordenada UTM E= 354.828,1200 m e N= 7.451.534,6600 m, no azimute de 345°25'51", na extensão de 8,870 m; Finalmente do vértice BXQ-M-5220 segue pela lateral direita da estrada de servidão, sentido bairro - cidade, confrontando com José Carlos de Castro Carvalho e outros, até o vértice BXQ-M-5206 (início da descrição), no azimute de 349°59'04", na extensão de 30,13 m, fechando assim o polígono acima descrito.", caracterizado na Planta e no Memorial descritivo constantes dos autos, ficando os mesmos CITADOS da presente ação, bem como do prazo para contestação, que é de 15 (QUINZE) dias, cujo prazo começará a fluir a partir do decurso de prazo deste Edital de 30 (TRINTA) dias. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de Piracaia, aos 05 de outubro de 2023.

saúde

Vacina contra vírus sincicial é vantajosa em idosos, aponta estudo

Samuel Fernandes

ROTERDÃ (HOLANDA) Programas de vacinação contra o vírus sincicial respiratório (VSR) para idosos com pelo menos 70 anos e com comorbidades que podem piorar o quadro clínico é vantajoso tanto do ponto de vista econômico quanto da saúde pública, aponta um novo estudo publicado nesta segunda-feira (9) no periódico científico Canadian Medical Association Journal.

As estimativas foram feitas com dados do Canadá. No Brasil, duas vacinas já receberam autorização para uso em pessoas mais velhas. Além desses imunizantes, dois anticorpos monoclonais estão autorizados para prevenção da doença em crianças.

O VSR é um patógeno que pode causar diferentes quadros respiratórios em população de maior risco, como idosos e crianças. Nos pequenos, por exemplo, o vírus é o responsável por cerca de 75% dos casos de bronquiolite, uma infecção nos bronquíolos, que levam o ar aos pulmões.

O estudo buscou entender o custo-benefício da aplicação de vacinas contra VSR naqueles com pelo menos 50 anos no Canadá. Ashleigh Tuite, gerente de economia e modelagem da saúde do Centro de Vigilância e Programas de Imunização vinculado à Agência de Saúde Pública do Canadá, explica que o país já autorizou a aplicação de vacinas para aqueles acima de 60 anos.

No entanto, existe um pedido, ainda sob análise, para ampliar a vacina para maiores de 50— por isso, essa população também foi incluída na análise.

Além da idade, as estimativas também consideraram comorbidades prévias relatadas pela população analisada. No total, cem mil indivíduos foram incluídos no estudo e acompanhados durante um período de três anos, considerando fatores de risco para desenvolvimento de casos graves e a proteção conferida pelos imunizantes incluídos na análise.

O artigo recém-divulgado não utilizou dados do Brasil, somente do Canadá. Por isso, explica Tuite, não é possível comentar a realidade brasileira em relação a uma possível incorporação de formas de prevenção do VSR para idosos.

INÊS 249

Cientistas conseguem ver interior de rato com tinta que deixa pele transparente

Corante é removível e pode contribuir na identificação de condições como cânceres e doenças dos vasos sanguíneos

Nancy Lapid

REUTERS Aplicar um tipo de corante utilizado em alimentos e que absorve a luz na pele pode torná-la transparente, permitindo que os pesquisadores vejam os vasos sanguíneos do couro cabeludo, o movimento dos órgãos sob a pele do abdômen e os músculos em funcionamento, segundo um estudo feito com ratos e divulgado na quinta-feira (5) na revista científica Science.

O processo inofensivo, que era reversível com uma rápida lavagem, pode ser útil em uma ampla gama de diagnósticos médicos, disseram os pesquisadores em um comunicado.

Injetar o corante —chamado tartrazina e comumente conhecido como FD&C Amarelo 5— pode levar a visões ainda mais profundas do corpo, especulam os autores.

Normalmente, o corpo não é invisível porque a luz se curva e se dispersa de maneira diferente ao passar por cada um dos diferentes tecidos e fluidos.

Quando dissolvidas em água, as moléculas de tartrazina são estruturadas de forma a se alinharem com a capacidade de curvar a luz da pele, ou seu "índice de refração". O corante absorve a luz azul e roxa e permite que a luz vermelha e laranja passe pelo tecido, resultando em transparência.

"Olhando para o futuro, essa tecnologia poderia tornar as veias mais visíveis para a coleta de sangue, tornar a remoção de tatuagens a laser mais direta ou ajudar na detecção precoce e tratamento de cânceres", disse Guosong Hong, da Universidade de Stanford, que ajudou a liderar a pesquisa.

Um comentário publicado com o artigo observa que H.G. Wells previu essa abordagem há muito tempo em seu romance O Homem Invisível.

"O protagonista inventa um soro que torna as células de seu corpo transparentes ao controlar precisamente seu índice de refração para combinar com o do meio ambiente circundante, o ar", escreveram Christopher J. Rowlands e Jon Gorecki do Imperial College London.

ciência



Pesquisadores documentaram o que aparenta ter sido um tubarão se alimentando de outro tubarão, uma fêmea grávida James Sulikowski

Pesquisadores desvendam como um tubarão devorou uma fêmea grávida

Cientistas monitoravam animal vítima até os dados produzidos por ela pararem de fazer sentido; profundidade de rastreador foi elemento final para a conclusão

Phillippe Watanabe

SÃO PAULO Tubarões têm uma longa lista de cardápios possíveis nos oceanos —sempre vale lembrar, o ser humano não é um deles—, entre os quais, outros colegas tubarões. Uma dessas refeições, mais especificamente a predação de uma fêmea ameaçada de extinção e grávida, foi documentada por pesquisadores recentemente no oceano Atlântico.

Os cientistas não estavam esperando o que encontraram. Inicialmente, eles capturaram e marcaram, com dispositivos para monitoramento —com os quais é possível analisar comportamentos e preferências ambientais—, alguns tubarões Lamna nasus, conhecidos como tubarão-sardo, espécie classificada como vulnerável na lista da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN na sigla em inglês) de animais ameaçados de extinção.

> **Predação entre tubarões é bastante comum. Os mais difundidos são os exemplos do tubarão-limão e do tubarão mangona em que os próprios filhotes praticam canibalismo dentro do útero**
>
> **Leonardo Feitosa**
> biólogo e doutorando em ciências ambientais e manejo pela Universidade da Califórnia

Esses aparelhos estavam programados para coletar dados de pressão e temperatura da água, em intervalos de 20 segundos, por 365 dias.

Em 28 de outubro de 2020, uma fêmea grávida foi capturada e marcada próximo a Cabo Cod, uma península no estado de Massachusetts, nos Estados Unidos.

No início do rastreamento, até 26 de dezembro daquele ano, o animal ficou próximo a superfície, nadando a até cem metros de profundidade. A temperatura medida no período ficou de 10,28°C a 20,54°C.

Depois, até o fim de março do ano seguinte, a fêmea se distanciou do continente e chegou a nadar em profundidades de até 800 metros, e as temperaturas variaram de 6,4°C a 23,52°C. Estima-se que ela tenha se deslocado cerca de 1.120 km durante o período monitorado. Até que chegou o dia 24 de março de 2021.

Apesar da manutenção da profundidade, houve um aumento da temperatura registrada. Começou-se a se notar, então, que, mesmo com variações da profundidade em que o rastreador acoplado ao tubarão estava, a temperatura permanecia relativamente estável, sem grandes alterações.

Segundo os cientistas, os dados observados indicavam que o rastreador havia sido engolido e, provavelmente, a fêmea, predada por outro animal.

Qual animal poderia comer um tubarão fêmea com mais de 2 m de comprimento? Os dados de profundidade e local da predação, mais as informações sobre a temperatura estável posterior (cerca de 5°C acima da temperatura ambiente), poderiam ajudar a indicar quem seria o responsável.

Um mamífero grande, como uma orca, poderia ser o responsável? Provavelmente, não, por esses animais terem uma temperatura corporal maior do que a observada. Os principais suspeitos, que habitam áreas próximas de onde ocorreu a predação, tornaram-se, então, o tubarão-branco (*Carcharodon carcharias*) e o tubarão-mako (*Isurus oxyrinchus*).

A profundidade em que ficou o rastreador, agora dentro do corpo do predador, foi o elemento final para os pesquisadores concluírem quem predou a fêmea grávida. O tubarão-mako fica em profundidades um pouco inferiores às registradas no rastreador.

Mas há documentação de grandes fêmeas de tubarões-branco passando mais tempo em profundidades maiores nas águas do Atlântico, onde se deu a pesquisa.

"Dada essa comparação, é provável que um tubarão-branco tenha sido o predador do nosso tubarão-sardo marcado", escrevem os cientistas.

Apesar desse detalhamento dos últimos momentos da vida do bicho, tubarões predando tubarões não chega a ser um cenário novo.

"Predação entre tubarões é bastante comum", afirma Leonardo Feitosa, biólogo e doutorando em ciências ambientais e manejo pela Universidade da Califórnia, Santa Barbara, que não participou do estudo.

Segundo Feitosa, o mais comum é que espécies menores virem presas dos tubarões maiores. Também é possível observar bichos jovens virando presa de indivíduos adultos de outras espécies de tubarão. Até canibalismo é encontrado.

"Os mais difundidos são os exemplos do tubarão-limão (Negaprion brevirostris) e do tubarão mangona em que os próprios filhotes praticam canibalismo dentro do útero", diz Feitosa.

"As fêmeas geram ovos que eclodem dentro do útero em diferentes momentos. O filhote mais velho já é uma cópia do indivíduo adulto, inclusive com dentes, predando seus irmãos menores, de ovos mais jovens."

O pesquisador afirma que há um acervo amplo de vídeos no YouTube de tubarões predando uns aos outros.

"Qualquer tipo de registro desse tipo de interação é interessante, especialmente no caso do estudo porque eles têm fortes evidências de que a predação ocorreu por uma espécie de tubarão com regulação termal, o que normalmente é difícil averiguar", afirma Feitosa.

INÊS 249



Anéis olímpicos na Torre Eiffel, que têm destino incerto Thibaud Moritz/AFP

Paris termina Jogos com saldo visto como positivo e símbolos olímpicos sem destino certo

Enquanto autoridades apontam sucesso nas finanças da edição do megaevento, comerciantes locais apontam prejuízos no faturamento

André Fontenelle

PARIS Nesta segunda-feira (9), o balão gigante com a pira olímpica e paralímpica não subiria aos céus de Paris ao cair da noite. Continua, porém, no Jardim das Tulherias, pelo menos enquanto não se decide o que fazer dele, como um símbolo de tudo que ainda é incerto no legado dos Jogos encerrados no último domingo (8).

Os indícios do evento recém-terminado estão por toda parte em Paris. As principais avenidas continuam decoradas com flâmulas coloridas. As arenas provisórias ainda estão sendo desmontadas. A festa não acabou: no próximo sábado (14), todos os medalhistas franceses nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos desfilarão na avenida dos Champs-Elysées e serão recebidos pelo presidente Emmanuel Macron.

Para os parisienses, a mudança mais bem-vinda, nesta segunda, foi a volta da passagem de metrô a € 2,15 (cerca de R$ 13); durante os Jogos, ela custou exorbitantes € 4 (R$ 25) —segundo o governo, para que os forasteiros ajudassem a pagar a conta da festa.

Os anéis olímpicos continuam na Torre Eiffel. Inicialmente, a prefeita Anne Hidalgo anunciou que ali permaneceriam para sempre. A declaração desagradou alguns, inclusive descendentes do criador do monumento, o engenheiro Gustave Eiffel. Fala-se agora em mantê-los apenas até começar a próxima edição dos Jogos, em 2028, em Los Angeles. Sobre os "agitos", o equivalente paralímpico instalado no Arco do Triunfo, nada foi oficialmente dito.

Outra incerteza tem a ver com a contabilidade final do evento. Globalmente, o efeito parece ter sido positivo para a economia francesa. O Banco da França, banco central do país, anunciou que deve rever para mais sua previsão de crescimento de 0,8% para 2024, em parte devido ao "sucesso dos Jogos Olímpicos", segundo o governador da instituição, François Villeroy de Galhau.

Os organizadores se gabam de números impressionantes. Os 12 milhões de ingressos vendidos, olímpicos e paralímpicos, representam um novo recorde, superando os 10,9 milhões de Londres-2012. Foram comercializados mais de 1 milhão de mascotes, os Phryges.

Mas nem todo mundo ficou feliz. Muitos comerciantes disseram ter sido prejudicados pelos Jogos, principalmente os situados no "perímetro de segurança" ao longo do rio Sena, cujo acesso foi fortemente limitado na semana que antecedeu a cerimônia de abertura. O faturamento teria caído 60%. O governo criou uma "comissão de indenização" para estudar um possível ressarcimento.

O movimento também caiu em algumas das principais atrações turísticas de Paris, durante os Jogos: o Museu do Louvre anunciou uma queda de 22%. Disneyland Paris não divulgou números, mas confirmou que as intermináveis filas do parque ficaram menores nas últimas semanas.

Quarenta mil empregos temporários também desapareceram com o fim do evento, segundo Valérie Pécresse, presidente do conselho regional que abrange Paris. Ela anunciou a criação de uma plataforma digital para ajudar essas pessoas a encontrarem trabalho.

Pécresse também anunciou, tardiamente, projeto para instalar rampas e elevadores nas estações de metrô mais antigas. Caso se concretize, seria importante legado da conscientização despertada pelos atletas paralímpicos.

Paris foi uma festa 2 – C'est fini

Ninguém duvidava da beleza que a cidade proporcionaria aos Jogos

Sandro Macedo

Medalha de ouro no futsal (improvisado no gol) e no vôlei do ensino fundamental em 1986; na Folha desde 2001

"Game is not over", o jogo não acabou, era a expressão usada para atrair a torcida para os Jogos Paralímpicos. Depois de dez dias de competições intensas, agora sim, "the game is over", acabou, "c'est fini".

E a Paralimpíada terminou como a Olimpíada começou, com muita chuva. Desta vez, com público seco. Só se molharam paratletas, voluntários, dirigentes (eles mereciam), mascote e os 187 DJs que tocaram na cerimônia, todos provavelmente amigos de Jean-Michel Jarre.

Jean-Michel é considerado o pai da música eletrônica na França. Prefiro o pai, Maurice, autor de trilhas de filmes como "Lawrence da Arábia".

Em muitos pontos, Paris acordou quase como se nada tivesse acontecido. Mas as pistas do evento esportivo ainda estão espalhadas pela cidade.

A place de La Concorde, que foi e palco da abertura paralímpica, abriga várias máquinas pesadas agora. Um turista brasileiro, fazendo selfie diante do que ainda resta da arena, perguntava para a acompanhante, "o que jogaram aqui mesmo?".

Este escriba, em momento pouco humilde (na reta final), estava na provisória instalação da Arena Campo de Marte, que recebeu o judô, no sábado (7), quando os brasileiros conquistaram três ouros, uma prata e um bronze. Era o último dia de competições ali.

A surpresa mesmo, pelo menos para este escriba, foi o envolvimento da torcida, a paixão pelos atletas e paratletas franceses e até por estrangeiros simpáticos —todos amam Gabrielzinho

Após falar com a parajudoca Rebeca Silva na zona mista e voltar para a tribuna de imprensa, não havia mais ninguém na plateia.

Porém, antes de concluir o texto para esta **Folha**, a área de luta já estava cheia de novo. Eram funcionários atuando no desmonte da arena, com grandes plataformas articuladas e outros maquinários —deu até para este escriba subir no tatame ousadamente sem ninguém se importar.

De acordo com a organização, a Paralimpíada foi sucesso de público, com 2,5 milhões de ingressos vendidos —perto dos 2,7 milhões de Londres. Sim, várias disputas tiveram lotações esgotadas, como o próprio judô, modalidade querida dos franceses, a esgrima, no imponente Grand Palais, e os jogos noturnos do futebol de cegos.

Mas também teve muita sessão com público pequeno (menor até que Palmeiras em Barueri), como as provas de natação e o parataekwondo.

Poucos testemunharam o bicampeonato paralímpico de Mariana d'Andrea na Arena Porte de La Chapelle —é a única obra fixa construída na capital e já com destino e nome certo; será Arena Adidas, casa do time de basquete de Paris. Venderam os "naming rights" uns 1.800 dias mais rápido que o Corinthians. Nada de elefantes blanc, bleu ou rouge.

E teve ainda evento sem ingressos disponíveis, com suposta lotação esgotada, mas com cadeiras vazias na arena. Um mistério. Talvez fosse o assento do tal elefante branco, que não veio.

Mas ninguém duvidava da beleza que Paris proporcionaria aos Jogos. A surpresa, pelo menos para este escriba, foi o envolvimento da torcida, a paixão pelos atletas e paratletas franceses e até por estrangeiros simpáticos —todos amam Gabrielzinho.

Vamos ver quanto tempo o frio que se aproxima demora para trazer de volta o "citoyen" blasé. No próximo domingo a festa ainda terá seu adeus oficial, com medalhistas franceses desfilando na Champs-Elysées. Tempo para mais um pouquinho de "allez, les bleus".

DOM. Tostão e Juca Kfouri SEG. Juca Kfouri TER. Sandro Macedo QUA. Tostão QUI. Juca Kfouri SÁB. Marina Izidro

INÊS 249

esporte

ESPORTE AO VIVO Eliminatórias da Copa
21h30 Paraguai x Brasil, Globo, SporTV

Com treinos em meio a bombas, Ucrânia é 7ª no quadro de medalhas

Delegação de 139 atletas conquista 82 pódios, com 22 ouros, 28 pratas e 32 bronzes

PARIS-2024

André Fontenelle

PARIS Vladislav Zahrebelnii saca do bolso o celular e mostra ao repórter uma imagem da pista de atletismo onde treina, em Dnipro, perto do front da guerra. Ao fundo, a coluna de fumaça de um bombardeio russo.

"Quando eu treino, um foguete pode cair na minha cabeça. É assim. Existe a possibilidade de eu morrer treinando, ou até descansando em casa", lamenta Zahrebelnii, 32, sexto colocado no salto em distância classe T37 (paralisia cerebral). Ele foi ouro na mesma prova em Tóquio, em 2021.

"Temos atletas aqui que não dormem. Às 3h, às 4h, às 5h da manhã a Rússia lança mísseis que matam ucranianos. E nossas famílias estão lá", lamentou na sexta-feira (6) Valerii Sushkevich, presidente do Comitê Olímpico Ucraniano, durante homenagem à delegação de seu país na prefeitura de Paris.

Apesar de condições de treino como essa, a Ucrânia foi uma das histórias de sucesso dos Jogos Paralímpicos de Paris. Terminou com 82 medalhas —22 de ouro, 28 de prata e 32 de bronze.

O total é inferior às 98 medalhas de Tóquio, meses antes da invasão russa de fevereiro de 2022. Ainda assim, representa o sétimo lugar na classificação geral, à frente até da anfitriã França. Por onde passaram, os ucranianos foram efusivamente festejados pela torcida francesa.

"Estamos junto com o Brasil", comemorou Sushkevich em entrevista à **Folha**. "E qual é o milagre para estarmos junto dos melhores países? Muitos me fizeram essa pergunta em Paris. Primeiro, porque para nós cada vitória no esporte é uma vitória pela paz. Depois, não é uma coincidência. É estrutura. Vocês, no Brasil, sabem disso, porque têm uma estrutura [paralímpica] muito eficaz", elogia.

Sushkevich se refere sobretudo a um programa existente há três décadas, chamado Invasport (sigla de "inválido" e "esporte"), uma rede de instalações esportivas paralímpicas espalhadas pela Ucrânia, facilitando a detecção e o treinamento de atletas de ponta.

Embora mais de 500 dessas instalações tenham sido danificadas pela guerra, aquelas que continuam de pé, como o estádio de Dnipro onde treina o saltador Zahrebelnii, ainda permitem aos ucranianos treinar em alto nível.

Ao contrário do que se poderia supor, os dois anos e meio de conflito não inflaram a delegação ucraniana com ex-combatentes feridos. Em Paris há apenas um atleta cuja deficiência foi provocada pela guerra contra a Rússia, na equipe de vôlei sentado. "Não dá para formar um atleta em um ou dois anos", explica Sushkevich.



Vladislav Zahrebelnii mostra na tela do celular foto da pista de atletismo onde treina, em Dnipro, na Ucrânia; ao fundo, a coluna de fumaça é de um bombardeio russo André Fontenelle/Folhapress

Uma queixa dos ucranianos tem a ver com o status de "neutros" dado nestes Jogos Olímpicos e Paralímpicos aos atletas da Rússia e da aliada Belarus. De neutros, segundo eles, não têm nada.

"Eles [os atletas russos e bielorrussos] podem fazer o trabalho deles sem qualquer risco à própria vida. Continuam tendo o apoio do Estado e podem usar essas competições para a propaganda interna e externa deles", reclama Zahrebelnii.

Os russos puderam levar 88 atletas aos Jogos Paralímpicos, em esportes individuais, com um uniforme verde, sem qualquer símbolo nacional. Suas medalhas não foram computadas no quadro oficial, mas o Comitê Paralímpico Russo divulgou balanços diários nas redes sociais. Segundo a entidade, esportistas do país ganharam 20 medalhas de ouro, 21 de prata e 23 de bronze, o que representaria o oitavo lugar no quadro de medalhas —logo atrás da Ucrânia.

Os ucranianos evitaram cumprimentar os rivais russos e bielorrussos antes, durante e depois das competições. Antes da cerimônia de entrega das medalhas dos 100 metros classe T35 (paralisia cerebral), Ihor Tsvietov, medalha de ouro, alertou os dois russos que ganharam prata e bronze: "Não falem comigo no pódio." Segundo o Comitê Paralímpico Ucraniano, nenhuma instrução específica nesse sentido foi dada aos atletas.

O presidente do Comitê Paralímpico Internacional, Andrew Parsons, citou neste domingo (8) um pódio da natação, em que o ucraniano Andrii Trusov ganhou o ouro, e o russo Egor Efrosinin, o bronze. "Não foi amigável, mas foi respeitoso. É uma metáfora daquilo que as Paralimpíadas podem oferecer ao mundo: um lugar onde se possa viver juntos, sob o mesmo teto."



Quando eu treino, um foguete pode cair na minha cabeça. É assim. Existe a possibilidade de eu morrer treinando, ou até descansando em casa

Vladislav Zahrebelnii
atleta ucraniano, sexto colocado no salto em distância classe T37 (paralisia cerebral)

Corinthians anuncia a contratação do atacante Memphis Depay

SÃO PAULO O Corinthians anunciou nesta segunda-feira (9) a contratação do atacante holandês Memphis Depay, 30. O atleta estava livre no mercado desde o fim de seu compromisso com o Atlético de Madrid.

Revelado pelo PSV, da Holanda, ele também tem passagens por Manchester United, Lyon e Barcelona. Na última temporada, disputou 39 partidas pelo Atlético e marcou nove gols. Seu vínculo não foi renovado.

Para contar com o jogador, o Corinthians deve desembolsar cerca de R$ 70 milhões, entre luvas e salários, diluídos até o fim do contrato, em dezembro de 2026. Ele é o 19º reforço do clube para a temporada.

Por ser considerado midiático, o atacante será usado pela equipe em ações de marketing da Esportes da Sorte, patrocinadora máster do time, que fará um aporte financeiro especificamente para ajudar nessa contratação.

Depay chega com a expectativa de melhorar o poder ofensivo da equipe, que luta contra o rebaixamento no Brasileiro. A equipe alvinegra tem o terceiro pior ataque da competição, com 22 gols em 25 jogos —o Internacional também balançou as redes 22 vezes, mas tem três partidas a menos.

A situação reflete o tumultuado ambiente político no Parque São Jorge. O presidente do clube, Augusto Melo, enfrenta um processo de impeachment por questionamentos em relação à atuação dele na saída da patrocinadora VaiDeBet.

Depay está sem jogar uma partida oficial desde a semifinal da Eurocopa, há quase dois meses, quando a Holanda foi superada pela Inglaterra. Ele é o segundo maior artilheiro da história da seleção de seu país, com 46 gols, atrás apenas de Robin van Persie, autor de 50.

O atacante disputou duas Copas de Mundo. Fez sua estreia em 2014, quando atuou no estádio do Corinthians em Itaquera e fez um gol contra o Chile, na vitória da equipe laranja por 2 a 0, pela fase de grupos. Também defendeu seu país no Mundial de 2022, no Qatar.

Memphis ainda alimenta o desejo de defender seu país. O técnico da seleção, Ronald Koeman, no entanto, preferiu ser cauteloso ao ser questionado se o fato de ele jogar no futebol brasileiro a partir de agora poderia reduzir seu espaço.

Ao ser questionado sobre a ida de Depay para o Brasil, o treinador fez breve elogio ao nível técnico. "Acho que o Brasil tem um campeonato de nível técnico forte, mas não conheço muito a respeito. Fica muito longe."

ilustrada

Passado presente

Desenhado por Lina Bo Bardi nos anos 1980 e abandonado ainda em construção, complexo na ladeira da Misericórdia, em Salvador, vai sediar centro cultural que retoma história da arquiteta ítalo-brasileira com a capital baiana Leia na pág. A56

Interior do bar Coaty na ladeira da Misericórdia, em Salvador, um projetode Lina Bo Bardi
Mauro Restiffe/Divulgação

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

LINHA INDIRETA

O presidente Lula (PT) conversou com amigos comuns dele e de Silvio Almeida no fim de semana para se informar sobre o estado do ex-ministro.

LINHA 2 Convicto de que fez o certo ao acolher e dar crédito para a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, e ao demitir o ministro da pasta dos Direitos Humanos, o presidente está preocupado, por outro lado, de que Silvio Almeida tenha o direito de se defender sem ser linchado moralmente e execrado do convívio social.

LINHA 3 O presidente tem dito que ele tem direito a um processo que respeite o amplo direito de defesa. No âmbito político, porém, a situação era insustentável: uma das denúncias acabou confirmada pela própria ministra. Seria descabido que o ministro fizesse a sua defesa ocupando o cargo.

LINHA 4 Lula foi informado antes de o escândalo estourar que Anielle tinha informado diversos ministros, e também a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, sobre a importunação sexual de que diz ter sido vítima.

LINHA 5 A ministra, no entanto, não queria formalizar as acusações. Só fez isso depois que o assunto foi divulgado pelo portal Metrópoles.

ACOLHIMENTO O ex-ministro de Direitos Humanos e Cidadania Silvio Almeida passou o fim de semana em um terreiro de candomblé, que o recebeu para acolhimento espiritual.

ACOLHIMENTO 2 Uma série de amigos o visitaram, tentando reanimá-lo. De acordo com a descrição de vários deles, o ex-ministro está totalmente destruído e prostrado, e quase sem forças para falar.

ACOLHIMENTO 3 A prioridade do grupo mais próximo que o apoia é organizar uma equipe de profissionais, integrada também por advogados, que possam apoiá-lo e organizar a sua defesa.

ACOLHIMENTO 4 Silvio Almeida segue negando que tenha assediado sexualmente alguma mulher, e que tenha importunado sexualmente a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco.

PALAVRA A ministra relatou a integrantes do governo que o então colega a importunava, chegando a tocar em sua perna e a falar palavras chulas em mais de uma ocasião.

PALAVRA 2 Anielle nunca formalizou a acusação. Depois que seu nome foi publicado em uma reportagem do portal Metrópoles, porém, ela foi chamada oficialmente pelo governo e confirmou a denúncia. Na sequência, Lula demitiu Silvio.



MOVIMENTO

A bailarina Ingrid Silva fará um solo no show em homenagem a Alcione no Rock in Rio; o espetáculo reunirá a Orquestra Sinfônica Brasileira, a cantora Maria Rita e artistas Steven Vandervelden/Divulgação













ARCADAS

O professor da Faculdade de Direito da USP Pierpaolo Cruz Bottini 1 organizou o debate "Criptoativos e Lavagem de Dinheiro", realizado na sede da instituição, em SP, na sexta (6). A vice-diretora da faculdade, Ana Elisa Bechara 2, o secretário Nacional de Justiça, Jean Uema 3, e a subsecretária da Receita Andrea Costa Chaves 4 participaram. Os desembargadores Adalberto Aranha Filho (TJ-SP) 5 e Nino Toldo (TRF-3) 6 compareceram Fotos Ronny Santos/Folhapress

MÃOS DADAS O candidato a prefeito de São Paulo pelo PRTB, Pablo Marçal, integrou à sua equipe um grupo que ganhou o apelido, na campanha, de "viúvas do Doria", por sua ligação com o ex-governador de São Paulo João Doria.

MÃOS DADAS 2 Depois de atrair o ex-secretário de Assistência e Desenvolvimento Social Filipe Sabará e o ex-secretário particular Wilson Pedroso, o candidato acaba de contratar o advogado Nelson Wilians para assessorá-lo juridicamente. Wilians já advogou para Doria em diversos processos.

PERFIL Uma característica comum aos três é o amplo trânsito entre o empresariado da capital paulista.

CORRIDA O advogado Diogo Melo concorrerá à presidência do Instituto dos Advogados de São Paulo, o Iasp. Ele integra a chapa "Ser Iasp" e tem como vice Marina Pinhão.

CORRIDA 2 As eleições ocorrerão no dia 7 de outubro. Atualmente, o Iasp é presidido por Renato de Mello Jorge Silveira, que foi eleito para o triênio 2022-2024. Diogo e Marina integram a atual gestão — ele como diretor administrativo, e ela como conselheira. O instituto foi criado em 1874.

MAPA Cinco mulheres quilombolas foram mortas no Brasil desde o assassinato de Bernadete Pacífico, conhecida como Mãe Bernadete, em agosto do ano passado. Ela era uma das lideranças do quilombo Pitanga dos Palmares, na Bahia.

MAPA 2 O levantamento, feito pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), mostra que mais da metade (60%) das mulheres quilombolas vítimas de violência exerciam papel de destaque ou eram alguma liderança na cidade em que viviam.

SUBIDA Entre janeiro de 2023 e julho deste ano, o país registrou seis assassinatos de mulheres quilombolas — o equivalente a uma média de uma morte a cada três meses. Em 2022, segundo o estudo, houve um caso. No ano anterior, dois, e em 2020, um. Houve um pico em 2019, com cinco assassinatos. Uma morte foi registrada em 2018. Já em 2017, foram três.

PÉ DO OUVIDO A Osesp (Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo) lançará nesta terça (10) o primeiro episódio do podcast "Aqui a Música Toca – Osesp 70 Anos", apresentado por Sandra Annenberg.

É PIQUE! Ao longo de sete episódios, os ouvintes poderão acompanhar histórias e curiosidades sobre o conjunto e ter acesso a entrevistas com músicos e colaboradores que atuam ou já passaram pela Fundação Osesp. Criada em 1954, a orquestra completará 70 anos na próxima sexta-feira (13).

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Sepultura, em show de sua turnê de despedida, sai do palco para entrar na história

Em apresentação em São Paulo, a banda prova que merece estar no panteão do metal, ao lado de outros ícones como Black Sabbath



O guitarrista Andreas Kisser em show do Sepultura no Espaço Unimed, em São Paulo Zanone Fraissat/Folhapress

OPINIÃO

João Perassolo
Repórter da Ilustrada

O contador de decibéis marcava 105 —15 pontos a menos do que um avião decolando. Mas o cenário não era um aeroporto, e sim o terceiro e último show do Sepultura em São Paulo desta fase da turnê de despedida da banda.

Tocando para um Espaço Unimed lotado, a maior banda de metal do Brasil pinçou faixas de seus 40 anos de carreira que atenderam tanto aos fãs da fase inicial do grupo, com o ex-vocalista Max Cavalera, quanto quem cresceu depois que o quarteto havia integrado o cantor Derrick Green.

Do disco "Schizophrenia", de 1987, rolou "Escape to the Void", enquanto os telões exibiam imagens de cartazes históricos de shows da banda. Do primeiro álbum com Green nos vocais teve "Choke", um hardcore símbolo do Sepultura pós-Max Cavalera.

Todas as faixas que as pessoas queriam ouvir estiveram no repertório, tocadas com o devido peso —"Refuse/Resist", "Territory", "Arise", "Roots". Do disco de mesmo nome, a obra-prima da banda, os telões mostraram vídeos raros com imagens do guitarrista Andreas Kisser e do baixista Paulo Xisto gravando com os indígenas do povo xavante, muito antes de qualquer pauta identitária.

Os shows em São Paulo também foram uma oportunidade de ver em ação o novo baterista da banda, Greyson Nekrutman, incorporado ao grupo dias antes do início desta turnê. Ele toca com desenvoltura, apesar de seu pouquíssimo tempo no grupo, e segura com tranquilidade faixas batucadas como "Ratamahatta".

Ficou claro que a banda caprichou na produção do show. Telões em cima do palco reproduziam animações ou imagens em preto e branco dos músicos tocando ao vivo. A plateia viu pelos monitores o verde da floresta, rostos indígenas e também punhos em riste em sinal de antirracismo, iconografia que dá uma noção dos ideais do grupo.

Participar do obituário do Sepultura —já que a banda está em sua última turnê— não é só ver um grupo experiente tocando clássicos do metal com toda a ferocidade. É entender que as músicas deles saíram do palco e dos discos para entrar na cultura e, portanto, são agora de todos.

O jovem cabeludo com o pentagrama tatuado no braço e os homens idosos de cabelos brancos que estavam no show provam que o Sepultura abraça todas as idades e se tornou algo maior do que seus integrantes talvez jamais tivessem sonhado no começo.

Talvez por isso eles não tenham se furtado de, imediatamente antes de subir ao palco, fazer o público ouvir na íntegra, pelas caixas de som, a faixa "War Pigs", do Black Sabbath, o maior grupo de metal da história. O Sepultura merece estar ao lado deles.

OUTRO CANAL

Gabriel Vaquer
gabriel.vaquer@grupofolha.com.br

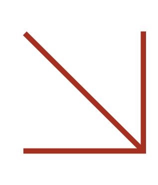


CONTRA O RELÓGIO
Érick Jacquin explica a prova em que, na sorte, os cozinheiros descobrirão quanto tempo a menos terão para preparar os seus pratos no MasterChef Marcelinho Santos/Band

Fantástico empaca retorno de Gusttavo Lima à Globo

Azedou de vez a relação entre Gusttavo Lima e a Globo. O cantor e sua equipe reclamaram com executivos da empresa a respeito de uma reportagem exibida no último domingo pelo Fantástico. A coluna apurou que o sertanejo se sentiu injustiçado por ter sido citado no material que foi ao ar, especialmente pela informação dada no programa sobre o bloqueio de R$ 20 milhões em bens de sua empresa, a Balada Eventos. O impedimento foi determinado pela Justiça na mesma operação que levou a influenciadora Deolane Bezerra a ser presa.

ESTACA ZERO Irritado, Gusttavo Lima cancelou as conversas sobre se apresentar ou ter especiais na Globo, como era o desejo da empresa. Desde março, a emissora e o cantor estavam se reaproximando em negociações nos bastidores. A ideia era que ele voltasse a participar de programas da casa, algo que não ocorre desde 2018. Um especial de fim de ano chegou a ser oferecido, mas foi descartado por causa dos problemas recentes.



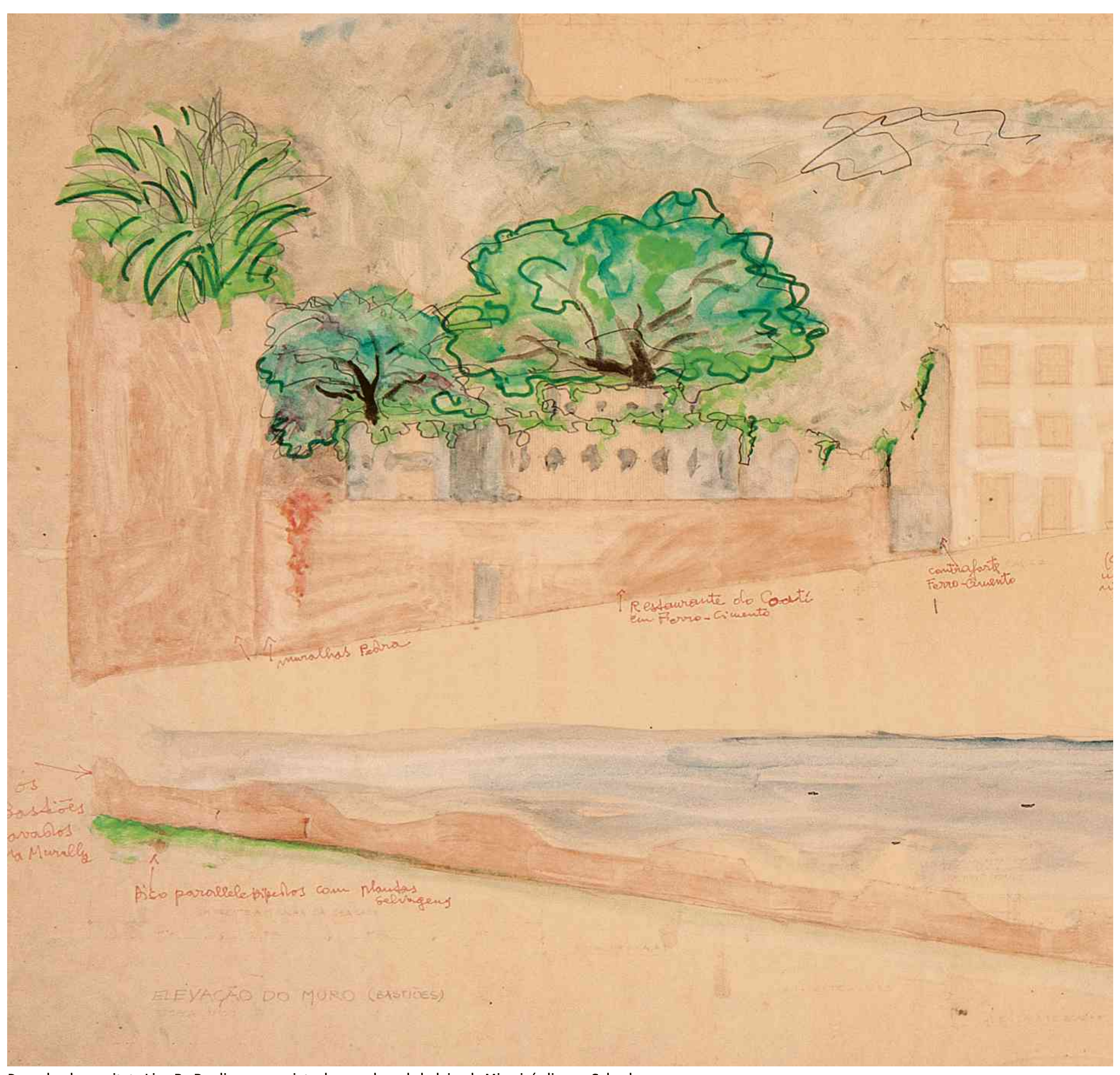
SALGADO
DISNEY+
Plataforma deixou o jogo da NFL no Brasil relegado ao seu pacote mais caro, que custa R$ 62,90

SAÍDA Conhecido por ter trabalhado na Globo por 39 anos, Alberto Gaspar foi desligado da TV Cultura. Seu programa, o Legião Estrangeira, foi suspenso. À coluna o jornalista disse que quase toda a produção da atração foi dispensada. Existe a promessa de retorno em 2025, mas o movimento é visto como improvável entre funcionários, que organizam protestos para tentar reverter a situação.

FIM DA LINHA Autor dos remakes de "Pantanal", de 2022, e de "Renascer", este último encerrado última na sexta-feira, Bruno Luperi está com a situação indefinida na Globo. Seu acordo fixo com a emissora termina em dezembro e ainda não se sabe se ele será renovado. Reuniões devem acontecer nas próximas semanas para que uma decisão seja tomada. Nos bastidores, dizem que a tendência é que o neto de Benedito Ruy Barbosa seja dispensado.

SEM QUERER QUERENDO A Globo fez uma consulta à Televisa para entender a situação das séries "Chaves" e "Chapolin", que foram liberadas para exibição após quatro anos fora do ar em todo o mundo. A empresa tem interesse em voltar a ter o material, que foi exibido pelo Multishow de 2017 a 2020, em seu catálogo. O SBT, em que os humorísticos se tornaram clássicos, também corre atrás dos direitos de exibição.

VEM AÍ Camila Pitanga está desenvolvendo duas novas séries para a Max, o streaming da Warner Bros. Discovery. A primeira é um thriller de ficção que ainda está em seus argumentos iniciais. A outra é uma biografia das J Sisters, as sete irmãs capixabas que popularizaram a depilação brasileira nos Estados Unidos, mas que faliram anos depois.



Desenho da arquiteta Lina Bo Bardi para o projeto do complexo da ladeira da Misericórdia, em Salvador Instituto Bardi/Casa de Vidro/Henrique Luz/Divulgação

Projeto de Lina Bo Bardi, após décadas em ruínas, será retomado como centro cultural em Salvador

Com casarões planejados como moradia de baixa renda e restaurante, complexo da ladeira da Misericórdia foi desenhado a partir de 1986 pela arquiteta do Masp e será enfim restaurado na tentativa de revitalizar o entorno

Fernanda Mena

SÃO PAULO A ladeira da Misericórdia, uma das mais antigas do centro histórico de Salvador, esconde uma obra radical, pouco conhecida e nunca inaugurada da renomada arquiteta Lina Bo Bardi, responsável pelo desenho do Masp, o Museu de Arte de São Paulo.

Desenhado a partir de 1986, o conjunto da ladeira da Misericórdia é composto por três casarões transformados em moradia para baixa renda, com pequenos comércios e serviços no andar térreo a serem tocados pelos moradores.

Também integram o complexo um bar, um belvedere e o restaurante Coatí, ou Coaty, construído em torno de uma mangueira que já existia no lugar e que atravessa o edifício, abrindo sua copa sobre o terraço imerso na paisagem exuberante. Na parte interna, a arquiteta desenhou um palco ao redor do tronco, onde imaginava um dia assistir a uma apresentação de João Gilberto.

Na última sexta-feira, a prefeitura soteropolitana anunciou a retomada desse projeto em parceria com a Associação Cultural Pivô e com a bênção do Instituto Bardi, fundado em 1990 para preservar o legado do casal Pietro Maria Bardi e Lina Bo Bardi.

Uma permissão de uso do espaço por dez anos foi assinada com o Pivô, instituição de compromisso público sem fins lucrativos. O Pivô abriu ao público um espaço residual na sobreloja do edifício Copan transformado em centro interdisciplinar de arte e cultura contemporânea num contexto de intensa degradação do centro histórico de São Paulo.

Ao longo dos anos e de 150 projetos, entre exposições, programas públicos, publicações e residências artísticas, o Pivô viu seu entorno abandonado dar lugar a uma série de bares e restaurantes e uma livraria, a Megafauna. A ideia é promover algo semelhante no centro da capital baiana.

O conjunto da ladeira da Misericórdia é composto por três casarões transformados em moradia para baixa renda, com pequenos comércios e serviços no andar térreo a serem tocados pelos moradores. Fazem parte ainda do complexo um bar, um belvedere e o restaurante Coatí

"O projeto de Lina representa o microcosmo de uma estratégia de desenvolvimento sustentável e de reocupação do centro histórico", diz Pedro Tourinho, secretário de Cultura e Turismo de Salvador.

Entre os parceiros do Pivô estão a curadora Lissa Carmona, embaixatriz do Instituto Bardi, a editora Fernanda Diamant, sócia da livraria Megafauna e da editora Fósforo, e o gestor Lucas Pessôa, ex-presidente do Instituto Inhotim e ex-diretor do Masp.

Continua na pág. A57



Continuação da pág. A56

Lucas Pessôa, anos atrás, fez uma tentativa de ocupação, cujos estudos geraram o ensaio fotográfico do artista Mauro Restiffe que ilustra esta reportagem e agora se junta à atual retomada.

Talvez nada disso tivesse acontecido se, no ano passado, o Pivô não tivesse inaugurado uma nova sede em Salvador, num casarão histórico, que foi berço da tropicália, e que hoje funciona como uma plataforma de pesquisa e intercâmbio artístico.

"O Pivô será a caixa de ferramentas da retomada da ladeira da Misericórdia", afirma Fernanda Brenner, fundadora e diretora artística da instituição. "Ocupar esse espaço é dar continuidade ao DNA da instituição —retomar e abrir espaços arquitetônicos históricos para o público, sempre de forma gratuita, e juntar cultura contemporânea com patrimônio histórico e pensamento artístico."

A experiência como centro de pesquisa e experimentação artística do Pivô reflete o que Brenner chama de "momento invisível de um projeto de arte", quando ocorrem os intercâmbios e pesquisas, o desenvolvimento de processos e as residências artísticas. Esse paradigma, aplicado ao contexto baiano, também será voltado para o fortalecimento de vínculos com a África ocidental.

Hoje, por entre a mata da encosta da ladeira, sobre as muralhas que remontam à fundação de Salvador como primeira capital do Brasil, em 1549, é possível ver as estruturas cilíndricas de argamassa armada erguidas para abrigar o restaurante e rasgadas por janelas irregulares, semelhantes àquelas do Sesc Pompeia —projeto premiado que a italiana naturalizada brasileira havia recém-concluído em São Paulo. Ali, no entanto, a vista é para a baía de Todos os Santos.

O complexo surgiu como projeto-piloto de um ambicioso modelo de recuperação do centro histórico da cidade elaborado por Lina Bo Bardi e pelos arquitetos Marcelo Ferraz e Marcelo Suzuki, com colaboração de João Figueiras Lima, o Lelé, a convite do então prefeito de Salvador, Mário Kertész.

Unia o restauro do patrimônio histórico em escombros a partir de tecnologia industrial à requalificação dos casarões por meio de habitação popular, trabalho e cultura. Concluído em 1990, ainda era construção e já era ruína.

Abandonado de imediato e depredado ao longo de anos, o conjunto da ladeira da Misericórdia conviveu com invasões e pilhagens que sumiram com o mobiliário desenhado e executado pelos arquitetos, e com quase tudo o que poderia ser removido dali.

Ao mesmo tempo, o lugar foi sede do restaurante Zanzibar por alguns anos, depois alvo de projetos e ocupações artísticas que denunciavam a degradação e buscavam evidenciar a relevância do projeto de Bardi, sem conseguir mudar o destino dos espaços.

"É uma experiência que custou dinheiro público e trabalho importante de uma arquiteta hoje reconhecida mundialmente. E nunca mais conseguiram fazer nada ali", diz Ferraz, que prepara um livro de memórias sobre o trabalho ao lado de Bardi previsto para ser lançado ainda neste ano pela editora Martins Fontes.

O lugar foi sede do restaurante Zanzibar por anos, depois alvo de ocupações artísticas que buscavam evidenciar a relevância do projeto de Bardi, sem conseguir mudar o destino daqueles espaços

O formato de moradia social com comércio deveria ser replicado em 42 quarteirões do centro histórico, mas ficou restrito à ladeira da Misericórdia, hoje fechada por grades que impedem a circulação entre os bairros Cidade Alta e Cidade Baixa

O formato de moradia social com comércio deveria ser replicado em 42 quarteirões do centro histórico, segundo o programa original, mas ficou restrito à ladeira da Misericórdia, hoje fechada por grades que impedem a circulação entre Cidade Alta e Cidade Baixa pela via histórica por questões de segurança.

"Foi tão triste que Lina começou a ficar mais doente, mais deprimida. Com o abandono desse projeto, Lina começou a morrer", afirma Ferraz. A arquiteta morreu dois anos depois, em 1992.

A retomada do projeto joga luz no encontro da arquiteta com o nordeste do país e seu patrimônio africano por meio da Bahia.

Essa história começa em 1958, quando Bardi chega a Salvador para dar aulas na Universidade Federal da Bahia e estabelece relações com intelectuais com quem colaborou até o golpe de 1964.

Continua na pág. A58



Fotografias do ensaio do artista Mauro Restiffe no complexo da ladeira da Misericórdia, em Salvador Mauro Restiffe/Divulgação

Projeto de Lina Bo Bardi, após décadas em ruínas, será retomado como centro cultural em Salvador

Continuação da pág. A57

Entre os nomes com que Lina Bo Bardi colaborou até 1964, estão os antropólogos Pierre Verger e Vivaldo da Costa Lima, o cineasta Glauber Rocha, o escultor Mário Cravo Júnior, o diretor teatral Eros Martim Gonçalves e o pintor Carybé. "Foi nesses primeiros anos na Bahia que Lina formula uma ideia central em sua vida, a noção de pré-artesanato", diz Francesco Perrotta-Bosch, biógrafo da arquiteta.

Bardi viajou pelo sertão baiano, onde acompanhou filmagens de "Deus e o Diabo na Terra do Sol", de Glauber, e ficou impressionada com utensílios do cotidiano convertidos a partir de objetos destinados ao lixo —canecas feitas com latas, bules e lamparinas produzidos com embalagens vazias e que exibiam seus logotipos, mas não eram pop art.

"Era uma produção brasileira, que não copiava modelos internacionais industriais e que foram ponto de partida de Lina para um projeto de desenvolvimento do Brasil", diz Perrotta-Bosch, que destaca uma troca de cartas da arquiteta com o economista Celso Furtado sobre o assunto.

Os círculos paulistanos de arte e comunicação a conduziram para a direção do Museu de Arte Moderna da Bahia em 1959, enquanto trabalhava no projeto do Masp, numa ponte aérea entre o Hotel da Bahia, seu endereço em Salvador, e a famosa Casa de Vidro do casal Bardi, no Morumbi, bairro da zona oeste de São Paulo.

Dona Lina, como era chamada na Bahia, também projetava o resgate do Solar do Unhão, um complexo industrial do século 17 à beira-mar, para abrigar o chamado Museu de Arte Popular e o que seria então o Centro de Estudo e Trabalho Artesanal.

O projeto do solar acabou se firmando como MAM da Bahia, contrariando a proposta de Bardi, numa série de reviravoltas e embates com a elite provinciana de Salvador que culminaram com a saída da arquiteta da cidade. A gota d'água, lembra Perrotta-Bosch, foi uma exposição sobre materiais ditos subversivos imposta ao museu pelo novo governo, já sob ditadura militar. Bardi pediu demissão.

Esse desfecho fez do retorno da arquiteta à Bahia nos anos 1980, ao qual ela resistiu, uma operação de captura e acolhida. Depois de inúmeras recusas dela, o então prefeito Mário Kertész e seu secretário de projetos especiais, o antropólogo Roberto Pinho —que havia se deslumbrado em visita ao Sesc Pompeia—, atraíram Bardi a Salvador com uma honraria.

Dona Lina, como era chamada na Bahia, também projetava o resgate do Solar do Unhão, um complexo industrial do século 17 à beira-mar, para abrigar o Museu de Arte Popular e o que seria o Centro de Estudo e Trabalho Artesanal. O projeto do solar acabou se firmando como MAM da Bahia, contrariando a proposta de Bardi, numa série de reviravoltas e embates com a elite provinciana da capital baiana

A Comenda Dois de Julho, antes cedida apenas a Gilberto Gil e Dorival Caymmi, foi oferecida a Bardi como um "ato de justiça", em cerimônia no Hotel da Bahia, cheia de rostos conhecidos da arquiteta. "Foi o grande prêmio que Lina recebeu em vida", diz o biógrafo.

Emocionada, Bardi foi levada para um giro pelo centro arrasado e se comoveu. Os edifícios pareciam ter sofrido um "terremoto voluntário", disse ela, que associou essa paisagem de ruínas habitadas pelos mais pobres às cidades italianas bombardeadas durante a Segunda Guerra Mundial.

Continua na pág. A59



Continuação da pág. A58

Sob esse impacto, Lina Bo Bardi não conseguiu mais recusar o novo convite para resgatar os espaços.

"O projeto da ladeira está inserido numa intervenção maior em Salvador, com trabalhos feitos por Lina, Suzuki e eu na Casa do Benin, na Casa do Olodum e no Teatro Gregório de Mattos", afirma o arquiteto Marcelo Ferraz. "A ladeira da Misericórdia é o mais importante desses trabalhos, não só pela sua posição e visibilidade, mas também porque era o piloto de um experimento de intervenção social e no patrimônio histórico."

Bardi desenvolveu as placas de ferro-cimentício pré-fabricadas com Lelé, o arquiteto responsável por obras em outras partes da cidade. Enviou para o colega uma folha de capim-palmeira do quintal de sua Casa de Vidro numa caixa. O desenho plissado das folhas foi convertido no zigue-zague das placas que dão movimento às construções.

A ideia era criar um modelo rápido e econômico de intervenção construtiva. Dessa forma, preservar o que não havia caído, segurando as paredes com contrafortes de concreto pré-fabricados que não escondiam a atualidade do projeto. E garantir habitação de qualidade para a população pobre que mantinha a vida cotidiana num território com potencial para o turismo e sua especulação.

"Queriam mandar os moradores para o subúrbio e colocar gente de outros lugares por lá. Não concordei. Deixei a casa e a lojinha dos moradores na ladeira. Não gostaram", declarou a arquiteta, a este jornal, em 1991. "Na Itália, por exemplo, estragaram toda a Ligúria com esse negócio de fazer coisas para o turismo", disse ela, para quem essa lógica tornava tudo algo vulgar.

"Seu projeto era evitar que Salvador se convertesse em uma 'cidade sorvete', como dizia. Lina estava preocupada com o que via em Roma ou Veneza, onde os moradores estavam sendo jogados para fora das cidades para a chegada de uma classe alta internacional", afirma Perrotta-Bosch, autor de "Lina: Uma Biografia", livro publicado pela Todavia.

A vizinhança da ladeira da Misericórdia hoje abriga hotéis de luxo, como o Fasano e o Fera Palace. Um centro gastronômico, com loja de joias e galeria de arte, restaurou e ocupou o Palacete Tira-Chapéu, enquanto o Palácio Rio Branco, que já hospedou a família real portuguesa, será convertido em uma unidade baiana do hotel de luxo Rosewood, projetado pelo francês Philippe Starck.

Do lado do poder público, um Centro Cultural Banco do Brasil foi anunciado no Palácio da Aclamação, uma escola de música e arte homenageará o maestro Letieres Leite no pé da ladeira da Misericórdia no ano que vem, e programas de moradia popular serão financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, segundo a prefeitura.

Bardi desenvolveu as placas de ferro-cimentício pré-fabricadas com Lelé, arquiteto responsável por outras obras da cidade. Enviou para o colega uma folha de capim-palmeira do quintal de sua Casa de Vidro numa caixa. O desenho plissado foi convertido no zigue-zague das placas que dão movimento às construções. A ideia era criar um modelo rápido e econômico de intervenção construtiva e estética

"Não é por acaso que o projeto da Lina vai se materializar agora também, destravando uma visão de centro histórico, que é um desafio em todo o mundo, e também um processo terapêutico", avalia Pedro Tourinho, o secretário da Cultura da capital baiana.

O contexto atual do centro histórico de Salvador e da ladeira da Misericórdia, por sua vez, atualizam um renomado pensamento de Bardi. "Na prática não existe o passado. O que existe ainda hoje e não morreu é o presente histórico", afirmava a arquiteta. "O que você tem que salvar —aliás, salvar não, preservar— são certas características típicas de um tempo que pertence ainda à humanidade."

Programação da Flip levará Felipe Neto e Mohamed Mbougar Sarr a Paraty, no Rio

Festa completa elenco com escritores como Gabriela Cabezón Cámara, Lisa Ginzburg e Luiz Antonio Simas, que fará a abertura em outubro

Walter Porto

SÃO PAULO A Festa Literária Internacional de Paraty, no litoral fluminense, divulgou na manhã desta segunda a programação de sua próxima edição, que acontece de 9 a 13 de outubro com curadoria da livreira e editora Ana Lima Cecilio.

Entre os nomes mais chamativos que a Flip ainda não havia anunciado, está o do influenciador Felipe Neto, que acaba de reunir uma multidão na Bienal do Livro de São Paulo com o novo livro de memórias "Como Enfrentar o Ódio", da Companhia das Letras.

Outro destaque é o senegalês Mohamed Mbougar Sarr, vencedor do Goncourt com o elogiado "A Mais Recôndita Memória dos Homens", que a Fósforo publicou no ano passado. Ele ainda é editado pela Malê, com "Homens de Verdade" e "Terra Silenciada", e divide uma mesa em horário nobre do sábado com Jeferson Tenório, de "O Avesso da Pele".

A programação deste dia, tradicionalmente o mais lotado da Flip, termina com uma mesa solo de Édouard Louis, sensação da autoficção francesa que lança "Monique se Liberta", sobre sua mãe. Cecilio diz que é o único autor a falar sozinho numa palestra porque ele já tem diversos livros publicados no Brasil pela Todavia e a demanda dos leitores por ouvir sua participação é grande.

A abertura do evento, na quarta, homenageia o cronista João do Rio com um dos maiores conhecedores das vielas cariocas pelas quais ele flanou —o historiador Luiz Antonio Simas, autor de "O Corpo Encantado das Ruas".

Outras presenças que ainda não haviam sido divulgadas incluem a jornalista Patrícia Campos Mello, repórter deste jornal e autora de "A Máquina do Ódio"; a argentina Gabriela Cabezón Cámara, de "Nossa Senhora do Barraco", da editora Moinhos; a italiana Lisa Ginzburg, que circulou bem com seu "Cara Paz", da Nós; e a chilena Arelis Uribe, de "As Vira-Latas", da Bazar do Tempo.

Seguindo o padrão dos últimos anos, os convites internacionais ficaram centrados em editoras independentes. O único estrangeiro da Companhia das Letras será o americano Robert Jones Junior, especialista em James Baldwin e autor de "Os Profetas".

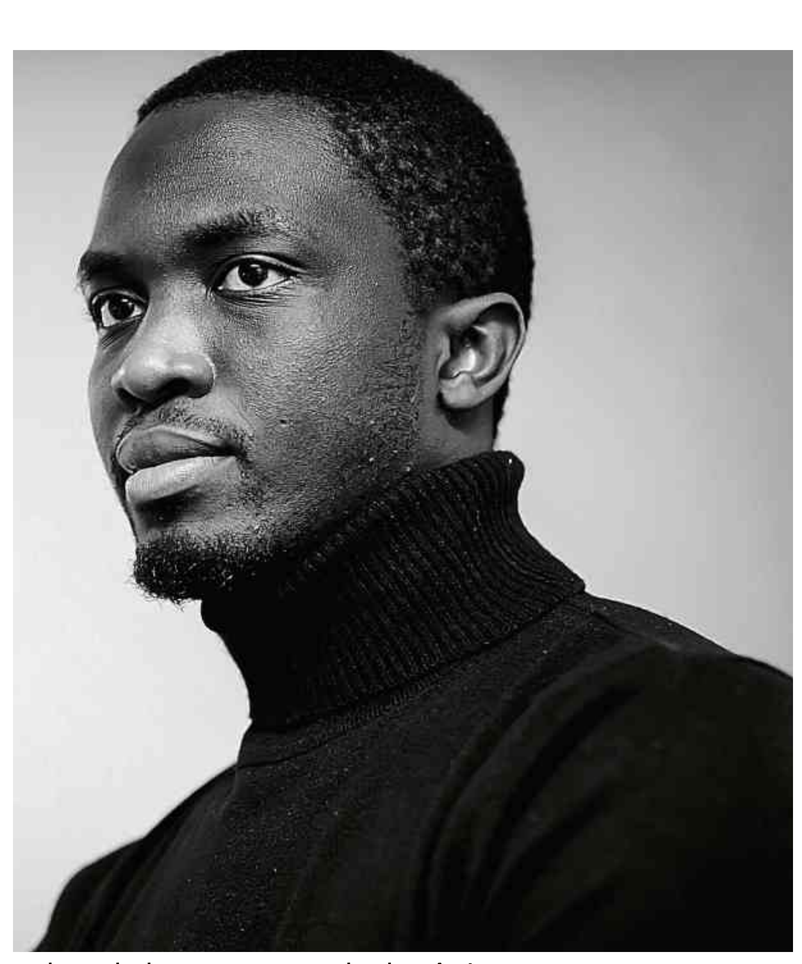
A aguerrida Elefante terá três convidados —o palestino Atef Abu Saif, a espanhola Brigitte Vasallo e o americano Danny Caine, conhecido pela oposição à Amazon. A mexicana Jazmina Barrera também vem pela Moinhos, o colombiano Juan Cárdenas está na DBA e o belga Mark Coeckelbergh é do catálogo da Ubu.

Entre os brasileiros, estão a mineira Carla Madeira, a carioca Bruna Mitrano, o gaúcho José Falero, a paulista Mariana Salomão Carrara, o mato-grossense Joca Reiners Terron e o cacique Raoni —que dividirá uma mesa com a jovem liderança indígena Txai Suruí, colunista deste jornal.

Em paralelo, a Flip está envolta em polêmica com as casas parceiras do evento, que quase foram proibidas por contrato de vender seus livros. A organização do festival, há pouco tempo, decidiu permitir o comércio desde que as casas pagassem uma taxa de ao menos R$ 1.000 a uma organização independente de Paraty. Ainda não se sabe de que modo isso afetará a programação paralela.

Para o público fora de Paraty, os ingressos para cada mesa custam R$ 130, e as vendas virtuais começam na quinta, dia 12, às 9h.


Felipe Neto, autor de 'Como Enfrentar o Ódio' Chico Cerchiaro/Divulgação


Mohamed Mbougar Sarr, vencedor do prêmio Goncourt Divulgação

Veja alguns destaques da Flip 2024

QUARTA, 9.OUT
19h30 Mesa 1
Luiz Antonio Simas

QUINTA, 10.OUT
10h Mesa 2
Bruna Mitrano e José Falero

17h Mesa 5
Joca Reiners Terron e Juan Cárdenas

19h Mesa 6
Mark Coeckelbergh e Danny Caine

21h Mesa 7
Robert Jones Junior e Evandro Cruz Silva

SEXTA, 11.OUT
10h - Mesa 8
Lisa Ginzburg e Ana Margarida de Carvalho

12h Mesa 9
Patrícia Campos Mello e Felipe Neto

15h Mesa 10
Cacique Raoni e Txai Suruí

19h Mesa 12
Atef Abu Saif e Julia Dantas

SÁBADO, 12.OUT
10h Mesa 14
Brigitte Vasallo e Geni Nuñez

12h Mesa 15
Jazmina Barrera e Ligia Gonçalves Diniz

15h Mesa 16
Gabriela Cabezón Cámara e Arelis Uribe

17h Mesa 17
Mohamed Mbougar Sarr e Jeferson Tenório

19h Mesa 18
Édouard Louis

DOMINGO, 13.OUT
10h Mesa 19
Carla Madeira, Silvana Tavano e Mariana Salomão Carrara

ARTES PLÁSTICAS

Instituto Tomie Ohtake terá oficinas inspiradas por ideias de Mário Pedrosa

SÃO PAULO Por cinco dias, entre 23 e 27 de setembro, o Instituto Tomie Ohtake vai realizar o seminário "Ensaios para o Museu das Origens: Políticas da Memória", que oferece oficinas e palestras sobre a preservação e a difusão da memória das bases culturais brasileiras e recupera uma antiga ideia do crítico de arte Mário Pedrosa.

Ele defendia processos de restituição e reparação contracolonial de acervos, a patrimonialização de bens culturais imateriais e a renovação de lugares de memória.

O seminário dá continuidade ao trabalho da mostra "Ensaios para o Museu das Origens", do ano passado. As atividades serão presenciais. Ingressos estão disponíveis em seminariomuseudasorigens.byinti.com.

CINEMA

Ciclo Folha Faap exibe comédia ácida de Billy Wilder

SÃO PAULO Repórter na juventude, Billy Wilder se tornou um dos maiores cineastas de Hollywood e fez dois filmes sobre jornalismo.

São eles "Montanha dos Sete Abutres", exibido no final de agosto no ciclo Folha Faap - Jornalismo no Cinema, e "A Primeira Página", que será exibido na mostra nesta quarta-feira, dia 11, às 19h, com entrada gratuita no Cine Faap, em Higienópolis.

Escrito originalmente para a Broadway por Ben Hecht e Charles MacArthur, "A Primeira Página" retrata uma queda de braço em uma redação de Chicago nos anos 1920.

De um lado, o ótimo repórter interpretado por Jack Lemmon, que planeja abandonar a profissão para se casar com a jovem vivida por Susan Sarandon; do outro, o seu editor, papel de Walter Matthau, capaz de recorrer aos mais diversos truques para evitar que isso aconteça.

O bate-papo sobre "A Primeira Página" terá Vinicius Mota, secretário de Redação da Folha, e Daniel Augusto, professor de cinema da Faap, a Fundação Armando Álvares Penteado, e diretor do filme "Albatroz". A mediação será de Priscila Camazano, repórter da Folha e apresentadora do programa "Como É que É?", produção da TV Folha.

Morre James Earl Jones, ator que deu voz a Darth Vader e Mufasa, aos 93

Pioneiro entre os atores negros do século 20, ele desenvolveu uma carreira híbrida que se estendeu por cerca de seis décadas

O ator James Earl Jones, morto aos 93 anos Todd Heisler/The New York Times

SÃO PAULO Conhecido por dar voz a personagens famosos como Mufasa, de "O Rei Leão", e Darth Vader, vilão da saga "Star Wars", o ator James Earl Jones morreu aos 93 anos. A morte se deu em sua casa no condado de Dutchess, em Nova York, nos Estados Unidos. A informação foi confirmada pelo representante do ator, Barry McPherson, à revista Variety. A causa, no entanto, não foi divulgada.

Para além do sucesso com a sua voz muito singular, o ator também se destacou em frente às câmeras com papéis em filmes como "A Grande Esperança Branca", de 1970, pelo qual foi indicado ao Oscar, "Conan, O Bárbaro", de 1982, "Um Príncipe em Nova York", de 1988, "Campo dos Sonhos", de 1989, "Perigo Real e Imediato", de 1994, e muitos outros. Seu último trabalho foi em "Um Príncipe em Nova York 2", de 2021, em que reprisou o papel de pai do personagem de Eddie Murphy.

Jones foi um pioneiro entre os atores negros dos século 20, dono de uma carreira bastante versátil que se estendeu por mais de seis décadas. O ator teve a sua estreia nos palcos da Broadway em 1958, no Cort Theatre, espaço que foi renomeado em 2022 como James Earl Jones Theatre. Com o seu trabalho, conquistou os principais prêmios do entretenimento americano —o Emmy, o Grammy, o Oscar e o Tony— e se tornou um dos poucos a conquistar o famoso título EGOT.

Jones, porém, não teve uma vida fácil. Abandonado por seus pais quando criança, foi criado por uma avó racista e permaneceu mudo durante anos de sua criação. Com o tempo, voltou a falar com as suas cordas vocais inconfudíveis e se dedicou a obras que o ajudaram a enfrentar a discriminação racial.

Foi o caso de trabalhos dos dramaturgos Howard Sackler e August Wilson, cujas respectivas peças, "A Grande Esperança Branca" e "Fences", permitiram a ele explorar artisticamente uma série de tensões raciais. Ele venceu o Tony de melhor ator pelas duas peças, o mais importante prêmio teatral dos Estados Unidos, em 1969 e 1987. Em 1970, ele foi indicado ao Oscar pelo papel de Jack Jefferson na adaptação de "A Grande Esperança Branca" para as telonas.

Ele também encontrou seu espaço em novelas americanas dos anos 1960, que se mostraram à frente de seu tempo pela ousadia de escalar um homem negro em papéis relevantes. Ele interpretou o doutor Jerry Turner em "As the World Turns" e deu vida a Jim Frazier em "Guiding Light". Na época, ainda era raro ver atores não brancos como profissionais bem qualificados na televisão.

Outro marco na sua carreira foi a decisão do diretor George Lucas, o criador da saga "Star Wars", de usar a voz de um afro-americano ainda desconhecido por detrás da máscara daquele que se tornaria um dos vilões mais marcantes da história do cinema, Darth Vader. Sua voz icônica também marcou o leão Mufasa, do clássico "O Rei Leão", da Disney, lançado em 1994, personagem que ele teve a chance de revisitar no live-action de 2019.



Silvis

De onde vem o silêncio

Mais do que uma história estranha, caso de estupro na França é uma história familiar

Manuela Cantuária

Roteirista, trabalha com desenvolvimento de projetos audiovisuais

A maioria das mulheres que conheço admite já ter sofrido algum tipo de abuso sexual ou conhecer outras mulheres que passaram por isso. A maioria dos homens que conheço não admite já ter cometido qualquer tipo de abuso sexual nem conhecer outros homens que o fizeram. Se a maior parte dos homens se apresenta como exceção, quem sobra para ser a regra? A conta não fecha.

"Não é possível." Quando uma mulher denuncia um homem por assédio sexual, geralmente é essa a primeira reação de seu entorno. "Essa história está muito estranha." Afinal, o acusado é pai de família, um homem comum e muito respeitado. Sim, porque essa é a regra.

E essa regra se confirma com o caso da francesa Gisèle Pelicot, de 72 anos, vítima de um abuso sexual sistemático pelo próprio marido. O eletricista aposentado Dominique Pelicot, com quem Gisèle tem três filhos, sedava a esposa para mantê-la inconsciente enquanto ela era estuprada por outros homens em sua cama.

O marido de Gisèle recrutava os participantes em um fórum online chamado "Without Her Knowing" —em português, algo como "sem que ela saiba". O caso veio à tona quando Dominique foi preso por filmar por debaixo da saia de mulheres e ter seu computador apreendido. Foi assim que os crimes praticados contra Gisèle, ao longo de dez anos, finalmente chegaram ao conhecimento dela. O julgamento de Dominique e de outros 51 homens envolvidos no caso chocou a França e o mundo todo.

Dominique Pelicot, com quem Gisèle tem três filhos, sedava a mulher para a manter inconsciente enquanto ela era estuprada por outros homens na própria cama

E esse choque não se dá pelo fato de Dominique ser um monstro, um caso isolado, mas sim pelo fato de ele ser um homem comum. Assim como os 51 estupradores, que, em sua maioria, não tinham antecedentes criminais. Guardas prisionais, motoristas de caminhão, servidores públicos, médicos. Como afirmar que tantos homens são casos isolados?

Segundo Gisèle, seu casamento era feliz. Em seu testemunho, a filha de Dominique disse: "Amava meu pai. Descobri que o homem que era meu pai, em que eu tinha total confiança, que achava que era íntegro, que respeitava sua filha, que estava orgulhoso dela e que sempre a havia incentivado, na verdade havia me fotografado nua sem eu saber".

Mais do que uma história estranha, essa é uma história familiar.

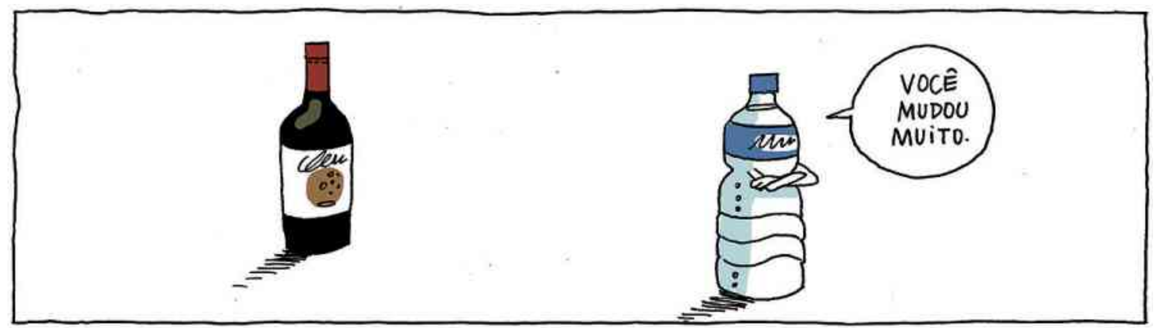
DOM. Ricardo Araújo Pereira SEG. Bia Braune
TER. Manuela Cantuária QUA. Hmmfalemais
QUI. Flávia Boggio SEX. Renato Terra SÁB. José Simão

QUADRINHOS

Piratas do Tietê Laerte



Bicudinho Caco Galhardo



Níquel Náusea Fernando Gonsales







Não Há Nada Acontecendo André Dahmer







Viver Dói Fabiane Langona





Péssimas Influências Estela May



Vida Besta Galvão Bertazzi



SUDOKU texto.art.br/fsp

MÉDIO

					8	2	5	
	9				4			
					7	1	8	4
	4			5	3			
2		5		6				
						3		
						7		
3				1				
	5	9	7				2	

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

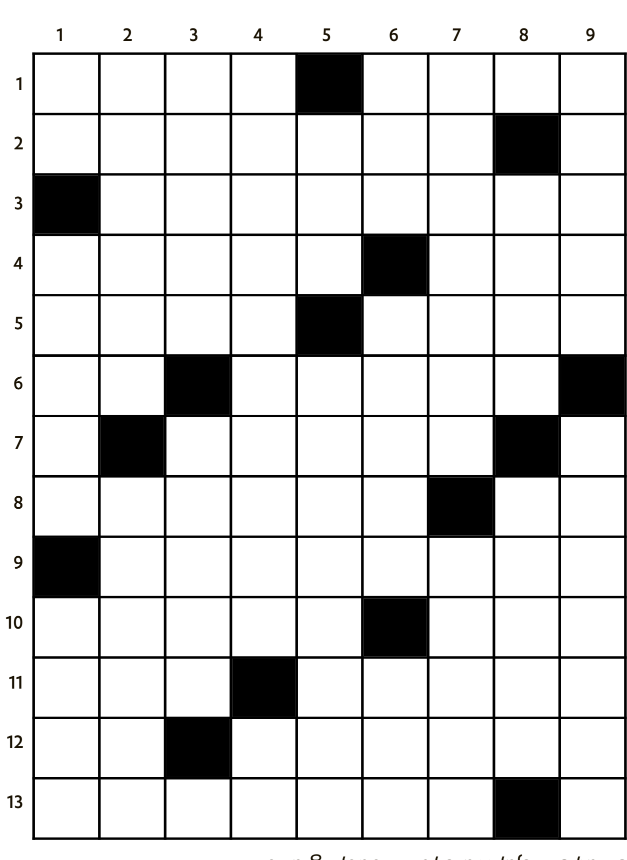
SOLUÇÃO

6	7	4	1	3	8	2	5	9
8	9	1	5	2	4	6	7	3
5	2	3	6	9	7	1	8	4
7	4	6	8	5	3	9	1	2
2	3	5	9	6	1	4	7	8
9	1	8	4	7	2	3	6	5
4	6	2	3	8	5	7	9	1
3	8	7	2	1	9	5	4	6
1	5	9	7	4	6	8	2	3

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Cigarro eletrônico / Parada forçada de um veículo por avaria do motor **2.** Uma embalagem para comprimidos **3.** Graduado, variado (cores) **4.** Resíduo ou resto / (Hot Chili Peppers) A banda de rock do sucesso "By the Way" **5.** Fruto roxo-escuro, energético / Do qual **6.** Barack Obama, político americano / Mulher muito voltada à religião **7.** O ídolo da F1 Ayrton (1960-1994) **8.** Fruto carnoso, de sabor agradável / Whoopi Goldberg, atriz **9.** Pedir para fazer logo **10.** A mesa sagrada da igreja / Insumo Farmacêutico Ativo **11.** Corrente fina usada em joalheria / Solvente usado em pintura **12.** O símbolo do térbio, elemento químico / Uma das pontuações de golpe do judô **13.** Diz-se do direito dos escritores.

VERTICAIS
1. (Inform.) Visual Basic / Pássaro comum, de lindo canto / Uma ulceração da mucosa bucal **2.** A refeição do meio do dia / Centro de veraneio dos EUA, próximo a Los Angeles **3.** Lambari do sul do Brasil / Membrana que separa as narinas **4.** Correia que se prende ao arreio / (Esp.) Abreviatura de walkover, vitória por desistência **5.** Irmã do pai / Inserir um ramo de uma planta sobre outra planta (cavalo), para que se desenvolva **6.** Piche / Cidade paulista da região de Guaratinguetá / Cantora pop carioca **7.** Fécula usada em mingaus / Som que indica o início e o término de um evento **8.** (-vu) Paramnésia / (Ingl.) Biscoito com recheio de chocolate, creme etc. **9.** Saída em massa de pessoas de uma região / Relativo à terra.



HORIZONTAIS: 1. Vape, Pane, **2.** Blíster, **3.** Matizado, **4.** Sobra, Red, **5.** Açaí, Cujo, **6.** BO, Beata, **7.** Senna, **8.** Ameixa, WG, **9.** Apressar, **10.** Altar, IFA, **11.** Fio, Tíner, **12.** Tb, Wazari, **13.** Autoral. **VERTICAIS: 1.** VB, Sabiá, Afta, **2.** Almoço, Malibu, **3.** Piaba, Septo, **4.** Estribeira, WO, **5.** Tia, Enxertar, **6.** Pez, Canas, Iza, **7.** Araruta, Sinal, **8.** Déjà, Wafer, **9.** Êxodo, Agrário.

Reflexões de setembro

O turismo horroriza os pedantes, mas é o único petróleo por estas bandas

João Pereira Coutinho
Escritor, doutor em ciência política pela Universidade Católica Portuguesa


Angelo Abu

Alguém dizia que o problema da juventude era ser desperdiçada nos jovens. Palavras sábias.

Na minha juventude, o verão era um castigo. Sol? Praia? Relembro os versos da poeta portuguesa Sophia de Mello Breyner: "Quando eu morrer voltarei para buscar/ Os instantes que não vivi junto ao mar". Com meus 20 anos, costumava citar esses versos, sim, trocando a palavra "mar" por "bar".

Era bicho de outono, entenda, e esperava pelo cair das folhas, pelas primeiras chuvas, pelas noites longas e frias como quem espera pela salvação. Setembro era a promessa das coisas que ficaram por fazer, como naquele filme de Woody Allen que tem o nome do mês no título.

Mas então vem a meia-idade, quando é legítimo presumir que temos mais passado que futuro, e o verão ganha contornos urgentes e vitais. Voltarei para buscar todos os instantes que não vivi junto ao bar? Mas onde é que eu estava com a cabeça?

Sophia ri-se de mim nesses primeiros dias de setembro, quando o outono se aproxima da Europa e o calor se apaga, lentamente, para anunciar o fim da festa.

2. Só há uma coisa mais enteidiante do que escutar as férias dos outros. É ouvir os outros a amaldiçoar as férias por causa dos "turistas". Os turistas estão em todo lado. Os turistas lotam aeroportos, museus, restaurantes. Os turistas são uma praga ruidosa que fazem de agosto o décimo círculo do inferno.

Nessas lamúrias, nunca passa pela cabeça dos veraneantes a ideia singela de que eles também são "turistas" —e não "viajantes", como me disse um amigo em tempos, plagiando Paul Bowles. E que os outros talvez se queixem deles nos mesmos termos, com o mesmo desprezo e a mesma cegueira.

Em agosto, deixei de frequentar certas cidades na Europa —Londres, Paris— e certos destinos que amo —a Itália inteira, basicamente. Mesmo Lisboa é zona a evitar, se puder evitar.

Mas não me queixo: o turismo, que horroriza os pedantes, representa uma fatia salvífica na economia da Europa do sul —17% do PIB em Portugal, 20% na Grécia, 14% na Espanha. É o único petróleo que existe por estas bandas.

Além disso, as enchentes de verão na Europa também se explicam porque há uma parte do mundo que vai enriquecendo com a tão criticada globalização. Informa a Economist que, na Índia, as classes médias emergentes começaram a viajar como nunca, triplicando os seus gastos no exterior no espaço de uma década.

Desprezar os "turistas" é, no fundo, desprezar a ousadia dos pobres, ou dos antigos pobres, que também gostam de ver a Torre Eiffel, o Big Ben e a Fontana di Trevi.

Regular os fluxos turísticos, até por razões de segurança e salubridade, é uma coisa. Outra, bem diferente, é tapar o nariz com horror só porque os outros têm os mesmos privilégios que eram exclusivos dos ocidentais.

Desprezar os 'turistas' é, no fundo, desprezar a ousadia dos pobres. Regular fluxos turísticos, até por razões de segurança e salubridade, é uma coisa. Outra, bem diferente, é tapar o nariz com horror só porque os outros têm os mesmos privilégios que eram exclusivos dos ocidentais

3. Veja só: eu, fazendo exercício, amaldiçoando a academia, o personal trainer e o mundo ao redor. Mas é um ritual: chega setembro e, vergado pela culpa, marcho para a tortura. "São só cinco quilos", eis o meu mantra, para me animar. Tudo termina antes do Natal, exceto os cinco quilos a mais.

Desta vez não pode haver desistências, avisa o personal trainer, que já conhece as minhas manhas há vários anos.

Ferido no meu orgulho e arrastando pesadamente a carcaça na esteira de corrida, começo uma longa dissertação sobre o culto do corpo. "É uma coisa fascista, sabia?"

O rapaz ignora-me ostensivamente. Não me calo e, com redobrada fúria, conto a história de Friedrich Ludwig Jahn, um alemão nacionalista de inícios do século 19 que lançou a moda das academias modernas. "Os nazistas gostavam muito dele, sabia?"

Nada. Nenhuma reação. Apenas as palavras "ainda faltam dois quilômetros", proferidas com gélido cinismo.

Onde estão os antifascistas quando mais precisamos deles?

4. Sou filho de professores. Setembro era o mês de todos os recomeços. Eu voltava para a escola, eles também, e o meu pai dizia que nunca se envelhece realmente quando somos professores. "O tempo passa", explicava ele, "mas em setembro todos os alunos voltam a ter a mesma idade". Ser professor era partilhar dessa eternidade.

O meu pai já cá não está, mas é nele que penso, todos os anos, quando entro na sala e encontro novos rostos com os mesmos 18 anos. Embora alguns deles me pareçam familiares. "A sua cara não me é estranha", digo então, surpreso e intrigado.

O aluno sorri e responde: "O senhor foi professor do meu pai".

Bye bye, eternidade.

SEG. Luiz Felipe Pondé TER. João Pereira Coutinho QUA. Wilson Gomes QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres SEX. Djamila Ribeiro SÁB. Mario Sergio Conti

MULTITELA

Jacqueline Cantore
cantorejac@gmail.com (interina)

Minissérie sobre o tenista Guga Kuerten chega ao sob demanda

Guga por Kuerten
Disney+, 12 anos

Em cinco episódios, a minissérie conta a história de um dos maiores tenistas do Brasil, que faz 48 anos no dia da estreia, nesta terça-feira. Desde seus primeiros passos nas quadras de Santa Catarina até a emblemática conquista do tricampeonato do Aberto da França, em Roland Garros, ele revela suas influências, seus momentos mais marcantes e ainda ouve os tenistas Roger Federer, Rafael Nadal e Novak Djokovic.

A Infância de um Líder
Aluguel na Claro Vídeo e Apple TV+, 16 anos

Dirigido por Brady Corbet, que acabou de ser premiado no Festival de Veneza, o filme é inspirado na infância de grandes ditadores e faz uma alegoria sobre a ascensão do fascismo no século 20. Um garoto americano vive na França em 1918 —o pai trabalha na criação do Tratado de Versalhes— e cresce moldando convicções aterrorizantes. Estrelado por Robert Pattinson e Berenice Béjo.

Jack Whitehall: Paternidade com Meu Pai
Netflix, 12 anos

O humorista britânico Jack Whitehall vai ser pai pela primeira vez. Em quatro episódios, a minissérie documental mostra Whitehall e o pai viajando em busca de respostas para suas grandes questões sobre a paternidade.

Bela e Canalha
Belas Artes à la Carte, 14 anos

Quando a jovem e atraente Lina Stroppiani, uma ladra como o resto da família, tenta roubar o táxi de Paolo com dois cúmplices, ela não imagina as consequências que estão por vir. O primeiro filme da dupla Marcello Mastroianni e Sophia Loren atuando juntos.

De Você Eu Fiz Meu Samba
Canal Brasil, 20h, 12 anos

Como é a rotina das viúvas de cinco baluartes do samba carioca, como Alcino Nogueira e Wilson Moreira. O documentário é sobre as parceiras dos cinco sambistas e, que de certa forma, se tornaram guardiãs de parte fundamental da história musical brasileira.

Quilos Mortais: Como Eles Estão Agora?
Home & Health e Max, 20h30, 12 anos

Novos episódios que revisitam alguns participantes do reality de superação Quilos Mortais para saber como eles estão com seus novos corpos, depois de realizarem cirurgias de redução de peso.

Provoca
TV Cultura, 22h, livre

Marcelo Tas conversa com o filósofo e escritor Vladimir Safatle, que fala sobre seu livro "Alfabeto das Colisões", sua visão sobre a falta de polarização na política brasileira, especialmente na esquerda —para ele, "a esquerda é a força conservadora atual"— e o que significa ser um filósofo pop.



Debate presidencial: Kamala Harris e Donald Trump
CNN Brasil, 21h45, GloboNews, 22h, livre

Transmissão ao vivo, com tradução simultânea, do debate entre os candidatos à Presidência dos Estados Unidos, a vice-presidente Kamala Harris e o ex-presidente Donald Trump, direto de Filadélfia. Após o debate, os canais brasileiros fazem análises

Sobre Nós Dois
GNT, 22h47, 14 anos

No talk show de Sabrina Sato e Marcelo Adnet, eles conversam sobre tesão e expectativa com a dupla de apresentadores do podcast "Podpah", Igão e Mítico. Falam também com a atriz Sheron Menezzes e seu marido, o lutador de jiu-jitsu Saulo Bernard.

Tiro Certo
SBT, 23h15, 16 Anos

Um esquadrão de elite da Marinha americana tem a missão de transportar um cidadão britânico preso numa ilha penitenciária secreta da CIA, mas são encurralados por um grupo de rebeldes tentando resgatar o mesmo prisioneiro. Filme de James Nunn.

Vista de prédio em São Paulo mostra obra 'Seja Luz', de Eduardo Kobra, na rua Oscar Freire

O mural de 30 metros na zona oeste da cidade faz referência à escultura 'Pensador', do francês Auguste Rodin Lucas Lacaz Ruiz /A13/Folhapress

TUDO + UM POUCO

Carolina Muniz
Jornalista e autora do blog Tudo + um pouco

Como acabar de vez com a bagunça no armário

Para que a organização seja duradoura, a disposição das roupas precisa seguir uma lógica pensada para a rotina da pessoa, com itens visíveis e fáceis de acessar

Você costuma arrumar o guarda-roupa e, pouco tempo depois, já está tudo bagunçado de novo? O problema pode ser justamente este: arrumar em vez de organizar, afirma a organizadora pessoal Bárbara Volnei.

Ela explica a diferença: "Arrumação é improviso, é querer dar uma solução imediata para o problema. Já a organização é dotada de sentido e método. É preciso pensar para organizar".

Para manter as roupas em ordem, é importante gastar mais tempo nesse processo e encontrar um padrão que facilite o uso dos itens no dia a dia. As peças devem ficar de uma forma visível e prática dentro do armário, sem que seja necessário tirar tudo da frente para achar o que se deseja vestir.

Não adianta deixar o guarda-roupa lindo, separado por cores e cheio de caixas organizadoras. Se essa disposição não seguir uma lógica pensada para a rotina da pessoa, isso não vai durar.

"O objetivo é fazer com que a sua vida seja funcional, que você consiga encontrar as coisas sem estresse e perda de tempo. A estética é uma consequência", diz. A seguir, veja dicas para realizar uma boa organização do armário.

*

1 Vá por etapas

Não tire tudo do armário de uma só vez e jogue em cima da cama. Você vai acabar se cansando e só vai querer enfiar tudo de qualquer jeito de novo dentro dele.

2 Comece pela parte de cima

Uma sugestão é iniciar pelo maleiro. Lá, provavelmente, é onde estão guardados aqueles itens que você foi acumulando e nem sabe mais quais são. Ao fazer uma limpa nesse compartimento, você abre espaço para armazenar mais coisas —por exemplo, aquele casaco que você só usa uma vez por ano e faz grande volume no cabideiro.

Então, passe para as roupas penduradas. Ali, devem ficar as peças com tecidos que amassam e aquelas que são mais usadas no dia a dia. Se der, padronize os cabides. Além da questão estética, isso vai ajudar a ganhar espaço. Depois, vá para as gavetas, para os nichos e para a parte dos calçados.

3 Faça uma triagem

Antes de organizar, é fundamental desapegar do que não tem mais serventia. "Muitos reclamam de falta de espaço, mas, na verdade, o guarda-roupa está lotado de coisas que não estão sendo usadas", explica a organizadora.

Estabeleça um prazo. Por exemplo, se o item não for utilizado em até seis meses, não deve ser mantido (claro que isso não vale para um vestido de festa ou um casaco pesado).

4 Crie categorias

Divida as peças por tipo: camisas de manga longa, blusas de alça, calças, bermudas, saias etc. Também dá para fazer uma separação por cor dentro de cada categoria, do tom mais claro para o mais escuro.

5 Organize

Estabeleça um padrão. Disponha os itens de acordo com o que faz sentido com a sua rotina. "Às vezes, a gente quer caprichar demais, mas depois fica custoso para manter. Faça aquilo que você consiga repetir", afirma Bárbara.

6 Use caixas e organizadores só quando necessário

Esses itens podem ajudar muito na organização, mas também atrapalhar, se não forem usados da forma correta. As caixas, por exemplo, podem acabar escondendo a bagunça em vez de resolvê-la.

Só compre acessórios organizadores depois de fazer o desapego e entender o que será necessário para acomodar o que sobrou. E não se esqueça de medir as dimensões do armário.

As colmeias podem ser muito úteis para organizar peças em gavetas, como calcinhas, cuecas, roupas de academia e até camisetas. São acessórios de plástico com divisórias, que evitam que os itens fiquem misturados.

7 Deixe tudo o mais visível possível

Não pendure mais de uma peça num mesmo cabide, a não ser que seja um conjunto. Também não faça pilhas de roupas dentro das gavetas.

Desse jeito, você só vai conseguir ver a primeira e será preciso tirar tudo de cima para achar o que se deseja vestir. Dobre os itens de forma que eles consigam ser posicionados de pé dentro do compartimento.

8 Facilite a identificação

Fixar etiquetas ajuda a encontrar os objetos e devolvê-los ao lugar certo —principalmente quando temos itens guardados em caixas. Dá para fazer isso com uma etiquetadora manual ou até escrevendo em uma fita crepe.



Acesse o QR Code para se inscrever

Como guardar sapatos?

- Na hora de escolher o lugar para cada sapato, pense que aqueles que terão mais uso devem ficar mais à mão
- Separe por categorias e distribua os sapatos de acordo com o tamanho. Por exemplo, botas podem ser colocadas em prateleiras com vão mais alto e sapatilhas e rasteirinhas, em espaços mais estreitos
- Organizadores de calçados ajudam a otimizar espaço em prateleiras profundas ou muito altas, porque mantêm os pares juntos, um sobre o outro, mas sem contato